



DIÁRIO



República Federativa do Brasil  
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — SUPLEMENTO AO Nº 83

TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1989

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

*COMISSÃO ESPECIAL, criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno.*

### 11<sup>a</sup> Reunião, realizada em 9 de março de 1989

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno, presentes os Senhores Senadores Carlos Chiarelli (Presidente), Roberto Campos, Affonso Carnago, Fernando Henrique Cardoso (Relator), Affonso Sancho, Pompeu de Sousa, Wilson Martins, Jarbas Passarinho, Dirceu Carneiro e Mário Maia.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior e, em seguida é dada como aprovada.

A seguir, o Senhor Presidente, Senador Carlos Chiarelli, convida os Senhores Sérgio Silva Amaral, Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e Armin Lore, Diretor da Área Externa do Banco Central a tomarem assento à Mesa.

Logo após, a palavra é dada ao Senhor Sérgio Silva Amaral, que presta informações e esclarecimentos a nível do governo em termos

da negociação da dívida externa, afirmando que o governo pretende avaliar a possibilidade de uma revisão nos termos do acordo da dívida, firmado com os bancos credores privados em consequência do aumento das taxas de juros internacionais.

Prosseguindo, é concedida a palavra ao Senhor Armin Lore, para participar do processo de negociação da dívida externa do Banco Central, que presta informações complementares e coloca o Banco Central à disposição dos Senhores Membros da Comissão, para que sejam encaminhadas todas as tabelas necessárias para sanar dúvidas existentes.

Na fase interpellatória, usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores Fernando Henrique Cardoso (Relator), Affonso Sancho, Affonso Camargo, Pompeu de Sousa, Wilson Martins, Jarbas Passarinho, Dirceu Carneiro, Mário Maia e Carlos Chiarelli.

Finalizando, o Senhor Senador Carlos Chiarelli, Presidente, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 11<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 17, DE 1987, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO".**

(Integra do anexo da ata da 11<sup>a</sup> reunião, realizada em 9 de março de 1989, devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.)

Presidente: Senador Carlos Chiarelli

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Damos início a mais uma reunião da CPI que apura a Dívida Externa, e que tem como Relator o Senador Fernando Henrique Cardoso.

Nesta reunião, temos entre nós, devidamente convidados, os Srs. Sérgio Silva Amaral, Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, e o Sr. Armin Lore, Diretor da Área Externa do Banco Central, que vêm ao nosso plenário, a convite da Comissão, para prestarem informações e esclarecimentos referentes ao assunto pelo qual vêm respon-

dendo a nível de governo em termos da negociação da Dívida Externa.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Dr. Sérgio Silva Amaral para que faça a exposição e encaminhamento do assunto nos termos que julgar conveniente, juntamente com o Dr. Arnim Lore.

**O SR. SÉRGIO SÍLVIA AMARAL** — Sr. Presidente desta Comissão, Senador Carlos Chiarelli; Sr. Relator Senador Fernando Henrique Cardoso:

Para mim foi uma satisfação o convite que me foi feito para comparecer à Comissão da Dívida Externa, pois considero, além de uma satisfação, um dever comparecer a esta reunião para prestar esclarecimento sobre a questão da Dívida Externa. Eu digo que foi uma satisfação pelo fato de que esta não é a primeira vez que tenho a oportunidade de ter um contato com esta Comissão; quando eu estava em Washington e trabalhava na Embaixada do Brasil como Conselheiro Financeiro, tive a oportunidade e o prazer de acompanhar uma delegação desta Comissão que esteve nos Estados Unidos em Washington, em Nova Iorque, realizando um intenso programa de contatos e de informação com autoridade do Governo americano e com representantes da comunidade financeira.

Aproveito esta oportunidade para render uma homenagem a um dos membros ativos desta Comissão e desta delegação que foi a Washington, o Senador Virgílio Távora.

Eu gostaria de fazer uma apresentação que tem por objetivo, mais do que tudo, traçar um pano de fundo que permita, talvez, um melhor entendimento da dívida brasileira e das negociações sobre a dívida brasileira.

A dívida brasileira não pode ser entendida como um fato isolado, ela só será corretamente apreendida se a tomarmos no contexto mais amplo do processo global do endividamento dos países em desenvolvimento. E as negociações que temos realizado, nos últimos anos, com os nossos credores, só podem também ser devidamente apreendidas se forem tomadas no quadro mais global das negociações realizadas pelos demais países endividados. Porque é esse quadro global que vai permitir avaliar de modo mais preciso os resultados que nós alcançamos e vai permitir elementos de comparação das nossas negociações com as negociações feitas por outros países.

Não vou estender-me aqui em um histórico sobre o problema do endividamento, mas eu gostaria de fazer uma referência, apenas, ao fato de que a dívida dos países em desenvolvimento é apenas um dos aspectos, em boa medida, mais amplo de profundas transformações na economia mundial no fim dos anos 70 e início dos anos 80, e que afetou, de modo generalizado, um grande número de países em desenvolvimento.

A dívida externa foi basicamente contraída durante a década de 70, quando o dólar apresentava uma cotação baixa em confronto com as demais moedas. Os preços dos produtos de exportação, dos países em desenvolvimen-

to, atingiam cotâncias elevadas e a taxa de juros era baixa. Mas, a dívida começou a ser paga ou havia a expectativa de que ela começasse a ser paga no início da década de 80, em que o dólar se apresentava com uma cotação elevada. O preço dos produtos de exportação dos países em desenvolvimento havia caído e a taxa de juros havia atingido um nível sem precedentes. O resultado é que os países endividados tinham que exportar um volume maior de produtos para auferir a mesma receita para pagar uma dívida cujo serviço, nesse meio tempo, se havia elevado em decorrência de uma alta sem precedentes das taxas de juros.

Portanto, não é de surpreender que no início dos anos 80 um número crescente de países apresentasse dificuldades cada vez maiores para efetuar os pagamentos de juros; e, também, não é de surpreender a eclosão da crise da dívida em 1982. Eu faço essa referência apenas para ressaltar um fato de que o caso brasileiro não é um caso isolado. É apenas um, entre um sem número de casos, de cerca de 30 a 40 países que passaram a enfrentar dificuldades para cumprir com as obrigações que haviam assumido.

Se fizermos um breve retrospecto da evolução do problema da dívida, de 1982 até os dias atuais, seria, talvez, possível distinguir, para efeitos de interpretação, três períodos distintos: o primeiro período vai de 1982 a 1985. É o período em que a crise da dívida era vista como uma crise de curto prazo; era, basicamente, uma crise de liquidez, que poderia ser contornada através da concessão de empréstimos de emergência e de um ajustamento, visto também de curto prazo, sob a supervisão do Fundo Monetário, para permitir, em seguida, a retomada de relações financeiras normais com os agentes do mercado.

O importante, neste primeiro momento, é que a crise da dívida apresentava um risco real para a comunidade financeira. Henry Kissinger, com a sua habitual acuidade de análise, num artigo publicado no *News Week*, em janeiro de 1983, dizia que era preciso retirar dos devedores a arma da moratória. E por que a crise, naquele momento, representava uma ameaça? Porque o nível de capital e de reservas dos bancos era, naquele momento, insuficiente para fazer face à eventualidade de uma suspensão mais ou menos generalizada dos pagamentos.

A resposta imediata a esta crise foi, então, a concessão de empréstimos de emergência, ajustamentos de curto prazo. E qual foi o resultado desse primeiro período, do ponto de vista da comunidade financeira? O resultado pode ser considerado satisfatório. Os empréstimos de emergência permitiram que os países continuassem a cumprir com as suas obrigações, e isso deu tempo aos bancos para aumentar o seu capital e as suas reservas.

Do ponto de vista dos países devedores, no entanto, o resultado não pode ser considerado favorável. O ajustamento efetuado levou a uma maciça transferência de recursos dos países devedores para os seus credores. A América Latina, por exemplo, durante esses

primeiros anos da crise da dívida, transferiu para o exterior alguma coisa entre 30 a 40 bilhões de dólares por ano. Essa maciça transferência de recursos é um dos elementos do processo recessivo que a região passa a viver e o resultado mais global é que a crise de liquidez se transforma numa crise de crescimento.

O segundo período, que vai de 1985 a 1987/1988 é marcado pela percepção de que não estávamos diante de uma crise de curto prazo, mas que o problema levaria mais tempo para ser solucionado e que ele só seria solucionado se o ajustamento de balanço de pagamento pudesse ser compatibilizado com a retomada do crescimento. A retomada do crescimento, por sua vez, exigia recursos adicionais por parte da comunidade financeira em apoio ao programa de ajustamento, para viabilizar a retomada do investimento. Estamos dentro do período em que prevalece o diagnóstico e a terapia, preconizados pelo Plano Baker. Basicamente, o que esse plano prescrevia era um reescalonamento plurianual da dívida, em vez do reescalonamento por um período muito curto, como feito na primeira etapa. Começa-se, então, a estender os prazos de amortização, por período que vão de 15 a 20 anos; ao mesmo tempo, o plano prescrevia um aumento substancial do programa de empréstimos dos organismos multilaterais de desenvolvimento — e aí leia-se, basicamente, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se esperava pudesse dobrar os seus empréstimos para o grupo dos países considerados críticos, que eram os 15 maiores devedores. O fato de a crise da dívida ser caracterizada basicamente como a crise dos 15 maiores devedores mostra que, mais uma vez, o diagnóstico e a solução estavam sendo encaminhados à luz dos problemas do sistema financeiro. Os bancos, por sua vez, eram convocados a aumentar os seus recursos em direção dos países endividados, e se prescrevia mesmo um percentual de aumento da ordem de 2%.

A avaliação que se pode fazer dessa segunda etapa é que, possivelmente, o diagnóstico estava mais correto, mas a implementação do plano foi insuficiente, na medida em que se mostrou muito difícil, quando não inviável, o aumento dos recursos tal como se esperava. Os bancos começaram a apresentar resistências cada vez maiores ao aumento da transferência de recursos para os países endividados, mesmo nos casos em que os países estavam fazendo programas de ajustamento sob a supervisão do Fundo Monetário. Basta dar um exemplo: no caso do México, a efetividade do acordo, isto é, depois de assinado o acordo, levou 9 meses para entrar em vigor, o que mostra a extrema relutância dos bancos em participar do exercício de fornecimento dos chamados recursos novos. O resultado dessa situação é que alguns países crescem, outros não; a maioria deles apenas alterna anos de crescimento com anos de recessão. O outro resultado é que um número crescente de países passa a enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações. Em 1987, sete países

da América Latina já se encontravam em atraso com os seus pagamentos relativos à dívida externa.

A partir de 1987/1988 um novo quadro começa a se desenhar, são novas realidades que se impõe, mais do que novas decisões dos diferentes agentes nesse processo. Quais são essas realidades? Em primeiro lugar, é um mercado secundário da dívida. Os papéis da dívida passam a ser transacionados com um deságio crescente no mercado secundário, o que é um indicador de que, na visão do mercado, uma parcela da dívida não teria condições de ser paga. Os bancos aumentam as suas reservas numa antecipação ou numa expectativa do fato de que eles não deverão receber os pagamentos nas condições que haviam sido acordadas. E esse processo de provisionamento dos bancos leva a uma diferenciação entre a situação dos bancos nos diferentes países e, por conseguinte, uma diferenciação dos seus interesses no âmbito do processo negociador.

Os bancos europeus, por exemplo, e nesse contexto, sobretudo, os alemães, aumentaram substancialmente as suas reservas. E hoje os bancos alemães chegam a ter reservas da ordem de 70% para com os países em desenvolvimento. Esses bancos estão, portanto, muito mais propensos a aceitar esquemas de redução da dívida do que, por exemplo, os bancos americanos com um nível muito inferior de reservas.

Essa nova situação, essa nova realidade de mercado leva a diferenças no processo negociador. Uma vez em que a dívida era cotada num mercado secundário por um valor muito inferior ao seu valor nominal, esta era uma razão adicional para que os bancos não estivessem dispostos a fornecer recursos novos os quais, no dia seguinte, a sua contratação e fornecimento, passavam a valer 20, 40, 60% menos no mercado secundário. Não havia mais nenhuma lógica para o fornecimento de recursos novos.

A diferenciação entre os bancos quebra o espírito de cartel com que os bancos se apresentavam à mesa de negociação. E permite, mais do que permite, exigir um tratamento diferenciado para bancos em situações diferentes. Era o chamado cardápio de opções pelo qual se procurava dar aos bancos, que se encontram em situações diferentes, opções e mecanismos diferentes para os exercícios de reescalonamento.

O terceiro elemento novo é a percepção crescente. De início, apenas na comunidade acadêmica. Mas, a seguir, nos meios políticos, tanto nos países devedores, no caso o Brasil, como nos países credores, um exemplo nos Estados Unidos, de que o caminho para a solução do problema da dívida está menos no fornecimento de novos recursos e mais na redução da dívida.

Já em 1987 e 1988 pareciam dadas as condições para que se tornasse um caminho que levaria à solução do problema da dívida. As condições estavam dadas, o que faltava basicamente era a determinação política dos agentes neste processo, basicamente os ban-

cos e os governos dos países credores, para transformar em realidade aquilo que já era uma percepção dominante: era preciso caminhar para a redução da dívida.

E é esse o período em que nós nos encontramos. E é esse o diagnóstico e a proposição que foram enfatizados de forma muito clara no pronunciamento feito pelo Ministro da Fazenda do Brasil, na última reunião anual do Fundo Monetário e do Banco Mundial, realizado em Berlim, em setembro do ano passado.

Por que esse retrospecto? Esse retrospecto é muito importante para mostrar que as negociações brasileiras não fogem basicamente, nem poderiam fugir, dos parâmetros básicos de cada um desses momentos do processo negociador mais amplo.

O primeiro acordo assinado pelo Brasil com os bancos credores, em 1983, se insere basicamente no quadro dos empréstimos de emergência. O Brasil recebeu 4,4 bilhões de dólares para que pudesse continuar a cumprir com as obrigações da sua dívida. Os reescalonamentos eram feitos por um prazo muito pequeno. No caso do acordo de 1983, nós reescalonamos 4,5 bilhões de dólares por um prazo de apenas 8 anos, com 2 anos e meio de carência. E o spread, a margem acima da libor, era excessivamente alto e totalmente irrealista. O spread acordado com os bancos foi de 2,125%.

A segunda renegociação do Brasil com os bancos, em 1984, melhorou um pouco as condições, mas ainda estávamos no quadro dos arranjos de curto prazo. O Brasil recebeu 6,5 bilhões de dólares e reescalou 5,2 bilhões de dólares por um período um pouco maior. Dessa vez nós tivemos 9 anos, com 5 anos de carência. E a margem foi ligeiramente reduzida para 2%.

Em 1986, nós não tivemos uma grande renegociação, mas, simplesmente, uma medida interina de reescalonamento do principal, vendido em 1985, por um prazo de 7 anos com 5 anos de carência. O spread, nesse momento, já se tornou um pouco mais realista, caiu para 1 em 1/8.

A maior negociação feita pelo Brasil foi a que se iniciou em 25 de setembro de 1987, ainda no período em que o Ministro da Fazenda era o Sr. Bresser Pereira, e que se encerrou em 22 de junho de 1988, quando já era Ministro da Fazenda o Sr. Maílson da Nóbrega.

Eu não vou me alongar sobre as características desse acordo, porque acredito que elas são suficientemente conhecidas. Vou fazer uma menção rápida a alguns de seus aspectos principais, que eu dividiria em duas categorias.

O acordo tem uma parte convencional, que é um montante de recursos que os bancos se comprometem a fornecer ao País no valor de 5,2 bilhões de dólares, por um prazo de 12 anos, com 8 de carência. Há, pela primeira vez, no caso do Brasil, um tratamento de médio prazo para o reescalonamento. O Brasil não reescalona um ano, mas os vencimentos que incidem no período de 1987 a 1993. O principal relativo a esses anos é reescalonado por um período de 20 anos, com 8 de carênc-

cia. Nesse acordo, o Brasil obtém uma redução da margem sobre a libor, que passa para 13/16 de 1%, com aplicação imediata, isto é, não se espera o vencimento das amortizações nos anos subsequentes de 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993 para fazer o reajuste da libor, mas ele é feito de uma vez, de forma que o País tenha um ganho na redução da libor, de imediato. É feita também uma renovação das linhas de curto prazo, ou seja, os bancos se comprometem a manter as linhas de curto prazo, a comercial, num volume da ordem de 10 bilhões de dólares, e as linhas interbancárias num volume da ordem de 5 bilhões de dólares, por dois anos e meio, o que retira um dos elementos de instabilidade que os agentes econômicos vinham experimentando.

O acordo contém também uma parte não convencional, que são inovações introduzidas no acordo brasileiro que, de certa forma, antecipam o que viria a ser a fase da redução da dívida.

Pela primeira vez nos reescalonamentos plurianuais da dívida é acertado um bônus de saída, que teve uma aceitação razoavelmente satisfatória: cerca de 1 bilhão de dólares de bônus são aceitos.

Esses novos títulos implicam a conversão da dívida velha numa nova dívida que apresenta características diferentes: o prazo é de 25 anos com 10 de carência e tem uma taxa de juros fixa de 6% ao ano. Isso significa que o País está pagando uma taxa de juros substancialmente abaixo da taxa de mercado. O que significa, portanto, que o devedor está se apropriando de uma parcela do desconto no mercado secundário.

Aos níveis de taxas de juros vigentes à época da celebração do acordo, o desconto implícito de um título desse era superior a 30%.

Um segundo elemento inovador nesse acordo é uma cláusula de salvaguarda que, pela primeira vez, em acordos de reescalonamento, sobre um impacto de fatores externos sobre o desempenho da economia.

Isso quer dizer que na hipótese de o País vir a sofrer, no seu processo de ajustamento, um impacto de fatores externos desfavoráveis, ele tem a faculdade de pleitear a revisão das cláusulas do acordo.

O terceiro elemento, também bastante conhecido, é uma nova formulação para as relações entre os acordos dos bancos e o programa econômico com o Fundo Monetário mais flexível, que evita que a todo o momento a execução do acordo com os bancos venha a ser prejudicada pelo andamento do programa econômico, apoiado pelo Fundo Monetário Internacional.

E, finalmente, uma nova cláusula que diz respeito à questão das garantias de execução dos bancos nos contratos, com o objetivo de assegurar uma melhor proteção das reservas.

Ao mesmo tempo em que se concluiu o acordo com os bancos, ou pouco depois, o Brasil faz, também, um reescalonamento plurianual com o Clube de Paris, que compreende o montante de 5 bilhões de dólares e com o qual o Brasil deixa de pagar o principal e

os juros até o término do período de consolidação, que foi acordado como sendo março de 1990.

Paralelamente a essas negociações com os credores, o Governo desenvolveu em 1988 uma intensa articulação com outros devedores, com vistas a formar ou a ajudar a formar posições comuns em torno de certas questões cruciais como a de redução da dívida.

O Ministro da Fazenda ocupou em 1988 a presidência do Grupo dos 24, que é o grupo que reúne os países em desenvolvimento, membros do Fundo Monetário e do Banco Mundial. E, na qualidade de presidente do Grupo dos 24, desenvolveu um amplo trabalho de avaliação e de divulgação sobre a necessidade de redução da dívida.

O Brasil, neste particular, o Presidente Sarney, teve uma intensa atuação na reunião do chamado Grupo dos 8, na reunião dos presidentes do Grupo dos 8; foi o proposito de uma reunião de Ministro da Fazenda, que se realizou em dezembro do ano passado, no Rio de Janeiro, com vistas a definir uma proposta dos países latino-americanos sobre a redução da dívida e também uma nova abordagem para o tratamento da questão da dívida latino-americana.

A menção a esses fatos permite, talvez, concluir que o ano de 1988, para o Brasil, foi o das grandes negociações e de uma intensa atividade na área da dívida externa.

Qual a avaliação que podemos fazer sobre o resultado desses acordos e da atividade de articulação que foi efetivada?

É importante termos presente que o acordo concluído com os bancos credores, para o Brasil, nada mais é do que a conclusão do que poderíamos chamar o segundo capítulo do processo negociador da dívida, que é o capítulo dos reescalonamentos plurianuais da dívida. O Brasil concluiu esse capítulo um pouco depois dos outros países devedores, ou dos grandes países devedores. A Venezuela já o havia concluído em 1986; o México, em 1986, mas só se tornou efetivo em 1987; a Argentina, em 1987, e as Filipinas, em 1987. O Brasil não havia concluído ainda esse capítulo e estava pagando um preço por isso. E o preço era que o Brasil pagava um dos spreads mais altos, em confronto com os demais países devedores. Mas o Brasil fez um pouco depois dos outros, possivelmente, em melhores condições.

Se compararmos o acordo concluído pelo Brasil com seus bancos credores, vamos ver que, no geral, os termos e condições que constam do acordo brasileiro são iguais, em alguns casos, até mesmo melhores do que os termos e condições que constam de acordos concluídos por outros países.

Nossos acordos de 1988 trouxeram alívio, ainda que relativo, para o peso do serviço da dívida. Os pagamentos foram estendidos por um período de 20 anos e se obteve uma redução do serviço da dívida via redução do spread.

Os acordos preparam o caminho para a nova fase: O Brasil, pela primeira vez, entre os países devedores, consegue uma aceitação de bônus de saída e uma redução da dívida

de um bilhão de dólares, com apropriação do desconto. Ao mesmo tempo, ele consegue os chamados waivers, ou seja, as cláusulas que permitem que o Brasil realize outras atividades de redução da dívida sem que, necessariamente, tenha que solicitar uma revisão das cláusulas do contrato.

Os acordos permitem uma reabertura das fontes de recursos para os países, algumas das quais estavam fechadas; e, nesse particular, vale mencionar a reabertura das fontes de financiamento do Japão, em que as negociações foram retomadas logo em seguida e levaram ao anúncio feito, há poucos dias atrás, por parte do Governo japonês, de que está disposto a fornecer ao Brasil recursos num montante de até 1,5 bilhões de dólares, relativos aos projetos que já têm concluído, ou que estão em fase final de negociação.

Por fim, o acordo remove uma série de incertezas que pairavam nas relações do Brasil com a Comunidade Financeira Internacional; que pairavam e afetavam o próprio comportamento dos agentes econômicos no próprio País.

Se o acordo foi certamente positivo, ele é certamente insuficiente. Este é um ponto que é preciso salientar, porque alguns atribuem ao Governo a ingenuidade de acreditar que os acordos concluídos no ano passado constituem uma solução, ou sejam suficientes para atender aos nossos problemas.

O acordo é insuficiente. E é insuficiente por quê? Porque subsiste uma excessiva transferência de recursos para o exterior.

No ano passado, o Brasil transferiu, a título de serviços da dívida, 19,4 bilhões de dólares. É verdade que uma parte razoável dessa transferência (4,6 bilhões de dólares), em 1988, refere-se a atrasados em 1987 e que foram financiados pelos próprios bancos credores. Ainda que se retire essa parcela de 4,6 bilhões de dólares, uma transferência de recursos da ordem de 15 bilhões de dólares é excessiva e inaceitável.

O mesmo quadro se repete este ano. Os pagamentos globais, a título de serviços da dívida, aí incluídos o principal e os juros, além de pagamentos para bancos comerciais, organismos multilaterais, agências oficiais, em suma, todos os pagamentos tomados, em conjunto, chegam a cerca de 16 bilhões de dólares — esta é a estimativa para o ano de 89. Desse total é preciso deduzir, assim como foi preciso em 88, os montantes que o Brasil recebe dos seus credores; em 88 esses montantes foram da ordem de 4 bilhões de dólares; portanto, a transferência líquida em 88 foi de 12 bilhões; em 89, o Brasil espera receber alguma coisa da ordem de 4 a 5 bilhões de dólares, numa projeção, mais ou menos, moderada. O saldo é, portanto, uma transferência líquida em 89 de cerca de 10 bilhões de dólares; é menos do que foi no passado, mas ainda é excessivo e inaceitável; inaceitável porque essa transferência, em primeiro lugar, afeta a capacidade de investir do País e, portanto, de retornar um crescimento sustentado; em segundo lugar, porque essa transferência de recursos pressiona o déficit público, pressiona a expansão

monetária e afeta, por via de consequência, a capacidade de implementar uma política econômica saudável para o País.

O objetivo principal do Governo em relação à dívida externa é, e não poderia deixar de ser, uma redução da transferência de recursos. Como? Só há duas maneiras: essa transferência só pode ser reduzida por um aumento do ingresso de recursos de todas as suas fontes: bancos, organismos e agências oficiais; a segunda forma de reduzir essa transferência é a adoção de novas medidas e de novas operações para a redução da dívida.

Em 1988, o Brasil fez 7 bilhões de dólares de redução da dívida, só que as suas modalidades de redução, adotadas em 1988, não são viáveis, da mesma forma como foram em 88.

Eu gostaria, então, de discutir brevemente estes dois caminhos: os novos recursos e a redução da dívida.

Em primeiro lugar, o que se está procurando é acelerar todos os desembolsos previstos. Quais são eles? Em primeiro lugar, dos bancos comerciais. O acordo previa 5,2 bilhões de dólares a serem fornecidos em duas parcelas: a primeira estava associada a um co-financiamento do Banco Mundial para um empréstimo setorial elétrico; dado o atraso na conclusão dos entendimentos com o Banco Mundial sobre o empréstimo no setor elétrico, a decisão do Governo foi dissociar o desembolso dos bancos do desembolso do Banco Mundial e é isto o que foi obtido na reunião há poucos dias atrás com o Comitê Assessor dos Bancos. Queremos também acelerar essa parcela, mas também a próxima parcela dos bancos. Queremos também acelerar os desembolsos do Banco Mundial. Como tem sido dito várias vezes, até mesmo pelo Presidente da República, é inaceitável para o País uma transferência negativa de recursos com o Banco Mundial da ordem de 700 milhões de dólares por ano. É preciso que, pelo menos, consigamos alcançar um ponto de equilíbrio em que paguemos o Banco Mundial num volume igual ou menor daquilo que recebemos.

A Secretaria de Planejamento a quem estão afetas, no momento, as negociações com o Banco Mundial, está procedendo a uma ampla revisão da carteira de projetos com o Banco Mundial, com vistas a avaliar os projetos que foram afetados pelos cortes no orçamento, pela redução das despesas públicas e preparar alternativas a serem apresentadas, a curto prazo, ao Banco Mundial, com vistas a aumentar os desembolsos deste organismo financeiro internacional, no corrente ano.

Eu gostaria de esclarecer que há cerca de duas ou três semanas, no contacto que pude manter com o Banco Mundial, levei uma mensagem ao Ministro da Fazenda. Tratava-se de uma mensagem de preocupação quanto à perspectiva do desembolso neste ano, e que foi recebida com grande compreensão e grande disposição pelo Banco Mundial em trabalhar conosco, para que esse objetivo seja atingido.

Estamos trabalhando, também, num aumento do desembolso do BID, o qual tivermos

um fluxo negativo de recursos no ano passado. Nesse caso, o problema não está tanto no exame, avaliação e aprovação de projetos, mas no fato de que o BID está enfrentando hoje um problema de escassez de recursos para empréstimos: ele tem um limite de 250 milhões de dólares, por ano, para cada um dos países do chamado Grupo "A", entre os quais se coloca o Brasil. O problema da transferência de recursos com o BID só poderá ser solucionado uma vez seja equacionado o problema do aumento de capital do BID, que poderá levar a um aumento do seu programa de empréstimos, permitindo, quase que dobrar os empréstimos para o Grupo "A". Somente nessas condições, teremos a possibilidade de evitar as transferências negativas.

Estamos trabalhando também nessa direção e temos participado, juntamente com os demais países do Grupo "A", os 4 grandes países da América Latina, das reuniões realizadas em Washington para lograr o aumento dos recursos do BID. Grupo "A" são o Brasil, Argentina, Venezuela e México, que, juntamente com os Estados Unidos, são os maiores acionistas do Banco. Esse Grupo tem se reunido para encontrar uma solução para o aumento de recurso e tem-se reportado aos demais grupos do BID as conclusões a que tem chegado.

A quarta área em que estamos trabalhando é a da reabertura dos financiamentos, das agências oficiais dos países industrializados. Nesse particular nós tivemos algum atraso, porque, embora o acordo genérico com o Clube de Paris tenha sido assinado em julho do ano passado, só agora tivemos a possibilidade de iniciar as negociações dos acordos bilaterais, e por força dos dispositivos da Constituição, a assinatura desses acordos bilaterais depende de uma aprovação prévia do Senado Federal, o que foi dado em dezembro do ano passado.

Estamos, no momento, ultimando as negociações com o Japão, Canadá, República Federal da Alemanha e Suíça; esperamos, logo em seguida, concluir os entendimentos com os demais países para que seja possível, no mais curto prazo, uma reabertura dos financiamentos e garantias das agências desses países.

Podemos acreditar que existem perspectivas muito razoáveis do País receber, no primeiro semestre do ano, um volume de recursos da ordem de 3 a 4 bilhões de dólares. Temos mais de um bilhão de dólares do Japão — eu queria só qualificar que quando digo receber, isto é, aprovação de empréstimos, não significa, necessariamente, desembolso imediato —, mais ou menos entre 1 e 1,5 bilhão de dólares do Japão; temos com o Banco Mundial a possibilidade de aprovação, até julho, de cerca de um bilhão de dólares em empréstimos; temos também a possibilidade de 1,2 bilhão de dólares dos bancos privados, além dos recursos das agências de crédito à exportação. Do Eximbank americano, existe no momento um bilhão de dólares de projetos em exame, dos quais 100 já estão aprovados e 250 já receberam a aprovação preliminar.

Esse é um dos canais em que se pretende trabalhar, este ano, para a redução da transferência dos recursos.

O outro, e talvez o mais importante, é da redução da dívida. Nesse particular, o Governo pretende seguir em duas linhas de ação. A primeira, é a concertação com os demais países devedores, em particular os países latino-americanos, com vistas a convencer e, se possível, articular também com os países credores, com o objetivo de se conseguir uma mudança nas políticas em relação à redução de dívidas, que criem condições favoráveis para novas operações, novos mecanismos. Essa articulação entre os países latino-americanos, com vistas à redução da dívida, não é apenas uma decisão política; ela é uma imposição dos fatos. Parece não haver alternativa na América Latina para a redução da dívida, que se espera possa caminhar nessa área rapidamente, porque a América Latina apresenta ou enfrenta uma situação de gravidade sem precedentes para alguns países.

Em 1988, o produto da América Latina cresceu apenas 0,7%. Esse baixo crescimento do produto levou, no ano passado, mais uma vez, a uma queda da renda *per capita* de 1,5%. A renda *per capita* da América Latina, em 1988, era igual à de 1978. A transferência média de recursos na América Latina é igual a 4% do produto. O ajustamento efetuado nos países da América Latina levou a uma maior capacidade de exportar e a uma capacidade de gerar maiores saldos comerciais. Esse esforço, no entanto, está se mostrando inútil, porque o ganho em termos de geração de saldo comercial está sendo mais do que compensado por uma elevação das taxas de juros. As taxas de juros nos últimos 12 meses cresceram à ordem de 3%. O esforço que os países da região estão realizando está sendo também mais do que compensado por uma redução no ingresso de capitais. O resultado é que a América Latina continua em crise e a perspectiva, a menos que sejam adotadas medidas efetivas para a redução da dívida, em vez de melhor, é de deterioração, com a persistência da estagnação dos desequilíbrios macroeconómicos pela queda na formação de capital e com o agravamento das condições de vida da população.

Essa concertação, em que o Brasil tem sido um dos países mais ativos, está levando a alguns resultados, e a esperança que se tem é que esse esforço de apresentação de propostas, necessárias e realistas, encontre uma resposta adequada por parte dos bancos e governos dos países credores. Esses dias estão presenciando uma intensa atividade de concertação entre os países do chamado Grupo dos Sete, que reúne os principais países industrializados. A estratégia da dívida está sob revisão. É possível que, nos próximos dias ou semanas, o Governo americano anuncie algumas linhas, ainda que genéricas, sobre uma nova política para a dívida externa. Como se pode recordar, o Congresso norte-americano havia fixado um prazo para o Executivo, prazo que venceu na última semana de fevereiro, para que apresentasse a sua resposta quanto a uma

proposta do Congresso americano, que consta na Lei de Comércio, pela qual o Executivo deveria avaliar, e, a menos que tivesse objeções sérias, levar adiante um processo de negociação para a criação de um mecanismo ou de uma agência para a dívida, com o objetivo de recompra da dívida pelo seu preço de mercado secundário e repasse dessa dívida para o país devedor.

A estimativa atual é a de que, possivelmente, na reunião do Fundo Monetário do Banco Mundial, em abril próximo, se tenha, já, algumas diretrizes sobre uma nova política da dívida, e que, a mais curto prazo, ao responder à proposta e à determinação do Congresso americano, o Executivo já dê algumas indicações, ainda que genéricas, sobre os novos rumos que pretende seguir.

Mas evidentemente não podemos esperar que se defina esse novo quadro internacional para prosseguir nas operações que devemos levar a cabo para a redução da dívida.

Como já foi mencionado, teremos dificuldades, no curso do corrente ano, em chegar a um montante de redução da dívida a que chegamos no ano passado, da ordem de 7 bilhões de dólares, pelos mesmos instrumentos, que foram, basicamente, a conversão da dívida em investimento, seja no âmbito da conversão formal ou da informal, na medida em que o Governo decidiu reduzir o número de conversões, para reduzir o impacto inflacionário dessas conversões.

Gostaria de chamar a atenção para esta decisão, que é importante no quadro mais amplo da política do Governo em relação à dívida. Isso marca uma clara decisão de subordinar as medidas, em relação à política externa, às necessidades do programa econômico, às necessidades de ajustamento da economia e de retomada de crescimento.

Se, num primeiro momento, após a crise de 1982, ocorreu, na grande maioria dos países devedores, uma prevalência dos compromissos externos, em relação às necessidades internas de crescimento, hoje, o quadro é inverso. E, no que diz respeito ao Governo brasileiro, existe uma clara determinação de dar a primazia, como deve ser, ao programa econômico e às necessidades de crescimento, e tratar, de modo subordinado, os entendimentos relativos à dívida externa. Isto explica a decisão de suspender o reemprestimo, o chamado *releasing*, por um ano, o que foi negociado com o comitê de bancos credores, e explica também a decisão de reduzir as operações de conversão de dívida.

Se não pudemos alcançar uma redução, como no ano passado, através do mecanismo de conversão em investimento, teremos que buscar novas fórmulas, e várias fórmulas estão sendo avaliadas. Eu gostaria, apenas a título de ilustração, de mencionar algumas, na medida em que não existe ainda uma decisão sobre o que se vai fazer este ano. Uma das fórmulas contempladas poderá ser, eventualmente, a emissão de uma nova rodada de bônus de saída, com termos e condições diferentes. Uma segunda fórmula, poderia ser a troca de dívida velha por dívida nova, chamada

de securitização de dívida, com alguma fórmula de melhoria de qualidade de título ou de garantia a ser prestada, seja por organismos multilaterais, se eles estiverem dispostos e aparelhados para isto, seja por outras fórmulas que nós pudermos encontrar, como a troca, no mercado secundário, de papéis brasileiros e papéis que nós tenhamos como credores e outras hipóteses, inclusive a recompra da dívida, se conseguirmos viabilizar esse processo. Enfim, estamos avaliando diferentes instrumentos para realizar, possivelmente, diferentes operações no momento em que tivermos concluído essa avaliação.

Um outro aspecto importante da política que o Governo pretende desenvolver ainda no corrente ano, diz respeito à dívida intralatino-americana. O Brasil, além de um grande devedor, é também um grande credor. O Brasil tem créditos da ordem de 8 a 9 bilhões de dólares com um conjunto de países, que incluem os países em desenvolvimento e alguns países do leste europeu, como a Polônia.

Em relação à América Latina, a dívida de outros países latino-americanos para conosco nos cria não apenas um problema financeiro, mas também um problema do ponto de vista do nosso comércio com os países da região e da própria integração latino-americana, pois, na medida em que muitos países apresentam altas dívidas com o Brasil e muitos deles não estão em condições de pagar essas dívidas regularmente, surge um problema para a concessão de novos créditos para esses países. Se não podemos conceder tais créditos, estaremos afetando, em decorrência, a nossa capacidade de intensificar comércio e de levar adiante a integração. Portanto, uma nova abordagem para a questão da dívida latino-americano que procure também reduzir o estoque e o serviço dessa dívida é um imperativo não só para a solução do problema da dívida, mas também para o encaminhamento da integração latino-americana. Além disso, é uma demonstração para os países industrializados que os países devedores da América Latina estão dispostos a fazer entre si aquilo que eles acham que deva ser igualmente feito nas relações entre os países industrializados e países em desenvolvimento na área da dívida externa.

Não quero alongar-me mais. Apenas para concluir, eu gostaria de dizer que o objetivo desse retrospecto sobre o processo global de negociação foi um pouco para mostrar que as negociações brasileiras só podem ser entendidas se elas forem inseridas nesse processo global de negociação da dívida dos países em desenvolvimento. Esse processo global, e cada uma das suas etapas, fixa os parâmetros do que é possível atingir em cada um dos momentos do processo negociador. Em 1983 era impensável um reescalonamento da dívida por 20 anos e um *spread* inferior a 1%; em 1985, isso já era uma realidade; mas em 1985 era impensável a redução da dívida; já em 1988 fizemos a redução da dívida com um abatimento.

O segundo comentário que eu faria, ao concluir essa apresentação, é o de que estamos vivendo um momento que, de certa forma,

apresenta um paradoxo. A situação de alguns países devedores, em particular de alguns países da América Latina, é de uma gravidade sem precedentes, o que cria uma preocupação quanto ao futuro imediato. Mas, por outro lado, talvez nunca, desde 1982, houvesse condições para se caminhar não na direção, mais uma vez, de um adiamento, mas na direção de uma solução para o problema, porque as condições para a redução da dívida estão dadas. O problema é como catalizar essas condições, como conseguir que esta percepção generalizada em torno da redução da dívida se transforme em medidas concretas e imediatas, porque a situação de um grande número de países não permite que se espere por mais alguns anos ou mesmo por mais alguns meses.

Para concluir, quero dizer que a experiência de todos que acompanham o problema da dívida está em que na revisão da estratégia em curso prevaleçam as considerações de médio prazo sobre os interesses imediatistas, as implicações políticas e sociais sobre os cálculos puramente financeiros, de modo a permitir no mais breve prazo a adoção de mecanismos susceptíveis de levar a uma efetiva redução da dívida.

De nosso lado, seria preciso aprofundar o debate sobre a dívida externa, como está fazendo esta Comissão do Senado Federal. É preciso que a sociedade brasileira conheça melhor o problema e participe de modo mais ativo da busca de soluções da definição dos rumos a serem seguidos. O êxito de qualquer política, em relação à dívida externa, dependerá, em grande medida, da legitimidade que vem do apoio da sociedade, da credibilidade que vem do enunciado de objetivos executáveis, apoiados na evidência de que nós estamos de nossa parte fazendo também o que nos compete na administração adequada da economia. E, finalmente, da firmeza nos propósitos e na continuidade nas ações. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Preliminarmente, agradecemos ao Ministro Sérgio Amaral, a manifestação e a exposição. Antes de conceder a palavra aos Srs. Senadores, daremos ensejo à complementação, à intervenção do Dr. Arnim Lore, Diretor do Banco Central, partícipe do processo de negociação da dívida externa, em nome do Governo também.

**O SR. ARNIM LORE** — Muito obrigado, Senador Carlos Chiarelli, Sr. Senador Fernando Henrique Cardoso, Senadores membros da Comissão.

Como representante do Banco Central no grupo que renegocia a dívida externa brasileira, acho que cabem algumas observações ao relato que o Sérgio Amaral fez e são observações mais voltadas ao aspecto técnico dessa grande quantidade de pontos, levantados pelo Sérgio Amaral, que nos mostram especialmente o quanto é grande o assunto da dívida externa.

Quando vemos que de 1982 a hoje, que é o período em que o País se encontra em

renegociação de sua dívida, as diversas fases em que a atividade ocorreu, o número de problemas que o País viveu, em decorrência do caminho que foi escolhido para que essa dívida fosse renegociada e ajustada a nossa capacidade de andar com ela, parece-me que é pertinente mencionar a atividade do Banco Central como órgão de controle, registro e informação, sustentação técnica e de formulação de políticas futuras. A partir do momento da constatação da necessidade de um acordo com os credores em 1982, para que fosse possível a continuação da existência do País na comunidade internacional, criou-se dentro do Banco Central uma necessidade que até então não existia: a necessidade de dados que permitam ao Governo, em todos os setores que têm relação com a dívida externa, de informações corretas, consistentes e adequadas e que este trabalho, mencionado pelo Sérgio, que nos dá uma idéia de quanto ele é detalhado e importante, vêm sempre do Banco Central. Quer dizer, todas essas fases que o Sérgio relatou, e que nós como indivíduos acompanharmos, sempre têm a base técnica nas informações do Banco Central.

Gostaria só de mencionar, com algum detalhe, o que o Banco Central tem feito neste sentido e quanto terá que fazer para que todas as sugestões e direções que o Sérgio mencionou precisam ser apoiadas.

Em 1982, o Banco Central, pelo trabalho que vinha fazendo desde a sua existência, permitiu que o Brasil fosse o único País que fosse para a mesa de negociações, tendo conhecimento da totalidade da sua dívida, onde ela se encontra e como está distribuída no tempo, não só com os órgãos internacionais, mas com todas as atividades financeiras que o País tem internacionalmente. Acho que essa é uma informação que muito poucas pessoas se dão conta, de que o nosso País é provavelmente o único que tem um registro completo de toda a sua atividade internacional a nível de centavo. Então, em nenhum momento desse período de renegociação o País deixou de ter no contato com os seus credores a demonstração de qualidade de controle muito diferenciada dos outros países. Depois, também temos...

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Dr. Arlen, o Sr. me desculpe um informalismo, mas em face de uma incontrolável curiosidade, já que tantas figuras expressivas governamentais aqui passaram, ministros, ex-ministros, presidentes do Banco Central, etc., várias vezes tentamos chegar a esse elemento de informação, rigorosamente detalhado e fundamental. V. S<sup>a</sup> agora nos diz que o Brasil foi o único País devedor que chegou à mesa de negociações conhecendo efetivamente, como um devedor consciente, quanto deve, diga a esta nossa Comissão, mate esta nossa curiosidade: quanto é que devemos hoje? Porque faz 2 anos que queremos saber e ainda não sabemos.

**O SR. ARNIM LORE** — Todos os dados que foram encaminhados ao Senado são contábeis...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O Banco Central nos tem encaminhado dados — vamos deixar bem claro — tantos quantos foram requeridos, mas sempre havia, por razões inclusive de natureza técnica, dificuldade de essa precisão atualizada. O Sr. nos diz hoje que tem esse elemento. Então, apenas pediria que...

O SR. ARNIM LORE — Mas o último conjunto de contratos que foi encaminhado ao Senado é uma confirmação.

No que diz respeito às informações contábeis, gostaria de reafirmar o que disse anteriormente, de que a situação ativa e passiva do Brasil no mercado internacional é controlada pelo Banco Central, é exata e atualizada na medida do trabalho que dispomos.

Outros aspectos, ainda, que me parecem ser necessários mencionar neste momento, seriam os que o Sérgio levantou, com referência à conversão da dívida como sendo um dos caminhos que, no ano de 88, teve um andamento diferenciado na história da nossa dívida; e também o valor e o caminho que foi escolhido.

Os senhores lembram que a conversão vinha sendo discutida há alguns anos e no ano de 88 ela teve andamento: no dia 1º de fevereiro a Resolução nº 1.460 foi aprovada pelo Conselho Monetário e no dia 18 de março o Banco Central emitiu um regulamento complementar e, a partir de então, tivemos a primeira experiência do Brasil em permitir que o mercado demonstrasse qual o valor que ele considerava necessário a pagar, para que ele obtivesse a possibilidade de utilizar um depósito em poder do Governo para transformar em investimento.

Nós, no ano de 1988, assistimos diversas discussões do processo de conversão, mas eu acho que a discussão foi pequena, ela não foi detalhada e suficiente, ela poderia ter sido mais objetiva, mas o ano foi cheio de outros assuntos da maior relevância e não permitiu que houvesse uma discussão mais profunda desse tipo de assunto. Eu acho que o princípio foi criado, nós poderíamos ter tido uma discussão mais profunda e, com certeza, mais ampla com todos os setores da sociedade quanto a esse aspecto. Mas eu acho que só o valor que nós conseguimos no ano de 88, nas diversas formas de redução da dívida, nos indicam que é um mecanismo que deve ser estudado com um pouquinho mais de profundidade.

E, por último, eu gostaria somente de mencionar que o trabalho que esta Comissão, ao longo desses anos, tem elaborado somente terá eficácia se for um trabalho de muita profundidade. Então, como o Senador Carlos Chiarelli me disse que não dispõe dos dados, eu acho que é imprensável para o sucesso desta Comissão ter o conhecimento detalhado do tipo da dívida que nós temos para com os nossos credores. Quais os mecanismos que o País dispõe de controle e de administração dessa dívida e os outros mecanismos legais que nos criam direitos e obrigações na nossa existência no mercado internacional?

E, finalmente, eu gostaria de agradecer e me colocar à disposição, como administrador do Banco Central e como indivíduo para os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Dr. Arnim, eu não disse que nós não tínhamos dados, nem que o Banco não nos tivesse fornecido os dados. Ele nos tem fornecido, aliás, com absoluta pontualidade. A única coisa que eu disse é que nós não tivemos até hoje esse valor global, total, atual, e que nós teríamos o maior desejo de conhecê-lo, apenas isso. Se V. S. o tem, então revele esse segredo fantástico aqui.

O SR. ARNIM LORE — A dívida externa registrada em 30-6-88, dentre os diversos itens, é de 101 bilhões, 699 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Trinta de junho?

Eu gostaria apenas, agradecendo também a intervenção, às questões, indagações e manifestações, de dar a informação de que o Dr. Sérgio tem um compromisso, que lhe surgiu de repente, a nível do Ministério da Previdência, ao meio-dia, e que nós gostaríamos então de ter possibilidade, com a maior brevidade, de viabilizar a maior rentabilidade do nosso trabalho dentro dessa hora que teremos pela frente.

O Senador Fernando Henrique Cardoso, Relator da Comissão, está pedindo preferência, a qual nós concedemos com a maior...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (Relator) — Mas não com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Feitas estas manifestações de Presidentes e Presidenciáveis, volto à Comissão e peço que o Relator se manifeste.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (Relator) — Sr. Presidente e Srs. Senadores da Comissão, minhas observações são muito poucas, são pequenas.

Ouvimos com muito proveito a exposição do Ministro Sérgio Amaral e o complemento feito pelo Diretor do Banco Central. Eu tenho, em primeiro lugar, que lamentar, lamentar que essas informações tenham chegado só hoje aqui. Esta Comissão existe há alguns anos e prestou, criou alguns serviços, pelo menos no sentido do esclarecimento do processo do negociador, e até mesmo, em certa altura, ao próprio processo do negociador, como bem lembrou o Ministro Sérgio Amaral, que foi de uma eficiência incrível, quando da nossa visita aos Estados Unidos, eficiência que é fácil de comprovar pela maneira como ele expôs, hoje, aqui. Com toda segurança, é um dos maiores conhecedores do processo negociador da dívida. Infelizmente, a uma certa altura, o fluxo de informações foi suspenso a esta Comissão, eu acho que com perdas muito grandes, não apenas para a Comissão, mas para o País. É uma maneira de se verificar, com toda clareza, o que está ocorrendo na negociação da dívida. Tanto mais o que está ocorrendo não

é nada de extraordinário, ou nada que deva ser escondido. Ao contrário, eu acho que a exposição do Ministro Sérgio Amaral, nos mostrou que o Brasil dispõe de uma equipe negociadora de primeira categoria e de uma equipe negociadora que não é atual, há uma continuidade já. São tantos anos de dívida e tantas agruras que nós temos gente especializada nesse sofrimento da dívida, nessa tortura da dívida; tem gente que sabe passo a passo, o que acontece, por que acontece, como é que acontece. Portanto, nós ouvimos, hoje, aqui de manhã, a reafirmação de uma série de questões que já haviam sido levantadas há mais tempo e que antes eram levantadas pela oposição e que hoje é uma linguagem nova, porque não se trata nem de oposição nem de Governo, o caso é problema nacional e de um problema que tem que ser, realmente, visto dessa perspectiva.

Eu me recordei, aqui mesmo nesta sala, da primeira vez que nós falamos da necessidade de uma negociação política, alguns senadores ligados ao Governo da época reagiram violentamente, parecia heresia falar-se nisso, porque primava o mercado, hoje é o Governo que diz que a questão fundamental é uma negociação em outro nível, que não é no nível dos agentes financeiros, que é um nível político. E mais ainda, aparentemente, alguns sinais nessa direção já estão sendo dados pelo próprio Governo. Isso me parece uma coisa positiva do que está acontecendo. Mas deixa claro o seguinte: eu não vou entrar em nenhuma tecnicidade, mas uma pequena pergunta e mais nada nessa direção. Mas deixa claro também que a dificuldade que nós temos, hoje, de sair desse embaraço é precisamente da falta de uma ação política mais energética.

Os esforços despendidos no ano passado foram consideráveis, o resultado foi magro. Não porque os esforços não tivessem sido orientados tecnicamente no lado correto, mas porque não houve nenhuma situação de poder que levasse a uma aceleração da questão do alívio da dívida. Isso eu acho que é evidente. Também não adianta a gente falar sobre a existência ou não de uma situação de poder: ou se a cria, ou não há o que fazer.

O Ministro Sérgio Amaral, com muita corréção, mostrou que a situação da América Latina se agravou, e ao dizer América Latina, disse Brasil também, porque a nossa também se agravou, houve uma perda efetiva do Brasil, inclusive em termos de crescimento econômico, que foi negativo, no ano passado. Os mais otimistas ainda fazem apelo ao crescimento do mercado informal, para dizer que não foi tão grave assim, mas pelo menos no que há de registrado foi negativo. Isso mostra a todos nós que quanto mais houver informação sobre essa situação mais se criaram condições para que, politicamente, se possa ter uma negociação mais firme. Quer dizer, quanto mais o Brasil for informado da realidade, melhor é, e não pior; quanto mais canais existam nessa direção, melhor, porque ninguém vai fazer milagre. Nós temos uma eleição e o Governo eleito não fará milagre, mas ele tem que contar com a verdade e tem que contar com o apoio

da sociedade. Um dos dados que mais me impressionaram na negociação da dívida foi o fato de que dois Ministros se demitiram em pleno curso de negociação. Ministros, como o Ministro Mailson também, que quando nos prestaram informação o fizeram com toda honestidade, com toda sinceridade e até ajudaram a montar essa política. Muito do que houve aqui foi montado pelo Ministro Bresser; o plano negociador do Ministro Bresser não difere essencialmente do que foi feito em seguida. Ele, hoje, tem uma posição um pouco diversa disso, mas, na verdade, inclusive todo esse aspecto da negociação não convencional que, vamos ser claros — faço essa observação, Ministro — foi muito tímida ainda, quer dizer, em termos de resultados efetivos, como diz o Presidente Chiarelli, é apenas um comercial: nós anunciamos o que pode ser feito, a securitização etc., mas tudo isso muito timidamente ainda.

Vejo, com alegria, a referência feita aqui à Lei do Comércio dos Estados Unidos. Nós discutimos isso lá nos Estados Unidos onde há, efetivamente, a menção à formação de um fundo internacional para a recompra da dívida.

Quanto eu saiba, o único país que fez isso com alguma energia maior foi o México — e não sei até que ponto foi exitoso. E, note-se, o México tinha saldos consideráveis na balança comercial. Nós não os temos na mesma proporção para fazermos por nossa conta.

De modo que uma ação enérgica no plano internacional que vá nessa direção, complementada por uma ação entre os países devedores, forçando uma renegociação, parecer-me ser o único caminho para que se saia desse impasse, que é doloroso.

O esforço brasileiro foi imenso e o Brasil mostrou um enorme potencial de crescimento. E os resultados foram sempre magros. O dado trazido pelo Ministro Sérgio Amaral, de que a taxa de juros subindo 3% em um ano, anula praticamente o grande esforço, é um dado fundamental.

Toda a teoria existente é de que o que falta é um reajustamento; a teoria hoje prevalente é de que os países vão mal porque não são capazes de adotar medidas duras internamente, não fazem os reajustamentos necessários, nem o esforço exportador necessário para saldar os seus débitos. Toda essa teoria vai por terra porque a taxa de juros sobe.

É uma situação, realmente, digamos assim, de sísifo: um recomeçar eterno para continuar pagando. Não há outra saída senão a política.

Apenas mais duas observações.

Uma é com relação ao Banco Central. Uma das paixões do Congresso é a famosa auditoria da dívida. Esta Comissão teve acesso à papelada do Banco Central. Alguns Senadores foram verificar. A dificuldade que se tem é imensa, porque é um tal volume físico de contratos que, evidentemente, é extremamente difícil. Acho que o Governo deveria se antecipar a tudo isso.

Recordo-me que o Presidente Sarney, logo no início do seu Governo é logo que constituímos esta Comissão, nos disse: "Não se

preocupem, o livro branco — não sei que cor tinha — da dívida vai ser publicado". Por que não fazer isso, meu Deus?

O SR. ARNIM LORE — O Senhor permite?

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Permito, até peço.

O SR. ARNIM LORE — Como bancário privado, no início do atual Governo, eu acompanhei o esforço do Senado e do Congresso em obter esses dados. E soube, também, da remessa da kombi aqui para a Comissão.

Na verdade, toda a atividade de dívida foi publicada no **Diário Oficial**. Ex<sup>a</sup> sabe disso?

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Sei.

O SR. ARNIM LORE — Quer dizer, toda operação que se registrou neste País teve diversos pontos relevantes.

O primeiro deles é que não há dívida contratada pelo País sem que tenha havido um contrato de câmbio.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Claro.

O SR. ARNIM LORE — Segundo: uma vez contratado o câmbio e assumida a dívida, ela depois tem um registro emitido que tem a sua confirmação pelo **Diário Oficial**.

Então, não sei em que ponto encontra-se, hoje, a auditoria da dívida do ângulo de visão da Comissão da Dívida Externa, mas acho que esse estudo deveria ser concluído logo para que se encerrasse esta fase da dívida, se é que V. Ex<sup>a</sup> ainda a têm, do tamanho da dívida, o que existe em registro e o que cabe ao Banco Central fazer.

Penso que a atividade do Banco Central; com certeza, foi cumprida; a lei que estabelece as obrigações é a Lei nº 4.131, provavelmente uma das leis hoje em vigor mais antigas, e V. Ex<sup>a</sup> tenha a certeza de que tudo o que a lei determinou foi feito pelo Banco Central.

O que poderá haver é uma discussão quanto à utilização dos recursos. Então, a parcela que diz respeito à atividade do Banco Central na formulação da dívida, V. Ex<sup>a</sup> não tenha dúvida, foi cumprida.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Não, não tenho dúvida, até porque tive acesso a ela. O que estou dizendo é que se o Banco Central tivesse se antecipado, digamos, na sistematização desses dados e na informação, talvez não tivéssemos discutido tanto a necessidade dessa auditoria da dívida que, para muitos, é uma esperança. Mas quem conhece o problema, sabe que dessa esperança vai resultar uma frustração, porque o ponto central é esse que V. S<sup>r</sup> mencionou aqui, ou seja, o que foi feito com esses recursos.

E essa não é uma questão do Banco Central.

O SR. ARNIM LORE — Não, não é.

Então, se V. Ex<sup>a</sup> tem ainda alguma dúvida quanto a coisas que o Banco Central pode informar, S. Ex<sup>a</sup> devia...

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Eu tenho uma, e vou pedir já. É que houve uma informação relevante do Presidente do Banco Central, na época do Dr. Mijlet, que diz respeito a quanto da dívida é produto do juro flutuante. Isso ele nos deu, fez uma exposição aqui...

O SR. ARNIM LORE — Mas essas tabelas existem.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Existem, mas eu gostaria que fossem oficialmente consolidadas e enviadas a nós, porque isso é um dado importante. Acho que a questão mais dramática desse processo de endividamento, descontados os eventuais maus investimentos, problema que não é dos credores...

O SR. ARNIM LORE — Nem do Banco Central.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Nem do Banco Central, será de quem investiu. Descontado isso, é o fato de que nós temos um peso muito grande da dívida, que é ocasionado pela flutuação dos juros, a qual não corresponde uma contrapartida de investimento. Isso é grave, porque aí...

O SR. ARNIM LORE — Eu acho importante....

O SR. PRESIDENE (Carlos Chiarelli) — Só um minutinho. Vou permitir que o Senador Fernando Henrique Cardoso termine a intervenção e nós daremos a palavra a V. S<sup>r</sup> no momento adequado para se manifestar.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Enfim, eu gostaria de receber do Banco Central algum documento explícito sobre o que corresponde, na dívida, à flutuação de juros. Com relação à auditoria, o que estou dizendo é que simplesmente não há informação, não só nesta Comissão, como não há no Congresso, que tem ainda a expectativa de que, ao fazer uma auditoria, na dívida vai pegar o "pulo do gato". Eu acho que seria melhor que houvesse uma antecipação do Banco Central, para mostrar que as coisas são diferentes, que não é por aí que se vai realizar realmente um grande avanço na descoberta das causas da dívida.

Com relação ao Ministro Sérgio Amaral, eu só queria fazer uma observação. V. S<sup>r</sup> não acha que foi uma imprudência subordinar a construção da Usina Angra III à Eletrobrás? Porque isso, obviamente, permitiu ao Banco Mundial fazer restrições ao desembolso; não havia nenhuma necessidade — parece-me — técnica de que houvesse essa decisão de subordinar a construção das usinas atômicas à mesma entidade que constrói usinas hidrelétricas, em nome da qual os empréstimos são concedidos. Quero saber se eu estou errado ao fazer esta consideração e se não é isso o que nos está atrapalhando, pelo menos no desembolso de 600 milhões de dólares, sem entrar na discussão de se cabe ou não ao Banco Mundial fazer um monitoramento, o que nós vamos fazer aqui ou não, mas no caso do em-

préstimo? Fora disso, Sr. Presidente, eu não teria nenhuma outra observação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu consulto ao Dr. Arnim Lore se tem alguma informação complementar a prestar.

O SR. ARNIM LORE — Pois não. Eu vejo que V. Ex<sup>a</sup> tem dúvidas e parecê-me que algumas informações que V. Ex<sup>a</sup> deseja não foram fornecidas. Então, coloco-me à sua disposição, para que se encaminhe todas essas tabelas eventualmente necessárias para sanar essas dúvidas que V. Ex<sup>a</sup> tem. Estou à sua disposição, para, à hora em que V. Ex<sup>a</sup> quiser, dar essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Senador Fernando Henrique Cardoso as referências elogiosas feitas à delegação negociadora brasileira e, particularmente, a mim próprio. Para mim isso é muito importante, sobretudo partindo do Senador Henrique Cardoso, por quem eu tenho profundo respeito; isso é muito importante para nós, como negociadores, porque essas negociações são extremamente difíceis, é um jogo muito pesado, em que os nossos interlocutores do outro lado da mesa, muitas vezes, se servem de todos os instrumentos para diminuir, para denegrir e para desqualificar os negociadores brasileiros. E, nesse sentido, é muito importante que nós possamos contar com apoio, quando o Congresso, o Senado, a Comissão da Dívida julgar que o mesmo é merecido.

Eu gostaria, em segundo lugar, de concordar inteiramente com os comentários feitos pelo Senador Fernando Henrique Cardoso quanto à necessidade de fornecimento de informações adequadas em tempo, ao Senado e ao Congresso em geral e, eu diria mais, à opinião pública, porque nós só teremos uma posição negociadora com credibilidade e com legitimidade se ela resultar de um amplo debate nacional e se ela refletir as posições da sociedade.

Acho que nós só lograremos esse objetivo se a negociação da dívida não for o trabalho de um pequeno número de iniciados, mas resultar de um conhecimento amplo da sociedade e de um amplo debate.

Concordo, também, quanto ao fato de que as iniciativas tomadas em matéria de redução de dívidas, até hoje, são tímidas. E elas são. O Brasil foi uma porta que se abriu para o lançamento de bônus de saída.

No México, uma tentativa mais ou menos parecida também alcançou resultados mais ou menos tímidos, porque o México abateu apenas dois ou três bilhões de dólares, mas, com um custo um pouco maior do que o nosso, porque para atingir esse objetivo, o México teve que comprar um título do Tesouro americano para servir de garantia à sua dívida.

O desconto, no caso do Brasil e do México, é parecido, é da ordem de 30%. A nossa ope-

ração foi um pouco menor, mas sem custo para o País, do México foi um pouco maior, mas com custo para aquele país.

Por fim, quanto à questão de Angra III, acho que, af, o que aconteceu foi a adoção, pelo Governo, de uma medida que encontrava bons fundamentos do ponto de vista da organização do setor, da racionalidade administrativa e da contenção de despesas. Ela teve, no entanto, um desenvolvimento inesperado e lamentável, que foi o de se tornar num complicador para a conclusão das nossas negociações com o Banco Mundial. Complicador que, agora, no que diz respeito ao desembolso dos bancos, está sanado pela concordância dos bancos em dissociar empréstimo setorial eletrônico do seu desembolso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Afonso Sancho.

O SR. AFFONSO SANCHO — Vou procurar ser o mais direto, porque, senão, não vai dar tempo para ouvirmos o nosso ilustre Sérgio Amaral respondendo.

Pergunto, Dr. Amaral: com a experiência que V. S<sup>r</sup> tem — embora nesses últimos dias V. S<sup>r</sup> tenha sido muito festejado pela imprensa como inábil —, V. S<sup>r</sup> não acha que deveríamos sair desse "rengue-rengue" de dívida externa para investimento? Porque cada vez que fazemos mais empréstimo — acho que somos um caloteiro desclassificado, porque tem o caloteiro classificado — estamos levantando aqui um bilhão, já sabendo que essa dívida pode valer só 300 milhões.

V. S<sup>r</sup>, não acha que o Brasil precisaria mudar de rumo e de rota, com uma decisão política competente, eficiente, clara e objetiva, no sentido de que passássemos, de agora em diante, a procurar investimentos para o País? Porque um país, como o Brasil, que não tem problema de guerras com ninguém, um país como o Brasil, que tem uma riqueza que ainda não foi arranhada totalmente, tem condições de oferecer ao mundo posições de investimentos que, talvez, poucos países tenham. E se vamos sempre falar: "Vamos levantar mais tanto para pagar tanto", porque a empresa diz que o Brasil vai ter 600 bilhões, não se sabe se esses 600 bilhões são apenas para rolar a dívida. E a nossa dívida sempre aumentando...

Então, gostaria de fazer essa indagação: V. S<sup>r</sup> não acha que o Brasil teria que ter um rumo diferente na sua dívida e passar a pensar em investimentos e não em contrair mais dívidas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Queria agradecer V. Ex<sup>a</sup> a pergunta, que me dá a oportunidade de comentar uma questão central para o problema e que escapou à apresentação inicial.

Concordo inteiramente com o comentário de V. Ex<sup>a</sup> e acho que uma das fórmulas para superarmos esse enorme constrangimento para o desenvolvimento, que a dívida externa criou é, sem dúvida, aumentar o investimento,

não só sob a forma de novos investimentos para o País que não gerem uma acumulação da dívida, como também, a da transformação da dívida existente em investimentos, que é a conversão da dívida.

Penso, no entanto, que se este é um caminho importante, ele não pode ser visto como o caminho principal, ou único, porque também apresenta alguns limites. Temos, sem dúvida, que retomar a conversão da dívida-investimento, tão cedo as condições da economia e o êxito do programa econômico o permitam. Poderemos, também — e devemos — criar as condições para que o Brasil continue a ser um País que atraia investimento estrangeiro. Este é um dos temas no qual o Congresso Nacional tem um papel muito importante, porque é essencial dar ao investidor sinais mais ou menos claros, e não equívocos, quanto a nossa posição quanto ao investimento estrangeiro. Penso que o investimento estrangeiro, ao lado de outras medidas, particularmente da redução da dívida, estão no caminho de uma solução para o programa.

O SR. AFFONSO SANCHO — V. S<sup>r</sup> não acha que é contraproducente falar-se em cartel de devedores, principalmente na América Latina, quando os interesses de cada país são diferentes: há países que não têm quase nada para exportar, que não têm essa diversificação que temos. Como iremos unir-nos a estes países para pleitear melhores condições da nossa dívida quando, no meu modo de ver, é contraproducente? Como eu trabalho num pequeno sistema financeiro, vejo que dois credores não podem unir-se para tratarem de um mesmo assunto; nem dois devedores podem fazer a mesma coisa. Entendo que isso é contraproducente, mas gostaria de ouvir a opinião de V. S<sup>r</sup>.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Concordo com V. Ex<sup>a</sup> também quanto a esse ponto de que esta não é uma meta do Governo brasileiro, como também não é um objetivo dos demais devedores latino-americanos, com os quais temos estreitado muito as nossas relações nestes últimos meses. O que o processo de articulação entre os principais devedores latino-americanos busca, não é formação de um cartel de devedores para não pagar a dívida, mas um melhor conhecimento de um problema comum que afeta um grande número de países; de um problema que afeta países que têm diferentes situações, mas que enfrentam também algumas dificuldades semelhantes, como o problema da transferência de recursos, é o impacto do serviço da dívida sobre o manejo da economia.

Essa troca de experiências é muito importante e talvez no ano passado, no Rio de Janeiro, pela primeira vez os Ministros da Fazenda de um grupo importante de países latino-americanos sentou-se em torno de uma mesa não para planejar um calote, mas para discutir problemas comuns, para conhecer melhor as experiências de uns e de outros e para formular uma proposta razoável e realista em torno de um passo necessário, que é o da redução da dívida.

Esse tipo de exercício consideramos não apenas importante, como necessário. O cartel da dívida, além de ser contraprodutivo, parece ser uma ilusão.

O SR. AFFONSO SANCHO — Gostaria, também, de fazer a seguinte indagação: qual é a dívida que pode ser arrematada com valores menores: é a dívida toda ou a dívida dos bancos? Essa dívida envolve também os bancos estaduais, os bancos intercionais?

O SR. SÉRGIO AMARAL — Essa é uma boa pergunta e de difícil resposta. Em primeiro lugar, nas circunstâncias atuais, a única dívida suscetível de abatimento no mercado secundário é a dívida para com os bancos comerciais, porque apenas vão à esse mercado secundário é a dívida para com os bancos comerciais, porque apenas eles vão a esse mercado para vender os seus créditos. Portanto, isso retira, de imediato, a dívida para com governos e países credores e a dívida para com os organismos. No caso do Brasil, esse universo de dívida suscetível de abatimento no mercado secundário ficaria limitado a alguma coisa da ordem de 60 bilhões de dólares. Mas seria uma ilusão, também, acreditar que seria possível converter essa dívida de 60 bilhões de dólares por novos títulos aos níveis atuais de desconto no mercado secundário.

O mercado secundário, hoje, está na ordem de 27 a 28% para o papel brasileiro, o que significa que há certos bancos credores do Brasil que estão dispostos a transferir seus créditos, mediante o recebimento de 28 centavos por cada dólar de crédito. É evidente que, se tivéssemos condição de chegar no mercado secundário para fazer a recompra e começássemos a fazer isso em valores significativos, o preço do papel começaria a subir, porque essa é uma operação de mercado subordinada à lei da oferta e da procura. Portanto, é muito difícil dizer, em primeiro lugar, qual é o universo dos bancos que está disposto a vender o papel e qual o que não está; segundo, qual seria o comportamento do mercado, se começássemos a fazer operações de recompra em valores significativos.

Quanto à primeira questão, uma avaliação, ainda que muito precária, dá-nos a impressão que, do universo dos bancos credores do Brasil, existe uma diferença entre duas categorias de credores. Os pequenos e médios bancos, e talvez com alguma preponderância dos bancos europeus, estão dispostos a vender a dívida no mercado secundário a preços baixos. Um universo da ordem de mais ou menos 25% desses bancos estariam dispostos. Os restantes, bancos maiores...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Vinte e cinco por cento dos bancos ou dos créditos?

O SR. SÉRGIO AMARAL — Vinte e cinco por cento dos créditos. Um número de bancos correspondendo a 25% dos créditos. Um número de bancos, no entanto, bancos maiores e com créditos maiores, que têm interesse de longo prazo no País, prefere talvez guardar

os papéis na sua carteira, em vez de vendê-los no mercado aos preços atuais. A idéia que se tem é a seguinte: se o Brasil começasse a comprar, se ele estivesse em condições de comprar ou se surgissem operações de transformação da dívida, ao nível atual seria um número muito pequeno. O mercado, hoje, aceitaria operações que vão de 200 a 300 milhões de dólares por mês. Mais do que isso, o preço começaria a crescer e cresceria tanto mais quanto maiores fossem os volumes utilizados para a recompra ou as operações com esse papel.

O SR. AFFONSO SANCHO — Uma última indagação. V. Ex<sup>a</sup> falou que o Brasil é um país também credor da ordem de 9 bilhões de dólares. Este número é referente à América Latina ou ao crédito geral do Brasil e do mundo?

O SR. SÉRGIO AMARAL — Oito a nove bilhões de dólares é o valor dos créditos globais do Brasil para com o mundo. Desse total, 3 a 4 bilhões de dólares são para com a América Latina e, desse total de crédito para com a América Latina, um percentual da ordem de 30 a 40% apresenta dificuldades de pagamento.

O SR. AFFONSO SANCHO — A informação que tínhamos é que somente a África devia ao Brasil cerca de 10 bilhões de dólares, a Polônia devia cerca de 2 bilhões de dólares e tinha o crédito da América Latina. Aqui na Comissão de Relações Exteriores, eu como Senador, preocupo-me quando chega aqui um embaixador pois, geralmente, nenhum país destes, como o Brasil, tem a balança equilibrada. O último embaixador que esteve aqui foi o da Costa do Marfim e eu lhe indagava se a França, que tem uma influência muito grande em seu país, não estaria fazendo o papel do banqueiro sabido, mandando aquele País, que vive sob a sua proteção, fazer operações fora para se cobrir. Até perguntei se saberia os percentuais das negociações entre a Costa do Marfim e a França. Ele me adiantou que era trinta por cento. Pergunto, Dr. Sérgio, se é interessante para o Brasil investir nesses países quando sabe que não vai receber, estando, por outro lado, contraindo indébitos dos países que têm meios para emprestar.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Senador, esta é outra questão importante. Não tenho, no momento, os números exatos da distribuição dos créditos brasileiros. A América Latina — três a quatro bilhões de dólares; Polônia — o principal e os juros, chega perto de três bilhões; África, é algo substancialmente menor. A situação dos países africanos é, de modo geral, mais grave do que a dos países latino-americanos. Não tenho uma avaliação exata, mas acredito que as dificuldades de pagamento deles sejam tão grande para o cumprimento de suas obrigações para conosco como para com os países industrializados. O que parece claro é que se torna necessária uma reavaliação do nosso relacionamento com os países em desenvolvimento em geral, reavaliação que leve em consideração que o

imperativo, que parecia que tínhamos na década de 70, que era o de exportar a qualquer custo para fazer frente aos nossos compromissos externos, hoje tem que ser repensado, pois de nada adianta termos bons números nas cifras de exportações da Cacex, se depois não conseguimos receber aquilo que emprestamos. Portanto, é melhor uma política mais realista que leve em consideração as reais capacidades do país devedor.

No caso da América Latina, a situação é um pouco diferente, porque, ainda que alguns países tenham dificuldade para nos pagar, não podemos simplesmente interromper um relacionamento, que é muito importante para nós em termos econômicos e políticos, temos de encontrar outras modalidades, primeiro para superar o problema existente da dívida atual, e em seguida para retornar um relacionamento mais intenso, mas que se faça na base de equilíbrio de comércio. Não nos adianta nada termos saldo com a América Latina, se não o recebemos. É melhor para nós, e para os nossos parceiros, um equilíbrio de comércio, pois isso será fonte para um maior estreitamento econômico e para a integração.

O SR. AFFONSO SANCHO — Sr. Presidente, estou satisfeito — embora estivesse sem rol de indagação — diante da brilhante palestra que o nosso visitante fez, mas não quero tomar o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — A palestra não lhe ensejou respostas, mas pergunto?

O SR. AFFONSO SANCHO — Tenho um rol de perguntas para fazer mas não quero tomar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Teremos outras.

Cém à palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, sei que há premência de tempo e vou colaborar, sintetizando, não fazendo bem uma pergunta, mas uma avaliação desses depoimentos que registro realmente, como o fez o Senador Fernando Henrique Cardoso, o de absoluta transparência, o que para nós é fundamental.

V. Ex<sup>a</sup>, Ministro, fez um histórico de como se contrai uma dívida, como se administra uma dívida externa, que resulta na diminuição da renda per capita de um país. Então, é um histórico de como não se deve contrair uma dívida externa.

Não culpo pessoas; acho que este é um problema da sociedade brasileira e é uma realidade que estamos e temos que administrar daqui para frente. Agora, o que me parece é que se pode concluir que esse modelo econômico com um alto nível de dívida externa não convém a qualquer país, e digo isso porque, durante os últimos anos, ouvi-se anunciar com muita satisfação na hora em que se obtinha o que se dizia "dinheiro novo", e sempre me preocupei com dinheiro novo. As pessoas vibravam com dinheiro novo e eu me preocupava com ele. Concordo com o Senador Sancho, porque realmente temos de mudar todo

esse esquema. Não interessa ao País endividar-se. V. Ex<sup>a</sup> disse agora mesmo que há bancos maiores que preferem até ficar com os títulos em carteira a negociar com deságlo grande.

Não culpo os credores dos erros que eventualmente fizemos e fizeram na nossa dívida externa. Acredito que se há culpa é da sociedade brasileira, daqueles que negociaram, que não fiscalizaram, daqueles que não criticaram. Penso que é muito importante que, quem sabe, estejamos iniciando, a partir de hoje, aquilo que considero mais grave no País, no momento, como se fosse uma letargia geral. Hoje não devíamos ter nenhuma poltrona, nenhuma cadeira vaga nesta manhã. Estes depoimentos são da mais alta importância para o País. No entanto, vemos que há pouca presença, porque há quase que uma paralisia. Estamos vivendo um clima no País que dá a impressão de que o Presidente da República vai entregar o cargo amanhã, no próximo 15 de março, quando será no ano que vem.

Preocupou-me muito quando V. Ex<sup>a</sup> afirmou que não há ainda uma decisão do que se fazer este ano. Além disto, a sua afirmação de que agora estamos subordinando a dívida externa ao programa econômico interno, que é uma intenção. Parece-me, entretanto, ser uma realidade que o programa econômico interno esteja subordinado inexoravelmente ao problema da dívida externa. Então, não sei como vamos sair desse círculo vicioso. De qualquer forma, creio que é importante este tipo de debate, de integração, essa abertura dos problemas para o País, para a sociedade inteira. É preciso também se fixar o quanto antes o que se vai fazer este ano. Qual é o modelo? Qual é o caminho? Precisamos saber para podermos apoiar ou não, mas este debate tem de acontecer de qualquer forma.

Eu gostaria apenas de fazer uma pergunta, que é uma das curiosidades que está dentro da cabeça de todos os brasileiros e que não sei se poderia ser respondida pelo Sr. Lore ou pelo Ministro — há uma idéia, já se pensou em penalização dos recursos em dólares dos brasileiros lá fora, uma forma de penalizar, e há, inclusive, uma estimativa de quantos bilhões de dólares existem em contas de brasileiros no exterior?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Das perguntas, apenas essa última, do dinheiro dos brasileiros no exterior é que é para ambas.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Eu queria agradecer ao Senador Affonso Camargo e gostaria de fazer algumas ponderações sobre os comentários e a pergunta feita.

Entendo que talvez deva ser uma avaliação demasiadamente crítica dizer que não deveríamos ter contraído essa dívida. Certamente, na acumulação da dívida, houve erros, falhas tanto dos credores quanto dos devedores. Uma avaliação final, se foi bom ou mau para o País a dívida que contraímos, dependeria de uma avaliação dos investimentos que foram feitos com essa dívida, porque entendo que esta avaliação poderia levar-nos à conclusão de que

uma parte importante dos investimentos, que foram feitos na década dos 70, que permitiram que passássemos pela crise do petróleo sem traumas maiores, no que diz respeito ao crescimento, e que geraram a capacidade de o País hoje produzir saldos comerciais que produz, enquanto que a maioria dos devedores latino-americanos não consegue, muitas vezes, sequer um equilíbrio nas suas contas comerciais, isto decorre, em boa medida, dos investimentos que foram feitos. Isto não exclui erros que podem ter sido cometidos.

Entendo que essa avaliação dependeria também de se levar devidamente em conta a mudança no quadro internacional a que eu apenas aludi muito rapidamente. Se países contraíram uma dívida no momento em que o dólar estava com uma cotação baixa, e seus produtos variaram muito, e a taxa de juros era muito baixa, isso na época se afigurava um bom negócio, para socorrer ao grande constrangimento do balanço de pagamentos que havia naquele momento. Agora, se a economia mundial, num espaço de menos de uma década, passa por uma substancial transformação, em que os países em desenvolvimento não tiveram a menor possibilidade de influir, mas apenas sofrer as consequências, é muito difícil apontar-nos como os únicos culpados.

Acho que essa é uma avaliação, é uma avaliação que a sociedade brasileira ainda tem que fazer, e muitos elementos têm que ser levados em considerações.

Quanto à segunda questão, acredito que V. Ex<sup>a</sup> talvez esteja sendo rigoroso. O Governo tem uma clara idéia do que tem que fazer. Em primeiro lugar...

O SR. AFFONSO CAMARGO — A frase foi sua textualmente...

O SR. SÉRGIO AMARAL — Exatamente.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Deve, inclusive, estar gravada.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Muito bem! Aceito o comentário de V. Ex<sup>a</sup>, mas gostaria apenas de qualificá-lo. O que o Governo pretende fazer? Acelerar os ingressos. Segundo, reduzir a dívida. Terceiro, dar um novo tratamento para dívida, intralatino-americana. Mas não existe ainda uma decisão sobre o mecanismo específico, ou os mecanismos específicos que nós vamos adotar, para reduzir a dívida. Existem estudos, avançados sobre alguns deles. Neste momento mesmo, nós temos um grupo de pessoas que está fora, fazendo um trabalho de prospecção, sobre essas diferentes possibilidades. Mesmo que nós tivéssemos uma idéia clara sobre o mecanismo específico que vamos adotar, nós teríamos muitas dificuldades em anunciar-las numa reunião aberta à opinião pública, porque isso faz parte de um processo negociação.

Quanto à questão de subordinar a dívida externa, as necessidades do programa econômico, acho que quanto a isto não pode haver qualquer dúvida, isso tem que ser assim, deve ter sido sempre assim, foi em boa parte, não o foi na totalidade. Mas, o fato é que agora, o que o Governo decidiu foi, simplesmente,

comunicar aos bancos que não cumpriria uma cláusula do contrato, de reemprestimo, porque isto significaria afetar um objetivo maior para a sociedade brasileira, que é o êxito do plano de estabilização.

Deixaria o meu colega Lore, se quiser, fazer um comentário sobre a questão da internacionalização.

O SR. ARNIM LORE — Eu, realmente, gostaria de fazer esse comentário que tem o seguinte desenvolvimento.

Sabemos que o País vive um regime de monopólio de câmbio, desde os anos 50. Ouviu-se muitos comentários da existência de recursos de brasileiros, no exterior, e que eles são do valor tal ou outro. E se nós adicionarmos ao fato de que existe o controle de movimento de capitais entrada e saída, o fato de que o movimento de comércio também é feito por preços e quantidades controladas pelo Governo, a existência desses recursos, no exterior, pode ter ocorrido por dinheiros não oficiais. Então, é possível que haja, mas dentro dos registros do Governo...

O SR. AFFONSO CAMARGO — (Inaudível)

O SR. ARNIM LORE — Não. Existe sim. Há uma série de registros de autorizações feitas pelo Governo de investimentos no exterior. E esses registros são disponíveis, são de operações perfeitamente visíveis e registradas.

O SR. AFFONSO CAMARGO — As oficiais?

O SR. ARNIM LORE — As oficiais, porque sobre as outras não existem registros. O que se houve são comentários de parte a parte e é impossível verificar qualquer existência de depósitos no exterior, do ponto de vista de autoridade monetária.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sem condições de fazer qualquer estimativa.

O SR. ARNIM LORE — Não há possibilidade de fazer uma estimativa. Porque no ano passado se disse...

O SR. AFONSO CAMARGO — Não há condição de fazer uma estimativa oficialmente.

O SR. ARNIM LORE — Não no ano passado falou-se que o País teria subfaturado, que os exportadores do País teriam subfaturado, não lembro bem, 3 ou 5 bilhões de dólares. Acho que não é razoável uma importância desse tipo, sobre o volume de exportações que o País fez no ano passado, especialmente tendo em conta que há uma agência do Governo controlando os preços de importação e exportação. Então, se nós exportamos o ano passado 34 bilhões, e ainda assim, tivemos 4 bilhões de subfaturamento, nós, efetivamente, somos um País diferente do que parece ser. Então, acho que a discussão poderia ser também um pouco mais técnica. Mas eu tenho a impressão de que o Governo não dispõe desses dados, não tem caminhos de obter. E essa internacionalização ocorreria, se é que esse depósito existisse, com uma estabilidade econômica no País.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Sr. Presidente, só para encerrar, e não ficar dúvida quanto a minha colocação na subordinação. Apenas, uma opinião pessoal. É que eu acho que, enquanto não se resolver definitivamente o problema da dívida externa, nós não vamos conseguir a estabilidade econômica do País. É nesse sentido que eu quis dizer que o programa daqui depende da dívida externa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, tendo em vista que o Sr. Ministro Amaral já está praticamente saindo, eu tinha relacionado oito itens, e vou até dobrar e guardar. Numa outra oportunidade, talvez, eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Perguntar de memória?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Pois é. Em algum intervalo da negociação externa, S. Exª possa conversar novamente conosco. E eu vou me reportar apenas a um assunto. Não vamos chamar de interrogatório as investigações, porque interrogatório vem assim meio... Não nos suponha S. Exª novas torquemadas aqui, compreendeu? Não estamos numa inquisição, mas numa inquirição, até que eu devo louvar, inclusive, os dois inquiridos...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Em vez de torquemada pode ser savandarola.

O SR. POMPEU DE SOUSA — O Senador Jarbas Passarinho sugere Savanarola ao invés de torquemada.

Mas, então, quero louvar a atuação dos dois inquiridos pela nitidez com que responderam as perguntas. E, quero também me felicitar, porque grande parte do meu interrogatório foi, de certa forma, antecipada pelo interrogatório do meu colega Affonso Camargo. Tem uma dupla de candidatos à Presidência da República aqui, uma dupla de Affonso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu comunico que fica rigorosamente proibido o Senador Pompeu de Sousa fazer simulações de caráter presidencial. Voltemos ao assunto.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sobretudo, investigações do meu colega Affonso Camargo, que antecipou as investigações deste velho e empedernido oposicionista ao regime militar, oposicionista, réu e vítima do regime militar. Mas eu gostaria de perguntar algo sobre o presente. Foi noticiado, inclusive na imprensa nacional e internacional, que o Banco Mundial resolveu puxar publicamente, ou quase publicamente, as orelhas do Brasil, as orelhas atuais, não estou me reportando às remotas, não. As orelhas atuais do Brasil pela sua inépcia, quer dizer, eu não sei muito da linguagem bancária, mas pela incompetência, por uma série de erros que esse País vem cometendo e continua a cometer, e pagando por isso, não recebendo e pagando pelo que não recebe. Isso me parece realmente algo Kafkaiano, no domínio de Kafka, Sr. Ministro. É só isso que eu queria perguntar a V. Exª e ficaria muito satisfeito com a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra V. Exª

O SR. SÉRGIO AMARAL — Eu queria agradecer ao Senador Pompeu de Sousa a pergunta, que me dá a oportunidade de prestar um esclarecimento sobre um tema que mereceu uma ampla atenção da imprensa brasileira nos recentes dias, e que merece um esclarecimento, não apenas ao Senado, mas à opinião pública brasileira. Eu queria, em primeiro lugar, dizer que fiquei muito satisfeito em saber que V. Exª tem oito itens para perguntar. Isso nos dá a chance de prosseguir nesse debate que eu considero muito útil. Quero dizer que eu lamento profundamente um fato superveniente, que me força ter que antecipar um pouco a duração desse novo debate, mas estou inteiramente às ordens da Comissão, para retomar esse debate quando a Comissão julgar oportunó, porque considero este debate um ponto de prioridade, não só para a opinião pública, ao Congresso, mas a nós, porque é preciso esclarecer aquilo que estamos fazendo.

Questão do Banco Mundial: eu queria, em primeiro lugar, dizer que o Banco Mundial tem vários canais de comunicação com o Governo brasileiro e esses canais estão fluindo bem. Existe um bom entendimento. Não posso atribuir ao Banco Mundial informações veiculadas, que não mencionam a fonte e que não são confirmadas oficialmente pelo Banco. Se levarmos em consideração a nota divulgada pelo escritório do Banco Mundial em Brasília, logo após as notícias veiculadas pela imprensa, nós vemos que o Banco Mundial não endossa essas notícias e, em segundo lugar, não suscita as questões que tais notícias suscitaram.

O que é que está acontecendo? O Brasil tem créditos aprovados pelo Banco Mundial no valor de cerca de 4,5 bilhões de dólares. Isto é verdade. Esses créditos não foram desembolsados, por quê? Em primeiro lugar, porque a maioria dos empréstimos do Banco Mundial é de investimentos. Destinam-se a financiar projetos brasileiros e tais financiamentos são desembolsados na medida em que os projetos avançam. A vida média de um projeto é de 5 anos, portanto, é muito difícil esperarmos que o Banco Mundial possa desembolsar projetos, se a execução física desse projeto não atingiu, ainda, o ponto em que se justificaria um desembolso. Portanto, uma parte dos créditos aprovados e não desembolsados se deve a essa razão, que é uma razão normal no relacionamento de um país com o Banco Mundial e da forma como o Banco financia.

Não existe apenas essa situação que está no campo da normalidade. Existe, também, uma situação que podemos chamar de anormal. E qual é essa situação? Em primeiro lugar, foi a decisão que decorre, em boa medida, dos novos preceitos constitucionais de transferir uma parte da receita da União para os Estados e Municípios. O ponto de vista do Executivo foi o de que, se certas receitas eram transferidas, também deveriam ser certos encargos.

Na medida em que a União tem reduzida as suas fontes de receitas, é normal que os Estados e Municípios, que recebem tais receitas, sejam a parte responsável para dizer se aquele projeto constitui ou não uma prioridade para o Estado e Município, e, se constitui uma prioridade, se o Estado ou Município estão ou não dispostos a arcar com as despesas de contrapartida.

Segundo elemento: o Governo adotou um sério programa de corte de despesas. Esta decisão corresponde a um anseio da sociedade, reduzir a parte do Estado na economia. Esta decisão corresponde a um anseio dos organismos multilaterais, que há muito tempo vêm defendendo uma redução da participação do Estado na economia. Esses dois elementos: a transferência de recursos para os Estados e Municípios e o corte nas despesas públicas afetaram, como não poderia deixar de afetar, certas despesas anteriormente previstas, para servir de contrapartida aos empréstimos do Banco Mundial, pois ele não financia 100% do projeto; financia 35, 40% do projeto. O restante é financiado pelo mutuário. E, se o mutuário não dispõe dos recursos para concorrer ao andamento do projeto, o Banco Mundial simplesmente, suspende o seu desembolso.

As medidas tomadas pelo Governo...

O SR. POMPEU DE SOUSA — Eu tenho uma pergunta relacionada a isso. Quer dizer que nós pagamos pelo desembolso não desembolsado?

Segundo o noticiário — desculpe a minha ignorância, eu não sou banqueiro, como o Senador Affonso Sancho. Sou até meio, meio não, totalmente ignorante de economia, sou até realmente um tanto infenso a números. Não guardo nem aniversário de filhos. Mas nós pagamos pelo que não foi desembolsado, porque não preparamos devidamente os projetos. Os projetos foram ineptos, realmente. Isso é o que eu lhe perguntaria, meu caro Ministro.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Pois não, Senador. Eu só não gostaria de endossar os comentários no que diz respeito à inépcia na preparação dos projetos. Os projetos, em sua maioria, foram bem preparados. Agora, o problema é que não se poderia prever que, no curso desse projeto, houvesse as transformações que houve, no que diz respeito à capacidade da União em prover os recursos necessários à contrapartida.

Nós pagamos uma taxa de compromissos, por empréstimos aprovados, assinados e que entram em efetividade, se não me engano, essa taxa de compromisso de 0,75%.

Eu concordo inteiramente com V. Exª que este é um dos elementos das práticas do Banco Mundial que não se justificam.

O Brasil já manifestou a sua oposição a esta prática, em diversas ocasiões, na diretoria do Banco, por intermédio do seu representante. Mas, infelizmente, nós não temos condições de, sozinhos ou mesmo juntamente com outros países em desenvolvimento, que já manifestaram também a sua posição, em

alterar uma prática que já está consolidada dentro do sistema de financiamento do Banco Mundial.

Se eu acho que existem dois bons argumentos para explicar o que está acontecendo, eu acho que é preciso reconhecer também que, em alguns casos, mas que são absolutamente marginais, os desembolsos não estão ocorrendo porque, no decorrer do projeto, houve uma mudança nas prioridades do seu tomador, seja a empresa, seja o Estado, a mudança do Governo de um Estado, muitas vezes, leva a que o Estado reveja as suas prioridades de investimento e esta revisão, em algumas ocasiões, leva a uma maior lentidão na execução dos projetos.

É por causa destas razões que a Secretaria de Planejamento está procedendo a uma ampla reavaliação da carteira de projeto do Banco Mundial, para saber; primeiro, quais são os projetos que a União tem condições de oferecer os recursos em contrapartida; para saber, segundo, quais são os projetos em que o mutuário confirma o seu interesse; terceiro, quais são os projetos que apresentam dificuldades inviáveis. Nos casos em que forem detectadas dificuldades que não se possa superar, esses projetos vão ser cancelados, para evitar justamente o inconveniente que foi apontado, que nós paguemos comissões sem justificativas.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Agora, eu não quero mais nada, apenas louvar o Sr. Ministro. Poderiam até promovê-lo. Realmente, vou sugerir que o Itamarati o faça. Mas, Sr. Ministro, quero louvar a sua competência e a sua habilidade; é realmente o homem da negociação; negocia lá e negocia cá. Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS — Sr. Ministro Sérgio Amaral, causou indignação, dentro deste Congresso Nacional e no País todo, a indébita interferência do Governo norte-americano, quando, recentemente, procurou interceptar um empréstimo de cerca de 1 bilhão de dólares pretendido pelo Governo brasileiro, sob a alegação de que esses recursos trariam grave inconveniente ao problema ecológico da Amazônia.

Ao mesmo tempo em que nós apresentamos o nosso indignado protesto à esta interferência indébita, queremos saber de V. Ex\*, exímio conhecedor da problemática que está abordando, se há viabilidade de o Governo americano impedir ou retardar o repasse desses recursos, do Governo japonês, ou dos bancos japoneses, ao Governo brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — É essa a pergunta, Senador?

O SR. WILSON MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Sr. Ministro Sérgio Amaral.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Eu gostaria de agradecer ao Senador Wilson Martins essa

questão, porque acho que requer alguns esclarecimentos que tenho dúvidas se tenho condições de prestar inteiramente.

Não tenho conhecimento dessa informação, senão pela imprensa. Não tenho conhecimento de nenhum empréstimo em negociação com o Governo japonês ou que tenha, sequer, sido apresentado ao Governo japonês, que tinha sido objeto de oposição por parte do Governo norte-americano.

Acredito que, talvez, as informações veiculadas pela imprensa estabeleçam uma certa confusão entre projetos negociados com o Japão e projetos negociados com o Banco Mundial. Ainda assim, seria preciso também um amplo esclarecimento.

O que está acontecendo não é, no meu conhecimento, uma oposição do Governo norte-americano a qualquer projeto específico. O que existe é uma preocupação crescente, na diretoria do Banco Mundial, por parte dos diretores representantes de países industrializados, a empréstimos do Banco Mundial que possam, direta ou indiretamente, ter alguma relação com a questão da proteção do meio ambiente. Essa preocupação da diretoria crescente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Ministro, eu só gostaria de dar informação, que talvez se ajuste ao questionamento feito pelo Senador Wilson Martins.

É que, hoje, pela manhã, lendo, pela televisão, um jornal de São Paulo, que exibia a primeira página etc., estava ali, em manchete, dizendo que o Governo japonês decidira e anunciara, oficialmente, suspender uma operação, se não me falha a memória, de um bilião de dólares, que estaria sendo pleiteada pelo Governo brasileiro, a título de empréstimo, que se destinaria a financiar a construção — desculpem a interveniência e a interferência — de uma rodovia do Acre até o Peru, ligando o Acre a um país amigo. Em homenagem aquí ao Senador Passarinho e ao Senador Mário Maia.

O SR. SÉRGIO AMARAL — V. Ex\* complementa muito bem o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Apenas estou levantando essa questão porque tenho certeza de que...

O SR. MÁRIO MAIA — (Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Já, e os gaúchos ajudaram a fazê-lo encontrar algum caminho, "placidamente", através da guerra, diga-se de passagem.

Tenho a impressão de que há um ajustamento com essas informações e que, ali, há um anúncio, inclusive a título de manchete, não me recordo exatamente, tenho quase certeza de que é um jornal de São Paulo, que fala em Governo japonês e não em Banco Mundial, e as razões teriam sido motivadas por questões pertinentes à proteção ao meio ambiente e à ecologia. Não sei se atrapalho, mas a minha intenção foi de ajudar a atualizar a informação.

O SR. ARNIM LORÉ — Bom, V. Ex\* me socorre realmente, avalia a pergunta, ela se torna mais autêntica.

O SR. MÁRIO MAIA — Gostaria de participar também, pois li noutro jornal um desmentido conjunto dos Governos brasileiro e japonês, desmentindo que houvesse qualquer empréstimo nesse sentido. Eu tenho aqui, inclusive, parece que é o *Correio Braziliense*.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas os jornais nunca mentem, às vezes se equivocam e raramente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Ministro, lhe resto a palavra.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Eu agradeço o crescimento de informação, trazido pelo Presidente da Comissão, mas, apesar disso, eu gostaria de reiterar: não existe nenhum cancelamento de projeto financiado pelo governo japonês com relação à construção dessa estrada, simplesmente porque não foi apresentado nenhum projeto.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, permita-me um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Pois não.

O SR. MÁRIO MAIA — Estão aqui, "Japão e Brasil desmentiram categoricamente, ontem, em Tóquio, que o governo japonês esteja pretendendo financiar uma estrada transamazônica entre o Brasil e o Peru, projeto acusado por congressistas norte-americanos e ecologistas de ameaçar uma das últimas grandes reservas ecológicas da Terra." Então, este desmentido responde às críticas manifestadas na imprensa, particularmente no *The New York Times* e no *The Economist*, após a visita ao Brasil, em janeiro passado, por três senadores norte-americanos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O Brasil já deu desmentido de corpo presente aqui.

Pois não, Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS — Eu farei uma última pergunta.

Por que o Brasil reduziu, no total da sua dívida externa, pelas negociações já realizadas?

O SR. SÉRGIO AMARAL — Em 1988, a redução foi de sete bilhões de dólares, em anos anteriores foi substancialmente menor, muito pequeno. Essa é basicamente a redução até agora. Agora, isso tem que ser levado em consideração no contexto daquilo que procurei mostrar na exposição, que redução da dívida é um tema relativamente novo no contexto das negociações entre devedores e credores. Somente a partir de 1987 se começa a falar, com alguma credibilidade, sobre redução da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Ministro, só uma pergunta, já que a informação que o total da dívida, hoje, é cento e um bilhões; a redução foi de sete bilhões neste ano. Aquelas números que eram informados

normalmente, através de divulgação da imprensa, etc., falavam em cento e vinte, cento e vinte e cinco, cento e trinta, aquilo nunca, então, correspondeu à verdade? Porque se temos cento e um, reduziu-se sete, ela no máximo foi de cento e oito. Quer dizer, isso é na minha matemática lá do Rio Grande do Sul, não sei se aí está certo.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Essa matemática é muito complicada, Senador. E aí há uma série de variáveis. Tenho a impressão que o número dado pelo Dr. Lore se refere à dívida registrada no Banco Central. Existe uma parcela da dívida que, eu acredito, não seja registrada por se referir a empréstimos de curto prazo.

A segunda razão para essa variação, que também me desconcerta muito, é que o número da dívida depende, em boa medida, das paridades cambiais. Na medida em que as moedas européias flutuam em relação ao dólar, o componente da nossa dívida, em moeda européia ou japonesa, pode aumentar ou diminuir. Daí, a grande variação que temos no valor global da dívida, que não se deve, a qualquer manipulação de números, mas, simplesmente às inúmeras variáveis que entram no cômputo da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — E a dívida de curto prazo pode ser de quanto?

O SR. SÉRGIO AMARAL — A dívida de curto prazo, hoje, é de cerca de 14 bilhões de dólares, 10 bilhões de dívida comercial e 4 bilhões de interbancária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Então são 101 bilhões mais 14 bilhões, placar total?

O SR. SÉRGIO AMARAL — Retira-se sete de reduzido e aumenta-se 4, que foi o que os bancos nos deram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Cento e um mais quatorze, diminui-se 7 e somam-se 4? Então, são 101 + 14 - 7 + 4 = 112.

Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, quero congratular-me com a desenvoltura de V. Ex<sup>e</sup> na Aritmética de Trajano.

Quero, nesse momento, salientar a minha alegria de ouvir o Ministro Sérgio Amaral, até porque, numa determinada passagem do que aqui ouvimos, S. Ex<sup>e</sup> me lembrou uma bondade que andei fazendo por aí, dizendo que só não se queixou do seu antecessor, na História do Brasil, Tomé de Sousa, pois de modo geral todos os outros se queixaram de seus antecessores, e até mesmo Tomé de Souza queixou-se de um cacique da Bahia, dizendo que havia cacique nesta época. Acontece que a sua resposta, por exemplo, me agradou bastante em relação àquela colocação do endividamento brasileiro. Era Líder de Governo, e aliás o Senador Affonso Camargo pertencia ao meu Partido nessa ocasião, quando tive oportunidade de justificar — vou tentar fazê-lo perante a Nação — o endividamento brasi-

leiro. Ou apostávamos no futuro do Brasil ou dentro do primeiro choque, sobretudo do segundo choque do petróleo, estagnaríamos o País definitivamente. Entre negociar bem e negociar mal, é evidente, como V. Ex<sup>e</sup> disse, haverá possibilidade de equívocos e vantagens, depende de quem e como negocia. Esta passagem particularmente me agradou porque tenho vivido esses últimos anos aqui, acho que debaixo de palavras de neoconvertidos, que são muito mais agressivos do que aqueles que enfrentei quando era Líder de Governo. Isso, realmente, até me comoveu em parte.

A pergunta seria, entretanto, muito simples para poupar-ló, já que S. Ex<sup>e</sup> está com 17 minutos de atraso com relação à sua hora aprazada, enquanto o Relator foi mais hábil e saiu mais cedo. Quanto da dívida privada significaria a participação no total da dívida registrada? Porque nós, aqui no Brasil, ao contrário dos outros países, também acrescentamos a dívida privada no total da dívida reconhecida.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Acredito que da ordem de 80%.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Da dívida privada?

O SR. SÉRGIO AMARAL — Acho que temos que qualificar um pouquinho a sua pergunta. O que o senhor considera dívida privada?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Como todos consideram como não sendo dívida pública.

O SR. SÉRGIO AMARAL — Credores privados ou devedores privados?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Chamo a atenção das pessoas jurídicas que se endividaram, no Brasil, não sendo oficiais, não sendo do Governo e nem de estatais. Então, a pergunta visa outra logo em seguida. Tive informações, no passado, que quando o Brasil declarava a sua dívida no todo, declarava a sua responsabilidade pessoal como governo, e também a sua responsabilidade com relação às empresas nacionais ou estrangeiras que se endividavam lá fora, e que isso significaria, no máximo, da ordem de 30% do global da dívida. São esses os dados?

O SR. SÉRGIO AMARAL — Senador, V. Ex<sup>e</sup> me desculpe, fiz uma confusão; é o contrário. A dívida pública é 70 a 80%; a dívida privada é de 20 a 30%.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É tão raro o Senhor fazer confusão que confuso fiquei eu. Agora, quanto significaria, então, em abatimento? É uma pergunta que eu e o Senador Wilson Martins fizemos. O abatimento do principal, se conseguíssemos transformar de empréstimos em capital de risco parte desta dívida privada? Por exemplo, as transnacionais, fugindo em grande parte da limitação de transferência de lucro, preferiram caracterizar ingresso de capital como empréstimo às suas subsidiárias, ao invés de fazê-lo como capital de risco. E isso aumentava, naturalmente, o montante do principal como débito. Seria pos-

sível chegar a uma idéia não propriamente precisa, mas aproximada de quanto poderíamos abater da dívida o que correspondesse a esses empréstimos transformados em capital de risco?

O SR. ARNIM LORE — A discussão da sua pergunta é grande. Primeiro, as empresas privadas estrangeiras tinham no passado uma vantagem tributária de caracterizar o seu envolvimento com países de empréstimo ao invés de capital. Por quê? Porque despesa financeira é dedutível e a remessa era por uma taxa fixa. Havia um "desfeito" na legislação brasileira que permitia à empresa estrangeira ter uma rentabilidade maior no caminho do empréstimo do que no caminho do capital. Isso fez com que ao longo desses anos fosse havendo uma série de operações de empréstimo entre empresas. Estas operações não estão sujeitas à renegociação da dívida. Só temos renegociação da dívida com a comunidade financeira. Estas operações estão se liquidando normalmente.

Depois, temos uma outra parcela, que eram operações entre empresas através de bancos. E que hoje é um problema que estamos administrando porque o banco diz: "emprestei isso a pedido da empresa. E provo isso que no momento em que fiz a solicitação do empréstimo eu disse..."

Há circunstâncias de que há empresas credoras através de um banco, e o banco tendo que cumprir com todas as obrigações que são obtidas e decorrentes da renegociação da dívida. Então, vamos andando aos pedaços, sempre criando novas variáveis.

A dívida direta de empresas estrangeiras sobre as suas subsidiárias no Brasil na maior parte tem sido líquida.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas liquida como? Como empréstimo.

O SR. ARNIM LORE — As que são empréstimo. Porque as que são capital são capital, são sujeitas normalmente à lei de capital estrangeiro.

A dívida de bancos com empresas no País tem tido, em grande parte, capitalização. A maior parte das operações em que bancos são credores de empresas no Brasil, e que estas operações ainda estão vivas, são recursos em poder da empresa, têm sido capitalizadas. Mas a queda no volume é muito rápida. Entendemos que a partir do próximo ano não haverá mais operações em vigor. Somente teremos a dívida renegociada e novas operações que foram posteriores ao início da nossa renegociação.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

Finalmente, a pergunta seria provavelmente para ambos: Admitindo que não estivéssemos vivendo a exacerbação inflacionária em que estamos, o sistema de conversão, sobretudo a formal, não seria um grande instrumento para a redução da dívida?

O SR. SÉRGIO AMARAL — Sem dúvida, tanto que a decisão do Governo não foi a

de suspender a conversão da dívida, mas simplesmente reduzir a sua freqüência e talvez os montantes para levar em consideração uma época excepcional, que é uma época na qual o Governo está fazendo um esforço concentrado para eliminar ou, senão, pelo menos reduzir substancialmente todas as fontes de pressão inflacionária.

O SR. ARNIM LORE — Concordo com V. Ex<sup>e</sup> e gostaria de fazer uma observação: Entre as diversas idéias que existem, que o Sérgio relatou com tanto detalhe, tivemos ao longo de 1988 liquidação da nossa dívida, com 50%, sem que ninguém tenha se apercebido disso. Os últimos leilões da dívida externa para a área livre tiveram o deságio de 50,5%. E este deságio, embora não se tenha feito grande observação e publicidade, é dívida simplesmente cancelada. A partir do dia do leilão não incide juro, o valor da dívida foi cancelado no livro da Nação e o credor ficou muito satisfeito com isso.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Recebi documento que o Dr. Elmo nos enviou e não sabia que tinha chegado a 50%, falava em 30 no máximo, no deságio.

O SR. ARNIM LORE — Média do ano, mas o da área livre foi 50,5% o último deságio.

O SR. JARBAS PASSARINHO — De qualquer maneira, há essa desvantagem que seria um aumento da base física da moeda, para corresponder aos leilões e, consequentemente, esses leilões foram mais distanciados uns dos outros, seria a política atual do Governo, mas como forma de redução. Tenho impressão que muito melhor do que a conversão informal que pode produzir algumas negociações que podem ser negociadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Estamos aqui com um problema básico, cronológico. O Ministro Sérgio Amaral está sendo chamado ao Palácio. Deveria lá estar, segundo seu cronograma, até ao meio-dia e dez. São 12 h 25 min, e ainda há o Senador Dirceu Carneiro e o Senador Mário Maia que ainda gostaria de fazer alguma pergunta. Eu tenho uma sugestão. Se o nosso prezado Dr. Arnim Lore pudesse aqui permanecer mais dez ou quinze minutos para responder às perguntas que ainda fossem formuladas, nós liberaríamos, evidentemente, o Ministro Sérgio Amaral porque S. Ex<sup>e</sup> chegou aqui às 9 h 30 min e houve um atraso de 20 minutos para iniciar os trabalhos. Portanto, S. Ex<sup>e</sup> tem o direito de um desconto de 20 minutos ainda. No relógio oficial dos trabalhos já são quinze para uma. S. Ex<sup>e</sup> já permaneceu conosco 2 horas e 25 minutos. Claro que esse assunto permite muito mais. S. Ex<sup>e</sup> já se dispôs também a voltar outro dia. Então, consulto ao Plenário se as perguntas não poderiam ser dirigidas ao Diretor da Área Externa, que permaneceria mais 15 minutos aqui e nós liberaríamos quem está com obrigação imediata e já postergada.

De acordo? Eu estava esperando por S. Ex<sup>e</sup> desde às 7 horas da manhã. Vou dar andamento nesse sentido, se todos concordarem.

Vou agradecer sem fazer todos os elogios que merece o Ministro para que S. Ex<sup>e</sup> possa chegar em tempo mais hábil a seu compromisso e dizer que nós, na verdade, estamos muito gratos com sua presença, com a sua permanente disposição de prestar informações que, infelizmente, não é de toda a estrutura governamental, mas a sua é permanente, e reconhecer e registrar a sua competência, não apenas hoje como negociador, mas antes quando era uma das figuras de proa na Embaixada Brasileira em Washington, sempre com essa competência e com essa lhanzeza, com esse preparo e essa tranquilidade.

Estamos em boas mãos; neste particular.

Está liberado. (Palmas.)

O SR. SÉRGIO AMARAL — Queria agradecer suas palavras dizendo que para mim foi uma honra e uma satisfação muito grande estar aqui. Considero essa oportunidade muito importante para mim como negociador e estou pronto quando a Comissão julgar oportunuo a voltar aqui, quantas vezes forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Só lhe deixarei aquele aviso do nosso acordo, a Comissão agora ouve os presidenciáveis, dentre os quais um será o futuro Presidente, e termino esse ciclo com o Ministro Maílson da Nóbrega que virá seguramente como V. Ex<sup>e</sup> no assessoramento. Com a palavra, o nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria indagar do nosso participante, representante do Banco Central nas negociações da dívida externa, um percentual que tem sido sempre considerado pelos economistas como o razoável para um país no estágio de desenvolvimento semelhante ao Brasil pagar a sua dívida externa, que é 2,5% do Produto Interno Bruto. Pelas informações que foram dadas, inclusive hoje, a América Latina tem contribuído com 4%, e o Brasil, seguramente, com mais de 4% do seu PIB. O que gostaria de ouvir de V. S<sup>r</sup> numa reflexão, era se nós, dentro da nossa condição de soberania, poderíamos estabelecer esse nível máximo de comprometimento do nosso envio de recursos para pagar a dívida em torno desse percentual e, se isto, assim sendo possível, não compensaria essa dificuldade de novos recursos para o nosso País. Isto também não propiciaria uma certa diminuição do nosso endividamento também? Isto é, poderíamos dispor, então, de um percentual equivalente, talvez, a 2 ou 3% do produto interno bruto para investir internamente, para compensar provavelmente os recursos que não viriam mais por termos adotado um teto que contraria, de certo modo, os interesses dos credores internacionais?

Era mais ou menos neste nível a nossa colocação.

O SR. ARNIM LORE — Gostaria, então, se V. Ex<sup>e</sup> permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Como não? Tem a palavra o Dr. Arnim Lore.

O SR. ARNIM LORE — Responderei a sua pergunta por partes. O assunto da proporcionalidade do pagamento ao exterior com o produto bruto tem sido mencionado, especialmente nestes últimos dois anos, como um valor que seria aquele transferido para o exterior em remuneração do capital de empréstimo, que hoje é objeto da nossa renegociação. Tivemos tido o hábito de sempre mencionar os juros que pagamos em remuneração, mas até por uma falta de informações ao mercado, deixamos de ter conhecimento de quanto o País ganha com o recurso que dispõe, com suas reservas. Então, aí já temos um problema nessa Matemática. O nosso 2,5% seria líquido ou bruto? Quanto maior a reserva maior o recurso que temos pela remuneração do capital que temos disponível e aplicado no mercado. Então, este seria um ponto. A proporcionalidade com o capital teria que também, na existência de uma legislação, ser ajustada com os credores, tendo em conta uma diferença de taxa de juros, ou seja, o que ocorria com os diferenciais se houvesse e de que maneira seriam administrados.

Então, do ponto de vista de soberania, que foi uma de suas perguntas, entendo que é algo que a Nação deve resolver: ela pode ter, em relação à iniciativa que tomou soberanamente, consequências no mercado internacional. Entendo, então, que é algo que deveria ser analisado se é da conveniência o exercício de uma medida como esta. É uma pena que o Ministro Sérgio Amaral não esteja presente porque tenho certeza de que ele tem feito exercícios com esta hipótese. Na semana passada surgiram projetos de lei propondo medidas deste tipo. Então, são exercícios que se está fazendo. Quais são as consequências, se temos vantagens e desvantagens com isto.

O que se verifica é que, de fato, o assunto da dívida está agora tornando discussões que no passado não existiam. E todos só temos a ganhar com isto. Se tivermos, ao longo do tempo, um conhecimento adequado de todos aqueles que têm o poder de legislar no País, quer dizer, o Executivo e o Legislativo, um entendimento mais profundo, toda a Nação tem a lucrar com isto. Então veja em uma rápida resposta que lhe estou dando sobre a percentagem, quantos desdobramentos temos? Entendo que o importante é fazer o estudo de todas as idéias. Na apresentação que o Ministro Sérgio Amaral nos deu, quer dizer, o leque de idéias que existem, os caminhos que podem ser observados, e com certeza se tivéssemos a iniciativa e o poder de andar nestes caminhos e sempre obtendo a vantagem possível a cada momento, sem confronto, com certeza em pouco tempo teremos equacionado o problema da nossa dívida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador Mário Maia, teria alguma intervenção?

O SR. MÁRIO MAIA — Gostaria de obter uma informação que diz respeito à grande

Região Norte. Como V. S<sup>o</sup> está tomando conhecimento, a imprensa nacional diariamente noticia o problema da Amazônia que se tornou momentoso após o assassinato de um seringueiro, que ocorreu nas paragens da Amazônia Ocidental, lá nas terras do Acre, coincidentemente no municípios onde nasceu nosso ilustre conterrâneo Jarbas Passarinho, no município de Xapuri.

É uma reivindicação muito antiga de toda a população daquela área, não apenas do Acre, mas de toda a área ocidental, a alternativa de comunicação terrestre, além da que se fazia classicamente, antes das asas metálicas, com os aviões e os rios — comunicação hidrográfica. Então, havia um grande anseio em se fazer a comunicação terrestre, porque até bem pouco era o único Estado da Federação que não se comunicava com os demais através da geografia terrestre. Já faz até parte da crônica do Acre a construção, a consolidação, o asfaltamento. Atualmente se fala em asfaltamento porque a estrada já está aberta até o seu roteiro final, Cruzeiro do Sul, BR-364.

Desde o tempo de Juscelino que essa estrada começou a ser falada e aberta. Já no final do Governo de Juscelino, a picada havia chegado até Rio Branco. Daí, então, BR-29, que depois, numa reclassificação, se transformou em BR-364. Temos informações de que o financiamento desta estrada ocorre dentro de um contrato que temos com o Banco Mundial. Em contrapartida nossa, não sei se é de 60 ou 70% e com 40 e 30%, respectivamente, do Banco Mundial. Mas temos informações de que é financiada pelo Banco Mundial.

Penosamente esse trecho foi sendo feito, foram duas metas de penetração para o norte no Governo Juscelino, naquela sua meta dos 50 anos em 5, a Brasília-Belém e a BR-364. Nós, daquela região, a considerávamos de igual ou maior importância que a BR-364. Nós, aqui na orla oriental, temos o Oceano Atlântico já nos favorecendo como uma área de segurança nacional e os nossos limites ficam além-atlântico, lá na África. E já os limites ocidentais, fazemos com nossos países vizinhos; felizmente mantemos boa vizinhança. Mas o domínio da fronteira ocidental ainda está muito precário. Então, em termos de segurança nacional, consideramos a BR-364 de fundamental importância, não só em sua existência projetada, como em seu alongamento de Cruzeiro do Sul até Tabatinga, para alcançar a grande calha-mater do Amazonas e então se fazer esse grande cerco, hidro-oceânico e terrestre, fechando o Brasil.

Com esse episódio, eclodido com a morte de Chico Mendes, levantou-se uma celeuma muito grande, uma grita internacional contra o que se está fazendo na Amazônia. Diga-se de passagem, que estamos entre os que se preocupam profundamente com o desmatamento e a ocupação desordenada, imediatista, interessada que está se fazendo em determinadas áreas da Amazônia, principalmente em meu Estado, o Estado do Acre, Estado adotivo do Senador Jarbas Passarinho, sul do Pará, lá vizinhos ao território de Guaporé, Rondônia.

Temos enorme preocupação com esses projetos que estão sendo feitos e entendemos que deve ser colocado um **stop**, uma parada para se fazer um levantamento das riquezas, um verdadeiro levantamento de tudo que temos para poder retomar a exploração na Amazônia. Mas, dentro da discussão geral, a informação que queremos nô momento, é quanto à suspensão da construção dessa estrada e uma condenação à consolidação da mesma, como sendo um dos elementos que mais correm para o aceleramento da destruição da Amazônia, a BR-364; e que então o Banco Mundial, pelas notícias dos jornais, teria suspendido a sua participação, a sua quota em virtude da grita internacional e da visita dos próprios senadores norte-americanos, há pouco tempo.

Então, queremos saber de V. S<sup>o</sup>, que é o Diretor da área externa, já que estamos tratando aqui de dívida externa, e que trouxe, nessa discussão, a transformação de parte dessa dívida em fundos para auxílio não só do Brasil, como também dos países que estão incluídos na Amazônia, a Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e as Guianas, se fariam um fundo para transformar a dívida externa desses países em benefícios da preservação da natureza.

V. S<sup>o</sup> tem dados para nos informar se há realmente uma posição ou voto, uma suspensão provisória ou definitiva, um denúncia ao nosso contrato por não cumprirmos com as nossas obrigações, com os nossos compromissos na implantação dessa estrada ou se é apenas noticioso de jornal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra V. S<sup>o</sup>

O SR. ARNIM LORE — A atribuição de negociações com o Banco Mundial pertence a Seplan. São eles que levam a conclusões os assuntos com o Banco Mundial.

V. Ex<sup>r</sup> mesmo tem acompanhado nos jornais que o Ministro Clodoaldo Guenei é que lidera o grupo dos contratos e negociações com o Banco Mundial. Existem atualmente diversos contratos em discussão no Banco e eu pessoalmente não tenho informação desse contrato relativo a BR-364. Vou buscá-la e dou-lhe esta informação.

O outro aspecto que V. Ex<sup>r</sup> levanta diz respeito a discussão ecológica e que vem de encontro em muitas ocasiões aos interesses das áreas de interesses internacionais.

O SR. MÁRIO MAIA — ... que seria relacionado com a dívida externa para a transformação de parte da dívida num fundo para...

O SR. ARNIM LORE — Exatamente. Então, o assunto da dívida para a ecologia, que é como está se chamando essa parte da discussão, tem diversos aspectos. E o Brasil tem procurado conduzir ao nível em que hoje a discussão se encontra porque ela foi exacerbada a partir do assassinato do seringueiro Chico Mendes, o que lamentavelmente foi o caminho para se obter atenção. O idela seria que a atenção existisse sem a morte do seringueiro líder, mas a verdade é que aconteceu dessa forma e hoje estamos vivendo com

essas consequências. E o Brasil tem demonstrado, em primeiro lugar, o desejo de manter muito clara a sua independência, a sua soberania na discussão dos nossos próprios problemas. É nesse espírito que todos esses entendimentos existem.

Não deve ter nenhuma decisão no assunto do seu interesse que eu pessoalmente não sei, mas tenho certeza que a posição do Governo tem sido antes de tudo, de entendermos o nosso interesse e depois olharmos o que os outros podem ter de interesse que se sintetizem com o nosso ou não.

O SR. MÁRIO MAIA — Quer dizer, o pensamento do Governo com respeito ao problema de transformação da dívida externa num fundo de participação com outros países, inclusive para a preservação da bacia amazônica é muito remota.

O SR. ARNIM LORE — Ele é muito inicial.

O SR. MÁRIO MAIA — Seria remoto porque, também a nós interessa preservar a nossa soberania quanto a Amazônia.

O SR. ARNIM LORE — Sem dúvida, alguma. Estive até presente, num almoço que foi feito para o Ministro do Comércio da Holanda, há um mês e foi a primeira vez que este assunto foi levantado publicamente por uma autoridade estrangeira, e o Ministro Abreu Sodré disse que nós não tínhamos intenção alguma de nos transformarmos em reserva ecológica do mundo. Não sei se V. Ex<sup>r</sup> lembra disso? E essa declaração teve um peso forte no exterior. Essa é a verdade.

O SR. MÁRIO MAIA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Dr. Arnim, não há mais indagações a serem feitas, mas eu lhe faria duas ou três perguntas muito curtas e muito rápidas. Dr. Arnim, qual é o volume hoje das reservas?

O SR. ARNIM LORE — Vou lhe dar a resposta que estou autorizado pelo Poder Executivo.

Por conveniências nós liberamos a reserva com três meses de atraso. Isso permite que o nosso diálogo com os credores seja um pouco mais realista, tendo em conta os movimentos estratégicos que venhamos achar conveniente com as nossas reservas. E o movimento estratégico de controle das reservas, em muitas ocasiões, é do maior interesse dessa Nação. Então, o País viveu momentos difíceis nesses últimos anos, e foi exatamente pelo fato de que as nossas reservas são um assunto confidencial que permitiu o País tomar medidas adequadas no entendimento de cada momento, exatamente porque a reserva permitia, ou exigia determinada atitude.

Então, a reserva que liberamos como informação é a do mês de novembro. Ela se encontra hoje em 5 bilhões e 300 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — V. S<sup>o</sup> está me informando a reserva que não é a verdadeira? É de três meses atrás, que é um fato público e notório em qualquer divulgação de...

O SR. ARNIM LORE — Eu não tenho poder, por uma decisão do governo, de liberar a reserva. Agora, V. Ex<sup>e</sup> como Presidente da Comissão da Dívida Externa pode fazer a pergunta ao nível adequado do Banco Central e ele com certeza lhe dará a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O nível adequado do Banco Central, qual é?

O SR. ARNIM LORE — É o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O Presidente pode informar.

O SR. ARNIM LORE — Ele tem o direito de instruir a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Inclusive, o prefácio da resposta de V. S<sup>a</sup>, essa de que mantendo as coisas sigilosas elas realmente são capazes de oferecer resultados melhores, parece-me um pouco questionável. É sigiloso com quem? Esta Casa aqui tem direito ao conhecimento de tudo porque representa o povo.

Então, não há segredo ao Parlamento. Não pode haver segredo!

Por que conhecem dados confidenciais determinados técnicos, que deverão conhecê-los também, e não os conhecem o Parlamento, que tem a delegação de representação da sociedade? Até porque hoje em dia a dívida externa só terá validade através de acordos que tenham que ser aprovados pelo Congresso.

Nós estamos vivendo um problema estranhíssimo: aqui veio a proposta para fazer a autorização das negociações com o Clube de Paris, que chegou uma semana antes sem nenhum dado informativo. E o Congresso, acho que por um ato de generosidade do Senado, aprovou no dia 8 de dezembro. Sem nenhuma informação, veio uma folha de papel com 25 linhas — e se guardei tenho aqui na minha pasta com lembrança histórica do que foi aprovado sem nenhuma informação — o Senado deu um "cheque em branco": cinco bilhões de dólares junto ao Clube de Paris.

Inclusive essa questão eu ia levantar para o Sérgio, mas...

O SR. ARNIM LORE — Tenho certeza que V. Ex<sup>e</sup> faria a pergunta na presença dele e eu só gostaria que V. Ex<sup>e</sup> entendesse que, como não sou primeiro nível do Banco Central, eu sou subordinado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Claro, eu comprehendo a sua limitação.

O SR. ARNIM LORE — ... eu não tenho dúvida de que, em V. Ex<sup>e</sup> fazendo essa pergunta ao Presidente, ele lhe dará a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Essa pergunta é mais um meio. Cinco bilhões de dólares são as reservas. Por que não pagamos a prestação que devíamos ter pago em data marcada logo depois da decretação do Plano Verão?

O SR. ARNIM LORE — Não, foi antes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Um momentinho. Logo após a decretação do

Plano Verão, eu tenho aqui recordado, o Ministro da Fazenda postergou dizendo que havia problemas no computador.

O SR. ARNIM LORE — O vencimento da parcela de 550 milhões de dólares de juros referentes ainda sobre o ano de 88 era dia 15 e, portanto, foi um feriado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Era um domingo.

O SR. ARNIM LORE — Isso. E o Sérgio e eu nos encontramos no exterior. Nós tínhamos ido, se não me engano, na quarta ou quinta-feira anterior, em conversa com os credores. Naquela ocasião, tenho em conta o esforço do Governo em montar o Plano Verão, a equipe inteira se encontrava voltada a organizar aquela grande quantidade de medidas necessárias para colocar em vigor o Plano e não se entendeu como inconveniente retardar aquele pagamento em alguns dias, em função da indisponibilidade da equipe para aquela finalidade. Tanto que, do lado dos credores, o retardamento daquele pagamento por alguns dias não teve nenhum reflexo. Quer dizer, internamente é que houve um grande movimento em torno do atraso do pagamento, coisa que no passado já tinha ocorrido diversas vezes; quando se devem uma importância desse tipo e se diz que vai pagar, o credor não entende como inconveniente. E o credor não achou inconveniente. Se não me engano, fizemos o pagamento dia 31, que foi exatamente 15 dias depois, já com o Plano andando normalmente e com as pessoas tendo a oportunidade de exercer as suas funções de trabalho também com normalidade.

Na semana que antecedeu ao Plano, assim como na semana posterior, na nossa área, por exemplo, em diversas ocasiões trabalhamos 24 horas, o que não permitiu que se realizasse o pagamento pontual.

O PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Não tenho razão alguma para objetar as suas informações; más é a quarta versão que ouço para justificar por que não foi pago: defeito no computador, presença da equipe na área externa, acúmulo de serviço, ameaça de falta de recursos... Essa foi uma declaração de um elemento da equipe técnica do Ministério da Fazenda, do Secretário-Geral...

O SR. ARNIM LORE — Qual foi a ameaça?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — De que estavam com reservas menores e que estavam esperando uma alteração, aliás, porque houve uma sustação no fechamento dos contratos de exportação, na expectativa do Plano Verão e reduziram-se, efetivamente, as reservas.

Uma vez adotado o Plano Verão...

O SR. ARNIM LORE — Não, as reservas não se reduziram em janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — A informação é que nós tínhamos dinheiro, não pagamos porque não quisemos, porque estávamos envolvidos com outras tarefas, era isso?

O SR. ARNIM LORE — Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Quer dizer, tínhamos dinheiro e preferimos não pagar?

O SR. ARNIM LORE — Exato, achamos conveniente retardar aqueles poucos dias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Está certo, o Brasil podia, devia e não pagou?

O SR. ARNIM LORE — Exato, e pagou 7 dias ou 14 dias depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Certo, certo. Tinha caixa? Onde é que foi parar, já que essas reservas já nessa imagem otimista de novembro, 5 bilhões para quem teve um saldo... qual foi o saldo?

O SR. ARNIM LORE — O saldo foi 19.500 no ano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — E onde é que estão esses 19.500?

O SR. ARNIM LORE — O Sérgio mencionou o número.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Quanto ao saldo nós sabemos que foi 19, isso é público e notório. Mas como é que se explica esse desnível entre um saldo tão hesitante, um esforço tão grande feito na competição, internacional, inclusive aqui isentando tributos, salário comprimido, para poder competir e tudo isso para fazer uma possibilidade de saldo e depois na hora de ter o saldo, quer dizer, tem o saldo e as reservas ficam tão reduzidas, às vezes, ficam um pouco ameaçadas, como já estiveram outra vez?

O SR. ARNIM LORE — A apresentação do Sérgio mencionou que o valor pago ao exterior de remunerações financeiras de diversos tipos foi no ano de 1988, 19 bilhões. Então, o que lhe dá exatamente essa explicação de onde o recurso foi aplicado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Nós pagamos 19 bilhões?

O SR. ARNIM LORE — De remunerações financeiras, sendo que 4.400 se referiam a atrasos de juros do ano de 1987 e 15 relativos ao ano de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Dentro dessa mecânica, nós tínhamos que receber quanto em dinheiro novo, Dr. Arnim?

O SR. ARNIM LORE — O total acordado em 22 de setembro eram de 5 bilhões e 200 milhões. Quatro bilhões foram recebidos no dia 20 de novembro; 600 milhões serão recebidos ao longo do mês de março, em consequência dessa nova visita a semana passada a Nova Iorque, e os outros 600 milhões serão recebidos ao longo do mês de maio, o que dá os 5 bilhões e 200 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eles só liberaram o que não chegou a sair de lá, o que foi pagamento de juros atrasados por quanto?

O SR. ARNIM LORE — O Sr. diz em novembro? Em novembro houve um pagamento simultâneo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Cinco milhões e duzentos, dos quais 4 foram liberados na época.

O SR. ARNIM LORE — Certo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Esse foi dinheiro para pagar os juros atrasados?

O SR. ARNIM LORE — Naquela ocasião, utilizou-se esse recurso para fazer pagamentos de juros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Certo.

O que está por ingressar, digamos assim, o que é juros atrasado é esse que ainda não veio?

O SR. ARNIM LORE — É esse bilhão e duzentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Esse está atrasado na liberação?

O SR. ARNIM LORE — Havia o vínculo, que o Sérgio mencionou, entre o co-financiamento do Banco Mundial e esses seiscentos milhões de dólares, que nós, agora, liberamos, junto aos credores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Mas nós, nesse meio tempo, pagamos aos credores internacionais, privados e públicos, uma quantia além dos quatro bilhões, não é?

Pagamos um bilhão e setecentos, um bilhão e seiscentos... Houve um desembolso brasileiro.

O SR. ARNIM LORE — Não, tenho que, em janeiro, pagaram quinhentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Afora esse...

O SR. ARNIM LORE — Então, quatro bilhões foram em novembro. Aí foi um pagamento simultâneo e recebimento, e todo dia se paga juros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Sim, e qual é o montante pago de novembro até hoje?

O SR. ARNIM LORE — Eu não tenho o montante, mas posso lhe fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Quanto é que o Brasil deve para o Banco do Brasil?

O SR. ARNIM LORE — Não tenho informação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O Banco do Brasil é credor do Brasil?

O SR. ARNIM LORE — O Banco do Brasil é o principal credor do Brasil. Deve ser entre oito e dez bilhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Oito a dez bilhões de dólares?

O SR. ARNIM LORE — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Quer dizer, o principal credor do Brasil é o Banco do Brasil?

O SR. ARNIM LORE — Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Em dívida, maior que o City não é?

O SR. ARNIM LORE — É. O City está em torno de cinco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — E algum outro banco brasileiro é credor do Brasil?

O SR. ARNIM LORE — Todos os bancos brasileiros, que têm agências no exterior, são credores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — E isso está mais ou menos quanto nesse volume da dívida?

O SR. ARNIM LORE — Eu não tenho esses dados. São dados analíticos. Ai, V. Ex<sup>a</sup> teria que me pedir e eu lhe daria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu solicitaria, então.

Qual é o outro banco, quais são os bancos que têm, expressão nisso?

O SR. ARNIM LORE — Em primeiro lugar, o Banco do Brasil; em segundo, o Banespá; em terceiro, o Banco Real; depois, sem ordem de importância, Banco Itaú, Unibanco, Bamerindus, BCN, Mercantil de São Paulo e os outros menores que possuem agência no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Falou-se, aqui, que o Brasil era credor e tinha crédito na América Latina etc. e falou-se que alguma parcela desses créditos será considerada de menor valia ou de pouca capacidade de cobrança. Quais são esses créditos, V. S<sup>a</sup> pode dizer?

O SR. ARNIM LORE — Eu posso dizer os países, os volumes eu não tenho de cabeça, mas, novamente, são dados disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Sí.

O SR. ARNIM LORE — O crédito de mais difícil liquidação é a Bolívia. Depois, nós temos um volume substancial de relacionamento com o Paraguai. V. Ex<sup>a</sup> conhece as circunstâncias do relacionamento com esse importante país; a Argentina tem também um volume significativo de crédito; o Peru; o Equador; as Guianas, cada um desses países nos deve...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Mas, por exemplo, a Argentina também é um devedor de difícil cobrança?

O SR. ARNIM LORE — Uma parcela da dívida que eles têm conosco tem sido difícil a liquidação e o Brasil também tem sido construtivo no relacionamento com a Argentina, primeiro, por ser o nosso principal parceiro, o segundo maior país da América Latina, e tem havido uma intensa negociação com a Argentina, no sentido de aumentar o volume

de comércio e, através desse volume de comércio, fazer uma redução da dívida com eles.

Mas existe uma dívida com a Argentina e não tem sido liquidada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Talvez, à pergunta fosse ao contrário, quer dizer, na América Latina...

O SR. ARNIM LORE — Quem não nos deve?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Não é só quem nos deve; é quem nos deve e nos paga, normalmente.

O SR. ARNIM LORE — Olha, o Chile performa bem, o Uruguai performa normalmente, o México performa normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O México é nosso devedor?

O SR. ARNIM LORE — O México varia: é uma época credor, outra época, devedor, dependendo dos fluxos de importação e exportação.

Mas a Venezuela tem um volume pequeno de comércio conosco, é um volume até desproporcional, tendo em conta o tamanho e a importância do país; é algo que é preocupação do Governo aperfeiçoar; não é um parceiro na proporção adequada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Vou fazer só uma última pergunta, assim, por causa da hora adiantada...

Nessas salvaguardas — aliás, o Sérgio referiu e até, talvez, a pergunta fosse também para ele, mas acredito que V. S<sup>a</sup> está a par — o México, ao fazer o seu acordo tão citado tantas vezes, e que a gente tem até cópia, inclusive uma sumula, ele conseguiu uma salvaguarda que quando diz que, cai o preço do petróleo mexicano, na mesma proporção, faz-se um reajuste, uma garantia de dinheiro novo.

As salvaguardas do acordo brasileiro estão redigidas de uma maneira muito retórica, mas têm todas as condicionalidades possíveis e ficam absolutamente na dependência do credor, que será consultado sobre a conveniência, nas circunstâncias, como Sérgio referia, havendo fatores adversos na economia brasileira. Então, o País poderá dirigir seus credores que poderão, se assim julgarem conveniente, nos socorrer com medidas excepcionais. Se não há nenhuma salvaguarda, e se há, gostaria que V. S<sup>a</sup> me dissesse qual é, onde se opera automaticamente, como no caso mexicano, em que caiu o preço do petróleo, há um direito, há um valor a título de dinheiro novo que, de certa maneira, recauchute a vida financeira do País. Então, eu lhe perguntaria: há uma informação errônea no estudo que se fez com o acordo brasileiro, ou se realmente a salvaguarda que se tem é essa de condicionalidade, quer dizer, de ter o direito de consultar, em face de uma adversidade econômica, o credor, para saber se ele pode, nessa circunstância, nos oferecer algum apoio de maneira mais adequada à vida econômica do País?

O SR. ARNIM LORE — A resposta realmente deveria ser dada pelo Sérgio, que participou

da negociação, que tem mais informações para dar. Mas deixa eu lhe dar a resposta que eu entendo, que é a minha, e não o grupo que negocia.

Primeiro, eu considero a situação do México de ter uma salvaguarda simplesmente vinculada ao petróleo uma desvantagem. Isso é sinal de que o país, em primeiro lugar, é fundamentalmente dependente do petróleo. Nós temos já vantagens de não termos hoje um país dependente de qualquer produto. Nossa País conquistou o nível de desenvolvimento econômico, onde cada um dos itens da exportação não representa um risco, no caso de um insucesso, numa alteração de preço. E foi nesse espírito que as salvaguardas foram construídas, e foi também no espírito de entender que a equipe que negocia a dívida representa o desejo do País, que tem o poder de demonstrar a seus credores aquilo que ela considera necessário, e através de um diálogo construtivo e equilibrado obter a necessária concessão.

Entendemos que aquele palavreado a que V. Ex<sup>e</sup> se referiu na cláusula da salvaguarda representa, exatamente a nossa independência de podermos entender que qualquer daqueles itens representa um risco para o nosso equilíbrio financeiro e que, através de qualquer um daqueles pontos, nós venhamos a ter, dos nossos credores, um entendimento, no sentido de qualquer alteração do contrato, em decorrência daquele problema.

O SR. PRÉSIDENTE (Carlos Chiarelli) — Acho que para uma situação dessa natureza, sua exposição foi a única possível, foi a melhor defesa que se pode fazer no sentido de pegar por esse lado.

O SR. ARNIM LORE — Ela é verdadeira.

O SR. PRÉSIDENTE (Carlos Chiarelli) — Só que no caso do acordo mexicano, é um pouco diferente; tem a cláusula do petróleo e garante tudo o mais, além dos direitos que temos de poder discutir sobre o restante das alterações.

O SR. — Sr. Presidente, eu não vou discutir sobre esse assunto, mas posso lhe garantir uma coisa: se nós tivéssemos todo o palavreado e dispuséssemos de informações quando flutuasse o preço da soja, por exemplo, ou do que mais importa na nossa pauta de exportação, nós teríamos uma compensação. Acho que, sem fazer nenhum menoscabo da capacidade negociadora brasileira, seria uma garantia, evidentemente. Quando flutuar para baixo o preço de produtos importantes na pauta de exportação 1, 2 ou 3, ele faz uma compensação além do direito de negociar em outras circunstâncias.

O SR. ARNIM LORE — Nós devemos de ter uma equação de riscos, a cláusula de risco, o contrato de risco a que V. Ex<sup>e</sup> se refere. Achamos que a equação de riscos pior é a taxa de juro mesmo. Esses outros componentes da nossa pauta podem ser administrados de outra forma, mas o que vale mesmo é a taxa de juro, no atual nível de endividamento e o entendimento que o País tenha da conveniência daquele acordo. Se ele não servir, ele será revisto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Dr. Lore, muito agradecido em nome da Comissão, em nome do Senado, pela presença de V. S<sup>a</sup> que aliás, se mostrou absolutamente disposto e disponível a prestar as informações que lhe correspondem na sua área. Diga-se de passagem; nunca tivemos qualquer tipo de negativa para aqueles documentos, informações e elementos que ao Banco Central correspondem, fatos que sempre temos registrado. Evidentemente, na continuidade dos estudos, debates e análises, que esta Comissão vem fazendo e continuará fazendo, haverá de ter necessidade de outra vez socorrer-se, informar-se da sua diretoria, a quem nós novamente cumprimentarmos pela presença, pelas manifestações, pela informação que aqui nos prestou. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 10 minutos)

#### 12ª Reunião, realizada em 21 de março de 1989

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de março do ano de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da Dívida Externa Brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno, presentes os Srs. Senadores Carlos Chiarelli (Presidente), Leopoldo Peres, Affonso Sancho, Ney Maranhão, Carlos Patrocínio, João Calmon, Jutahy Magalhães, além do Dr. Deputado Antônio Câmara.

Abertos os trabalhos, o Sr. Senador Carlos Chiarelli, Presidente, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, o Sr. Presidente comunica aos Srs. Senadores que a Comissão Especial da Dívida Externa inicia, hoje, um ciclo de debates, que tem por objetivo avaliar o conhecimento dos candidatos à sucessão presidencial, relacionado ao problema da dívida externa brasileira e convida o Sr. Senador Jarbas Passarinho para tomar assento à Mesa.

Com a palavra, o Sr. Senador Jarbas Passarinho faz uma análise sobre a origem mais recente do agravamento da crise que caracteriza o endividamento externo, a partir de 1964.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Ney Maranhão, Affonso Sancho, Carlos Patrocínio, João Calmon, Leopoldo Peres, Jutahy Magalhães, Carlos Chiarelli, além do Deputado Antônio Câmara.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e

revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

#### ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 17, DE 1987, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO".

(Integra do anexo da ata da reunião, realizada em 21 de março de 1989, devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.)

Presidente: Senador Carlos Chiarelli  
Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Estão abertos os trabalhos da CPI da Dívida Externa. Inicialmente, queremos agradecer ao Ministro Sérgio Amaral, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, que responde pela titularidade da negociação, como negociador chefe, e ao Dr. Arnim Lore, diretor da Área Externa do Banco Central, que nos deram uma série de informações sobre o que se negocia; como se negocia; quais são os encargos; quais os compromissos; quais eram as expectativas; o que foi, ao final das contas, atendido; o que está pendente; quais são as dificuldades que temos em obter os créditos; quais as dificuldades que temos para pagar as prestações ajustadas; enfim, quais as estratégias do Governo brasileiro atual com relação à negociação da dívida externa. E se ela hoje é, realmente, um dos assuntos mais importantes, um problema dos mais sérios, do qual decorrem tantas outras questões.

Já que temos contatos e estamos acompanhando a ação do Governo atual, queremos saber o que vai fazer o futuro Governo. Para saber o que vai fazer o futuro Governo, que emergirá, naturalmente, do sistema presidencialista, da eleição de 15 de novembro, combinada com a eleição de 15 de dezembro — se não me falha a memória — é preciso saber o que pensa o futuro Presidente da República. Como não temos bola de cristal, teremos que ouvir todos, porque entre os depoentes estará o futuro Presidente.

É nesse sentido, e com esse propósito, para saber o que o Brasil amanhã vai fazer com um problema dessa natureza, qual a estratégia, qual a orientação, qual a proposta, é que vamos, nesta última etapa da Comissão, voltar-nos para o futuro e fazer da Comissão um fórum para que a sociedade tenha, pela manifestação dos presidenciáveis, pelas questões arquivadas pelos Srs. Parlamentares, a oportunidade

dade de conhecer, perfeitamente, a idéia de cada um quanto à dimensão do problema e quanto à sua proposta de solução. E ninguém melhor, mais qualificado, mais habilitado do que o Senador Jarbas Passarinho, a quem presto testemunho da minha admiração, do meu respeito, para que nos brinde com esta primeira oportunidade deste contato.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Senador, por atender ao convite da Comissão, e sornos todos ouvidos para aprender com V. Ex<sup>a</sup> e questioná-lo a fim de, com o questionamento, estimular a inteligência de V. Ex<sup>a</sup> e, seguramente, aprender ainda mais.

Com a palavra o Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, Senador Carlos Chiarelli, Srs. Senadores, Sr. Deputado, Srs. e Sr<sup>a</sup>, eu gostaria que este preâmbulo, feito pelo Senador Carlos Chiarelli, fosse exatamente a peroração. Eu me sentiria mais feliz ainda ouvindo o que acabei de ouvir. S. Ex<sup>a</sup> sabe da minha admiração por sua inteligência cintilante. Eu sei que é um Senador de alto valor dentro do Senado e que leva extremamente a sério todas as missões que lhe são confiadas. Mas eu teria, de início, que fazer um pequeno reparo: presidenciável é um apelido que a Imprensa dá a algumas pessoas. Então, volta e meia, nós nos sentimos, numa coluna dos jornais, presidenciáveis. Não discuto isso, porque é questão de julgamento subjetivo. Na verdade, não compareço como candidato, por que ainda ontem eu me dirigia, exatamente, aos Presidentes de Comissões Executivas do PDS, no Brasil, mostrando que, na última reunião que tínhamos tido, informal, com o Dr. Paulo Maluf, aqui em Brasília, houve duas tendências. Uma foi no sentido de o PDS ter candidato próprio, e a outra se seria mais conveniente, desde logo, fazer coligações no primeiro turno.

Passei um telex ontem aos Presidentes, pedindo que, de preferência ouvidos os Diretórios Regionais, cada um informasse qual a sua decisão. No caso de ser maioria a preferência pela candidatura própria do Partido, eu, desde logo, dizia que não era candidato, que não poderia ser candidato, evidentemente, num Partido onde eu não contava com a adesão de Santa Catarina, cuja defecção rumo ao Engenheiro Brizola é nítida, e não contava também com o apoio do maior Líder do Partido, em São Paulo, que é o ex-Governador Paulo Maluf. Então, tenho de dar essa explicação que talvez frustre um pouco. Não sei se, se eu tivesse dito isso antes ao Senador Carlos Chiarelli, eu não teria sido cortado da lista dos depoentes. Então, por isso mesmo, talvez egoisticamente, resolvi vir aqui ainda sob o apelido de presidenciável.

E, quando S. Ex<sup>a</sup> diz que vai aprender conosco, é um misto de humildade e ironia, porque sei que S. Ex<sup>a</sup> nada tem a aprender comigo. Tanto é assim que S. Ex<sup>a</sup> se traiu desde logo, falando no questionamento. Aí é que vou ter que fazer o meu esforço para corresponder ao que vai se perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Ficarei na peroração.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Dizia o antigo pessoal do PSD, e não sei se o Senador João Calmon era do PSD naquela época, que o partido primeiro mandava as flores e depois ia ao enterro. Entendo, é capaz de ocorrer a mesma coisa aqui.

Tenho medo também, Presidente, pela experiência que já tive na Casa, de dizer: "Serei breve". Cada vez que eu presidia uma sessão do Senado em que um orador dizia "serei breve", chamava a atenção do secretário a meu lado e dizia assim: "Prepara o relógio, uma hora no mínimo". Pretendo realmente ser breve; vamos ver se chegarei lá.

Primeiro, é evidente que eu não trataria da origem da dívida externa brasileira, porque se não teríamos que começar com a Independência. Mas gostaria de falar rapidamente sobre a origem mais recente, do agravamento mais recente.

Houve uma estratégia, muito utilizada de 64 a 73, que caracterizava o endividamento como uma necessidade de somar à poupança interna recursos externos para acelerar o desenvolvimento. Isso foi uma política tomada conscientemente, com resultado realmente admirável. Foi quando surgiu o chamado "milagre", que vai ultrapassar o ano de 73. Nessa ocasião, por exemplo, a nossa taxa de poupança chegou a ser de 28% do Produto, o que era só semelhante à taxas de poupança japonesa e à da Alemanha Federal.

Nesse período tomamos 5,6 bilhões de dólares e tivemos um saldo de balança comercial de 2,3 bilhões de dólares. E mais ainda: a taxa média de crescimento do PIB, entre 64 e 73, foi de 10% ao ano, o que naturalmente proporcionou uma melhoria acentuada da situação econômica brasileira.

Paralelamente a isso, tínhamos iniciado um processo de extroversão da economia para crescer na exportação. E, no período, o incremento das exportações chegou a 18% ao ano, o que também é uma taxa extremamente alta, quando se considerava o problema mundial.

Então, o sentido do endividamento era exatamente este: vamos tomar dinheiro emprestado. É evidente que teríamos nas contas correntes um déficit, mas teríamos saldo na balança comercial. Com isso, poderíamos, seguramente, com a taxa de poupança interna e mais o saldo da balança comercial, fazer face ao serviço da dívida. Não havia problema, a tal ponto que a situação — e que considero talvez a mais notável de todo o período, desde que há estatística no Ministério da Fazenda sobre isso — mostrava, ao final do ano de 73, uma dívida bruta de 12,6 bilhões de dólares; pouco mais da metade, 6,4 bilhões, tínhamos de reserva, o que dava desde logo uma dívida líquida de 6,2 bilhões. E, coincidentemente, 6,2 bilhões também era o valor da exportação.

Então, torna-se aquilo que chamo de — e não sei se os economistas concordariam — índice de solvência da economia nacional, quando eu divido a dívida externa líquida pelas

exportações, e tínhamos praticamente um. Quer dizer, com um ano de exportação, tínhamos capacidade de pagar a dívida externa, isto em termos aritméticos, até porque seria muito menos de um ano, uma vez que o perfil da dívida não era para ser pago num ano. O perfil tinha um prazo de pagamento desdobrado ao longo dos anos. Era, realmente, uma situação excepcional.

Costumo dizer que, dos famosos vinte anos, pelos quais tenho sido tão reclamado e questionado aqui, nesta Casa, a primeira década foi um resultado simplesmente espetacular. Aí entramos em 74. Esgota-se o processo histórico de ir buscar poupança externa para somar com a poupança interna e acelerar o desenvolvimento. Por quê? Porque chegou o primeiro choque do petróleo. O barril, que custava dois dólares e meio, passou para doze dólares e, entre 74 e 78, estabilizou-se entre doze e quatorze dólares.

Para se ter uma idéia de como começa o problema do endividamento crescente, o Brasil gastava 10% das exportações de 73, que eram 6,2 bilhões, portanto, com 600 milhões de dólares, o Brasil pagava 800 mil barris de petróleo importados, por dia.

Quando chegou 74, o custo de importação já tinha saltado para o dobro — 20% da receita de exportações.

A conta de petróleo já ia para 1 bilhão e 600 milhões de dólares. E vamos ver como isso vai crescendo, depois, quase que numa razão geométrica. A balança comercial passou a deficitária. O saldo positivo passou a saldo negativo. E só nesse ano de 74 o déficit foi de 4,7 bilhões de dólares.

No período de 74 a 78 — quero resumir bastante esse passado — o efeito perverso tinha continuado, com o Governo tentando várias formas de alternativas na área energética, sobretudo para fugir dessa sangria, dessa hemorrhagia.

Eugenio Gudin dizia, com muita coragem, que pagávamos um resgate anual aos árabes, porque tinha aparecido a OPEP, tinha sido criado o cartel dos produtores de petróleo; então, em 78, persistindo esse efeito, o déficit acumulado da balança de pagamentos já tinha chegado a 11,6 bilhões de dólares; e, paralelamente, o déficit acumulado de contas-correntes, porque já era negativo desde a primeira fase áurea, passam a 30,9 bilhões de dólares. Quer dizer, vamos assumindo isso tudo e acelerando com o quê? Acelerando o quê? Digo melhor: acelerando a acumulação da dívida externa.

Ora, o período até 73, até o choque do petróleo, foi considerado um período áureo para o mundo.

Eu me lembro de ter lido na revista *L'Express* uma reportagem sobre os anos áureos do Governo Pompidou: Por não ser uma grande produtora de petróleo, ao contrário, a França também sentiu os efeitos.

O Japão, que não produzia uma gota de petróleo, mas era internacionalmente ligado a Israel, quando veio o primeiro chegue do petróleo, e depois o segundo, ao chegar 79, passou, nas negociações internacionais, a ser

aliado claro dos árabes, porque deles dependia.

Terminamos o período de 74 a 78 com esses déficits acumulados a que me referi, e o endividamento era praticamente só para pagar petróleo.

Qual era a situação em dezembro de 78? Lembrem-se de que eu me referi à dívida externa em 73 como de 12,6 bilhões de dólares. Já em 78, a dívida bruta estava em 43 bilhões e 500 milhões.

As reservas eram de 12, a exportação tinha crescido de 6 para 8 bilhões, a dívida líquida era de 31 e meio, e o índice, aquele índice de solvência de que falei, já estava em dois e meio. Passaram de um para dois e meio, mostrando a precariedade da situação econômica.

Estou caracterizando isso para mostrar que nós insistímos, persistímos no processo de buscar recursos lá fora, para poder fazer face à despesa brutal com as importações. E, nesse caso, é preciso caracterizar que aí surge, em 79, o segundo choque do petróleo, que foi muito pior do que o primeiro. Porque se o primeiro, relativamente, o preço do barril passou de 2 ou 2,5 para 12 dólares, portanto, uma proporção mais do que de 5 na multiplicação, no segundo o problema foi em valor absoluto. Nós passamos de 12 ou 14 dólares o preço do barril, para 34 e até 40 no spot, em 1981 gastamos mais de 50% das exportações só para pagar a conta de petróleo.

Então, essa situação de 79 a 84, com o segundo choque do petróleo, mostra que, quando terminamos o ano de 81, ainda antes de 84, a nossa dívida externa já estava em 61,4 bilhões, então 12, 43 e 61; e aí vem a pergunta: teria o Governo outra alternativa? É claro que a Oposição daquele tempo, que eu contestava aqui nas duas Casas do Congresso, fazia críticas muito violentas a esse processo de extroversão da economia brasileira. Mas eu pergunto: haveria alguma alternativa?

A partir desse momento o mundo inteiro foi apanhado de surpresa, porque não houve senão surpresa no mundo inteiro, em relação à política de petróleo, que passou a ser uma arma tríplice, passou a ser uma arma política — como eu citei o caso do Japão — passou a ser uma arma econômica no boicote, e todos nos lembramos de cenas da televisão mostrando a Rainha da Holanda pedalando de bicicleta para poupar consumo de energia. Uma arma econômica brutal, porque os produtores de petróleo que, antes, tinham na economia de exportação de combustível líquido, 4 bilhões de dólares de saldo, passaram a 82 bilhões de saldo; e aí aparece o problema dos petrodólares. Quer dizer, como a área dos árabes não estava preparada para reinvestir no seu próprio local, esse enorme saldo passou, aos bancos da trilateral, ou seja aos bancos do Japão, da Europa e dos Estados Unidos, e eles passaram a emprestar. E como havia uma grande liquidez, muito dinheiro para emprestar, havia pressões sobre nós. Eu me lembro, por exemplo, como Ministro de Educação, das pressões que recebímos para a oferta de empréstimos; e eu, por sorte ou pôr

azar, só fiz com o mundo comunista, porque o Presidente Médici chamou atenção para a necessidade de nós equilibrarmos a balança com o Leste europeu.

Então, vi uma coisa muita curiosa: na mesma ocasião, como Ministro, nós fizemos um empréstimo para o incremento do ensino médio com a USAID. Eram 100 milhões de dólares, com 10 anos de carência, e o pagamento de 2% de juros ao ano. O melhor empréstimo do mundo comunista foi com a Tchecoslováquia, por 6 anos, com juros de 10% e a carência apenas de 2 anos, o que prova que nesse ponto os marxistas são mais capitalistas que os próprios, pela forma através da qual eles queriam gerar seus resultados.

Então, o Brasil apostou no seu futuro nesse momento. Por que paralisar o Brasil, como é que nós podíamos deixar de comprar 800 mil barris de petróleo por dia? A Petrobrás ainda produzia muito pouco, não chegava nessa altura a 200 mil barris de petróleo por dia. O Proálcool estava nascendo, ainda ia ser alguma coisa efetiva, estava ainda em ser.

Ora, se se paralisasse o Brasil, nós não teríamos transporte de mercadorias por navios de cabotagem; não teríamos transporte de mercadorias pelos caminhões, nas estradas de rodagem; as estradas de ferro com máquinas a diesel; não teríamos gasolina, não teríamos querosene e parava a aviação. Então não era possível, subitamente, atender a um dos reclamos que aqui se fazia pela Oposição, que era não fazer a despesa imediata com o petróleo. Não tínhamos outro recurso.

Eu me lembro, Senador Carlos Chiarelli, de que na ocasião pesquisei, aqui, no Senado, para ver se em algum Parlamento do mundo tinha havido algum discurso prevendo a possibilidade desses choques de petróleo. Só o Presidente da ESSO previa para os anos 90, mas uma previsão equivocada porque se baseava nos anos 90, já com o horizonte imediato de produção de petróleo extinto. Eu passei 3 anos na Petrobrás, fui superintendente adjunto da Petrobrás, e depois Superintendente em 1959 e 1960, e já se falava naquela ocasião que o horizonte visual era de 25 anos. Estamos hoje com 25 anos para a frente e cada vez que se vai descobrindo novas províncias petrolíferas, esse horizonte vai ficando mais distante.

Desse modo, a única coisa que vi com possibilidade de admitir foi que aquela civilização mundial do petróleo barato, mais barato que um litro de água mineral, foi abalada. A economia do mundo foi abalada.

O Brasil jogou com a possibilidade de fazer esses empréstimos para aplicar em projetos produtivos e, com esses projetos produtivos, poder pagar a dívida.

Realmente, só a construção de Itaipu, se não me engano, representou 15% do total da dívida externa daquele instante. Agora, soma-se Tucuruí, Carajás, soma-se o acréscimo do parque siderúrgico. O *off shore* no petróleo, da Petrobrás, os metrôs do Rio de Janeiro e de São Paulo. Todos esses projetos tinham como finalidade um retorno para poder fazer o pagamento da dívida externa.

Lembro-me de que, quando discutímos aqui na Casa, pela primeira vez, o projeto Carajás, falava-se num retorno de 18 bilhões de dólares por ano, quando chegasse à plenitude de sua efetivação. Haveria, portanto, projetos reprodutivos. Alguns que não deram certo. Aqui mesmo nesta Casa discutimos o projeto da energia nuclear e estamos até hoje envolvidos nele com dificuldades, e ainda tivemos o problema da Ferrovia do Aço.

Então, em alguns projetos realmente perdemos milhões ou bilhões de dólares, mas em outros nós aplicamos.

Acontece que depois do choque do petróleo de 1979 veio uma coisa pior ainda, em 1982, quando houve o aumento, sem nenhum precedente igual ou parecido, das taxas de juros, das taxas flutuantes de juros. Os Estados Unidos tinham chegado a uma inflação de 10% ao ano, os países europeus tinham chegado até a 25% ao ano, logo depois do choque do petróleo, e isso aparece em 1982. E a taxa de juros da *prime rate*, por exemplo, que tínhamos como 6 e três oitavos por cento, chegou a um pico de vinte e cinco por cento, pelo menos, e se manteve em uma média acima de vinte.

Para se ter uma ideia de como essa estratégia começa a se deteriorar, e é o que vai nos servir para a conclusão da nossa conversa, comparemos esses dados. Em 1976 já havia ocorrido o primeiro choque do petróleo e pagávamos de juros um bilhão e oitocentos milhões de dólares; cinco anos depois, já depois do segundo choque do petróleo, pagávamos por ano 11 bilhões e 400 milhões de dólares.

E as exportações? Outro dado muito interessante, elas crescem nesse período 67% em volume, mas só crescem 10% em resultado de preços. Por que? Porque outra vez nós pagamos o problema do petróleo atingindo os industrializados, passamos a comprar os produtos deles, embutida a inflação deles no que pagamos; pagamos juros excessivos baseados exatamente na necessidade de vencer a inflação local e leiloaram as nossas *commodities*.

Nessa ocasião as *commodities* eram praticamente parte da pauta das exportações. Costumava dizer que em 1963 éramos exportadores de café, consequentemente exportadores de sobremesa. Hoje o café é 10% do total que exportamos. Então foi outro salto realmente extraordinário, mas tivemos os preços enlhecidos. Pagamos mais caro pelo produto igual, na compra, e recebemos muito menos pelo mesmo volume; tivemos quase que duplicar o volume para ter 10% a mais de preço. Ainda assim foi um enorme esforço feito.

A América Latina, nessa altura do ano de 1983, já devia 300 bilhões de dólares, e o Brasil tinha chegado agora a 83 bilhões de dólares na sua dívida; 12, 43, 61 e agora 83 bilhões de dólares nesse período.

Esse desequilíbrio não era só da América Latina. Nesse período a Inglaterra e a Itália foram ao FMI, bateram às portas do FMI. O desequilíbrio pegou mais de vinte nações. Claro que a América Latina toda, praticamente, e a Polônia. O Brasil tem uma situação muito

curiosa, pois somos devedores, mas somos credores também; credores talvez de alguns créditos — usando a linguagem de bancário — em liquidação, dificilmente absorvidos ou resgatados.

O que quero salientar com isso? Que o histórico prova que aquela estratégia que usamos começava a não ser mais adequada. Estávamos perdendo a batalha linear entre a capacidade de aumentar as exportações, receber resultado dos projetos estabelecidos e, com isso, pagar o serviço da dívida. Não tínhamos capacidade para isso. Fomos, ao contrário, agravando cada vez mais, a situação, a tal ponto que, por exemplo, em 1984, tínhamos uma dívida bruta de 93 bilhões de dólares, o que está no discurso do Dr. Tancredo Neves: "Recebi este País com 93 bilhões de dólares de débito". S. Ex. disse isso depois de eleito, em 1984, já no início de 1985. Alguns dados não são precisos. Alguns dados falam em 91 bilhões de dólares. A Folha de S. Paulo traz um documento, que o Banco Central deve conhecer — que fala em valores — que o Senador Chiarelli perguntava ao Diretor Lore, da Dívida Externa — de 114 bilhões em 1988 e de 91 em 84.

As nossas reservas tinham chegado a 11 bilhões, dos quais 8 bilhões eram líquidos, perdidos e, permitam-me a oportunidade de fazer um pouco de oposição, esses 8 bilhões em arroz da Tailândia, em carne contaminada de Chernobyl, em leite, em tampinha de cerveja. Isso também acabou em grande parte com as reservas de dezembro de 1984. As exportações tinham chegado a 27 bilhões de dólares, mas o índice de insolvência continuava maior.

Ora, para se ter uma pequena idéia da sangria, que estávamos submetidos, tentando esse pagamento, tentando manter o crédito do Brasil lá fora, nós, em cinco anos, pagarmos 55 bilhões de dólares só de juros; há algum tempo, não amortizamos o principal, estávamos pagando só juros. E, no Governo do Presidente Figueiredo, tivemos a chamada moratória técnica. No momento também é preciso caracterizar que o mundo inteiro estava submetido a um processo de recessão econômica. Os anos de 82 e 83 foram extremamente difíceis.

Quando eu assumi o Ministério da Previdência, por exemplo, estávamos num verdadeiro processo de recessão econômica. E como a Previdência é função matemática (salário), como havia desemprego e não entrava salário, tínhamos que fazer ginásticas terríveis para que o lapas continuasse pagando aos 10 milhões de aposentados e pensionistas etc. Sei bem que a tarefa mais difícil, e talvez mais inglória que tive na minha vida, foi dirigir durante 1 ano e 4 meses a Previdência, quando tive a alegria de receber do meu amigo Senador Carlos Chiarelli, sempre com idéias muito férteis, a oportunidade de discutirmos problemas, um dos quais nos criou algumas dificuldades, quando falamos no jogo do bicho, como uma possibilidade de legalizá-lo.

Então, esse resumo que eu quis fazer me mostra que partimos certo. Mas a conjuntura mundial nos levou a provar que não pudemos

continuar nesse rumo. Este seria o começo da conclusão, Senador Carlos Chiarelli. Impossível restabelecer a política financeira que vigeu até o fim de 73; endividamento para acelerar o desenvolvimento não é mais possível nesse sentido, devido à diferença que há entre a soma a pagar no serviço da dívida e aquilo que nós podemos obter com o resultado, especialmente da balança comercial. A extroversão da economia foi muito importante para evitar a inadimplência entre 74 e 84.

Mas, neste período, a dívida externa cresceu de 12 bilhões para 93 bilhões. Apesar das críticas que foram feitas, o fato é que o pessoal técnico do Governo — Ministério da Fazenda, Banco Central — negociou com capacidade, com qualificação profissional.

Nem sempre, é evidente, pode-se impor ao credor o nosso desejo. Seria muito fácil. Ainda ontem, eu conversava com o Dr. Marcelo Ceilão, do Banco Central, e ele contava uma história que me foi relatada pelo Ministro Mário Gibson Barbosa, quando ele era Ministro das Relações Exteriores e eu da Educação. Dizia ele que os dois ratinhos do desenho do Walt Disney, que perseguiam um gato, infernizavam a sua vida o tempo todo, até que o gato conseguiu botar a pata em cima de um deles. O outro correu e foi para o teto. E o de cá, já na iminência de ser pasto do gato, ficou indignado: "Você é um covarde, um canalha; me abandona nesta hora!" O outro disse: "Não abandonei; estou planejando." "Então, planeja depressa porque daqui para a boca do gato não passa de alguns segundos!" "Já planejei; transforme-se num buldogue e acabe com esse gato." "Mas como?" "Eu planejei; você executa." (Risos)

Muitas vezes podemos planejar; e a execução? Quero saber se isto é possível.

Ora, o Ministro Sérgio Amaral, em sua palestra, mostrou que, em 1988, transferimos, líquido, doze bilhões de dólares para os nossos credores. Talvez fossem dezenove, mas entraram outros recursos. Em resultado final, disse ele, doze bilhões saíram.

Qual foi o crescimento do PIB? Com todo o problema que mostrei anteriormente, de qualquer maneira, crescemos e ainda estávamos crescendo. O crescimento do PIB no ano passado foi zero ou abaixo de zero. É um índice importante, é um fator de raciocínio importante para nós.

Em 1989, segundo ele, deveremos transferir mais dez bilhões de dólares líquidos; ou mais, digo eu, porque a inflação dos Estados Unidos está prevista em 1% ao ano. Então, se ela der 14% ao fim do ano, vamos ter outro "probleminha" igual, da mudança da taxa de juros, da *prime rate*.

Vai ser fatal fazer isto, porque a política do Banco Central americano é exatamente a de elevação dos juros para poder conter o processo inflacionário. Então, já vamos ter qualquer coisa nesse sentido em nosso prejuízo.

Disse o Ministro, aqui, que, só nos últimos anos, houve um crescimento de 3% na taxa de juros, o que consome todo o esforço que fizemos para aumentar o saldo da balança comercial.

A estratégia das negociações, no meu entender, está praticamente esgotada segundo o tradicional. É preciso inovar. Para inovar, podemos ter algumas soluções. A primeira é dizer que a dívida não deve ser paga, sob o fundamento de que mais da metade dela resulta de juros escorchantes que nos foram impostos naquele período.

Não defendo essa tese, porque procuro ser realista. Se os candidatos a candidatos que passarão aqui por esta Comissão visarem a obter grandes aplausos entre os estudantes, entre os trabalhadores, entre os intelectuais, defenderão essa tese. "A soberania é do Brasil; não se paga"! Então, terão aplausos extraordinários, porque ninguém realmente quer pagar o que deve.

É natural, sobretudo quando isto foi acrescido de juros flutuantes, que nos criaram esse problema. Ainda ontem, recebi uma lição, exatamente porque eu também pensava: "São juros flutuantes; porque não trabalhamos sempre com juros fixos?"

A resposta que me foi dada pelo Dr. Marcelo foi exatamente esta: no momento em que precisamos de um empréstimo, vamos fazê-lo. Imaginem se tornássemos o empréstimo fixo, exatamente quando o pico chegou a 25%! E não posso escolher o momento do empréstimo, porque quem comanda esse momento é a conjuntura.

Se eu chegar num momento bom, como agora mesmo o Ministro Maílson e o Banco Central conseguiram fazer um empréstimo fixo de 6% ao ano, excelente! Mas a taxa flutuante ainda tinha uma pequena vantagem para nós. Quando tínhamos boas reservas lá fora, se eventualmente aumentava o juro, também o juro sobre as nossas reservas nos favorecia. Havia pelo menos essa vantagem.

Ora, defendo a tese de que devemos pagar a dívida em termos, e então diria quais são os meus termos.

Critérios básicos que a meu ver deveríamos adotar para o pagamento da dívida externa: em primeiro lugar, partir para a redução. Temos de reduzir o que estão chamando de estoque da dívida, que está em 115 bilhões, que foi o último número dado pelo Banco Central para o mês de junho de 1988. O registro não pode ser *up to date*, de imediato.

É importante notar que pela primeira vez os credores admitem um componente de natureza política. Há dez anos seria uma blasfêmia falarmos nisso. Seria uma blasfêmia falar numa renegociação com 20 anos de prorrogação do prazo de pagamento. As condições mundiais mudaram.

O Jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 17 deste mês, fala no Plano Brady, admitindo que a dívida externa do Brasil pode cair 15 bilhões. Com o Plano Baker teríamos tido também algum benefício, mas os banqueiros americanos não aderiram a este plano. Então, não poderíamos nos transformar rapidamente no buldogue do *Walt Disney* só porque alguém planeja desta forma.

Ora, há poucos meses lemos, na revista *Time*, uma entrevista com o novo Secretário de Estado, que é o Sr. Baker. Ele falava que

era preciso — a expressão literalmente inglesa era essa — dar uma mão aos devedores. Ele falava em *hand*; dar a mão aos devedores para que esses pudessem evitar a moratória generalizada. Isso era da maior importância. Ele dizia: o Brady fará isso. Isso está na revista *Time* de dois meses passados.

Então, temos um dado novo por aí, que é a possibilidade dessa redução se fazer com outro entendimento. Eu combinaria a tentativa de obter a redução da dívida com o reescalonamento em grande prazo, mediante condições favoráveis. Mas como implementar? Como fazer o bulldogue? Em primeiro lugar: podemos pensar na recompensa da dívida com deságio, a securitização. Já houve êxito nisso, embora seja um êxito do qual não se pode abusar; os números que o Banco Central nos dá são cautelosos quanto à emissão de bônus de saída. Podemos pensar na conversão. Uma vez reduzida a dívida, podemos pensar na conversão da dívida restante em nova dívida, com prazo de 25 anos, 10 de carência e juros fixos mais baixos que pudéssemos obter. O exemplo do último obtido, no valor de 6%, seria o ideal.

O Ministro Sérgio Amaral falou aqui num acordo de salva-guarda; não sei muito bem o que significaria isso. Talvez fosse um acordo para permitir que o crescimento indevido, inesperado, da taxa de juros, pudesse ser objeto de uma espécie de seguro em defesa do devedor.

Ontem, conversei — também — sobre os *wavers*, com o pessoal do Banco Central. Então, tudo que for waver que pudermos conseguir, vamos conseguir. Tudo que for perdão, temos que ver a possibilidade de transformar qualquer cláusula nesse sentido em coisa objetiva.

Citamos para o Diretor Lore, da última vez, algo que ele parece não ter admitido com muita simpatia.

Sempre tivemos a idéia de que o Brasil é um dos poucos países do mundo que assume a responsabilidade da dívida particular. O México, por exemplo, só admite a dívida pública, que parece ser menor do que a nossa. O México não assume a dívida das empresas privadas. Nós nos responsabilizamos pelo conjunto das dívidas pública e privada.

No Brasil, o que se admite é que 70% seriam dívida pública, especialmente das estatais, e 30% dívida privada. Nessas 30% de dívida privada, poderíamos transformar a dívida que as transacionais fizeram, para fugir da lei de remessa de lucros, porque ele prevê uma limitação. Elas transformaram em empréstimos os investimentos de risco que fizeram para as suas subsidiárias no País.

Ora, se pegássemos o valor desses empréstimos e o transformássemos em capital de giro, a nossa impressão — num número muito precário, quase intuitivo — é de que teríamos, também, cerca de 30% sobre os 30% de redução da dívida. Isso seria 9% do global, sem nenhum acréscimo na base monetária. E esse dinheiro já está aí.

Parece-me que não é fácil, entretanto, mesmo para o Banco Central, localizar cada caso,

e transformar o voluntarismo dessas empresas em aplicação com empréstimo, porque como empréstimo os financiamentos teriam garantia de pagamento o que não têm como capital de risco. Talvez se possa fazer isso agora, devido às dificuldades de pagamento do serviço da dívida; talvez se possa jogar com essa hipótese.

Eu utilizaria, também, o sistema das conversões, principalmente através dos leilões do Banco Central, quando nós nos apropriamos de uma parte dessa dívida, através do deságio. O Presidente Camões nos disse, naquela outra conferência, que no ano passado houve deságio da ordem de 30%, e, se não estou equivocado, parece-me que houve um resultado final, no ano, de cerca de dois bilhões de dólares de redução da dívida. É uma forma de conversão formal. Essa conversão formal também poderia ser ampliada, dependendo da espontaneidade com que as empresas fizessem isso juntando os interesses dos credores com os devedores brasileiros. O princípio não se aplica à convenção informal, porque esta, com aquela famosa "bicicleta", daria margem a fraudes muito grandes. Embora o Brasil seja um país que não pratica fraudes, é bom não estimular. (Risos)

A política de suspensão *refunding* também, está bem explicada pelo Banco Central. É um momento em que temos que compatibilizar, além da política de dívida externa, a questão da dívida interna e a questão da inflação local. A partir do momento em que o reemprestimo fosse feito, nós jogaríamos mais dinheiro, em vez de fazer uma contrição disso no Banco Central. E o último passo seria tentar uma regularização do pagamento dos nossos devedores.

Fiquei um pouco alarmado, aqui, no final da conferência do Ministro Sérgio Amaral, porque S. S<sup>o</sup> nos disse que, para negocarmos o deságio com os credores, talvez devéssemos, também, apresentar uma política coerente em relação aos nossos devedores. Então, não sei se poderíamos oferecer um deságio para o pagamento da Polônia, das "polonetas" famosas.

Ouço, com uma certa preocupação, que a nossa política africana está criando algumas dificuldades também nesse campo. O Embaixador de Angola declarou, aqui no Senado, que seu país já deve ao Brasil uns seiscentos milhões de dólares, e agora há uma possibilidade de empréstimo bem maior do que este nas negociações que se sucederam à passagem do Presidente José Sarney por Angola.

Depois da redução da dívida, por esse processo que indiquei, meramente especulativo, como promover estímulos para que entre capital no País? É aí que eu gostaria de falar sobre a República de Weimar. Em novembro de 1923, um dólar comprava nove mil marcos. Em novembro do ano seguinte, um dólar comprava um bilhão de marcos. Em grande parte, o problema estava em quê? Estava em que a Alemanha não queria pagar mais as suas reparações de guerra. No momento em que suspendeu o pagamento, a França invadiu, imediatamente, um território da Alema-

nha, na área de carvão no Rhur, e na Alsácia Lorena, e retraiu-se completamente o capital estrangeiro, na medida em que o calote se efetuou.

Então, como é que a Alemanha conseguiu sair disso, desse processo inflacionário brutal, em que os médicos e advogados, por exemplo, cobravam em ovos e galinha, e não mais em marcos, e em que um pão custava um bilhão de marcos? Foi através de um processo duro, de um ministro de fazenda corajoso, que estabeleceu como princípio a retomada dos pagamentos das reparações de guerra, recebendo, graças a isso, o influxo imediato de capital.

Entraram milhões e milhões de dólares, e, com o *rentmark* que ele inventou na ocasião, valendo agora um quarto do dólar cada um, e não mais um dólar valendo um bilhão de marcos, conseguiu estabilizar a economia alemana.

Então, como ficariam os que vivem falando: "não pagamos mais, não devemos pagar, porque estão nos sangrando".

Outro dia vi uma imagem um pouco assim de vampiro, como se estivéssemos com as veias abertas e os credores sugando nosso sangue até a última gota. Está muito bem, tudo isto realmente é muito importante. Mas é preciso verificar se, a partir do momento em que tomássemos uma medida dessa natureza, teríamos êxito garantido, um bom êxito, porque pode vir também o êxito letal.

O Presidente Alan Garcia está aí no Peru. Ele começou o Governo e colocou um limite: "Só pago 10% das exportações". Ele está hoje com 2.000% de inflação, retraiu-se o capital estrangeiro inteiramente em relação ao Peru, e ele passou a ser, também como nós, exportador de capital líquido.

O Presidente José Sarney politicamente declarou que a nossa moratória era um ato de soberania. Não era bem soberania, mas a inexistência de dinheiro no caixa. Então, não havia era dinheiro para pagar, e ele teve que se renegociar.

O Presidente Alfonsin começou com um belo discurso contra o FMI, mas foi lá e se entregou. O FMI, com todo o dinheiro que tem, não vale nada em relação ao débito que temos com o mundo. Se todo o dinheiro do FMI nos fosse emprestado, isso não valeria praticamente nada. O que vale é o aval que ele dá para as centenas e milhares de bancos. E vale, ainda, a influência que ele tem sobre organismos oficiais como o BID, o Bird e o Clube de Paris.

Então, precisamos ser realistas. Realistas, mas não acomodados não devemos continuar "sangrando", da maneira como estamos fazendo aqui.

Para intensificar a entrada de capitais estrangeiros acho que, em primeiro lugar, é necessário restabelecer a credibilidade do País lá fora. E tenho muitas dúvidas sobre o resultado de um processo de cartelização dos devedores.

Acho que hoje há uma circunstância mundial inteiramente favorável. A Folha de São Paulo de ontem publica um quadro mostrando que

em 18 anos o Brasil pagou de juros mais de que todo o estoque da dívida. O *Correio Brasiliense* traz uma longa reportagem sobre a presença do Ministro Maíson da Nóbrega em Amsterdã, onde ele é que diz: "Esta transferência de recursos para o exterior, decorrente da dívida externa, representa uma carga intollerável para a economia da América Latina".

Está falando para a América Latina, mas para o Brasil também, que não é mais possível pagar. Esta não era a linguagem do Governo há pouco tempo. Então, temos circunstâncias especiais para tentar renegociar a partir da redução da dívida.

Ficou muito famosa uma frase do Dr. Tancredo, que é um apelo político extraordinário: "O Brasil não pode pagar a sua dívida com a fome do povo". E todos nós estamos de acordo em que deva ser assim.

Mas é imperativa a necessidade de investimentos reprodutivos no País; nós não podemos mandar todos estes 12 bilhões de dólares, o tempo todo, só para garantir a credibilidade de bons pagadores e com isso não investir num país que precisa de determinada taxa de investimento do PIB para ter um retorno de crescimento deste PIB de, pelo menos, 6%, para abatido o crescimento demográfico, ter a possibilidade de oferecer empregos a 1 milhão e 800 mil pessoas que ingressam no mercado a cada ano, fora a economia invísivel.

Então, para nós, como Presidente do PDS, e naquilo que eu puder, como Senador da República, dar uma opinião a respeito, acho que a solução está em renegociar nestas condições que apresentei, tirando partido do novo cenário mundial. O Presidente Mitterrand teve uma palavra muito simpática a respeito, inclusive para o Presidente José Sarney. O Presidente Gorbachev foi mais longe, foi mais do que simpático. Foi para a ONU, ocupou a tribuna, e pediu uma moratória de 100 anos para os devedores. Ele realmente não sofreu muito com estes 100 anos, porque devem à União Soviética: Cuba, que recebe 4 ou 5 bilhões por ano, é um país pensionista da União Soviética, naquela operação de sobre-preço de açúcar etc.; Nicarágua, só armamento e munição; alguns países africanos e o Afeganistão, de onde a União Soviética saiu brilhantemente.

Portanto, os 100 anos podem perfeitamente não afetar em quase nada a economia soviética. Mas, 100 anos onde hoje há um débito de 1 trilhão de dólares, é alguma coisa em que provavelmente não seremos tão irrealistas a ponto de pensar que obteremos. Mas podemos obter alguma coisa mais próxima que isso, inclusive com a nova posição do Governo americano que, indiscutivelmente, tem grande influência não só sobre o FMI, mas sobre toda a comunidade financeira internacional.

E, para concluir, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, meus Srs. e minhas Sras., diria que isso não é tão difícil de fazer. Temos uma chance histórica muito boa para fazer: as eleições de 15 de novembro. O Presidente que sair dessas eleições, com o respaldo de 50% ou mais dos votos, unigido portanto pela

maioria do povo brasileiro, pode, sem bazofia, sem arrogância, com atitude e pertinácia, conseguir alguma coisa do pouco que tivemos oportunidade de falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador Jarbas Passarinho, passamos agora a oportunizar um debate à luz dessa ampla e detalhada exposição, que V. Exª acaba de nos ensejar. O primeiro Senador inscrito é o Senador Afonso Sancho, a quem concedo a palavra.

O SR. AFONSO SANCHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou mais ou menos dentro desse pensamento do Senador Jarbas Passarinho. Entendo que não podemos sair em tiradas demagógicas, enfrentando o problema da dívida externa, apenas para agradar a alguns desinformados, incompetentes e desconhecedores da situação financeira do mundo.

Temos, hoje, uma grande possibilidade que se abre, que é bem diferente do que há 20 ou 30 anos, de que já há uma compreensão por parte dos credores de que há uma necessidade de se fazer uma equação dessa dívida externa do mundo inteiro, não só do Brasil, sendo que o Brasil — e devemos ressaltar isso — é um País um pouco diferente dos outros devedores, o Brasil é um País em desenvolvimento, e desenvolvimento acelerado, embora tenhamos sofrido, nesses últimos dois anos, um recesso, mas temos possibilidades por termos riquezas incomensuráveis, aguardando alguém para trabalhar em cima dessas riquezas.

De forma que entendo que tudo depende de uma negociação bem feita, competente, dentro desse pensamento de hoje no sentido de que deve haver uma redução da dívida e de que os juros devem ser bem baixos para a dívida passada. E, ao mesmo tempo — o que não acredito, em face desse esquerdismo desenfreado que existe no País — há necessidade de abrirmos nossas fronteiras para recebermos o capital estrangeiro para investimento. Esta deve ser a necessidade e número um do País — receber novos capitais, sem compromissos. Que venham para cá trabalhar, venham para cá produzir, com as garantias que até os países socialistas estão dando. A Rússia garante o retorno do lucro, a China garante o retorno do lucro. São os dois maiores países socialistas do mundo. Os outros, nem se fala, estão de braços abertos, gritando a todo pulmão que tragam capitais porque eles querem.

De forma que creio que o pensamento do nosso Presidente Jarbas Passarinho está dentro da linha. Com esse adendo, dá-se uma ênfase maior à vinda de investimento para o nosso País. Este pensamento é que gostaria de ouvir o pronunciamento do Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Tenho a impressão de que o meu prezado colega do Senado e de Bancada, quando diz que está mais ou menos dentro do meu pensamento, está totalmente dentro do meu pensamento, porque não vi realmente objeção. Temos que

reduzir o montante global da dívida, o chamação do estoque da dívida. E paralelamente a essa redução, fazer com que haja ingresso de novos capitais, ora pela renegociação com os nossos devedores, ora principalmente pela abertura para a chegada de capitais estrangeiros aqui, desde que não venham com sentido colonializador. Então, acho claríssimamente isso: nenhum país do mundo conseguiu se desenvolver, e o Senador Afonso Sancho sabe disso, sem ir buscar poupança extrema, inclusive os países socialistas. De maneira que é perfeitamente possível se fazer esse tipo de política, de estratégia nacional, dessensibilizando um pouco a reação da comunidade financeira internacional em relação ao texto da Constituição. O texto da Constituição tem nítida reserva em relação ao capital estrangeiro. Nítida. Não é xenófoba propriamente, mas tem uma nítida reserva. Então, se à proporção que o tempo passar nós mostrarmos que temos condições de receber o capital e remunerá-lo também, porque ninguém aplica sem remuneração, é perfeitamente possível que vençamos esse período. E, como digo, não é só o Brasil. Vimos o México ir à moratória, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, a Venezuela, o Chile, que está se recuperando, e é talvez hoje a economia mais bem recuperada da América Latina, mas que também teve problemas. Visitei, com uma delegação brasileira de Deputados, o Chile, em 82. Conversei com o Ministro da Fazenda deles, e a impressão que tive quando saí é de que o Chile estava em bancarrota completa, não saia dali, mas em pouco tempo conseguiu. Se formos verificar o exemplo que dei da República de Weimar, vamos notar, vamos constatar a entrada de capital estrangeiro, quer dizer, o reforço é uma vitalização da economia. Então, podemos e devemos fazer isso. Defendo um capital que venha ao encontro dos nossos interesses, e temos interesses comuns que o Senador citou muito bem. As nossas reservas estão quase intocadas ainda em recursos naturais renováveis. Outros países já esgotaram tudo isso. Então, esse ponto de vista partilho inteiramente com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, companheiro Senador Jarbas Passarinho, ouvi uma parte do pronunciamento de V. Exª, mas tenho acompanhado, no Senado, sempre, os pronunciamentos de V. Exª com respeito à dívida externa, na qual, em parte, concordo. Com relação ao pagamento da dívida externa, tive a ocasião, há um mês, no Senado, em me pronunciar também a respeito. Antigamente, os países colonialistas exploravam as nações mais pobres de uma maneira, e hoje, até há pouco tempo, essa exploração é mais moderna. Eles dividem para governar e para tirar partido disto, haja vista que o déficit nosso aqui, na América Latina, em 1990 vai para 429 a 430 bilhões de dólares. Oferece, por exemplo, ao Brasil, mais uma vantagem, porque é um débito maior ao México, à Argentina. Mas como tive ocasião de citar, dentro do Ter-

ceiro Mundo, temos um exemplo: o caso do Sudão é típico. Em 1986, sua dívida era de 9 bilhões de dólares. Na tentativa de conseguir empréstimos adicionais, que foram vetados pelo FMI, com o argumento de que o Sudão não tinha condições de produzir 200 milhões de dólares para pagar os juros a seus credores, o Governo sudanês elevou os impostos e os preços dos alimentos foram além das nuvens. E pequeno devedor, com problemas adicionais, com problemas de refugiados da Etiópia, do Chade, tratado severamente pelos bancos internacionais — banqueiros reunidos decidiram o destino do País, este é um exemplo típico. Então, tive uma idéia que mōstra ao Senado a posição que poderíamos ter em função dessa dívida, principalmente na América Latina, onde, Senador Jarbas Passarinho, sabemos e temos consciência, hoje, de que para os países credores, a nossa dívida é política. E sendo uma dívida política deí, neste pronunciamento ao Senado, uma idéia: o Senado Federal é composto de homens de muita vivência política. Além de ser o Senado o próprio símbolo do poder moderador, nossa experiência política é muito grande. Essa experiência nos dá uma visão mais ampla das coisas. Os problemas políticos e sociais de uma nação são melhores sentidos pelos políticos, que somos nós, do que por qualquer tecnocrata ou embaixador.

Assim, creio eu, esse problema da dívida externa deixou de ser assunto técnico e financeiro e se tornou um problema político, porque não detemos mais condições de saldar nossa dívida. Assim, ele seria melhor tratado dentro e através do Senado da República, que convocaria — essa era minha idéia — os outros Senados da América Latina para, juntos, resolvemos tão magno e doloroso problema.

Alguns dos nossos companheiros, 4 ou 5 experimentados e capazes Senadores, inclusive V. Ex<sup>a</sup>, seriam escolhidos pelo Senado para conversar e dialogar com outros Senadores de cada país da América Latina, sobre o pagamento da nossa dívida, pois ela não é assunto para ser tratado com a visão fria e distante de um tecnocrata ou de um embaxador. A dívida, repito, tornou-se um assunto essencialmente político.

Assim, Senadores do Brasil, da Argentina, do México, da Venezuela, dos países da América Latina se reuniram em torno de um programa sobre a dívida, estudando, avaliando, e chegando a uma conclusão que seria assumida por todos e posta em prática, contanto que viesse a acabar, de uma vez por todas, com esse problema, ou seja, essa dívida de 420 bilhões de dólares seria tratada como um todo, por que se o Brasil trata do seu débito de 120 milhões de dólares, a Argentina de 60, isso é um peso. Mas, se todos nós tratarmos em conjunto — e ninguém mais do que o Senado desses países, que é o poder moderador e que conhece muito bem os nossos problemas — poderemos ter muito mais êxito.

Com respeito, Sr. Senador, a esse pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer sobre os empréstimos, concordo em número e grau com V. Ex<sup>a</sup>.

Fiz, agora há pouco, uma visita à China Nacionalista, um país com 36 mil quilômetros quadrados, ou seja, menos da metade do Estado de Pernambuco — é hoje a segunda reserva financeira do mundo. Eu diria a segunda, porque a primeira é a Alemanha, a segunda é o Japão, com 86 bilhões de dólares, e depois vem a China Nacionalista, com 81. Mas o Japão tem 70 milhões de habitantes e a China Nacionalista, 20 milhões.

O que precisamos é o que V. Ex<sup>a</sup> diz: trazer capital aqui para dentro. O que está acontecendo no Brasil é que as empresas pequenas e médias estão todas quebradas. O Governo brasileiro, até hoje, deu guarda-chuva às grandes empresas. Essas, podem tirar o guarda-chuva e levar o sol e sereno, que não quebram mais.

Agora, a pequena e a média, de que temos o exemplo em Formosa, onde não temos mais de 15 empresas grandes — a maioria é pequena e média, sendo que a pequena tem um capital de 200 mil a 1 milhão de dólares, e a média de 1 a 4 milhões de dólares. O que precisamos — senti, Sr. Senador, como empresário que sou, também — conversei com aquela gente durante 15 dias, com a representação dos pequenos e médios empresários de Taiwan e eles foram simples conosco, fracos. Disseram: — Senador, da maneira que estamos, conhecemos os problemas do seu País todo; queremos investir no seu país.

Aí, deu um exemplo da II Guerra Mundial. Ele disse, olha: — O Brasil era um dos melhores países para receber as colônias estrangeiras. Haja vista que, na II Guerra Mundial, as três grandes colônias estrangeiras do Brasil eram formadas por imigrantes dos países com os quais o Brasil lutou contra, e não aproveitou-se disso para efetuar prisões, para perseguir e para tornar o que esse estrangeiro tinha, como fez o americano com o japonês, jogando este último num campo de concentração.

Então, eles estão prontos, Senador, para vir para cá. Agora, só tem um fato que eu gostaria de mencionar. Não me esqueço de que um dos empresários de média empresa, no Hotel Hilton, em Itaipé, disse o seguinte: os Srs. hoje tem um artigo na Constituição referente à remessa de lucros e capital estrangeiro que é muito simples, ou seja, é o mesmo que eu pegar 1 milhão de dólares, colocar num banco no Brasil e, no outro dia, eu quero tirar e dizem: — Não, só sai 700. Ninguém vai querer empregar dinheiro lá.

Então, ou nós modificamos esse problema desse artigo nas leis ordinárias, pelo menos, para a pequena e a média empresa, ou vai ser difícil até a indústria suja vir para cá.

Isso é o que precisamos fazer e eu tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, como um dos candidatos a Presidente, conhecedor profundo desses problemas, vai nos ajudar. É por aí que poderemos pagar essa dívida. Não é tomar dinheiro no FMI; não é tomar dinheiro do Banco Mundial; não é tomar dinheiro do Bird; é sim trazer essa gente para cá que querem, inclusive, Senador, não montar empresas, mas se associar aos pequenos e médios empresários. Como eles mesmos dizem: o Brasil

é um país que tem um território imenso e tem matéria prima e nós temos o dinheiro e a tecnologia.

Então, precisa V. Ex<sup>a</sup>, como candidato a Presidente da República, convocar nossos Deputados — principalmente os Deputados — para conhecer essas regiões.

Eu trouxe, Senador, inclusive a lei da China comunista, da China continental. Estou aqui com este documento para mostrar, como São Thomé, o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer e o Senador Afonso Sancho.

Os países comunistas estão abrindo o capital e nós estamos fechando. Então, é o carro na frente dos bois. Não é possível.

Era esse o aparte que eu gostaria de dar ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Sr. Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O Senador Ney Maranhão chegou, aqui, depois que eu havia declarado que não sou candidato. Está me faltando o desejo de "paquera" para poder chegar ao amor. De maneira que não dá bem o meu rumo nesse sentido.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas, V. Ex<sup>a</sup> tem idoneidade que poucos candidatos têm — eu não sou do Partido de V. Ex<sup>a</sup> — para ser Presidente da República.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Eu gostaria que o Deputado Paulo Maluf ouvisse isso. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador Passarinho, com o perdão da referência agora, quando V. Ex<sup>a</sup> dizia: "Eu não sou candidato", eu me lembrei daquela menina, na televisão, que faz a propaganda da inflação e ela diz: "Eu não sou candidato; eu não sou político; eu não sou nada..."

O SR. JARBAS PASSARINHO — "Mas tem que fazer agora".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — "Mas tem que fazer agora;" Vou me lembrar disso. Não é candidato, mas tem que agir agora, porque senão a menininha vai ficar brava no comercial.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Há muita gente qualificada. O Brasil, hoje, já tem pelo menos 8 candidatos e todos eles muito capazes, muito qualificados. Eu jogo muita esperança no nosso futuro imediato. Nesse momento fica mais difícil julgar, porque as pessoas, às vezes, escondem o pensamento para ter melhor relacionamento, ou para obter confiança, há uns que conseguem até fazer acordo com Belzebu. De maneira que eu não sei se isso pode ter bom resultado.

Senador, agradeço muito a sua colaboração à pobre explanação que fiz aqui. Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> me permitisse apenas uma brincadeira entre amigos. É quando V. Ex<sup>a</sup> coloca o problema no Senado. Os Senadores, nós Senadores, fazermos o cartel dos Senadores para discutir essa matéria.

Na Escola do Estado Maior que cursei, durante 3 anos, um instrutor, quando não queria,

evidentemente, divergir do aluno mas o aluno estava dando a melhor solução para ele, instrutor, ele ouvia pacientemente e depois respondia: "É uma idéia."

Então, ilustres Senadores, "é uma idéia". Tenho a impressão de que, a partir do momento que essa gente qualificada está discutindo esta matéria, dificilmente poderia ser substituída por nós, que não somos ecléticos, embora, como V. Ex<sup>a</sup> colocou bem, o Senado tenha Poder de Câmara Revisora neste País, e principalmente em países presidencialistas, como somos. Aliás o nosso agora é meio-a-medo, e a única dúvida é saber se os Srs. "Senadores conseguiriam sensibilizar principalmente os Senadores americanos, conseguiram sensibilizar os seus banqueiros, a dúvida seria essa.

O Brasil, se não estou equivocando, em regra tem praticamente um terço da dívida global da América Latina, o que mostra portanto que o nosso peso é o mais importante, apesar de se pretender que o Presidente atual da Venezuela seja o líder desse tipo de cartel, o que acho duvidoso, como disse em minha palestra.

Por outro lado, somos aquilo que Lyantey chamaria de "*techniciens des idées générales*". Somos os técnicos de idéias gerais, não somos os técnicos das idéias específicas, de maneira que sentimos isso aqui, e, V. Ex<sup>a</sup> confirmará comigo, há dificuldades até quando pretendemos opinar sobre determinados projetos de lei. Temos dificuldades porque não temos uma assessoria que nos permita, na Câmara como no Senado, uma informação precisa, como eu tinha com a maior facilidade quando era Ministro.

V. Ex<sup>a</sup> falou no guarda-chuva, que podia tirar o guarda-chuva, não sei se o Banco Nacional concorda com isso. (Risos) Formosa, realmente, é um exemplo extraordinário dos chamados "tigres da Ásia".

Há alguns anos me questionava se havia razão para essa colocação de que o desenvolvimento do mundo contemporâneo, além dos países já desenvolvidos, seria mais facilmente atingível pelo Pacífico, do que pelo Atlântico. Tinha minhas dúvidas, mas depois de verificar o resultado de Formosa, de Coréia do Sul, Cingapura, esses já cito com mais reserva, e as próprias Filipinas que estão saindo, de algum modo, com vantagem disso — não falarei sobre o Sr. Presidente deposto, porque ele está naquilo que o Padre Vieira chamava em "artigo de morte" —, vou esquecer alguma coisa em relação à dívida externa.

De qualquer modo, esse exemplo que V. Ex<sup>a</sup> dá é muito bom, mas só queria chamar a atenção de uma coisa, Senador. Enquanto na ONU temos a China Nacionalista, como V. Ex<sup>a</sup> falou e assim é chamada, e a China continental comunista, no Brasil, quando fizemos o restabelecimento das relações diplomáticas com a China comunista, nos obrigações a fechar a Embaixada da China nacionalista, e foi um momento traumático. Lembrem de ter visto o Embaixador, naquela ocasião, submetido a determinadas medidas que me pareceram altamente constrangedoras, in-

clusive o confisco de seu carro e da casa em que morava, para que isso fosse entregue à nova representação diplomática. Foi uma imposição da China comunista.

O SR. NEY MARANHÃO — V. Ex<sup>a</sup> me dá licença?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pois não!

O SR. NEY MARANHÃO — Sobre esse problema do rompimento das relações diplomáticas, acredito, e nesse ponto permita-me discordar da V. Ex<sup>a</sup> esse rompimento foi em 1975/76; mais ou menos....

O SR. JARBAS PASSARINHO — Foi no Governo do Presidente Geisel.

O SR. NEY MARANHÃO — Nessa época o Congresso não era ouvido como hoje, não tínhamos os poderes que temos agora.

Veja V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: um país como os Estados Unidos, que foi quem garantiu, inclusive, a não invasão da China comunista à Formosa, com a esquadra americana, a 6ª Frota no estreito de Formosa. Um país que rompeu relações diplomáticas com a China nacionalista e abriu com a China continental, mas deixou o escritório comercial lá, como vários países o fizeram.

Se o nosso Congresso, à época, tivesse a força que tem hoje, acredito, Senador Jarbas Passarinho, que, pelo menos, o escritório comercial teríamos deixado em Formosa.

Fiquei escandalizado, aqui no Senado, quando cheguei, com esse problema. Um país como Formosa, onde no ano passado negociei, como diz o adágio popular, fora de través, o ano passado, o comércio com Formosa é o Brasil foi acima de 700 milhões de dólares. Como o Brasil fechou o escritório, naquela época, rompeu relações e disse: eu não preciso desse país, nós estamos com dólares sobrando, nós estamos com emprego sobrado. Não queremos nada.

Então, eu e o Senador Odacir Soares pedimos ao Congresso, fizemos um memorial ao Presidente da República, em que mais de 362 parlamentares, Senadores e Deputados, estávamos pedindo para abrir esse escritório comercial, porque Formosa não quer, de maneira nenhuma, ingerência política. Eles querem comerciar com o Brasil. Hoje, a França, a Alemanha têm comércio com Formosa, através de escritório, todos esses países industrializados. E por que nós não temos direito? Nós temos condições e temos muito interesse na China continental. Então, continuamos com a relação diplomática. Mas a relação comercial, nós temos de ter, Senador.

Este ano, vamos ter um comércio com a China nacionalista de mais de 1 bilhão de dólares. Aliás, o Itamaraty tem dado algumas facilidades de visto ao pessoal. Inclusive, este ano, agora em maio, estão vinda duas comissões de Formosa, uma para o Sul e outra para o Nordeste. E há muito interesse, Senador, da nossa parte, principalmente do Estado de V. Ex<sup>a</sup> e do meu, com respeito às ZPE. Eles têm muito interesse no comércio das duas nações.

Era o que eu queria dizer.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Acho que V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão. Se as condições de ontem fossem as de hoje, quem sabe, talvez, a imposição da China comunista pudesse ter sido evitada. Mas a negociação bilateral pode continuar, exatamente, por essa representação comercial. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO — Antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar a V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhantismo de sua exposição, que nos colocou a par de toda a origem dessa dívida monstruosa que está atormentando a todos os brasileiros.

Nós, também, sempre pensamos como V. Ex<sup>a</sup>, que nós devemos, portanto, teremos de pagar. Mas ocorre que, fazendo vários estudos, chegamos à conclusão de que nós teremos que, pelo menos, de protelar essa dívida, porque isso trará recessão, como V. Ex<sup>a</sup> bem disse. A cada ano, introduz-se no mercado de trabalho cerca de 1 milhão e 800 mil pessoas. E o governo acaba por ver frustradas todas as suas tentativas, no sentido de conter a inflação, principalmente, por causa do *deficit público*. Nós achávamos que isso parece-me que entrará logo em tramitação no Senado Federal, um projeto de lei, se não me engano, do Senador Leite Chaves, no sentido de que se protele essa dívida em, pelo menos, 10 anos. E que se comece a pagar a partir do principal da dívida, já que, como V. Ex<sup>a</sup> bem asseverou, aí, nós já pagamos cerca de cinqüenta a tantos bilhões de dólares, e até hoje não conseguimos amortizar nada. Então, e tenho visto, há muitos anos, falar-se em renegociação da dívida, todos os ex-Ministros da Fazenda, da SEPLAN, Presidente do Banco Central; tenho andado pela Europa, pelos Estados Unidos, e parece-me que nunca se chegou a um acordo. Penso, então, que já se esgotaram todos os recursos, no sentido de se obter um resultado positivo, com respeito a essa dívida. O Brasil deve sentar-se à mesa das negociações, dos entendimentos, com os países do Terceiro Mundo, os países da América Latina, que devem, sozinhos, cerca de 420 bilhões de dólares, e estudar uma maneira que, evidentemente, agradará a todos. Acho que essa protelação por dez anos será bem viável.

Gostaria também de dizer que vejo que uma das maneiras viáveis para solucionarmos o problema desta dívida, para minimizar os seus problemas, os seus efeitos, seria a aplicação de capitais estrangeiros no nosso País, como bem disse o Senador Ney Maranhão.

Ocorre que o próprio Congresso Nacional tem obstaculado medidas provisórias do Chefe do Executivo, Presidente José Sarney, no que diz respeito à privatização de empresas estatais e, evidentemente, com o temor da grande ingerência de capital estrangeiro dentro do nosso País.

Então, sei que isso o Congresso irá estudar oportunamente, irá ver as empresas que poderão ser efetivamente privatizadas, inclusive, com a aplicação de capital estrangeiro.

Gostaria de fazer por último uma pergunta a V. Ex<sup>a</sup>. Muito se tem falado sobre a possibilidade de vincular a renegociação dessa dívida com a preservação do escossistema brasileiro, a Amazônia. Temos tido conhecimento de outros países, evidentemente preservando a soberania nacional, porque ela é intocável. Se não há a possibilidade de se conversar com esses países, Holanda, Estados Unidos, Japão, no que diz respeito a uma maneira de renegociar essa dívida vinculando a Amazônia. Evidentemente, preservados os nossos direitos da soberania.

Era esta a questão que gostaria de levantar, ou se V. Ex<sup>a</sup> acha que essa vinculação da dívida externa à preservação da Amazônia é uma pura balela, ou existem outros interesses no meio.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Obrigado, Senador Carlos Patrocínio, pela sua colocação.

Quanto ao Projeto Leite Chaves, tenho sérias dúvidas, porque praticamente isso significaria o seguinte: congela a dívida, não paga mais juros nem o principal durante dez anos. É como se nós pudéssemos impor isso aos nossos credores. Ainda há pouco o Senador Ney Maranhão falou exatamente em quem não quer colocar 1 milhão, de dólares aqui, porque ele só pode tirar 700. Imagine V. Ex<sup>a</sup> por dez anos a dívida congelada, sem nenhuma incidência de juros sobre juros e sem aumento da dívida!

Se nós pudéssemos obter isso, eu babaria de gozo. Como dizia o velho Eça de Queiroz, "eu incharia as palmas das mãos de tanto bater palmas". Mas a mim me parece que é um pouco utópico. Desejável, é claro, mas, utópico. Preferiria, ainda, continuar na linha de ação que sugeriu, ou seja, obter a redução e depois a recompra da dívida, e utilizar todos aqueles sistemas, inclusive de conversões, etc., para que pudéssemos chegar a um resultado que, normalmente, seria favorável, na medida em que teríamos meios para investir. E esses meios para investir seriam somados pela diminuição da nossa transferência de recursos para o exterior e pelo aumento de entrada de capitais. E parece que sobre isso até agora todos estamos de acordo.

Quanto ao perdão parcial da dívida, não quero me antecipar, porque sou Relator da Comissão presidida pelo nobre Senador Leopoldo Peres — e hoje nós vamos ter o primeiro depoimento —, mas como já tive meu pensamento expresso, inclusive, em artigo para jornal a respeito, acho que posso repeti-lo.

Como admitir, por exemplo, que esse perdão ficasse vinculado a uma garantia de preservação da mata, para evitar o desflorestamento da hileia? É evidente que, como estamos vivendo, não será a palavra apenas do Governo brasileiro que dirá "perdoem-nos tantos por cento da dívida que nós garantimos que não haverá nenhum projeto que ataque ecologicamente a região amazônica". Isso não seria suficiente a essas pessoas. E tanto não o é, que tenho em mãos o projeto do Senador Albert Gore, já sob a apreciação do Congresso norte-americano. E, nesse projeto, ele reco-

menda ao Ministro da Fazenda — que lá é o Secretário do Tesouro — que afue sobre os bancos oficiais e os bancos privados, para evitar todo e qualquer financiamento ao Brasil, desde que haja indícios claros de devastação da mata amazônica.

Então, V. Ex<sup>a</sup> verificaría que, na hora em que nós tivéssemos que fazer uma vinculação dessas em acordo mútuo, estaríamos transformando a Amazônia numa espécie de fideicomisso ou um protetorado a ser regulado por soberania fora do Brasil. E, tanto eu não estou inventando coisas que, depois desse artigo que escrevi, que foi publicado na *Folha de S. Paulo* e no *Liberal*, no Pará, nós tivemos a declaração do Presidente Mitterrand, que foi vencido, felizmente, em Haia, onde agiu brilhantemente o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Paulo Tarso de Lima. O Presidente Mitterrand propôs, com a maior tranquilidade, que os países que têm, ainda hoje, florestas tropicais — e o Brasil é o que tem a maior — tivessem soberania relativa. Eu já tinha ouvido falar, aqui, no passado, em democracia relativa, mas de soberania relativa eu ainda não tinha ouvido falar. A soberania relativa só existe, exatamente, quando nós mantemos uma soberania interna e, em seguida, transferimos para o organismo exterior o direito de supervisão.

E, mais ainda, Senador Carlos Patrocínio, só para concluir, o que o Senador Timothy Wirth e o Senador Gore, quando passaram por aqui, afirmaram e chegaram a ter — no meu entender — uma atitude insolita junto ao Presidente da República, foi oferecer algo em torno de 8 bilhões de dólares como garantia de perdão da dívida.

Primeiro, eu queria saber com quem eles conseguiram esses 8 bilhões de dólares de perdão. Eles teriam que se dirigir aos 700 bancos privados, que são os nossos credores, e aos bancos oficiais, para obterem 8 bilhões de dólares. E, 8 bilhões de dólares, com a possibilidade — eu não estou exacerbando nenhum tipo de patriotada, nenhum tipo de nacionalismo epidérmico — de termos de negociar com quem seria, externamente, responsável por garantir que a Amazônia não estava sendo depredada.

Então, essa hipótese eu não coloquei dentro do meu plano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Em primeiro lugar, eu desejo felicitar o mestre Jarbas Passarinho, pela bela lição que nos deu, hoje, na área da dívida externa. Eu creio, Senador Jarbas Passarinho, que o Brasil está vivendo, hoje, a neurose da dívida externa. Na realidade, o problema é muito menos grave do que aparenta ser. Há uma velha piada segundo a qual, quando uma criatura deve até um determinado limite, é uma enorme dor de cabeça. Ultrapassado esse limite, a dor de cabeça é do credor.

Na realidade, o Brasil é o quinto devedor na América Latina, considerando o Produto

Nacional Bruto. O maior devedor do mundo chama-se Estados Unidos da América.

De maneira que esse problema está nos preocupando demasiadamente, quando a outra dívida é que deveria nos preocupar: a dívida social, a aterradora dívida social, a miséria, a pobreza, a ignorância, o analfabetismo funcional que ataca, ainda, 85% dos brasileiros. O problema, portanto, não tem essa gravidade tão grande. Nicarágua e Cuba, que são manchas apenas no mapa, causam tremendas dores de cabeça aos Estados Unidos, pois Cuba ia levando o mundo a uma hecatombe nuclear.

Dessa maneira, penso que não deveríamos nos preocupar tanto com a dívida externa; que se preocupem com a dívida externa do Brasil os nossos credores. Pela importância geográfica do Brasil, pela posição que nós ocupamos, representamos, sem dúvida nenhuma, um fator importante na conjuntura mundial. Deveremos lembrar também que essa histeria de não pagar a dívida externa merece uma revisão. Recentemente, todos os jornais publicaram a seguinte notícia que agora, na era da perestroika, na era de Gorbachev, a União Soviética tomou a providência de resgatar os últimos títulos da dívida externa da Rússia desde o tempo do Czar.

Então, deveríamos recolher essas lições e não nos preocuparmos de maneira tão obsessiva com o problema da dívida externa, porque relativamente o Brasil deve pouco. Gostaria também de salientar, mestre Passarinho, que esta Comissão foi realmente mais uma feliz iniciativa do Senador Carlos Chiarelli, que tem uma preocupação didática altamente elogiável, porque essas iniciativas resultam sempre no esclarecimento dos problemas aqui focalizados. Aproveitando a oportunidade da sua presença e dessa nova e feliz iniciativa do Senador Carlos Chiarelli, gostaria de renovar uma cobrança ao Banco Central do Brasil. Não me lembro qual foi a última Comissão Parlamentar de Inquérito que trouxe aqui um diretor importante do Banco Central. Eu lhe pedi na época — e o Presidente da Comissão aceitou com o maior entusiasmo o meu pedido — que o Banco Central enviasse ao Senado Federal uma demonstração do total da nossa dívida externa, separando o dinheiro que foi utilizado em investimentos importantes, como alguns que o Senador Jarbas Passarinho recordou, não apenas Itaipu, mas as demais usinas hidrelétricas e tantos outros empreendimentos rentáveis, investimentos altamente rentáveis, que só foram possíveis graças aos empréstimos externos. Está na hora, dentro do contexto dessa nova iniciativa do Senador Carlos Chiarelli, de cobrarmos do Banco Central, porque naquela oportunidade o Presidente do Banco Central prometeu nos mandar, mas sem fixar prazo e até hoje estamos esperando. De maneira que renewo este pedido e desejo agradecer ao Senador e mestre Jarbas Passarinho, a bela contribuição que nos deu neste debate sobre a dívida externa, renovando todas as esperanças de que seja possível transpor os obstáculos que ainda existem na área do PDS, para que V. Ex<sup>a</sup> possa disputar

a Presidência da República e dar, através dos horários gratuitos de rádio e televisão, novas lições ao nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador João Calmon, antes de passar a palavra ao mestre Passarinho, V. Ex<sup>a</sup> é a pessoa mais habilitada a dar esse título a quem quer que seja, como patrono da educação deste País, praticamente. Quero dizer que esta Comissão não chega a ser uma iniciativa minha; ela é apenas um trabalho, como todos eles, do Senado, criada com o apoio do Plenário do Senado e com a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>. Com relação ao aspecto, objetivamente, da solicitação de informações que V. Ex<sup>a</sup> formula, gostaria de saber, explicitamente, se V. Ex<sup>a</sup> gostaria que o Banco Central nos informasse da dívida, quanto foi destinado ou quanto foi contratado, com a finalidade de ser aplicado como investimento.

O SR. JOÃO CALMON — Investimentos que são, naturalmente, de alta rentabilidade e o que foi pedido emprestado apenas para pagar juros porque, na realidade, a preocupação maior, hoje, deve estar concentrada na cabeça dos credores e não na dos devedores. Damos realmente à maior parte dos empréstimos externos uma boa aplicação, que está dando um alto rendimento ao nosso País. Então, seria esse o objetivo. Esses empréstimos não foram apenas dissipados criminosa mente. Eles foram aplicados, estão dando excelente rendimento. Para que o Brasil desempenhe o seu papel, precisamos de novos empréstimos externos e uma redução desses juros, que realmente são escorchantes e inaceitáveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — V. Ex<sup>a</sup> quer uma quantificação seletiva desse processo. A Assessoria Parlamentar do Banco Central está presente e vamos solicitar à Secretaria da Comissão que formule o expediente, que faremos chegar ao Presidente do Banco Central. Efetivamente, o Banco Central tem oferecido todas as informações que a Comissão tem solicitado. Esta é uma solicitação específica, creio que das mais valiosas, e penso que o Banco Central, apesar de que a dívida externa começa com o Marquês de Parana guá, acredito que o requerimento valioso do Senador João Calmon é, sobretudo com relação, talvez, aos últimos 20 ou 25 anos.

O SR. JOÃO CALMON — Cinquenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Cinquenta anos. Passaremos a solicitação à Secretaria para preparar esse documento e encaminhar ao Banco Central.

Com a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O Senador João Calmon sempre foi, comigo, extremamente generoso, e nele sempre admirei a pertinácia, a correção, a dignidade com que se conduz e, sobretudo, o idealismo, que é raro já em pessoas que passaram dos 40 anos — um pouco só, mas já passaram. (Risos.) Recordo-me de uma entrevista que tive com

o Presidente Castello Branco, Senador João Calmon. Tinha havido eleição em 65, e o Sr. Carlos Lacerda tinha ido para Bangú, subúrbio do Rio de Janeiro, de onde ele mandava as suas palavras ardentes, ardorosas, na tentativa de levantar a Vila Militar contra o Presidente Castello, para não dar posse a dois Governadores eleitos: da Guanabara, Dr. Negrão de Lima, e de Minas Gerais, Dr. Israel Pinheiro.

Fui chamado aqui. Nós estávamos chegando de uma bela vitória no Pará; e o Dr. Ney Braga foi chamado no Paraná, para falar na televisão e tentar neutralizar a ação demolidora do bravo Carlos Lacerda. Eu vim aqui para um jantar com o Presidente Castello Branco, que era um homem muito frugal. Não sou nenhum Pantagruel, mas participei do jantar em que ele me ofereceu uma posta de peixe com pirão de farinha d'água, e eu não gosto de pirão de farinha d'água. Então, fiquei só com aquela posta de peixe. Na sobremesa, havia um doce de abóbora, mas eu também não comia abóbora; saí de lá, fui ao BOBS, e comi uns cachorros-quentes.

Mas, tirando o lado jocoso, que cito só para não ficarmos tensos, aqui, quando tratamos de matéria tão grave, ele me falava sobre preocupações, e disse assim: "Vou dar-lhe um conselho asiático." Eu me dizia preocupado. E ele: "Preocupe-se, mas não muito." Acho que é praticamente a posição de V. Ex<sup>a</sup> em relação à dívida externa; a minha é um pouco maior, até porque acho que nós não resolveremos o problema da inflação local, nem da dívida externa, sem passarmos obrigatoriamente por esse marco do itinerário.

Mas V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando coloca um problema que pouca gente salienta ou pouca gente até vê. É que quando nós fazemos essa dívida no per capita, a nossa cai bastante. O Peru, por exemplo, é um devedor muito maior do que o Brasil, em termos *per capita*. De sorte que quando V. Ex<sup>a</sup> diz que o Brasil até deve pouco, pode admitir que realmente nós podemos ainda crescer um pouco mais nisso, mas desde que apliquemos bem.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas uma vez, pelas palavras tão generosas que tive para comigo. Não é surpresa nenhuma, porque, como diria o nosso Eurico Rezende se ainda estivesse aqui, como Senador, V. Ex<sup>a</sup> é um "inquilino permanente do coração da gente". Ele dizia assim. É muito rococó, mas dizia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Leopoldo Peres.

O SR. LEOPOLDO PERES — Sr. Presidente, Sr. Senador Jarbas Passarinho, primeiro que tudo, vou interpellar V. Ex<sup>a</sup> não na qualidade de candidato à Presidência da República, mas de presidenciável, porque, para mim, presidenciável é aquele que reúne algumas condições capazes de conduzi-lo a Presidente da República. V. Ex<sup>a</sup>, a meu ver, as tem.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

O SR. LEOPOLDO PERES — Pela expressão nacional, honradez pessoal e experiência político-administrativa, condição que não é

inerente a todos no seu Partido; há, em São Paulo, por exemplo, quem possa ser candidato, mas para mim não é presidenciável.

Voltando, então, à interpelação, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me esclarecesse um dos trechos do seu depoimento. V. Ex<sup>a</sup> aqui informou que as multinacionais transformaram em empréstimo investimento de risco das suas matrizes, como meio de desbordar, de contornar as dificuldades relativas à remessa de lucros. Então, eu perguntaria a V. Ex<sup>a</sup>: não seria o caso, para reverter esse quadro, de, através de leilão de divisas e não de dólares fornecidos às partes constantes, dificultarmos esse tipo de *by pass*, esse tipo de contorno, a fim de que essa aplicação de dinheiro, hoje transformada em empréstimo, voltasse a ser reinvestida como capital de risco?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Em primeiro lugar, o meu agradecimento a V. Ex<sup>a</sup> pelo testemunho que também está marcado pelo afeto pessoal que nos une. Quando me referi a esse fato não tinha um dado concreto; eu disse até que era um dado precário, teria classificado como tal, se não me engano; mas, seguramente, o fato se deu porque, com o Presidente Getúlio Vargas começou a Lei de Remessa de Lucros a marcar uma determinada taxa permitível; depois, com o Presidente João Goulart, essa taxa ainda foi diminuída, e voltou a ser aumentada, se não me engano, para 12% com o Presidente Castello Branco. De qualquer maneira era mais negócio; no momento em que o Brasil ia bem, em que vivíamos os anos de ouro do chamado milagre, era muito mais negócio emprestar do que arriscar o capital. Então, as multinacionais, aplicavam uma parcela dos seus recursos no Brasil e, ao invés de fazê-lo sob a forma de investimento, faziam sob a forma de empréstimo, porque teriam sobre aquele empréstimo a garantia do retorno. Eu não percebi bem como é que V. Ex<sup>a</sup> pôde fazer a vinculação entre o desejo de voltar a transformar isso em capital de risco e as conversões dos leilões do Banco Central, se foi isso que eu entendi da pergunta.

O SR. LEOPOLDO PERES — A minha proposta era diferente. V. Ex<sup>a</sup> também ainda informou que do total da dívida externa brasileira cerca de 30% são de empresas privadas e presumo que grande parte dessa é também feita por multinacionais. Então, seria o caso, por exemplo, no momento em que, no Brasil, uma empresa estatal vai comprar 1 milhão de dólares paga cerca de 1 milhão e 600 mil cruzados, atualmente, para fazer a remessa desse dinheiro. No caso das empresas particulares, em geral, e aí seria a forma de conter, de reverter o quadro das multinacionais, ao invés de haver essa taxa constante fixada diariamente pelo Governo, o que haveria, em verdade, seria um leilão de divisas para efeito de pagamento de dívida externa. Então, se a empresa "A" deve ao exterior, tem que remeter para lá cerca de 10 milhões de dólares, ao invés dela pagar a taxa fixada pelo Banco Central, ela concorreria a um leilão, disputando as magras divisas de que dispomos para fazer esse pagamento, o que significa que tal-

vez fosse mais interessante ela pegar o seu débito ou o empréstimo da sua matriz e transformá-lo em investimento de risco; são duas providências diferentes, uma seria da própria empresa e outra seria do Governo brasileiro. Não sei se me fiz entender.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex<sup>a</sup> acho que se fez entender; eu é que não estou conseguindo ver a praticabilidade da medida, porque parte V. Ex<sup>a</sup> do princípio, por exemplo, de que, quando os leilões do Banco Central são feitos, esses leilões se fazem para, exatamente, venda de divisas. E, o que acontece é a razão inversa do que ocorre em outros casos: quem mais oferece deságio é quem ganha, e quem recebe. Então, digamos que essa empresa não tivesse o menor interesse de oferecer um grande deságio, desde que isso fosse comparado com a possibilidade de receber de volta o empréstimo. Comparando os dois lados ela teria desvantagem. Então, para ela, não seria nada conveniente fazê-lo, a não ser que houvesse, no pensamento de V. Ex<sup>a</sup>, algum fator mais arbitrário, de coação por parte do Governo. No caso, poder-se-ia estudar, mas se se pensar no voluntarismo da medida, creio que será muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Jarbas Passarinho, estou naquela situação inversa dos que costumam dizer que não li, não gostei. Não assisti à exposição de V. Ex<sup>a</sup>, mas gostei muito dela. Gosto sempre daquilo que V. Ex<sup>a</sup> fala com a inteligência que todos nós reconhecemos e com a seriedade com que V. Ex<sup>a</sup> coloca os seus pensamentos.

Nobre Senador Jarbas Passarinho, pessoalmente, sou leigo e, muitas vezes, atrevo-me a falar sobre questões da economia do País.

Tenho feito alguns pronunciamentos no Senado Federal, usando expressões totalmente fora do econômico. Tenho dito que o Brasil não pode ser caloteiro, mas também não pode ser otário. Caloteiro por deixar de pagar a dívida e otário por efetuá-la no preço que tem pago. Estamos na mesma situação daquele que comprou a casa pelo Banco Nacional de Habitação, que paga, paga, paga e deve sempre mais. O que ocorre é que o comprador da casa financiada pelo BNH, depois de um determinado prazo, tem sua dívida anistiada. Isso não se dá com a dívida externa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador Jutahy Magalhães, há uma vantagem, se morrer, a casa fica quitada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O Brasil, graças a Deus, não vai morrer.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Isso que eu esperava: que não fosse quitação por êxito letal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Existe um prazo. Quando esse termina, seja de 15, 20 anos, dependendo do contrato, a dívida está suspensa e não se paga mais nada. Aqui, no Brasil, não. De 1971 até hoje, pagamos cento e vinte três bilhões de dólares de juros, mais

daque os cento e onze bilhões que estamos devendo. Nesses últimos anos, pagamos cento e vinte e três bilhões de dólares. Isso mostra que temos que buscar algumas formas não muito ortodoxas para fazermos os entendimentos externos para o pagamento da dívida. Foi feita uma proposta — eu mesmo a defendi — de que pagássemos com o deságio que essa dívida é negociada no estrangeiro. O Ministro Mailson da Nóbrega deu uma dura resposta, chamando de demagogo aquele que trata da dívida nesse sentido. Châmou até o Presidente da República Interino Ulysses Guimarães de demagogo, porque S. Ex<sup>a</sup> havia feito uma proposta desse tipo.

No entanto, hoje lemos que surge nos Estados Unidos a idéia de se pagar a nossa dívida com deságio do mercado secundário. Logicamente, essa dívida, vendida e negociada no mercado secundário, não é o total da dívida, ou talvez uma pequena parcela dela.

Se esses títulos são vendidos por quarenta, cinqüenta centavos no mercado, quando nós os pagamos por 1 dólar, estamos fazendo com que alguém esteja ganhando muito às nossas custas. Daí eu dizer que não podemos ser otários.

A minha pergunta consiste em saber se V. Ex<sup>a</sup> concorda que se chegue a um entendimento internacional a respeito desse deságio no mercado secundário, ou seja, nos bancos que negociam as nossas dívidas. Falou-se, aqui, o Senador João Calmon, nosso mestre no Senado Federal, que devemos não tanto, podemos até dever um pouco mais. Se olharmos a respeito do PIB, veremos que temos muito menos com relação à nossa dívida, porque o Produto Interno Bruto é menor do que o de vários países da América Latina. Espero que não continuemos pensando assim, porque todos os nossos recursos obtidos com a balança comercial que diz estar sendo destinada para pagar, e à nossa dívida social, como ele falou, cresce a cada instante, acho que uma das razões é exatamente essa: falta de recursos para investimento interno, porque estamos transferindo nossos recursos para o exterior. Estou aqui na situação de que não vi, gostei muito da exposição de V. Ex<sup>a</sup>, mas não sei se V. Ex<sup>a</sup> abordou todos estes assuntos. Entendo que este é um problema que não é novidade nenhuma. É um assunto que todos nós, que nos preocupamos com os problemas do Brasil, estamos acompanhando no nosso dia-a-dia e devemos estar abordando estas questões a cada instante. Creio que certamente V. Ex<sup>a</sup> abordou tudo isto, mas fico com minhas preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Senador Jutahy Magalhães, acho que a primeira pergunta de V. Ex<sup>a</sup>, apesar de ser um homem extremamente sincero e direto, é um pouco malicioso sem querer. V. Ex<sup>a</sup> quer que eu me classifique de demagogo em relação a Mailson da Nóbrega. Se eu concordar, sou demagogo também. É um problema que me parece um

pouco diferente. Não seria fácil, de maneira alguma, fazer essa transformação imediata da dívida, a partir do que aparece no mercado secundário, onde se chega até a negociar com 32 cents cada dólar da dívida. Mas veja como isto seria complicado: primeiro, lembro uma expressão cínica, no sentido grego da palavra, se isto existe, do Ministro Delfim Netto, que dizia: "Dívida não se paga, administra-se". Se tivéssemos chance de 700 bancos particulares e os bancos oficiais nos venderem o débito por este valor, não teríamos condições de comprar isto de uma vez e jogar aqui dentro do Brasil um volume brutal de recursos, porque o nosso processo inflacionário seria, então, de hiperinflacionário para cima. Existem alguns casos em que o mercado secundário está caracterizando esse deságio tão grande.

Em primeiro lugar, não creio que seja generalizado; é parte dele. Tratei dos problemas das conversões. Apenas citei. Esperava que no debate realmente pudesse crescer mais. A conversão que mais me agrada é aquela realizada pelo Banco Central nos leilões, os leilões que ele pratica com deságio. Até citei, se não estou equivocado, que no ano passado isto reduziu em dois bilhões a dívida externa. Esse dado da **Folha de S. Paulo** me leva a crer nisto em parte, porque a matéria coloca "segundo dados do Banco Central". Essa publicação da **Folha**, no Caderno de Economia do dia 20, ontem, mostra em 88, o débito 114,9 bilhões, e, em 89, 111, o que indica aí realmente uma pequena redução causada pelas conversões. Ora, no momento em que lutamos para deter o processo inflacionário brutal, as conversões passam a ser uma faca de dois gumes, porque, quando são feitas, conduzem a um acréscimo da base monetária em cruzados. Conseqüentemente, isto pode levar a um agravamento da inflação de demanda. A outra conversão, que está dentro da linha de pensamento de V. Ex<sup>a</sup> seria, digamos, que o credor e o devedor se entendessem e resolvessem o problema entre si. Seria altamente desejável, entendo, porque trocariam um título de 100 milhões de dólares por um papel de garantia de 32. A outra forma de conversão que achei perigosa é a informal, que permite a tal "pedalada de bicicleta": a pessoa compra um título vincendo, neste caso seria sempre vincendo, por 30% do valor real, chega aqui e negocia com o devedor este valor em cruzados. O devedor vai querer pagar; para ele é muito mais negócio e pode até dar um deságio, porque vêm garantido pela vantagem que ele obteve na compra original. Vai ter que transformar isso em dólar, no black, para poder pagar a conta que ele assumiu no exterior. Ai, ele perde alguma coisa, no particular, além de provocar perda de divisas, no geral. Mas, no fundo, não deixaria de ganhar entre 20 e 30%, no mínimo, no negócio. Ai, surgiriam grandes possibilidades, não de negócios, e, sim, de negociações. Então, tínhamos que distinguir bem o tipo de conversão.

Acho que o Ministro Mailson não é contra isso, tanto que o Banco Central é um órgão que está ligado ao Ministério da Fazenda, mas

que nós gostaríamos fosse independente totalmente. Acho que o Brasil deve ter um Banco Central com completa garantia, inclusive, contra as pressões do Governo. Já agora, temos regra constitucional que proíbe o Banco Central de ir em socorro do Tesouro Nacional para os seus débitos.

De modo que eu não classificaria como demagógicas as conversões a que aqui me referi. Elas parecem perfeitamente aceitáveis pelo Governo e dão, para mim, o parâmetro, o paradigma para a renegociação da dívida. Mesmo lastimando esse fator real que é o descredito nosso, lá fora, com os papéis valendo bem menos do que o seu valor de face expressa.

De modo que, quanto a isso, tenho a impressão de que V. Ex<sup>e</sup> coloca bem a questão, é apenas saber o momento oportuno e a quantidade das conversões a fazer.

Muito obrigado a V. Ex<sup>e</sup>.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Câmara.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA — Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, as minhas indagações são mais para esclarecimento do que para contestação.

V. Ex<sup>e</sup>, em parte, já respondeu ao Senador João Calmon e ao Senador Jutahy Magalhães.

O Senador João Calmon falava que a dívida social nossa era aterradora. É bem verdade que ela, realmente nos preocupa. Mas, ela se agrava muito mais por conta dessa nossa dívida externa, porque o nosso País está voltado quase que exclusivamente, produzindo e exportando para pagar juros e serviço da dívida ativa.

Temos um dado hoje, no jornal, se não me engano, com o Joelmir Beting. Ele disse que, de 80 a 89, o País pagou, só de juros e serviço da dívida, 104,3 bilhões de dólares. E, no entanto, a nossa dívida está em torno de 112 bilhões, conforme disse V. Ex<sup>e</sup>.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Foi.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA — Foi de 121 e está em 112 bilhões. Essa é a primeira indagação para um esclarecimento.

A segunda: realmente, nas Disposições Transitórias, trazemos normas que inibem um pouco o capital estrangeiro investido no País; mas não veda totalmente. Será que não teríamos condições de, como eu vi na China Continental, como vi, em Taiwan e em outros países socialistas, onde eles recebem constantemente, capital estrangeiro, mas eles têm uma lei antitruste e uma lei de remessa de lucro muito austera.

E a terceira indagação é com respeito ao seu mundo e ao nosso. O "seu mundo" que eu digo, que V. Ex<sup>e</sup> conhece muito mais do que todos nós brasileiros que residimos no Nordeste e no Sul do País, é com respeito à Amazônia: o sistema ecológico. Já ouvi várias vezes, V. Ex<sup>e</sup>, no meu anônimo, falar sobre isso, com muita segurança, assim como o Deputado e ex-Senador Aloysio Chaves — são dois grandes e profundos conhecedores

do problema amazônico — mas já ouvi falar que tem vários ciclos que se fala sobre a Amazônia. Investe sobre a Amazônia, aí vai, fala-se sobre a Amazônia, depois pára. Agora, chegou a vez novamente da Amazônia. Eu digo o seguinte: outros países — até o próprio Estados Unidos e outros países — eles dizimaram não só florestas, mas eles dizimaram vidas, como os Estados Unidos, onde acabaram com os índios e tudo mais.

Agora, voltam-se para o Brasil, porque temos, realmente, a maior reserva de floresta do mundo. Mas temos condições de preservar a nossa ecologia, o nosso sistema, o nosso meio ambiente racionalmente e, com isso, serem aproveitadas as nossas riquezas. Nós não podemos é tornar o Brasil um horto florestal e deixar essas riquezas aí, ao Deus dará.

Podemos muito bem aproveitá-las, racionalmente, sem desequilibrar o sistema ecológico.

Eram essas as indagações, para conhecimento.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço ao Deputado Antonio Câmara a sua intervenção, que me parece muito interessante para troca de idéias.

Em primeiro lugar, eu gostaria mesmo de obter — estou vendo que os ilustres colegas visitaram as chinas — dados sobre isso, especialmente sobre essa sua última declaração, a do retorno de capital investido, porque me pareceu que o Senador Ney Maranhão mostrou um quadro mais literal, não é?

O SR. NEY MARANHÃO — Vou entregar a V. Ex<sup>e</sup> todos esses dados, todas essas leis sobre o problema de remessa de capital e investimentos da China continental.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quem sabe eu possa me dar bem com o futuro Presidente da República e possa até sugerir... (Risos)

Sobre os dados, é claro que um jornal dessa responsabilidade, quando diz que "segundo dados do Banco Central... A única dúvida que tenho é que o diretor da área da Dívida Externa, que esteve comigo, garantiu-me que os dados disponíveis eram até junho de 88; ele até frisou bem o "junho". Há uma brincadeira de um antigo estudante, que era muito vadio, mas muito inteligente. A professora perguntou-lhe no exame: "qual foi a data da queda da Bastilha?" Ele disse: "14 de ju...ho!" ela pediu: "Repita." Ele repetiu: "14 de ju...ho!" Ela disse: "Junho ou julho? Ele ficou naquele... E ela disse: "nho ou lho?" Ele parou um instante e disse: "n-h-o...lhô!" (Risos) Então, essa data era "n-h-o-nho" mesmo, de 88.

Aqui, o que se diz é que, entre 71 e 89, pagamos de juros, não sei se são juros líquidos, 123 bilhões, enquanto que o estoque da dívida chegaria aí.

De fato, seja esse número ou não, seja um número aproximado, a verdade é que se trata de uma sangria, como tentei colocar na palestra, da qual gostou muito o Senador Jutahy, sem ouvi-la. Eu mostrava que a estratégia que tínhamos utilizado, até agora, seria realmente ultrapassada. A partir de cá, tínhamos que ter

outra realidade e essa realidade seria, no meu entender, insistir no caminho de redução da dívida. Se pudéssemos ter cada dólar reduzido para 32 cents, negociaríamos com a maior facilidade. Mas isso parece muito difícil de acontecer, generalizadamente.

Então, esta remessa de juros está prejudicando, já agora, parece-me claro, a necessidade de desenvolvimento. Tivemos inflação forte, mas com um crescimento de 8% ao ano, no período anterior a 79. Após, no período do Ministro Delfim, tivemos uma inflação de 100%, que depois chegou a 220%; ficou estabilizada em 220%, em vinte meses, mas o Brasil cresceu, houve o crescimento. Agora, não. No ano passado, tivemos zero de crescimento. Isso preocupa porque, a partir do momento em que temos um crescimento do PIB de zero, começamos a sofrer a ameaça de um processo de estagflação.

Relativamente ao problema da Amazônia, é um tema que me fascina há muito tempo. Devo a mim mesmo algo melhor do que já escrevi sobre a Amazônia. Escrevi um romance sobre a Amazônia, era um capitão em férias, não tinha como ir para lugar nenhum, infernizava a vida da minha mulher e, então, a única solução era escrever todo o dia alguma coisa. Parti da idéia de um conto e terminei num romance. Num romance baseado em fatos reais que haviam acontecido na Amazônia. Ganhei um prêmio, mas os meus adversários políticos, no Pará, diziam que ganhei o primeiro lugar porque era o único concorrente.

Depois, cresci em âmbito nacional em matéria de adversários e, aí, eles disseram que, como eu era Ministro, tinha chegado a best seller. Agora, com quatro edições esgotadas, consegui até uma tradução. Foi traduzido em português de Portugal, porque eles exigiram mudança na ortografia e eu concordei. (Risos)

Mas, na verdade, eu não gostei de escrever ficção sobre a Amazônia. Tenho a impressão de que, se Deus me der ainda em vida oportunidade e tranquilidade, porque é preciso tranquilidade para isso, vou escrever um ensaio sobre essa área.

Veja V. Ex<sup>e</sup>, Deputado Câmara! Falamos muito sobre a cobiça internacional e a Amazônia. Mas, se formos analisar nossa História, a cobiça foi nossa. Começamos pela linha de Tordesilhas: dividia-se o mundo entre portugueses e espanhóis, o Rei de França não gostou disto e disse que queria ver o testamento de Adão, para ver se de fato o mundo estava dividido só entre os portugueses e espanhóis. Mas a linha passava por Belém e saía em Laguna. No Meridiano de Tordesilhas, todo o Oeste não era nosso, era espanhol.

No Sul, as lutas se fizeram desde logo porque o espaço era bem mais limitado, as vanguardas de colonização sempre se chocavam. Na Amazônia, em que o espaço era muito maior, os espanhóis estavam muito satisfeitos com o ouro e com a prata dos Andes, e uma civilização indígena de alta qualificação, que era a dos Incas, enquanto a nossa era de índices de cultura bem inferior.

Então, este vazio que provocou a retenção da colonização espanhola na direção do Leste,

nos levou a fazer exatamente o contrário. Enquanto Orellana fez a viagem em 1541 descerendo de Quito até a embocadura do Amazonas e daí chegando à Espanha, nós fizemos o contrário com o Pedro Teixeira, que subiu o rio em 1637, saindo da cidade de Cametá com milhares de índios, e subiu de canoa até Quito de novo. Mas já estava perto da restauração da coroa portuguesa, da independência, Portugal estava debaixo da coroa espanhola e esse camarada era olhado como subversivo. Quando ele chegou em Quito, o adelantado espanhol não gostou daquela presença do português, que ia cantando padrões de posse em cada lugar que passava em nome da coroa portuguesa, e não da coroa espanhola, e deu um basta nele. Senão nós teríamos talvez repetido o episódio americano de costa a costa, teríamos ido do Atlântico ao Pacífico.

**O SR. CARLOS CHIARELLI** — Fiquei preocupado não foi com isto, Senador, lhe confesso, fiquei preocupado é que se nós tivéssemos feito o que fizeram os norte-americanos é se nós tivéssemos chegado ao Pacífico, que "baita" problema, como diria o gaúcho, nós teríamos hoje muito maior o País, muito maiores as dificuldades.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — De fato, nós não tínhamos nenhuma Califórnia ali para nos beneficiar de tudo aquilo. De qualquer maneira teríamos a Amazônia intelectual nossa, da qual nós temos 60%.

Então, ocupamos nós. Depois se fala ainda na ambição estrangeira em relação à Amazônia, aparece o problema do Acre, onde eu nasci. Se eu nasço dez anos antes era boliviano. Como nasci depois de 1903, depois do Tratado de Petrópolis, nasci brasileiro. Por quê? Porque o Acre passou a ser, em termos geopolíticos, uma província fatal do Brasil. Quando a minha palestra for reproduzida pela taquigrafia, não vai aparecer o que estou fazendo; tomemos aqui este ponto como sendo La Paz. Aqui estava o Acre. O emissário boliviano, para chegar ao Acre, vinha de La Paz, descia pelo rio Paraguai, passava por Buenos Aires e por Montevideu, chegava ao Rio de Janeiro, cumprimentava as autoridades, continuava pelo Atlântico, e entrava pelo Amazonas para poder chegar aqui. Ora, como era possível sustentar isto em termos de luta militar? Era a chamada linha de comunicações. A linha de comunicações nossa era estreita e a deles era ímensa. Então, Plácido de Castro, gaúcho, com uma infantaria cearense, torna conta do Acre, a partir do momento em que isto se deu sob forma de guerra de guerrilha, e bate tropas regulares, a última das quais comandada pelo Presidente da Bolívia. Então o Acre foi nosso, como? Fizemos algo parecido com a "Marcha do Oeste" americano; pagamos também. Pagamos dois milhões de libras esterlinas. Já começo aí dívida externa. Mas os nossos dirigentes foram tão capazes que só pagaram 1 milhão e deixaram a outra para pagar quando Deus permitisse; e fizeram depois a estrada que vai de Corumbá a Santa Cruz de La Sierra, e pronto.

Com cinco anos de produto da borracha, o Acre pagou tudo isto. Então, tomamos conta do Acre.

Depois veio o problema das concessões — realmente houve concessões — no rio inteiro; uma concessão americana, outra australiana, outra japonesa, tudo isso anulado; só ficou a concessão de Ford, no Pará, Fordlândia, que deu resultado apenas na medida em que ameaçou o monopólio inglês da borracha. E Ford nos vendeu aquilo por dez tostões de mel coado.

E para essa hiléia amazônica? Dr. Getúlio Vargas, em 1940, fez um discurso no teatro Amazonas, em Manaus, onde convocava as nações que tinham domínio na bacia Amazônica para, em comum acordo, discutirem o seu destino. Aí surgiu de um embaixador brasileiro — parece até que não era de carreira, mas embaixador junto à Unesco, Berredo Carneiro — o projeto da hiléia, que bateu aqui no Congresso. Arthur Bernardes e o Senador pelo Pará, Augusto Meira, falaram contra e acabou o problema, o Estadão-Maior das Forças Armadas deu parecer contrário e acabou também.

Agora não, agora vejo a coisa diferente. No momento em que vejo o Presidente da França, o homem que foi partidário da Argélia francesa, porque S. Ex<sup>e</sup> foi falar sobre soberania relativa, que as nações que detêm grandes florestas equatoriais devem se submeter, aí me preocupo. Aliás, não é novidade, porque Paul Renault, que era Primeiro-Ministro da França, quando Hitler falava no lebensraum, espaço vital, ele dizia: mas lá a Amazônia está vazia. Ele já lembrava isso. E agora aparece essa possibilidade de termos um organismo internacional. Internacionalização da Amazônia, não acredito de maneira alguma. Planetação, sim, a partir do momento em que temos a nossa responsabilidade também de gerir os nossos negócios na Amazônia de maneira não predatória, porque seremos os grandes responsáveis. Vamos discutir na CPI se Amazônia é o pulmão do mundo; se as queimadas na Amazônia estão provocando menos oxigênio para os pulmões europeus, e como diz Delfim Netto: "Oxigênio pelo qual nunca nos pagaram royalties".

Mas, vamos discutir isso na CPI, os botânicos da melhor qualidade dizem, no Brasil, que é um ciclo de vinte e quatro horas: o oxigênio produzido durante o dia é consumido durante a noite pela produção de CO<sub>2</sub>. E o oxigênio é mais produzido nas plantas novas, mas a floresta amazônica já é uma floresta de palmitas maturadas. Então isso também não me parece positivo, mas quanto ao problema estufa. Acredito que devemos nos deter, principalmente impedindo a tentativa de ocupá-la com a pata do boi, que leva à derrubada da floresta. Três anos depois o empreendedor tem extrema dificuldade porque as chuvas são muito violentas, faz-se a chamada lixiviação do solo, todos os minérios se liquefazem, desaparecem, e aparece apenas a área árida, que produz banana, alguma coisa como isso. Mas o próprio capim, que inicialmente impressionou os gaúchos, os capixabas, os baianos,

os goianos que investiram no sul do Pará, por exemplo, três anos depois estão recorrendo à braquiária como única solução para poderem manter aquele solo. Então temos é que estudar isso. As queimadas da Amazônia, em primeiro lugar, não pode ser feitas, como disse V. Ex<sup>e</sup> muito bem; não se pode fazer a exploração com devastação; segundo, se tivéssemos o efeito estufa, seríamos as primeiras vítimas porque todas as nossas cidades ao nível do mar iriam para o fundo.

De maneira que, com relação à Amazônia, peço a V. Ex<sup>e</sup>, pelo interesse que tem, que nos dê um auxílio na CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Chiarelli) — Acabamos de ouvir a manifestação do Senador Jarbas Passarinho, que conseguiu fazer uma coisa que regimentalmente não é possível, mas que intelectualmente, pragmaticamente, é recomendável. Acabamos de conseguir compor a atividade da Comissão Especial da Dívida Externa com a CPI da Amazônia que ainda não iniciou e já teve uma excelente *avant première* por força da sua manifestação, sempre tão erudita e sempre tão esclarecida e esclarecedora.

Senador Jarbas Passarinho, tenho duas ou três curiosidades aqui e que seguramente V. Ex<sup>e</sup> haverá de, com a sua competência, me elucidar algumas dúvidas.

Como é que V. Ex<sup>e</sup> interpreta o fato de que na nossa nova Constituição, no art. 49, inciso I, há um dispositivo que diz expressamente que compete ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Como bem lembra V. Ex<sup>e</sup>, que foi um dos mais ilustres autores e co-autores dessa Constituição, com isso altera fundamentalmente o espírito e o texto dos dispositivos das Cartas anteriores, dando ao Congresso uma competência que ele não tinha. Mas, não fica nisso, no art. 52, nos seus incisos V, VI, VII, VIII e IX, que me dispenso de ler, vé se já da competência do Senado, onde se diz que esta Casa passa a ter ou tem reafirmada constitucionalmente, portanto com uma hierarquia normativa maior, determinadas competências que vão enfim à fixação do montante da dívida, à autorização, como diz o inciso V, de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Então, está muito bem clara aqui, na competência do Senado, essa sua capacidade de estipulação de limites, de competências, de faixas e está explícito no rol de competência do Congresso as tarefas das duas Casas, enfim, do Plenário Legislativo como um todo, sobre todo e qualquer tratado, acordo ou ato internacional que acarrete consequência gravosa.

Não lhe vou fatigar com a demanda sobre a interpretação desses textos, mas apenas perguntaaria, à luz de um enfoque político, com vistas a um governo futuro que decorrerá necessariamente de uma maioria absoluta, o Presidente futuro, mais do que um governo futuro, que decorrerá de uma escolha de pelo

menos 50,1% dos votos, que vai iniciar o seu mandato sem que se tenha mudado o Congresso Nacional.

Então, como se poderia, em termos da dívida externa, pensar nesse Presidente que não necessariamente, quem sabe até dificilmente, venha a ter essa maioria, como ele poderá conduzir uma política que possa e talvez até deva ser inovadora e criativa em matéria de negociação da dívida externa que está vinculada diretamente, em termos de suas decisões a esta Casa, Casa na qual as maiorias, pelo menos formalmente, já estão constituídas e salvo uma ou outra das oito ou nove alternativas que possa existir, não coincidirão com a figura ou com a posição partidária do novo Presidente.

Então, essa seria a primeira questão. Uma segunda questão que lhe colocaria já foi de certa forma e com muito mais brilho levantada e é uma questão que sempre se repete, eu apenas a retomo por uma dúvida que tenho.

Eu aprendi que é muito mais normal e falo mais num campo que tenho um pouco mais de familiaridade ou estou um pouco mais familiarizado no campo do Direito do Trabalho, do Direito Sindical, é muito mais normal que haja um princípio — e até isso nem vem do Direito do Trabalho, no Direito do Trabalho o sindicalismo exerce essa idéia do associativismo, do nós — é muito mais normal que se congregem em sindicatos, ainda que existam no outro co-participar da relação produtiva, entre os trabalhadores, partindo do princípio que sendo o fator social, são menos poderosos, são menos fortes individualmente. Então, agrupam-se coletivamente para poder negociar em caráter igualitário com quem economicamente é mais forte, fazendo com que se estabeleça aquele equilíbrio de quem tem mais poder econômico para que de outro lado quem tem mais poder social e, juntos, num equilíbrio político, negociar aparentemente ou desejavelmente de uma forma, digna, equilibrada.

Transpondo esse fato para as relações credor-devedor, a nível de dívida externa, não seria lógico, não seria compreensível, sem quaisquer intuições de mobilização guerreira, que os países devedores que são mais fracos, fossem os que tomasssem a iniciativa de agir em conjunto numa associação, num comitê, num sindicato — não é a palavra adequada — perante os credores que são os economicamente mais fortes e, por isso, individualmente podem negociar com mais competência e até com peculiaridade de cada relacionamento, por que ocorre nesse caso, uma situação inversa? Quem formou o comitê foi os bancos credores. Então, o poder econômico, digamos assim, tirando dessa expressão o que ela possa ter de demagógica ou interpretação secundária, o poder econômico, o credor age em grupo, o devedor negocia isolada e individualmente, então, senta-se no banco das negociações, ou no banco dos réus, segundo alguns, junto ao comitê de credores, em Nova Iorque, a Bolívia ou senta-se Brasil, ou senta-se a Nicarágua ou seja lá quem for, o Senegal e discute com o conjunto de bancos, normalmente

aqueles 14 que formam o comitê, se não me falha a memória, que representam 700 outros num trabalho coordenado extremamente competente e cada um vai lá expor as suas penas e de certa forma sofrer das suas penúrias.

Será que não era o lógico numa mudança de procedimento tentar inverter essa equação, até porque é da regra das relações sociais, etc?

A terceira questão, esses episódios da Venezuela, que me parecem, por um lado, sinalizadores, por outro lado, pelo menos, preocupantes, a Venezuela conduziu pelo voto tão habilitador de força política, o Sr. Carlos Andrés Pérez, que não é um noviço no processo, fora eleito uma primeira vez como 53% dos votos e ficou, se não me engano, oito anos fora do poder, e volta eleito pela segunda vez, agora com 60% dos votos. Uma vitória eleitoral fantástica, uma maioria absoluta por larga margem com idéias de reformulação, com princípios renovadores, com uma linha, prece, traçada sobre dívida externa — vinte e três dias depois toma algumas posições no campo econômico, inclusive à luz da própria dívida externa, e o país inteiro se mobiliza, há uma convulsão, temos 500 mortos.

Considerando que o Brasil tem uma dívida em valor absoluto muito maior que a Venezuela, ainda que muito menor em valor relativo, porque na verdade o campeão em valor relativo, segundo os últimos dados, é o Chile, na comparação: população e produto interno bruto; mas considerando que em valor absoluto o caso brasileiro é muito maior, considerando que o Brasil em termos geopolíticos parece ser mais importante, pelas suas dimensões, pela sua riqueza natural, pelo seu peso específico, até porque houve um Presidente dos Estados Unidos e um Secretário de Estado que disseram: para onde o Brasil fosse iria toda a América Latina, e talvez isso tenha agrado e massageado o ego de soberania brasileira; não sei se isso resolve, mas em todo o caso, foi dito. Não sei se os disseram sobre outros países, até porque quando o Presidente Reagan veio aqui saudou o "ilustre povo boliviano..." Mas o fato, dessa rebelião... Esse fato, venezuelano por exemplo, não é um sinal, não é uma inquietação, não é um chamamento dentro daquela idéia sobre o problema da dívida externa — e eu aprendo com o mestre Calmon que diz que devemos deixar que os credores se preocupem mais do que nós, que a nossa dívida é tão grande, e V. Ex<sup>a</sup> responde com o ensinamento castelista asiático e oriental de que nós devemos nos preocupar, mas não muito; e eu penso que devemos nos preocupar muito, mas não com exclusividade, porque temos outros assuntos.

De qualquer maneira, é difícil pensar no Brasil de hoje, não sei qual é a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, em um programa de estabilização econômica, de combate à inflação, de investimentos, de combate ao déficit público se não passar por uma estratégia definida da dívida externa.

Então é o assunto que o novo Presidente vai ter que tratar, não sei se na primeira semana, mas seguramente no primeiro mês. E foi

no primeiro mês que o Andrés Pérez tratou. E aconteceu o que aconteceu. Não estou sendo nem pessimista, nem ave de mau agouro, eu só estou levantando a questão para alguém que tem visão, que tem acuidade, que tem conhecimento, e que tem competência, como parlamentar e como administrador, e como homem de formação humanista — temos aqui um romancista *best seller*, que nós o convocamos a escrever outras obras além da que já realizou, sem que isso implique em uma desmobilização da sua atividade parlamentar. Essa é a indagação que lhe faço no sentido de que nos coloque a par dessa questão.

Finalmente, uma pergunta: tivemos a oportunidade, na companhia de uma figura ilustra que sempre vai marcar a história desse Senado e da vida pública brasileira, que foi o Senador Virgílio Távora, que era o vice-presidente desta comissão, e do Senador Fernando Henrique Cardoso, que é o Relator, e que pede escusas por aqui não estar porque ontem, mais uma vez, se transformou em avô — não sei se é fato que ele queira contar publicamente, porque ele é um preocupado sempre com a sua visão jovial; mas essa informação lhe devo em termos afetuosos, da comunicação que ele me fez para transmiti-la, e eu a faço maldosamente em público. Então fomos os três a ter contato logo depois da moratória, quando havia um clima de relações econômicas internacionais congeladas do Brasil com os organismos internacionais, porque a nossa moratória, ou declaração de soberania, ou falta de caixa pegaram os credores um pouco desavisados. Num dos contatos que mantivemos, além do Diretor Geral do FMI, do Presidente do Federal Reserve etc., nós estivemos com o então Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, hoje Secretário de Estado, James Baker. É atrevadamente, quem sabe insensatamente, eu resolvi questioná-lo sobre esse ponto de vista que, com muita ponderação e muito sensatamente, levantou o Senador João Calmon de que os Estados Unidos começaram a nos dar receitas: que tínhamos que combater o déficit público, que tínhamos que diminuir a dívida interna, enfim, essas coisas todas que costumamos ouvir e que talvez ele até tenha razões. Mas ele dizia isso com muita ênfase, numa conversa muito franca e tal.

Dai, resolvi ser um interpelador. Perguntei se, afinal de contas, quem sabe o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos não se lembrava de que muito maior do que a nossa dívida externa, do que a nossa dívida interna e do que o nosso déficit era o do Governo dos Estados Unidos, que, afinal das contas, estava — é aquela velha história — nos ensinando aquilo que não faz.

Ele diz: "Bem, mas há só uma pequena diferença: a nossa dívida pública, o nosso déficit externo, a nossa dívida externa, todos esses problemas são naquela moeda." Porque atrás da mesa do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos tem um quadro onde está uma cédula de um dólar bem grande, um retrato que inspira o trabalho do Secretário do Tesou-

ro. Ele diz: "A nossa dívida toda é naquela moeda e essa é a moeda nacional. Então, é por isso que temos essa dívida e temos, enfim, possibilidade de ainda dar conselhos."

Ele era Secretário dos estados Unidos, a moeda dele realmente era o dólar, ele era o credor, nós os devedores, passou em julgado aquela manifestação.

Será que esse problema todo não está um pouco com relação ao acordo de *Bretton-Woods*? Será que não é isso que precisaria ser alterado, da unidade de referência, porque está tão agitado esse processo da dívida externa? O terceiro mundo deve um trilhão e trezentos bilhões de dólares. Será que algum dia vai-se pagar? Será que a África, a América Latina vão poder algum dia pagar? Se não pode, dá o calote, não deve. Agora, ela deve, por isso não deve dar o Calote. O valor é superior à capacidade de pagar. Qual é a solução? Será que não é mudar o sistema de referência, que é o dólar, que um país emite e os outros são por ele constrangidos? Há algumas questões que eu gostaria de levantar, como dúvidas que tenho, inquietações que me assaltam e que precisam de uma mente esclarecida, lúdica, como a de V. Ex<sup>a</sup>, para ajudar a encontrar caminho, não só para mim, mas para os cidadãos brasileiros.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pobre de mim, Presidente Carlos Chiarelli, para lhe responder tudo isso que foi agora colocado.

Tinha notado a ausência do Relator, não sabia que era por essa razão. Como tenho 14 netos, vou pretender usar do mesmo direito: 14 licenças. Mas lembro que já fui relator de CPI, e me obrigava sempre a ouvir todos os depoimentos para que pudesse ter uma idéia global. E tinha um bom presidente também na CPI, que era o Senador Itamar Franco. Mas reconheço que, no momento em que o Relator não pôde estar presente, V. Ex<sup>a</sup> faz as vezes duplamente de presidente e de relator, e consegue fazer mais do que eu consegui, trazendo a CPI da Amazônia para a CPI da Dívida Externa. V. Ex<sup>a</sup> trouxe também para ambas a livre negociação e o direito trabalhista.

A única dúvida que tenho é em relação ao poder de barganha. Aliás, devo confessar que já vai longe o tempo em que tenho admiração pela inteligência do Senador Carlos Chiarelli, porque era Ministro do Trabalho e fui visitado uma vez por uma Delegação da Contag...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Isso é uma maldade histórica que V. Ex<sup>a</sup> fez.

O SR. JARBAS PASSARINHO — ... da qual ele era o assessor jurídico. E, desde aquela época, percebi, pelo dedo do gigante, o que é que acontecia, o que é que poderia acontecer. E vê-lo depois no Senado da República foi uma alegria muito grande, ainda que coincidindo com a minha ausência, quando o Senado se livrou de mim durante quatro anos.

Ele disse que não é pessimista. Realmente, nunca vi essa colocação nele. Como já vai tarde, permito-me mais uma brincadeira. Acho que li certa vez e, até hoje mantenho isso como princípio, tenho horror do pessimista, porque o pessimista é um sujeito que

se sente mal quando está bem, pelo medo de sentir-se pior quando estiver melhor. E essa não é a colocação do Senador Carlos Chiarelli.

Um fato é absolutamente indiscutível entre outros vários que ele colocou. Vejam bem a argúcia e a lucidez do pensamento do Presidente da Comissão: "O Presidente da República vai ser eleito com um Congresso preexistente. E se nesse Congresso ele não tiver capacidade de apoio amplo, não governará..." É verdade que há fascínios que o poder pode exercer. Ele até pode ser eleito pela proposta de pequeno partido, mas poderá ter a capacidade de cooptação que o Governo tem de bancadas em geral. De qualquer modo, ele nada fará, ou pouco fará, para não ser tão radical, se não tiver uma garantia de maioria. E isto é muito importante, especialmente no Senado Federal, porque estamos com o voto da Constituinte, onde somos agregados a quatrocentos e tantos Deputados. Agora, não; somos uma Câmara revisora. E podemos inviabilizar projetos que a Câmara aprove e vice-versa.

Participo integralmente dessa colocação que faz o Senador. Não vou discutir se o texto é ou não auto-aplicável, e tem imediatamente ou não condição. Mas, como ele disse muito bem, o Presidente da República que vier, oriundo das urnas de 15 de novembro, tem que ler muito bem isso que aí está, pois as negociações futuras passarão obrigatoriamente pelo crivo do Congresso Nacional.

Quanto ao cartel de devedores, parece-me ter intuído que o Presidente Carlos Chiarelli é favorável, eu havia dito numa exposição que tinha dúvida a respeito da capacidade de atuar. Até me sirvo do próprio exemplo dele, quando ele mostrou o Sindicato de categoria Econômica e o Sindicato de Trabalhadores, um com pressão social e o outro com pressão econômica.

Vejamos uma das áreas onde o poder econômico é mais forte. Nos bancos, por exemplo. Outras, na área siderúrgica. Uma greve de bancários e uma de metalúrgicos, ambas fazem com que os patrões sintam arrepios na espinha se elas permanecerem por muito tempo. E estamos vivendo situações difíceis.

V. Ex<sup>a</sup> devem ter visto o episódio mais recente, que ocorreu com a Mannesmann. Ocupa-se a fábrica. O direito de greve não é isso. Votamos esse direito de greve, e fui para a Tribuna defendê-lo. Paguei muito caro junto à área patronal brasileira. Mas isso já é nitidamente um abuso. A propriedade privada recorre ao Direito para pedir imissão de posse e, pura e simplesmente, o grupo que está lá dentro não aceita a decisão da Justiça. Não sei se ouvi mal, se tive algum sonho, que seria pesadelo, ou se realmente vi na televisão o Sr. Jair Meneghelli dizendo: "Vamos invadir e ocupar o Congresso Nacional". O Senador Jutahy Magalhães está confirmado que não sonhei. Foi dito pela televisão: "Vamos invadir o Congresso!" O que não será a primeira vez. Já aconteceu na Constituinte. O poder de represália é muito grande.

Pergunto-me qual seria o nosso poder de represália. Se um de nós desse a um banco privado importância que chegasse a 500 milhões ou 500 mil cruzados novos, no meu caso, por exemplo, não poderia pagar. Não teria como, naturalmente, e o banco iria tentar fazer um acordo comigo de qualquer modo. Mas quando se trata de linha estrangeira, de comunidade internacional, pergunto se seria o mesmo. Bastava que uma represália significasse cortar as linhas de crédito de curto prazo. Bastava retrair. A partir daí não exportávamos nem importávamos, porque não tínhamos financiamento nem para uma atividade nem para outra. Agora, talvez numa reunião dê mais força. Concordo. Por exemplo, o Senador Ney Maranhão propôs uma reunião dos Senadores. Aliás, o nobre Senador Carlos Chiarelli sugere um cartel dos devedores para se opor ao cartel dos credores. Penso ser algo que merece meditação.

Quanto à Venezuela, os episódios que apinharam de surpresa Andres Pérez foram muito parecidos com esse que vemos aqui, quando se aumenta, por exemplo, a tarifa do ônibus. A depreciação é imediata. Aquilo significava uma angústia popular diante do processo inflacionário e da perda, da deterioração do poder aquisitivo.

Mas, se não me engano, foi o próprio Ministro Amaral, que lembrou uma advertência, do ex-Secretário Henry Kissinger, quando chamou a atenção para o caráter perigosíssimo de uma tentativa de moratória coletiva, por parte de devedores. Então, isso reforça a colaboração do Senador Carlos Chiarelli.

Quanto à dívida com os Estados Unidos, o Secretário Baker pode ter mostrado o dólar, ao dizer: "Os Srs. nos devem em dólares e não em cruzados novos". Mas ele esquece — ou finge esquecer — que todos nós financiamos o dólar, todo mundo financia a dívida externa deles comprando o dólar, e quando o dólar dá algum sinal de queda, imediatamente o marco alemão e o yen japonês entram no mercado para garantir a solidez cambial do dólar. Então, realmente o problema vai mais longe, vai a Bretton-Woods, vai ao padrão-ouro, e acho que aí deveríamos pensar numa CPI especial, para se poder chegar a uma conclusão. Há os adversários ferrenhos disso desde então, mas eu suponho que quanto o padrão-ouro for mantido e os Estados Unidos tiverem a prevalência que têm no mundo financeiro internacional não-comunista, será muito difícil liquidar esse projeto atual, baseado em Bretton-Woods.

No mais, eu me dou por muito feliz de ter ouvido à palavra do Senador Carlos Chiarelli. Não é um jogo de troca de amabilidades. De fato, eu acho excelentes as sínteses que o Presidente Carlos Chiarelli faz. Eu o tenho ouvido em outras Comissões e em outros momentos. S. Ex<sup>a</sup> coloca sempre bem as perguntas. Vou falar de um ponto de vista muito egoísta, pessoal, e, talvez, até cabotino. Quando fui Relator da Comissão, à qual o Senador Jutahy Magalhães também pertenceu, de Energia Nuclear, o PNB, que não era o Produto Nacional Bruto, mas Paulo Nogueira Batista, o Em-

baixador, disse em sua reiúrição que tinha mais medo das perguntas do Relator do que dos outros. Aqui não se trata de medo; pelo contrário, acho que esclarece muito o pensamento quando o Senador Chiarelli fala. E eu espero que esta Comissão possa chegar — e chegará, com certeza — a um resultado final que prove, ao contrário do que se anda afirmado por aí, que as CPIs nada valem. Elas não têm talvez o poder de execução, mas têm o poder de formulação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador Jubaras Passarinho, nós agradecemos sobremaneira a presença de V. Ex<sup>e</sup>. Eu tinha absoluta certeza que, resgatando a minha frustração de repórter, podendo fazer as perguntas que fiz para ter as respostas adequadas que V. Ex<sup>e</sup> deu, estaria ajudando, ao lado dos Srs. Senadores e Deputados que já formularam as suas indagações, esclarecimentos lúcidos e pertinentes.

Fico muito feliz por duas coisas, aqui: primeiro, porque quando V. Ex<sup>e</sup> recorda o episódio da Guerra do Acre, eu fico absolutamente à vontade, como gaúcho, em lembrar que V. Ex<sup>e</sup>, não apenas graças a Deus, é brasileiro, mas também graças a um gaúcho que enveredou pelo Acre e foi lá lutar para que isto acontecesse, o que é, afinal das contas, mais um título no currículum do Rio Grande do Sul.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex<sup>e</sup> me permite uma breve interrupção? Um dia, em Manaus, eu fui saudado por um gaúcho, que começou a falar muito, e me disse: "V. Ex<sup>e</sup> deve tudo a Plácido de Castro". Eu respondi: "Olha, não esqueça papai e mamãe". (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Extremamente pertinente a interrupção.

Compondo com a manifestação do Senador Jutahy Magalhães, eu diria que todos — tenho a certeza de que falo em nome de todos — gostamos mesmo de tê-lo ouvido do início ao final, e aprendemos sobremaneira com a manifestação de V. Ex<sup>e</sup> a esta Comissão.

Essa condição de ser candidato, ou ser presidenciável ou não ser, na verdade candidatos, jurídica e tecnicamente, não os temos até o momento; não houve convenções, todos são pré-candidatos. Até aproveito aquela manifestação do Senador Leopoldo Peres, para dizer que eu acho que há candidatos, porque são pessoas que requerem a condição de candidatos, ou aspiram, alguns até com muita insistência, mesmo depois de vários tropeços eleitorais, a manter essa titulação. V. Ex<sup>e</sup> é para mim, e creio para todos nós, presidenciável, porque isso é algo que se é reconhecido e proclamado, independentemente de se querer ou não ser. E V. Ex<sup>e</sup>, mesmo que não tivesse sido Ministro de Estado tantas vezes e com tanta competência — e o foi se não tivesse sido Presidente desta Casa — e o foi; todos nos lembramos da sua qualificação na gestão desta Instituição do Parlamento — se não fosse o Líder que é, qualificação que não perde em qualquer circunstância, mesmo que formalmente não a exercesse, V. Ex<sup>e</sup> é um homem público presidenciável, porque todos o

reconhecemos como tal, sendo ou não amanhã candidato. Nem V. Ex<sup>e</sup> poderá garantir hoje que não o será, porque sua negativa é mais ou menos tão duradoura quanto aquela do Vinícius de Moraes que diz "que seja infinita enquanto dure". Temos a certeza de que o seu depoimento era indispensável e nenhum outro brasileiro poderia ter convidado para abrir este ciclo e fazê-lo com a acuidade, a isenção e a competência de V. Ex<sup>e</sup>.

Muito obrigado por ter acolhido o convite e pela lição que nos propiciou e que, seguramente, através dos meios de comunicação, chegará à sociedade brasileira.

Antes de encerrar, comunico aos Srs. Senadores e a todos que aqui estão que, segunda-feira, ouviremos a palavra do Deputado Roberto Freire e, dentro desse espírito ecumênico desta Comissão, o pré-candidato do Partido Comunista Brasileiro à Presidência da República, que falará sobre o mesmo tema, segunda-feira à tarde, em horário previsto para às 16 horas e 30 minutos.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

### 13ª Reunião, realizada em 5 de abril de 1989

As dez horas do dia cinco de abril do ano de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, criada para examinar a questão da Dívida Externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externos e internos, presentes os Srs. Senadores Aluizio Bezerra, Carlos Chiarelli (Presidente), Roberto Campos, Affonso Camargo, Fernando Henrique Cardoso (Relator), Jamil Haddad, Itamar Franco, Pompeu de Sousa, Almir Gabriel, Affonso Sancho, Dirceu Carneiro, José Richa, Carlos Patrocínio, Ney Maranhão, Chagas Rodrigues, além dos Srs. Deputados Jaime Santana e Paulo Silva.

Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada e, em seguida, convida o Sr. Senador Mário Covas para tornar assento à Mesa.

Prosseguindo, a palavra é concedida ao Sr. Senador Mário Covas, na qualidade de candidato à sucessão presidencial pela legenda do PSDB, dando continuidade ao ciclo de debates sobre o problema da dívida externa brasileira.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Affonso Sancho, Roberto Campos, Jamil Haddad, Ney Maranhão, Pompeu de Sousa, Chagas Rodrigues, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a

presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

### ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 7, DE 1987, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO".

(Integra do anexo taquigráfico da referida Reunião, realizada em 5 de abril de 1989, devidamente autorizado pelo senhor Presidente.)

Presidente: Senador Carlos Chiarelli

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Srs. Senadores, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Especial que trata dos problemas da dívida externa.

A Presidência saluda a todos quantos aqui vieram; Sr. Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, e o nosso ilustre palestrante Senador Mário Covas, candidato à Presidência da República pelo PSDB, a quem, preliminarmente, agradeço pelo empenho que, aliás, confirmou o seu alto preparo intelectual, o qual já conhecíamos, e o seu preparo físico, depois de uma maratona gaúcha, ontem, quando fez expedições à zona courreiro-calçadista, evidentemente muito menos interessado no couro e no calçado e muito mais nos líderes políticos da região; depois de um debate com lideranças empresariais e com outros candidatos à Presidência da República em Porto Alegre, chegou aqui esta madrugada, alterando, inclusive, e ajustando seu calendário, comparece a esta reunião, como já havíamos previamente acertado, apesar de outros compromissos que terá ainda hoje, se não me falha a memória, no Nordeste. Agradeço ao Senador Mário Covas, e agradeço, sobretudo, em nome da Comissão e do Senado, porque seguramente seu depoimento será de grande valia. É este depoimento que passaremos a ouvir a partir de agora.

Com a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS — Sr. Presidente, Senador Carlos Chiarelli, Sr. Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, Srs. Membros da Comissão, não sei definir com exatidão qual é o sentimento com que ficamos possuídos quando participamos de uma Comissão, dentro do Senado, com o objetivo de trazer, senão uma contribuição, pelo menos aquela que é a visão do PSDB e, portanto, da sua candidatura em relação ao problema da dívida externa.

A tarefa, ao mesmo tempo que ganha uma condição limitadora, ganha, por outro lado, uma condição profundamente gratificante, pelo fato de que podemos estar, ao longo dessa discussão, na companhia de ilustres Senadores e, portanto, no convívio da Casa a que pertence, particularmente numa Comissão da

expressão, do significado, da dimensão e da importância que esta Comissão, ou na qual se constituiu esta Comissão desde a sua instalação.

Tenho a convicção e a certeza de que posso trazer muito pouca contribuição para o processo da Comissão, mas pelo menos a nós cabe e — acho que esta foi a intensão do convite como de resto a todas as demais candidaturas — trazer, afinal, uma posição, um posicionamento de cada uma delas em relação à equação do problema da dívida externa, e a forma segundo a qual, na medida em que eleito, adotaremos na conduta e na gerência de um problema que está afetando o País a dimensão e profundidade da dívida externa.

Vou-me permitir fazer uma pequena análise; não há como chegarmos a conclusões e, portanto, a um dimensionamento da nossa posição se não formos capazes de voltar um pouco atrás e verificarmos que papel o problema da dívida externa está desempenhando, hoje, no nosso crescimento econômico, no nosso desenvolvimento, e, portanto nas nossas relações externas e internas.

De longa data, o Brasil, a despeito de todas as suas fases de todos os seus ciclos de natureza econômica, de longa data, o Brasil aprendeu a criar riquezas. Se, de um lado, ele aprendeu a criar riquezas; de outro lado, não deixa de ser verdade que ele ainda não aprendeu como distribuí-las. Que ele aprendeu a criar riquezas é um fato hoje reconhecido não apenas internamente como internacionalmente. Há estudos que mostram que, ultrapassado o ciclo do ouro e particularmente a partir do ciclo do café, ou seja, no período do último século, período entre 1870 e 1970, o Brasil foi capaz de apresentar taxas de crescimento que, tornadas pela sua média, são maiores do que aquelas do Estado Unidos, da Rússia e do Japão. Portanto, foi perfeitamente possível, nesse período, criar riquezas. O salto ocorrido numa série histórica que se prolonga por um século mostra isso, à sociedade.

Eu não poderia lhes dizer a mesma coisa no que se refere à distribuição da riqueza. No que se refere à distribuição da riqueza, nós não fomos capazes de associar e acoplar aquele crescimento observados nesse período a uma idéia distribuição ou apropriação pelo conjunto da sociedade dessa riqueza criada de maneira a poder, afinal, oferecer a possibilidade de que o conjunto dos brasileiros, o conjunto dos benefícios hauridos pela produção da riqueza pudesse se distribuir de forma equânime e de forma justa.

Até 1980, particularmente a partir do período em que o Brasil se estabeleceu a Renovação Industrial, isto é, a partir de 1930, até então o Brasil era um Estado eminentemente agrário, a partir deste período, o País foi capaz de grande salto de qualidade, de incorporar o que havia de mais moderno na tecnologia, necessariamente determinadas instituições, entre as quais o Estado, nesse período desempenharam um papel fundamental, tendo em vista que capacidade de acumular passava,

fundamentalmente, pelo papel do Estado. Mas, afinal aquilo que, nessa época, representava, digamos, os pólos de crescimento ou os fatores indutores do crescimento, que eram as chamadas indústrias de base são, fundamentalmente, a consequência da presença do Estado na economia. Isso ocorria, fundamentalmente, porque à época não havia como disputar ao Estado, a nível da iniciativa privada, o potencial disponível ou a capacidade de acumulação necessária para que investimento dessa ordem fossem feitos. Eu sempre cito que vi nascer, ainda como estudante de engenharia em São Paulo, uma empresa que passou a se chamar Companhia Siderúrgica Paulista S.A. Ela nasceu pela orientação e pelo trabalho, pela pertinácia, pela obstinação de um grupo de engenheiros entre os quais se incluíam Plínio Branco, Pirlito Queiroz, Catulo Branco, eu vi, ainda como estudante de engenharia, lá no Instituto de Engenharia, a fixação do lay-out dessa empresa, em Cubatão, o porquê de ela estar sendo localizada ali, e como a economia do Estado de São Paulo se incorporava à tarefa de construir um parque siderúrgico neste País. Eu já era Deputado Federal quando se inaugurou o primeiro alto-forno da COSIPA, e quando se inaugurou o primeiro alto-forno da COSIPA, 98% do capital tinha sido fornecido pelo BNDES. De forma que, a partir daí, necessariamente, ela se tornou uma empresa estatal. Ela não se tornou uma empresa estatal por uma opção inicial, como é o caso da Siderúrgica Nacional. Mas ela se tornou uma empresa estatal porque não havia, à época, uma capacidade de acumulação no setor privado que pudesse permitir a esse setor que enfrentasse determinados problemas. É evidente que esse quadro é muito diferente hoje. Hoje, você tem um quadro em que o setor privado está até altamente capitalizado quando a gente examina a relação passivo orionoso sobre patrimônio líquido das empresas, verifica que — sejam as empresas brasileiras de capital nacional, sejam as empresas brasileiras de maneira geral — este índice caiu bastante e, portanto, você hoje, tem uma capacidade de acumulação nesse setor que é perfeitamente capaz de suprir a necessidade, mesmo em setores que exigem altos investimentos e, às vezes, até de maturação lenta. Concomitantemente, isto é, no mesmo instante em que a iniciativa privada amplia a sua possibilidade e, portanto, pode e deve ocupar determinados espaços que o Estado está ocupando, hoje, e a nossa visão, como partido é que o Estado deve ser convocado ao exercício de outras atividades, em particular na formulação e na execução, no comando de uma matriz de políticas sociais capazes de, por si só, fazerem parte daquele trabalho de distribuição que nós não aprendemos a fazer, historicamente, e mais do que isso, de atuar e ponta, como a ciência e a tecnologia.

Mas é exatamente nesse instante, em que isso ocorre, que esse mesmo Estado entra numa crise profunda, uma crise da natureza fiscal que lhe retira a capacidade de investir e que lhe diminui sensivelmente o potencial de agente desse processo.

Ao longo da década de 1970, para não ir mais longe, a capacidade de investir ou o conjunto da poupança nacional situou-se na faixa de 24%, dos quais 17 ou 18% geridos na iniciativa privada e 5 a 6% originários do Estado. Hoje, esse mesmo Estado, que era capaz de contribuir para o investimento com uma poupança que se situava em torno de 5 e 6% a rigor se encontra com aquilo que se poderia chamar, teoricamente, de poupança negativa. E para isso alguns fatores contribuíram: sem dúvida que a dívida interna, sem dúvida que a hipertrofia (inaudível), sem dúvida que a ociosidade, sem dúvida que certos prejuízos contribuíram para isso. Mas o intuito e o objetivo desta Comissão é examinar um dos aspectos que contribuiu politicamente — Para isso, é extamente o que a dívida externa representou nesse processo.

O modelo que se adotou a partir da 1970 teve essa capacidade de investir do Estado situando-se na faixa de 5 a 6%. Ela valia-se, em particular, de uma contribuição de empréstimos diretos ou até de capitais de risco situada na faixa de 4% do PIB por ano. Atualmente não apenas esses 4% — e particularmente a partir de 1980 — deixaram de entrar, mas mais do que isso, estamos sendo convocados a responder com outros 4%, ou cerca de 4%, anualmente, para responder ao serviço dessa dívida. 4% que entraram ou deixaram de entrar, mais 4% que passaram a sair não significa 8%? E para quem tinha uma capacidade de acumulação em torno de 24 isso significa a redução, em cerca de 1/3, da capacidade de investir. Isso gera como consequência o seguinte fato: Essa década de 1980 é a pior da história econômica deste País, desde que ele existe como tal. Terminamos a década com uma diminuição do Produto Interno Bruto por cabeça; terminamos a década — e isso vale não apenas para o Brasil, mas para a América Latina em seu conjunto, para o conjunto dos países devedores — num situação pior do que aquela em que estávamos no início da década, (inaudível), histórica que se situava, no período de 50 até 1980, em torno de 7% a.a., a década de 80 não nos reserva nada superior a 2,5 ou 2,6% a.a., o que, deduzido do aumento da população, acabará significando, ao fim da década, uma diminuição relativa no crescimento.

Igual problema vale para a América Latina: se tornarmos o período de 1982 até 1988, verificaremos que durante esse período houve uma saída líquida de capitais na América Latina, aí envolvidos capitais de riscos e serviço da dívida, da ordem de 180 bilhões de dólares, dos quais o Brasil respondeu por cerca de 1/3 ou pouco mais de 1/3, cerca de 50% pelo menor. E a verdade é que durante esse período, o Produto Interno Bruto per capita, na América Latina, caiu 6,6%.

Portanto, acho que há um primeiro dado de natureza política a observar em relação à dívida: é o fato de que ela necessariamente sendo um problema que envolve características de natureza econômica e de natureza financeira passa a ser, pela influência que tem

na paralisação do crescimento nacional, um problema de características políticas.

Acho que a primeira conclusão que se poderia tirar daí é que necessariamente, tendo em vista esse fato, o problema da dívida externa tem que ser considerado, no mínimo, envolvendo uma vertente de natureza política. Ele não pode se reduzir apenas a um problema político, mas tem que ser considerado segundo, pelo menos, uma vertente de natureza política.

O segundo aspecto é que é preciso que nós, na medida em que o consideremos assim, reconduzamos o problema, o enfoque da dívida de maneira a que, fator fundamental a ser observado, neste País que é a retornada do crescimento econômico, diria melhor, o início do desenvolvimento econômico, pudesse ter curso.

Nas atuais circunstâncias, o problema da dívida — e esta é uma segunda característica — incorpora ou faz com que importemos inclusive certos problemas que não são nossos. Hoje, os Estados Unidos que têm um déficit de balança comercial quase igual ao valor da nossa dívida por ano, a cada instante que o Banco Central aumenta a sua taxa de juros em um ponto percentual, isso significa um desembolso adicional do Brasil de um Bilhão de dólares.

Recentemente um jornal de São Paulo dava um quadro da evolução dessa dívida. No período de 71 a 89, nós pagamos 122 bilhões de dólares de serviço da dívida, e nesse período a nossa dívida cresceu de 6 bilhões de dólares, para 112 bilhões de dólares. Se tormarmos um intervalo de tempo mais recente, um período mais dramático, isto é, o período de 80 a 89, quando praticamente o dinheiro novo não existiu, verificamos que nesse período aumentou de 61 bilhões de dólares para 111, e nós pagamos 97 bilhões de dólares de serviço dessa dívida. Ou seja, a dívida aumentou 50 bilhões de dólares, e pagamos nesse período 97 bilhões em juros e uma pequena parte de amortização dessa dívida.

De sorte, portanto, que esse mecanismo está contribuindo para paralisar ou tornar extremamente difícil, a retornada do crescimento econômico, consequentemente, evitando a possibilidade do desenvolvimento econômico.

A nossa visão é de que o problema da dívida tem que ser analizado segundo uma vertente política, em que o básico seja a consideração de que essa situação não pode permanecer como está, na medida em que, permanecendo, inviabiliza qualquer tentativa de retornada de crescimento neste País.

Associando a esta consideração de que nós acabamos incorporando problemas que não são nossos, acabam se transferindo para cá, via mecanismo da dívida, problemas que às vezes sequer são nossos, pela alteração da taxa de juros, em decorrência de problemas internos a outros países, isso nos dá um dado adicional na equação:

A partir do problema ocorrido no México, em 1982, a posição tradicional dos mecanismos ou dos países credores foi a de sustentar a seguinte tese: Olha, o problema da dívida

externa deste País não é um problema de insolvência, é um problema de liquidez. E, portanto, dentro de certas condições em que se associem mecanismos de ajuste interno, com mecanismos novos de financiamento, o problema da dívida poderá ser superado. Com isso preconizavam os países credores: primeiro, ajuste internos voltados para sustentar o serviço da dívida; segundo, admitiam que os bancos tivessem durante algum tempo parado o fluxo de novos empréstimos, voltariam, tão logo essa situação ou esses ajustes fossem observados a canalizar um novo fluxo; e terceiro: sendo o problema de liquidez e não um problema de insolvência, esse mecanismo permitiria, num processo de aproximações sucessivas — caso de ação circular — que a dívida pudesse ser honrada em todos os seus termos.

A rigor, a partir de 84, 85, isto fica absolutamente claro que se torna impossível. O simples quadro de variação da evolução do pagamento dos juros, no caso específico do Brasil, mostra extraordinário esforço na linha desse ajustamento.

A partir de 81, apenas em 87 oferecemos um serviço de pagamento de juros inferior a 10 bilhões de dólares. Em 81 foi de 10 bilhões e 300; em 82, 12 bilhões e 500; em 83, 10 bilhões e 200; em 84, 11 bilhões e 400; em 85, 11 bilhões e 200; em 86, 10 bilhões e 200; em 87, 9 bilhões e 300; em 88, 10 bilhões e 600; e em 89, 11 bilhões e 200.

Isto acaba gerando problemas internos que operam na linha de uma outra vertente e tem consequências graves naquilo que se chama o déficit público. Acabam operando em cima de vertente como a dívida interna. Por quê?

Porque durante este período se estatizou a dívida. Nós produzimos saldos na balança comercial extraordinários, um esforço de ajustamento nesta linha brutal. Nós tivemos a capacidade de, no último ano, produzir com apenas 1% das trocas internacionais mundiais o terceiro superávit comercial do mundo. Em outras palavras, só tiveram superávit comercial maior que o do Brasil, que foi de 19 bilhões de dólares, a Alemanha e o Japão. E o Brasil se restringiu a operar em apenas 1% do comércio mundial, o que, evidentemente, ainda é pouco. Nós exportamos cerca de 10% do nosso Produto Interno Bruto e importamos cerca de 4 a 5% dos quais 3,3 e pouco correspondem a petróleo, o que significa um esforço extraordinário, um esforço que se refletiu no nível do salário, um esforço que se reflete na dívida pública e na dívida interna, por quê? Porque, a rigor, a dívida está estatizada, o resultado da exportação é pago em cruzados aqui dentro, e, portanto, ou se faz isso com a emissão de cruzados ou com o aumento da dívida interna.

A rigor, isso inviabiliza algumas providências de que a Nação carece, por exemplo, uma política industrial. A divisão internacional do trabalho leva os países a se especializarem em determinadas atividades. Isso é extremamente difícil na medida em que somos capazes de fazer um superávit comercial de 19

bilhões de dólares — 19 sobre um total de exportação de 33 — e, ainda assim, esses 19 bilhões de dólares não são instrumentos seja para o financiamento de bens de capital, seja até mesmo para a importação de bens e serviços que possam significar uma competição no mercado interno capaz de aumentar a produtividade da nossa produção industrial.

Portanto, firmar uma política industrial na medida em que eu sou capaz de produzir 19 bilhões de superávit comercial e não poder usar esse mecanismo como instrumento é quase que um paradoxo.

Para dentro dessa ordem de idéias é que tem surgido e sucessivamente se acentua, a nível dos credores, a idéia de que necessariamente pelo menos uma vertente de natureza política tem que comandar o processo de solução da dívida.

Dentro dessa ordem de idéias, e para obter esse objetivo e para evitar que este problema da dívida externa possa continuar a significar um fator paralisante no nosso crescimento econômico, o PSDB em sua proposta declara, com muita nitidez e clareza, que para evitar isso ele vai ao limite de assumir até mesmo atitudes unilaterais com este objetivo.

Quais as soluções que preconizamos para atingir esse objetivo? O que imaginamos possam ser as soluções para equacionar esse problema? É evidente que uma primeira, até pelo fato do problema estar incuso, alternativas diferentes podem ser examinadas. Mas, seguindo, há uma definição básica que tem que ser adotada. Os credores, tradicionalmente, nos colocaram a seguinte posição: ajustamentos internos, mais financiamentos, resolvem o problema da dívida. A nossa contrapartida é de que a idéia de ajustamentos internos é necessária, mas ela se compõe é com a redução do estoque da dívida. Portanto, nós não vemos como seja possível equacionar isso sem dimensioná-la, segunda essa vertente. Ela tem uma motivação de natureza política, volta a insistir, mas ela não precisa ser exclusivamente examinada sobre este ângulo. Daí por que nos parece que um bom referencial, de natureza financeira, sejam os próprios mecanismos de transação da dívida que ocorrem no mercado secundário. Ainda há duas semanas atrás o jornal publicava a possibilidade da compra de cada dólar da dívida brasileira por 28 centavos. Não é legítimo, não é justo que a totalidade do povo brasileiro e o País, como um todo, não sejam beneficiários deste fato. A idéia de que a solução passa por um mecanismo tanto quanto possível global, que, necessariamente, enfoca a redução da dívida total, é algo que vai se consolidando e disseminando internacionalmente. A posição francesa, expressa pelo Mitterrand, é essa, a posição japonesa leva em conta isso, e, mais recentemente, com o anúncio do Plano Brady, pela primeira vez, parece ter vindo da área dos Estados Unidos uma sinalização de que lá, pelo menos a nível de Governo, já se aceita a hipótese de uma consideração de natureza política a respeito da dívida. É evidente que a Proposta Brady está longe de ser uma proposta totalmente satisfatória. Ela prevê algumas caracte-

pelo menos até onde ela pode ser clara, ou até onde ela pode ser analisada em profundidade, na medida em que exposta nos termos em que foi até agora ela está muito aquém do que seria necessidade. Primeiro lugar, ela mantém a negociação banco a banco; em segundo lugar ela mantém restrições no que se refere à participação dos comitês dos credores. Ela, por outro lado, ainda prevê a participação de alguns organismos internacionais, como na base do monitoramento das economias internas. Mas, de qualquer maneira, é a primeira sinalização que dessa área vem no sentido de considerar a dívida sob uma vertente de natureza política, passando pela redução do seu estoque. Eu acho que isso abre um caminho novo, um mecanismo novo que ainda está por ser palmilhado, que ainda está por ser percorrido, mas abre um mecanismo novo, que afinal associa a posição americana às posições já anteriormente descritas, sustentadas por outros países, como a França, como o Japão, até mesmo pela União Soviética, como falou o seu Líder Gobarchev, em recente passagem pela ONU. É lógico que considerar a dívida sob uma vertente de natureza política não desobriga, integralmente, de analisá-la também sob uma vertente de natureza financeira. É por isso que a solução que nós preconizamos passa pela redução da dívida, tendo em conta, fundamentalmente, aqueles valores pelos quais ela é negociada no mercado secundário. A esse mecanismo, tradicionalmente, dá-se o nome de securitização.

Então a associação, em sua posição interna, que vá, tanto quanto possível, de forma negociada, e há várias vertentes possíveis em que esse mecanismo pode ser feito: a negociação voluntária, a securitização negociada e, até mesmo, a securitização de forma unilateral. Mas nos parece que para esse encontro — e essa é a proposta do PSDB — a fixação ou a definição, a redução do valor da dívida a valores compatíveis com aqueles que se praticam no mercado secundário. Isso não deve vir sozinho. A meu ver, essa negociação envolve outros aspectos. Aspectos estes que significam salvaguardas futuras. Temos que limitar a nossa possibilidade de serviço no que se refere à dívida externa a limites compatíveis, seja com relação ao nosso Produto Interno Bruto, seja com relação à nossa capacidade de exportar. Portanto, é preciso que nas negociações mecanismos de salvaguarda sejam incluídos para que possam proteger este País contra choques futuros, tais como os ocorridos no petróleo ou contra uma deterioração na relação de intercâmbio destes países.

A fixação de um valor percentual sobre o potencial da exportação, associada a estas salvaguardas e à redução do estoque da dívida, tornando como parâmetro o fato de que politicamente isto é absolutamente imprescindível, se quisermos manter o crescimento econômico neste País, e às vezes chega-se a surpreender por que há tanta resistência nesta direção. Até agora, este problema só se tornou possível de manter esse ritmo porque os Estados Unidos, com um enorme déficit comercial anual, têm permitido que os países da América

Latina produzam os superávits que produziram. A cada bilhão de dólares que um país da América Latina paga em termos de juros às nações exportadoras desenvolvidas, estas perdem vinte e cinco empregos. Chega a ser surpreendente, porque ao final se estabelecem relações-problema, um procedimento de natureza político-financeira, que acaba por tornar inviável o próprio pagamento. Em outras palavras, reduzida a dimensão financeira da dívida que o mercado secundário lhe oferece, no momento em que a maioria dos bancos, a não ser os grandes bancos, já se preventaram em relação a isso, exatamente aquilo que os credores diziam ao final de 1982, que o problema não era de insolvência, mas de liquidez, que o sistema voltaria a operar, que novos financiamentos seriam oferecidos, e que, com ajustes internos seria possível honrar este fato, ocorreu exatamente o contrário. A maioria dos bancos, sobretudo os pequenos, resguardaram-se e fizeram as reservas necessárias. Tanto isso é verdade que hoje operam no mercado secundário, desfazendo-se da dívida a valores inferiores àquelas de face da dívida. No entanto, parece-nos absolutamente necessário, imprescindível e indispensável, que a negociação se processe nessa direção.

O PSDB, na sua proposta preliminar, declara enfaticamente: nós não contribuiremos para que essa situação permaneça tal como está. Para nós, a retomada de crescimento neste País é fato fundamental. É possível — e nós o faremos — negociando tanto quanto possível — reduzir o estoque da dívida a uma medida que, pela vertente de natureza política, tem igualmente, uma vertente de natureza financeira: o próprio valor da dívida no mercado secundário. O que é inviável é a permanência de uma sangria desta natureza, que nos conduz a esses resultados, e uma acumulação constante de capitais que, muitas vezes, nasceu de variações profundas na taxa de juros entre o instante da fixação do empréstimo e o período, dentro do qual ela flui.

Em linhas gerais, com relação a esse problema, o PSDB se coloca desta maneira:

Próximo: o reconhecimento de que o problema, tal qual está colocado, acaba transferindo, para nós e para outros países devedores, problemas que sequer são nossos;

Segundo: o problema de que a dívida externa atingiu uma direção e uma característica que viabilizam a possibilidade de retomada de crescimento neste País;

Terceiro: que não concordamos, em hipótese alguma e, nesse aspecto, iremos ao limite da afirmação de posições unilaterais com a manutenção desta situação;

Quarto: a solução básica, que descortinamos, é a de que passando por uma vertente política, sustenta-se, igualmente, numa vertente de natureza financeira, qual seja, o mecanismo de securitização que prevê a redução do estoque da dívida ao nível em que ela é hoje negociada no mercado secundário.

Finalmente, o PSDB proclama que não abrigará mão com o compromisso básico que possui. Por isso, não permitirá que o problema da dívida externa passe a ser um fator limitativo

daquilo que é o seu compromisso básico neste País: a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, creio ter sintetizado, não tendo trazido nenhuma novidade a esta Casa, que aprofundou aos limites de todas as consequências o exame do assunto e, certamente, tem em relação a ele uma visão muito clara e definida. Mas é esta a visão do PSDB. Portanto, é preciso que fique claro. Se o PSDB chegar ao Governo será essa a posição que ele adotará. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Agradecemos a manifestação do Senador Mário Covas. V. Ex<sup>e</sup> poderá estar tranquilo com relação à Comissão, porque ela está absolutamente infiltrada na sua relatoria por intermédio dessas idéias do PSDB.

Passo a palavra ao primeiro dos Senadores inscritos, Senador Afonso Sancho, para apreciação, análise, ponderações e perguntas ao depoente.

O SR. AFONSO SANCHÓ — Eminente Senador Mário Covas, inicialmente, eu gostaria de ressaltar a frieza, a competência, a objetividade com que V. Ex<sup>e</sup> fez esta exposição.

Em segundo lugar, para começar as minhas indagações curtas e objetivas, no início da sua exposição V. Ex<sup>e</sup> falou com muita propriedade que já aprendemos a criar riquezas, mas não aprendemos a distribuir-las. Gostaria de saber quem é o responsável principal por esse fato é o Poder Público ou é o mundo empresarial?

O SR. MÁRIO COVAS — Não diria quem é o responsável específico por isso. Historicamente, a meu ver, é o resultado até de uma cultura. Tem sido tradicionalmente assim. No caso, esta histórica que estabeleci, envolvendo todo um século, mostra diferentes estágios no papel que o Estado e a iniciativa privada desempenharam. A rigor, é que ao final de um século, em que a nossa taxa de crescimento foi historicamente maior do que a taxa de crescimento dos Estados Unidos, da Rússia, do Japão, somos hoje uma Nação que, segundo sei, em que 35% das famílias têm uma renda *per capita* menor do que meio salário mínimo, ou seja, em 35% das famílias, cada pessoa não vive com mais do que um cruzado por dia. Somos uma Nação em que nesses 35% das famílias se inclui 41% da sociedade brasileira. Quando se toma esse número, em faixa etária, chega-se à triste conclusão de que 54% dos menores de quinze anos de idade estão contidos exatamente dentro dessa faixa.

De forma que isto é um fato real de que o nosso crescimento econômico foi tradicionalmente um crescimento concentrador em todas as suas fases. Eu não me restrinjo a um período recente, poderia até fazer uma análise de que como isso aconteceu nos últimos vinte anos; tomei uma série histórica que começa em 1870 e vai a 1980, ou seja, em 110 anos, louvando-me, aliás, num trabalho de um economista. Não se trata sequer de apontar a quem cabe esses defeitos hoje. No momento em que vivemos, tornou-se moda,

há um vilão neste País, ou pelo menos se tenta identificá-lo. Este vilão se chama Estado. Evidente que este Estado, que hoje apresentado como vilão teve, em determinados instantes da história deste País, um papel de formulador profundo e até de instrumento, através do qual foi possível incorporar o que havia de mais moderno na tecnologia, dar saltos qualitativos e, portanto, fazer aquilo que tradicionalmente, em determinados instantes, forma os instrumentos tradicionais para os saltos de natureza qualitativa: as indústrias de base. Foi através do Estado que se fez uma indústria de petróleo; que se fez uma indústria siderúrgica, que se fez uma indústria automobilística. Hoje, este Estado está desorganizado, em crise, com uma profunda crise fiscal, hipertrofiado. No meu modo de entender e do PMDB ele tem que ser redirecionado. Na nossa visão, o Estado não é capaz de tudo fazer nem é concebido por aqueles que se chamam neoliberais, mas que, na realidade, são os conservadores e que colocam o problema na seguinte condição: o Estado tem que ser o Estado mínimo, o Estado inexistente. Não! Para nós, social-democracia, o Estado é o Estado socialmente necessário. Eficiente, democrático, é verdade, absolutamente desejado, sem nenhuma gordura mas o Estado que deve voltar-se, hoje inclusive, para outras atividades. Perdeu a necessidade de ser gerente de setores econômicos, gestor de empresas destinadas às atividades econômicas e ganhou ou é convocado para o exercício de políticas sociais, que sejam elas prórios mecanismos de sua distribuição de renda. E que possam atuar, igualmente, ainda hoje, puxando a ponta do processo em setores como ciência, e a tecnologia, por exemplo.

De forma que, em cada instante, pelo papel que desempenhou no processo de crescimento cada setor teria tido uma responsabilidade maior. Mas, a verdade é que culturalmente, economicamente tivemos, ao longo desse período, um tremendo processo de concentração, de tal maneira que, ao fim de um século, quando crescemos, volto a insistir, a taxas maiores do que Estados Unidos, Japão e União Soviética, chegamos com processo de profunda concentração, como chegamos.

Quais os desafios que temos no instante em que vivemos? É possível equacionar. Um dos desafios que temos neste instante é, exatamente, o problema da dívida externa, do papel do Estado, de um processo inflacionário que tem na dívida externa uma das suas raízes: o problema da dívida interna. O problema, enfim, de que papel terá o capital estrangeiro, o capital privado nacional e o Estado no novo perfil de investimentos.

Mas acho que isso é menos importante do que a constatação de que esse processo ocorreu desta maneira e que o que é fundamental, neste instante, é alterar esse quadro. Não seremos capazes de honrar a palavra de desenvolvimento, se não formos capazes de iniciar um período em que o crescimento econômico seja acompanhado dessa palavra, que desgosta tanto algumas pessoas, que se chama justiça social.

O SR. AFONSO SANCHÓ — Senador, a que o Sr. atribui essa defasagem de entrada de dinheiro novo, como se fala, de dinheiro do exterior, seria pela falta de confiança que possa existir hoje no País, e um dos fatores talvez seja o sucesso sindical, onde o líder sindical não tem a menor preocupação com o emprego; a preocupação maior é a reivindicação, sem analisar, como aquela reivindicação pode ser realizada? Se isso inibiu os investidores estrangeiros e até os nacionais, que segundo se diz, temos dinheiro lá fora, emitido pelos nossos empresários, nossos capitalistas, o suficiente para pagar metade da nossa dívida? A que o Sr. atribui essa defasagem de falta de dinheiro novo para a retomada do nosso desenvolvimento?

O SR. MÁRIO COVAS — É evidente que o papel do capital estrangeiro tem que ser redimensionado e reequacionado. Mas isto vale para o capital nacional. O que me assusta hoje, e até me assusta mais, é a notícia de que se tenha um fluxo no que se refere ao capital nacional, caminhando para fora, e isto me assusta mais do que uma diminuição do fluxo externo. Agora, V. Ex<sup>e</sup> tenta identificar o problema existente com o potencial de reivindicações de natureza social, e sobretudo salarial, que seria incompatível com o crescimento brasileiro.

Não chega a 10% o número de trabalhadores brasileiros que ganham três salários mínimos, e não ultrapassa 1,6% o número de trabalhadores brasileiros que ganham igual ou mais que dez salários mínimos. Mas dez salários mínimos são seiscentos dólares e seiscentos dólares são o salário mínimo do sul da Europa.

Nós vivemos proclamando que somos a sexta economia, ou oitava economia industrial do mundo ocidental, e, todavia, achamos que num país, onde apenas 1,6% dos trabalhadores recebem um salário correspondente ao salário mínimo do sul da Europa — a parte mais pobre da Europa —; que é nascida desta reivindicação que surge o problema brasileiro.

A mim me parece que, hoje, o capital nacional ou o capital estrangeiro não busca isso. Acho até que isso é parte do processo de auto-sustentação do capitalismo. Ele nasce desse conflito, ele nasce da tentativa permanente de, através de mecanismos de aumento de produtividade, eventualmente com incorporação tecnológica, e da luta pela área do trabalho, incorporar os resultados disso nos salários.

Acho que, modernamente, o capital estrangeiro fluí rumo a uma outra direção, dependendo de circunstâncias que são diferentes dessas. Até acho que busca mercado interno.

Portanto, quanto maiores fossem os níveis salariais no Brasil, melhor para esse capital que aqui estivesse, porque ele teria um mercado interno muito maior.

O que busca o capital, hoje? Ele busca grau tecnológico na indústria existente, potencial de exportação e mercado interno.

E, hoje, neste País, o que acontece? Se o Sr. for produtor e pedir a uma agência de publicidade que faça propaganda do seu pro-

duto, ela fará o cálculo do número de consumidores por não mais do que cinqüenta milhões de brasileiros — nós temos uma população de cento e vinte milhões, ou seja, mais da metade da população sequer é computada no cálculo, para efeito de consumo.

Portanto, parece-me que seja por aí que se esteja inibindo a vinda de investimentos.

Inibe-se a vinda de investimentos quando? Em primeiro lugar, não se têm regras fixas para a vida econômica, quando elas são turbulentamente modificadas a cada instante e a cada dia.

Inibe-se a vinda de investimentos novos? Quando? Até se contrai o mercado interno. Quando não se tem, como é o caso brasileiro, uma economia verticalizada e, portanto, extremamente favorável a investimentos.

O que não se pode é ter uma política que seja, a cada dia, sinalizada numa direção diferente. Isto não dá, evidentemente, a ninguém, segurança de nenhum tipo.

A mim me parece que a área da produção aceita melhor regras de natureza econômica, com as quais, ela não esteja inteiramente de acordo, mas que sejam estáveis, do que regras com que, supostamente, ela estaria de acordo, mas que são mutáveis a cada dia. Isto é que retira a segurança da área produtora, de maneira geral. Isto vale para o capital estrangeiro e para o capital nacional.

O SR. AFONSO SANCHÓ — A minha última indagação. Fala-se muito na redução da dívida. Diz-se mais, que esta redução só poderia ocorrer, de modo normal, em pequeno percentual, que é, exatamente, desses bancos, a que V. Ex<sup>e</sup> se referiu, os pequenos bancos, que estão dispostos a passar esses papéis por qualquer preço, porque o ativo deles, hoje, já é um cemitério, não é?

Pergunto: não seria mais interessante que o Brasil — porque entendo, fazendo uma ressalva, que não podemos tratar esse assunto de dívida em grupo; cada país tem as suas condições peculiares para tratar do seu assunto — solicitasse uma carência razoável para podermos tornar fôlego, com os juros também razoabilíssimos, ao invés de estarmos pleiteando uma redução da dívida que poderia, implicitamente, representar uma redução, se houvesse uma carência razoável e se fossem juros modestos, ao alcance das nossas condições. Estamos pleiteando, querendo uma redução; quando sabemos que isto traz um descredito. E estamos precisando de novos meios financeiros. Então, como se faria esta separação de se pagar a dívida pela metade e de se querer outra dívida para pagar integral? Peguntaria a opinião do nosso ilustre candidato e Senador.

O SR. MÁRIO COVAS — Em primeiro lugar, o processo de redução seria exatamente sobre o estoque, para que possa incidir sobre os juros, e taxa de juros que, necessariamente, diferente das atuais. Inclusive, acabei de dizer que me parece razoável, para qualquer área produtiva, regras estáveis. A nossa dívida não tem regras estáveis; ela tem juros que são variáveis ao longo do tempo. Seria até possível,

certamente, esta Comissão já calculou, o que se acresceu ao principal, em função apenas da variação de juros.

Outro dia, li um dado, não sei até onde ele é procedente, mas cerca de 30 bilhões de dólares, desta formação total, decorrem de variações da taxa de juros, em relação ao período em que foi negociado, entre 20 e 25% do estoque. Portanto, 30 bilhões de dólares, que são exatamente variações na taxa de juros.

Volto a dizer, somos obrigados a incorporar problemas que, muitas vezes, não são nossos, porque a taxa de juros é fixada num mercado e em função de circunstâncias que não comandamos, nem sobre elas temos qualquer influência.

No instante em que o presidente do Banco Central dos Estados Unidos, tendo em vista a política interna americana, e até o problema de déficit comercial americano, resolve aumentar 1% na taxa de juros, temos, imediatamente, um acréscimo de um bilhão de dólares nos serviços daquele ano. Acho que é perfeitamente compatível isto ocorrer. E acho que os mecanismos de redução voluntária, que seriam pequenos, mecanismos tipo, digamos, conversão da dívida, etc., esses, realmente, são limitados, mas essas são conversões ditas voluntárias.

É lógico que, na medida em que alguns vão satisfazendo e resolvendo o seu problema, a tendência é a de que os que mais têm a receber aguardem para o final, para receber, supostamente, com um deságio menor. Mas, a rigor, isto se resolve com uma agência multilateral que adquirisse a dívida, como um todo, desse a garantia aos bancos para um valor reduzido e repassasse isto para cada País.

Qual é o problema real da dívida? É a dificuldade em se fixar quem são os interlocutores, mas, na medida em que se for negociar de banco para banco, a tese aqui colocada é uma tese inviável. Por quê? Porque é evidente que o dono do banco privado não vai nunca colocar uma componente de natureza política na sua negociação; se ele o fizer, no dia seguinte deixa de ser presidente do banco.

Bem, então, é preciso se fixar com clareza quem serão os interlocutores, que poderão operar o problema tendo em vista uma vertente de natureza política.

Que interlocutores nós temos possíveis nesta área? Temos os bancos privados; num segundo estágio, temos as agências tipo Eximbank, etc., e, finalmente, temos os tesouros. Acho que só uma agência multinacional é que pode considerar o problema sob um ângulo de natureza política, sob uma vertente de natureza política. Portanto, é preciso mudar a interlocução. A nossa proposta de solução de secularização passa, inclusive, ao contrário da individualidade da negociação, por uma tentativa até de criar uma negociação coletiva, do ponto de vista dos credores.

Entendo que esse problema, fundamentalmente, nasce, de um lado, da possibilidade de maior associação dos credores, e, de outro lado, de uma influência das elites internas lá dentro dos países credores.

Não é à toa que no Congresso americano soluções a respeito do problema da dívida começam a aparecer, começam a ser sugeridas!

O Senador Brady é alguém que tem proposto isso com clareza. Ele fez aprovar uma determinação ao governo americano no sentido de que se estabelecesse um projeto, um estudo a respeito da diminuição da dívida global, ou então, dissesse as razões por que não o fazia. Evidente que a partir daí o problema começou a ser colocado sob uma outra angulação. Deixou de ser um problema meramente financeiro para ser um problema de natureza política. Não penso que se deva abrir mão totalmente do problema de natureza financeira. Não estou entrando sequer no mérito de que este Congresso Nacional tenha que entrar no momento oportuno, porque aprovamos na Constituição, creio que no art. 20, das Disposições Transitórias, que este Congresso instalaria uma comissão no sentido de examinar a pertinência de cada aspecto da dívida. Não estou nem examinando este ano. Estou presumindo que já se saiu daí, de uma dívida real. Mas é em cima dela que se faria a criação de uma agência que pudesse ser sustentada por este País e que não precisasse sequer entrar com dinheiro. Ela faria uma operação contada. Ela passaria a ser a garantidora avalista da dívida pelo novo valor junto aos bancos e repassaria esta dívida. Se não tivermos uma diminuição do estoque da dívida o processo de capitalização dos juros que seria o que V. Ex<sup>a</sup> sustenta não nos permitiria essa tomada de crescimento econômico. Nem tomaria o problema diferente do que ele é hoje.

**O SR. PRÉSIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

**O SR. ROBERTO CAMPOS** — Primeiramente, quero agradecer ao prezado amigo, Senador Mário Covas, por ter se confinado a uma discussão racional do problema sem os atuais destemperos emocionais que o caracterizam.

Gostaria de fazer algumas observações que encerram, também, perguntas. Parte da dificuldade na discussão da dívida externa é o uso excessivo de agregados. Se tornarmos a dívida externa anteriormente estimada em 120 bilhões de dólares, graças às conversões hoje reduzidas para algo como 114 bilhões de dólares, como ela se compõe? O que poderia ser objetivo de negociação política? Nem tudo é objetivo dessa negociação. Temos créditos no banco internacional, créditos do BIRD, Banco Interamericano, créditos do Club de Paris e temos créditos comerciais de curto prazo. A negociação política presumivelmente não se aplicaria a esses setores. São taxas fixas no caso das organizações internacionais. No caso dos créditos de curto prazo são rolados automaticamente. Não se espera que sejam pagos. Não sei se o Senador tem presentes estes dados mas, na verdade, estamos discutindo de sessenta bilhões...

**O SR. MÁRIO COVAS** — Setenta...

**O SR. ROBERTO CAMPOS** — Entre sessenta e setenta. Houve conversões e se aplicaram sobretudo aos débitos de bancos. Isso é que está em discussão. A discussão política se reduz à metade praticamente do nosso endividamento. Um dos problemas da discussão política — e o Senador certamente irá concordar comigo — será a pergunta política que nos será devolvida. Os países dirão: "Vamos fazer uma negociação política, mas que nos dizem os Srs. sobre duas políticas? Primeiro, as políticas internas monetárias e fiscais e o ambiente de desconfiança gerado no Brasil que leva à fuga de capitais brasileiros; que autoridade têm os Srs. para pedir uma acomodação de dívida que envolve um esforço de credores externos, se internamente os capitalistas brasileiros fogem do País?

Segundo, o que o Brasil está fazendo ou pretende fazer para atrair capitais não de dívidas, mas capitais de risco, tendo em vista que as seguintes áreas estão barradas a capital estrangeiro de risco: informática, automação de escritório, controle e processos industriais, eletromedicina, biogenética, química fina, mecânica de precisão, telecomunicações, petróleo, petroquímica — em que a proibição é parcial — e minerais. O Brasil, então, se dá ao luxo de recusar capitais de risco que entram no Brasil e geram dividendos, mas só após um determinado período de gestação e de produção nacional, que não constitui dívida rígida e que auxiliam nas importações. Quando o Senador responderia a essa indicação, que será colocada na mesa — no momento em que suscitamos a idéia da negociação política? É uma das perguntas.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Roberto Campos pela habitual simpatia pela qual começou sua exposição.

Nós já tivemos algumas discussões, alguns conflitos de natureza de idéias, mas me parece que em nenhuma dessas ocasiões eu o tenho tratado de forma emocional, ou segundo argumentos emocionais. Creio que, até, poderia admitir o inverso. Houve um instante em que estivemos juntos na Escola Superior de Guerra, com a presença do Lula e da Sandra Cavalcanti, em que a sua exposição foi tão emocional que, no instante seguinte, o Senador fez a generosidade de recolocar a posição, tendo em vista o fato de como a tinha colocado em relação à minha pessoa. Quem sabe eu não fui emocional, como sempre, exatamente por prever que o Senador estaria aqui.

De qualquer maneira, também quero agradecer por ter recebido, desde logo, do Senador, esta introdução.

É evidente que aquilo que se refere ao que está em bancos privados se situa na faixa de 70 bilhões de dólares, aproximadamente, o que não é a metade. Setenta sob 110 é algo em torno de 65%, portanto, você tem 2/3 da dívida. É um valor bastante razoável. E é evidente que o tratamento em relação à dívida nos bancos é um tratamento diferente daquele que, representado pelas agências multilaterais que trabalham aliás, segundo condições se-

jam elas de empréstimos de prazos, de juros, diferenciados.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Setenta eram antes do inicio do processo de conversões que se dirigiram exclusivamente para os empréstimos privados.

O SR. MÁRIO COVAS — Sim, mas o meu mecanismo, aquilo que preconizamos não passa obrigatoriamente nem necessariamente por uma redução voluntária. Acho que o processo de conversão não ultrapassou cerca de 3 bilhões de dólares, no máximo. De forma que nós não teríamos uma variação tão grande. Creio que, em números redondos, poderia ficar em torno de 70 bilhões. Aliás, quando se fala no Plano Brady, o cálculo que se faz em relação ao Brasil é de, exatamente, 70 bilhões de dólares. Ele levaria a uma redução de cerca de 20%, ou seja 14 bilhões de dólares. Quatorze bilhões de dólares significaria uma redução anual de juros de cerca de 1 bilhão de dólares. Se tivermos no mercado internacional um aumento de 1% na taxa de juros, só esse aumento de 1% elimina essa diferença. De forma que vemos que está muito aquém das necessidades deste País.

A colocação do Senador de que o ajuste interno, inclusive, voltado para a captação dos recursos externos de risco tem, necessariamente, que ser feitas antes do que isso. E, certamente, está na cogitação do Senador aqueles mecanismos que tradicionalmente ele defende, como mecanismos de recepção, de atração, no que se refere a capitais de risco, capitais de risco. Uma abertura maior, no que se refere economia internacional, a garantia de uma economia estável, a eliminação do processo inflacionário, a eliminação, consequentemente, da dívida interna. Se nós nos restringirmos a esse problema e à influência na inflação. Acho que uma economia com o grau de inflação com que atingimos não é atrativa para nenhum tipo de capital. Mas, aí, surge um problema. É que, necessariamente, para encará-la e para agir sobre ela, temos que agir sobre as vertentes que a produzem e uma das vertentes é a dívida externa.

De forma que não é fácil resolver um problema sem resolver os demais.

Ora, tradicionalmente, neste País, em outras circunstâncias, sobretudo no período em que o crescimento se deu a partir do sistema do mecanismo de substituição de exportações, não foi a reserva de mercado o mecanismo com eficiência relativa durante períodos determinados?

A mim me parece que há certos setores citados pelo Senador em relação aos quais não há nenhuma restrição, no que se refere a investimento. E mesmo para aqueles que estão citados, a restrição é relativa.

Abre-se espaço para mecanismos do tipo *joint-ventures*, etc, de forma que é perfeitamente possível atrair.

O que não atrai, Senador, e o senhor sabe disso, é uma economia que apresenta um grau de inflação como a nossa, é uma economia que apresenta desequilíbrios estruturais. E, afinal, o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo é o que

diziam os países credores em 1982, quando se deu a crise no México.

Se houver ajustamentos internos, se se montar a economia visualizada para um processo de exportação que permita criar excesses, é possível efetuar esse pagamento.

Bem, mas o Brasil fez isso! Tanto fez isso, que produziu, no ano passado, dezenove bilhões de superávit comercial. É quase um paradoxo!

No mundo, até onde sei, evidentemente a quilômetros de distância do conhecimento econômico que V. Ex<sup>a</sup> possui, a divisão internacional do trabalho conduz para isso: para que eu exporte com o objetivo de importar.

Teoricamente, não me deveria valer nada acumular reservas em dólares, aqui. Eu aumento e, consequentemente, diminuo os meus custos, na medida em que sou capaz de produzir, numa dimensão suficiente para que possa complementar a necessidade de outros países, especializar-me no mecanismo produtor e poder receber de quem produz com especialidade em outras áreas a complementariedade.

Ora, a quem eu deveria responder? A quem o Brasil tem a responder, hoje, em relação a essa reivindicação? Que ele não fez os ajustes necessários? É possível que ele não tenha feito na dimensão, em todas as direções. É possível.

É possível mesmo e, voltô a insistir: hoje, virou moda se colocar todos os problemas no Estado, no Estado que, nesses vinte anos, aumentou as suas garras, expandiu os seus braços.

Naquele instante, isso significava poder, ou significava contrariar a iniciativa privada, ou disputar com ela o espaço de mercado.

Mas, a rigor, e estando inteiramente de acordo com o papel que se tem que exercitar em relação a dar ao Estado a conformação que ele se exige, a mim me parece, volto a insistir, que o capital estrangeiro busca, e independente do que se possa ter em matéria de reserva, segurança, regras econômicas claras, um mercado interno, uma economia verticalizada e coeficiente de exportação.

Em alguns aspectos, o Brasil já apresenta essas características de forma muito nítida. Os números chegam a ser assustadores.

Nós fazemos 1% da troca mundial e com 1% da troca mundial produzimos um superávit de dezenove bilhões de dólares.

De forma que acho possível estabelecer políticas industriais, políticas tarifárias, pelo menos aduaneiras. É possível estabelecer políticas cambiais que sejam atrativas para investimentos e é possível estabelecer mecanismos de natureza econômica que sejam atrativos.

O que não é possível é deixar de levar em consideração a vertente chamada dívida externa, em relação à qual fizemos profundos ajustamentos neste período dos últimos dez anos e que contribuiu de forma decisiva para a paralisação, eu diria mais, para o retrocesso do nosso crescimento econômico nesse período. Terminamos a década com um produto *per capita* menor do que aquele que começamos, que seja possível atingir esse objetivo sem atuar, também, nessa área.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Meu caro Senador, a relação entre serviço de dívida e taxa de crescimento econômico é bastante imprecisa na análise de comportamento de vários países. O Brasil e o Peru proclamaram a moratória. O Peru moratória parcial, reduzindo os pagamentos a 10% em suas exportações e o Brasil moratória integral em 87. Foram anos, ambos, de recessão. Ambos os países tiveram um processo recessivo. No Peru continua gravíssimo, até agora também num processo inflacionário. Logo, a dívida externa não era o fator crucial na conjuntura econômica. De outro lado, países como Colômbia, na América Latina, Chile, Coreia do Sul e praticamente quase todos os subdesenvolvidos da Ásia, como a exceção única e lacrimosa que é das Filipinas, continuaram pagando suas dívidas e crescendo. Coreia a 12%. Taiwan a 9%. Indonésia a 7,5%. Não há, portanto, essa conexão necessária entre pagamento de dívida externa e crescimento. Até porque, exatamente, o esforço do exportador, longe de ser um enorme sacrifício, é uma reorientação da economia no sentido dos setores mais eficientes. A exportação é um símbolo de eficiência. O problema brasileiro é não ter complementado as exportações com uma importação de capital voluntário para investimentos de risco, de um lado. E de outro lado, não ter importado, suficientemente.

O SR. MÁRIO COVAS — O Brasil não teria importado o quê, perdão?

O SR. ROBERTO CAMPOS — Suficientemente. O Brasil é um pequeno importador, não porque tenha que pagar dívidas em geral saldos. Mas porque é absurdamente protecionista. Basta um exemplo. Nós consideramos liberalização comercial no Brasil baixar o número de produtos sujeitos à prévia licença de 2.500 para 1.500. No Chile não há, praticamente, produtos sujeitos à licença, com algumas restrições de natureza agrícola, e a tarifa média é de 15%. No México, há 6 produtos sujeitos à licença. A tarifa média é de 11. No Brasil há 1.500 produtos sujeitos à licença e a tarifa é de 45%. Se não importarmos, não é porque tenhamos uma necessidade absoluta de pagar a dívida, porque podemos pagar a dívida, não só com exportações, mas, também, com ingresso de capitais. Nós não importamos suficientemente, e o saldo parece um enorme sacrifício, porque somos protecionistas demais, a economia mais fechada do mundo. V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse que, em termos de importações, excluindo petróleo, não importamos senão 2% ou 3% do PIB, 5% com petróleo. O que é coisa de nível de Albânia ou albaneses.

O SR. MÁRIO COVAS — Perdão, não sei se devo intervir. Talvez fosse melhor aguardar a sua pergunta.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Então, tenho a impressão de que a solução para esse problema de dívida é mais complexa do que se pensa. A negociação política visando a redução do estoque da dívida se aplicaria apenas

à dívida dos bancos comerciais. Se esse estoque fosse reduzido em 50%, teríamos um serviço anual, então, presumindo juros de 10%, de 3,5 bilhões de dólares. Isso em relação ao PIB é, aproximadamente, 1% do PIB visível, dado a enorme economia informal é menos do que 1% do PIB visível. Em compensação, os expêndios governamentais de custeio, não estou falando de investimentos, no período de 1984 a 1988 subiram de 5, 6% para 7, 8% do PIB, subiram mais, muito mais do que economizarmos com a redução de dívidas, se ela fosse de 50%. Obviamente não vai ser um processo fácil, porque há resistências asiáticas. Esses países dizem: nós nos ajustamos, nós absorvemos capital, nós adotamos uma mistura melhor, recorrendo a capitais de risco, investimentos diretos e eurodólares subsidiariamente, e em instituições internacionais a juros fixos, enquanto que os latino-americanos lançaram-se desabaladamente no mercado a buscar o tipo de crédito mais fácil, que era o crédito bancário. Por que então os recursos — dizem eles — das organizações internacionais deviam ser desviados para esses países que, aliás, têm ainda, não terão muito tempo, mas têm ainda uma renda por habitante média superior a de países asiáticos?

Este é o comentário que eu gostaria de fazer, para indicar ao Senador que basicamente o tipo de reformas que nós temos que fazer são as reformas internas. Nós devemos nos aproveitar de qualquer acomodação internacional que venha a ser dada à América Latina. Há outros países da América Latina em situação muito mais desesperada que o Brasil. Deixemos a eles o ônus de liderar a mendicância, liderar o clube dos mendigos. Nós nos aproveitaremos das concessões que foram dadas. Mas estaria o Senador disposto a propor uma substancial liberalização de investimentos de risco? Estaria ele disposto a propor medidas que desssem mais confiança ao investidor local para que nosso dinheiro ficasse aqui?

O SR. MÁRIO COVAS — Eu não vejo por que. A proposta do PSDB, que aliás V. Ex<sup>a</sup> lia no plenário, diz isso com todos os efeitos e erros, e certamente V. Ex<sup>a</sup>, como leitor atento, notou. V. Ex<sup>a</sup> dizia há pouco que não há conexão necessária entre a dívida e o crescimento. É verdade! Mas a expressão necessária foi deliberadamente acrescentada por V. Ex<sup>a</sup>, ou então V. Ex<sup>a</sup> diria: não há conexão entre dívida externa e investimento. No caso brasileiro há sim. Há uma conexão entre a dívida externa e a retomada do crescimento, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. A composição no período de 70 a 80...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Então a moratória ter-nos-ia levado a um grande progresso...

O SR. MÁRIO COVAS — Não é que a moratória teria levado a um grande progresso...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Teria incitado o crescimento.

O SR. MÁRIO COVAS — A moratória não aconteceu. Primeiro, não aconteceu; não

aconteceu num instante em que se tivesse uma mobilização voltada para outros setores da economia, pelo contrário, aconteceu num instante em que esta Nação se sentiu, de alguma forma, penalizada por ter sonhado e vivido um instante que ela identificou com a mudança e, posteriormente, imediatamente após a eleição viu um quadro que lhe parecia a oferta do permanente modificada. E a moratória ou qualquer outra medida que significasse mudanças substanciais neste País deveria ter vindo exatamente no bojo do instante em que o cruzado foi implantado, no instante em que uma grande mobilização política nacional aconteceu. Não há conexão necessária. Mas há no Brasil uma conexão nítida e clara, e se examinássemos a série histórica veríamos isso; ao longo do período de 70 a 80, 4% do Produto Interno Bruto veio como consequência de empréstimos externos e como consequência de capitais de risco; a grande parcela veio de empréstimos externos. Hoje não apenas não vieram esses 4%, e não virão em termos de capitais de risco, pelo menos nessa dimensão, embora seja absolutamente conveniente que se estimule esse ingresso, mas agora não apenas não entram os 4% como saem 4%. Para um País que tem uma capacidade de acumulação da ordem de 23% a 24%, isso representa uma diferença de 8%. E essa diferença de 8% é 1/3 do total. Isso nos fez cair de taxa de crescimento média, histórica, de 7% para taxas que não ultrapassam 2,5%. Então, no caso específico do Brasil, há uma relação direta. É inequívoco isso. Todas as séries mostram isso, sejam as que se referem à dívida interna, sejam as que se referem à inflação, sejam as que se referem à entrada de recursos, seja a que se refere ao balanço, entrada e saída.

Em segundo lugar, eu reconheço que exportação é um sinal de eficiência, como reconheço que importação gera eficiência interna, pelo menos. Há um processo de causa-ação, e é isso que é discutido neste País quando a gente discute que obrigatoriamente a empresa privada é que tem que ser eficiente. Mas, a rigor, só exportar significa um critério de eficiência — é até possível a gente examinar os componentes que formam o custo embutido nessa exportação, e até onde certas coisas ocorridas no Estado hoje não nasceram daí. De qualquer maneira, eu não tenho a menor dúvida que na medida em que eu internacionalizo, em que eu faço trocas internacionais, é evidente que eu estabeleço sinais de eficiência. Quando o Senador diz que o protecionismo é que impede o uso daquele saldo comercial, eu lhe pergunto: suponha que nós não tivéssemos hoje nenhum protecionismo, e suponha, portanto, que nós tivéssemos usando aquilo que fomos capazes de produzir, como seria lógico, como mecanismo, seja de conter preços internos através de uma concorrência, que significa o produto lá fora mais barato comparado com o produto aqui dentro, em bens ou em serviços, seja pela complementariedade. Onde é que nós fámos buscar a diferença para honrar o serviço da dívida? Porque afinal, a mim me parece que nós não

podemos fazer isso, não podemos ter uma política industrial que este País faz por exigir, no nosso modo de entender, adotada seletivamente, adotada paulatinamente, mas que este País está por exigir, na medida em que eu sou obrigado a formar superávits anuais com os quais eu sirvo essa dívida.

O SR. ROBERTO CAMPOS — O crescimento de vários países asiáticos, e na América Latina, talvez o modelo de mais internacionalidade seja o Chile, percebeu-se com o crescimento simultâneo de exportações e importações.

O SR. MÁRIO COVAS — É verdade.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Porque a importação é um custo que se reflete na exportação. Então, na medida em que se estabelece restrições de importação também se diminui o dinamismo das exportações. O que o Brasil deveria fazer é crescer, um crescimento dos dois itens: crescimento das importações e crescimento das exportações. Isso é perfeitamente factível, está sendo feito por todos os países que tem uma orientação econômica aberta, ao invés da orientação econômica fechada que nós temos. E será ou não expansível a exportação brasileira. Ela significa 10% do PIB, talvez um pouquinho mais. Isso contrasta com uma média de 15% na América Latina, uma média de 30% na Ásia, e 35% na Europa. Então nós não somos realmente um País voltado para a exportação, somos voltados para o mercado interno.

Segundo, haveria possibilidade de atrair capitais externos voluntários significativamente para empréstimo; empréstimo propriamente dito as possibilidades são poucas, para capital de risco as possibilidades são muitas. Basta dizer que a Espanha recebeu o ano passado 9 bilhões de dólares de investimentos diretos. Mas digamos que a Espanha não seria um modelo para nós factível, porque está integrada no Mercado Comum Europeu, ou vai-se integrar. Mas tomemos a Indonésia: recebeu 4 bilhões de dólares, e é um país que não tem nada a mais favorável que o Brasil, é menos atraente que o Brasil. Taiwan recebeu... Taiwan não, Taiwan é um grande exportador de capitais, tem 76 bilhões de dólares de reservas. Tailândia recebeu 2 bilhões e 300 milhões de dólares. O miserável Chile recebeu 1 bilhão e 700 milhões de dólares.

Há uma massa internacional de capitais, principalmente japoneses, disponíveis para investimentos diretos. E aí se cria o círculo virtuoso. Entram esses capitais que servem a um tempo para prover divisas para o pagamento de dívidas e para estimular exportações. Isso cria um círculo virtuoso, porque ai voltam também os capitais de empréstimo.

Nós estamos num ciclo vicioso. Ao adotarmos uma postura moratorial transformarmos isso num caso nacional, o ciclo é vicioso. Anunciámos que não vamos pagar, que queremos renegociar, que nós é que temos que ditar as condições de renegociação, não entram os capitais de risco, diminui a possibilidade de você financiar a dívida e tornam-se mais relutantes os capitais de empréstimo.

Então, temos de passar do ciclo vicioso para o círculo virtuoso.

O SR. MÁRIO COVAS — No meu modo de entender, o caso nacional não é tentarmos equacionar o problema da dívida. É a paralisação do desenvolvimento. Isso é um fato real. É evidente que este País pode aumentar extraordinariamente a sua capacidade de troca. É evidente.

Acabei de dizer que ele contribui com apenas um por cento da troca mundial. Mas, neste instante, o ajuste interno, por exemplo, no que se refere a uma política industrial, é extremamente dificultado pelo fato de que, anualmente saem 10 bilhões de dólares. Isso é indiscutível.

Acho que são coisas que caminham concomitantemente. Mas se não formos capazes de equacionar igualmente o problema da dívida externa, não seremos capazes de equacionar um problema de abertura seletiva que possa significar uma troca e, consequentemente, até uma participação maior do Produto Interno Bruto no sistema de troca. Tradicionalmente se faz isso com esse objetivo.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Senador, saíram, no ano passado, 10 bilhões de dólares. Quanto disso para juros a bancos privados? Seis bilhões, provavelmente. Seis a sete, bilhões.

O SR. MÁRIO COVAS — Não, eu acho que não.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Quanto é que o Ministro Mailson da Nóbrega obteve de dinheiro novo? 5,2 bilhões de dólares.

O SR. MÁRIO COVAS — Nós formos a 14 no ano passado!

O SR. ROBERTO CAMPOS — Quatorze incluem royalties, incluem os atrasados de 1987, da moratória (inaudível), inclui uma série de desastres. Na realidade foram 6 bilhões de dólares. Quanto é que o Ministro Mailson obteve de dinheiro novo? 5,2 bilhões de dólares.

O SR. MÁRIO COVAS — Que foi o que respondeu pelo ano anterior.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Então, nós não pagamos. Nós recebemos dinheiro para pagar os juros dos bancos privados.

O SR. MÁRIO COVAS — Não me diga isso. Nós pagamos sim. Nós acrescentamos 19 bilhões de dólares nas nossas reservas.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Mas isso é ótimo. Exatamente. Em vez de pagar os bancos privados, acumulamos reservas. O que acho ótimo.

O SR. MÁRIO COVAS — Mas não foi isso que aconteceu, não. Nós pagamos mesmo.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Pagamos mesmo, mas com empréstimos. Outros empréstimos, dinheiro novo.

O SR. MÁRIO COVAS — Não, Sr. Senador. Nós pagamos 11,2 bilhões relativos ao serviço da dívida. Os 5 bilhões correspondentes ao ano anterior não estão incluídos nesses 11.

Não, Sr. Senador, pagamos 11,2 bilhões em serviços relativos ao ano passado.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Nós pagamos 11,2 bilhões a tudo. Isso significa Banco Mundial, significa Banco Interamericano, significa (inaudível).

O SR. MÁRIO COVAS — Não, nós pagamos o saldo do ano anterior! Isso totaliza 14,7 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador, V. Ex<sup>a</sup> prometeram no início do debate algo emocionante e não algo emocional. Portanto para estimular esse exercício de inteligência, eu gostaria que tivéssemos uma sequência nas intervenções. Eu perdiria ao Senador Roberto Campos que concluisse as suas manifestações.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Já conclui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — São essas? E asseguro o direito de resposta a V. Ex<sup>a</sup>, para que depois nós possamos ouvir as outras interpelações.

O SR. MÁRIO COVAS — Com relação a certos problemas colocados, acho de acordo. No que se refere a uma abertura seletiva, a um aumento das trocas no comércio mundial, não há a menor dúvida de que um esforço nessa direção tem que ser feito; não há a menor dúvida de que, na medida em que sejamos capazes de incorporar a modernização tecnológica, seremos capazes de exportar mais; não há dúvida de que a atração, no que se refere a capitais de risco, é tremendamente importante.

Divergimos quanto à importância e ao significado que a dívida externa tem dentro desse contexto. Para o Senador Roberto Campos parece que a dívida externa não tem nenhuma importância dentro do processo que possa, de alguma maneira, inviabilizá-lo ou retardá-lo.

Na nossa visão, ela tem uma significativa importância e, na medida em que esses outros objetivos tenham que ser perseguidos, é igualmente necessário que se equacione esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, caro colega Mário Covas, às vezes, um fato é observado sob várias óticas. Na minha ótica, o que faltou, na realidade, a V. Ex<sup>a</sup>, foi um pouco mais de emotionalidade, porque a mim me dói, como médico, ver que relacionado com o problema da dívida externa, nós, hoje, somos vice-campeões em termos de lepra no mundo, temos a volta da malária, inclusive em Curitiba e em Manaus. Temos os mais altos índices de tuberculose novamente no nosso País. E eu ficaria falando mais meia hora aqui sobre índices altamente alarmantes em termos de política de saúde.

Mas tenho uma visão também radicalmente contrária, porque quando se fala em moratória, o que houve, na realidade, não foi moratória. É preciso que a população brasileira saiba — e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, nobre Senador Mário Covas — que o que houve foi falência.

Se tivéssemos que pagar uma média de 1 bilhão e 200 ou 1 bilhão e 300 de dólares mensais e num determinado momento esse superávit ficou em 150 ou 200 milhões, não havia como pagar. Isso é uma realidade histórica. A partir do momento que o superávit chegou novamente a 1 bilhão e 200, pagamos tudo e mais alguma coisa.

E agora, neste momento, vemos a euforia do Ministro da Fazenda ao receber 600 milhões de dólares do Japão que liberou 3 dias depois 1 bilhão e 200 milhões para pagamento do serviço da dívida.

Matemática é ciência positiva. Não adiantam as fórmulas. Em Matemática, tanto menos tanto é tanto e acabou.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que esse problema da dívida externa é o causador, não só no Brasil — vimos agora na Venezuela — e se não for tratado com seriedade e com medidas que visam o interesse da população como um todo, nós podemos ver o que vimos, infelizmente, na Venezuela, o estouro da boiada.

E para nós, do Partido Socialista Brasileiro, a visão é radicalmente contrária, porque fizemos um levantamento... Quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> que, se eleito Presidente da República, mande fazer imediatamente uma auditoria da dívida externa brasileira. A Constituição preceitua. Nós sabemos, estão aí o Presidente e o Relator da Comissão. Como membro da Comissão da Dívida Externa, fiz um requerimento de informações ao Banco Central sobre os contratos realizados de 1970 a 1986 na dívida externa brasileira. Disseram-me que era impossível, porque eram milhares de contratos.

Posteriormente, declararam que talvez numa amostragem pudessem dar alguma coisa.

Infelizmente, são decorridos 2 anos e meio e não tive nenhuma amostra grátil de medicamento. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que através dessa dívida externa devem existir fatos extremamente graves. Temos informações de que o Brasil pagou os juros mais altos da dívida em todo o mundo.

É preciso primeiro ver o que devemos e que tipo de contratos fizeram para que chegássemos a esse tipo de dívida. V. Ex<sup>a</sup> colocou com muita propriedade, do ponto de vista pessoal e do seu Partido, colocou com muita lógica, colocou com muita clareza, não deixou dúvidas a respeito do pronunciamento. Quero me congratular com a sua colocação, dentro do seu programa, e pedir a V. Ex<sup>a</sup> que, se eleito Presidente da República, para satisfação e gáudio da população brasileira, mande fazer uma auditoria nessa dívida externa.

O SR. MÁRIO COVAS — Recebo com muito entusiasmo a sugestão, mas quero dizer que lá no art. 20 dos Atos das Disposições Transitoriais nós escrevemos na Constituição que o Congresso Nacional deve fazer isto. Aliás, fixamos até prazo; dentro do período de um ano o Congresso Nacional deveria fazer uma auditoria, no que se refere aos parâmetros da dívida. Acho que todos nós somos co-responsáveis por isso.

É verdade que esta Comissão, de alguma forma, exerce esse papel, mas a determinação,

na Constituição, é ao Congresso como um todo e não ao Senado em particular.

De qualquer maneira, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> talvez numa próxima oportunidade, dependendo do meu horário, eu possa colocar um pouco mais de emocionalidade no fato. Em geral, sou acusado exatamente disso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Nada mais, Senador? (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Mário Covas, acostumei-me e tive à honra de conhecer, ao longo de minha vida pública, como Deputado Federal, nos anos de 1954 a 1969, os homens públicos deste País. E V. Ex<sup>a</sup>, porque formos colegas nos anos 60, eu acompanhava de perto o trabalho e a seriedade de V. Ex<sup>a</sup> na Câmara dos Deputados.

Coincidencialmente, pertencemos ao mesmo clube, o clube dos cassados, onde tivemos nossos mandatos e direitos políticos suspensos. Mas continuei a acompanhar V. Ex<sup>a</sup> como administrador da cidade de São Paulo, que é o 4º Estado do Brasil.

Pela sua competência e, acima de tudo, seriedade no trato das coisas públicas, o povo de São Paulo deu a resposta nas urnas: V. Ex<sup>a</sup>, o Senador mais votado deste País; se não me engano, oito milhões e tanto de votos.

Estou falando aqui como companheiro de outro partido. Tenho certeza absoluta de que o Brasil, amanhã, ficará bem aquinhoados, se por acaso V. Ex<sup>a</sup> — eu posso até não votar em V. Ex<sup>a</sup>, tudo indica — eleger-se Presidente deste País, cujos problemas V. Ex<sup>a</sup> conhece.

Senador, eu queria fazer algumas perguntas. No Brasil, no meu entender, as pequenas e médias empresas estão todas quebradas, sem exceção, e vivem, às vezes, de teimosas que são e pelo beneplácito das grandes.

Sabemos muito bem que em países como a Itália e aos países asiáticos, a pequena e a média empresas são a espinha dorsal da economia desses países, e acho que no Brasil também.

Pergunto como V. Ex<sup>a</sup> encara o artigo da Constituição, aprovada agora, com referência a investimento e remessa de lucros no Brasil.

O SR. MÁRIO COVAS — Creio que, quanto a este aspecto, a Constituição brasileira não inovou. Creio que ela, praticamente hauriu da Constituição anterior, ou da legislação, um texto relativo ao capital estrangeiro que me parece absolutamente equânime e bastante razoável. Ela coloca no texto — e creio que não vou repetir com exatidão, mas certamente me aproximar do texto, o seguinte: "o capital estrangeiro ingressará no País no interesse nacional". Ora, evidentemente, este é um pressuposto com o qual todos concordam; "estimulado o seu reinvestimento", ou seja, preferencialmente, que o resultado da riqueza produzida signifique novos investimentos. E "regulada por lei a remessa de lucros". Este é, rigorosamente, o artigo que trata de capital estrangeiro na Constituição.

Há uma inovação, no que se refere a capital estrangeiro, e a única inovação real que a

Constituição traz a respeito do capital estrangeiro é a presença dele no que se refere ao Conselho de Empresa. Vejo esse assunto muito discutido.

Portanto, se dá à empresa de capital estrangeiro o tratamento de empresa convencional e se diz que há entre elas algumas que são de capital nacional, o lógico seria até dizer o contrário — mas, qualquer que seja a definição, o que se está dizendo é que o que é branco é branco e o que é preto é preto. Não há nenhum inconveniente em dizer que uma empresa que é capital estrangeiro é de capital estrangeiro. Eu não acho que isso, de qualquer maneira possa representar qualquer discriminação. À época, e posteriormente, alguns críticos da Constituição salientaram esse aspecto como um aspecto, digamos assim, limitador ou de alguma maneira constrangedor da capital estrangeiro. A mim não me parece, de forma nenhuma, constrangedor.

É que, a rigor, até para se poder estabelecer determinados parâmetros, como uma política industrial que preveja o mecanismo de troca mais aberto, uma abertura maior da economia à competição internacional. Até para isso, precisa se oferecer para as empresas de capital nacional certas circunstâncias de qualificação de mão-de-obra, de obtenção de capital de giro, de fornecimento de capitais de longo prazo, etc., precisa-se oferecer à empresa de capital nacional condições de concorrência real. Isso não significa nenhuma restrição. A meu ver, há apenas um setor onde se estabeleceu uma restrição, que é uma novidade, que é o setor ligado à mineração. E ainda nesse setor, nas Disposições Transitórias se diz que se a produção for verticalizada, continua quem está, ou seja, se o País pode fixar isso para a empresa privada brasileira, se ele pode fixar isso para a empresa estatal, não há razão por que não possa fixar isso para a empresa de capital estrangeiro.

De forma que a mim me parece que o texto da Constituição é enxuto, reflete aquilo que seja necessário e orienta segundo parâmetros que me parecem absolutamente corretos. Lei de remessas de lucros este País sempre teve; seja no período anterior a 64, seja no período posterior a 64, sempre teve uma lei.

Estimular o reinvestimento, parece-me algo positivo e admitir o ingresso do capital ou até estimulá-lo nessa direção, no interesse nacional, é algo com o qual todos concordamos.

De modo que o texto, em si, parece-me perfeitamente qualificado para a Constituição que se fez, do ponto de vista de restrição ao capital estrangeiro na área de mineração. Mas, ainda assim, estabeleceu lá, nas Disposições Transitórias uma válvula.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Mário Covas, V. Ex<sup>a</sup> não acha que nesse trabalho que vamos fazer agora para enquadrar esses artigos da Constituição em leis ordinárias, nós não podíamos dar melhores condições? Estou lhe fazendo esta pergunta, porque trouxe da China Continental as leis sobre remessas de lucro e capital estrangeiro, que, no Brasil, no meu entender, nesse trabalho agora do enquadramento nas leis ordinárias, podíamos me-

lhorar, dar melhores condições, principalmente ao pequeno e médio empresário com referência a essa lei e vou mandar para V. Ex<sup>a</sup> o texto, aliás eu trouxe em chinês, em inglês...

O SR. MÁRIO COVAS — Pequena e média empresa estrangeira?

O SR. NEY MARANHÃO — Não. Para investimento do pequeno e médio empresário no País.

O SR. MÁRIO COVAS — Ah, perfeito. Capital de empréstimo ou de investimento?

O SR. NEY MARANHÃO — De empréstimo, de investimento e as *joint-ventures*, que é muito importante.

Estou lhe dizendo isso, Senador, porque estive em visita à China Nacionalista e senti isso lá. Passei quinze dias, fui recebido pelo Governo e o que muito me estranha — V. Ex<sup>a</sup> precisa ver — quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com a China Nacionalista, os países industrializados o que fizeram? Mantiveram os seus escritórios comerciais. Como para o Congresso, naquela época — nós aqui não éramos "ouvidos e nem cheirados", na época de 76, do regime militar — simplesmente romperam relações diplomáticas, achei muito certo, pois tínhamos que ter relações com a China Continental, um país com um bilhão de habitantes, com outra potencialidade. Mas, o que fizeram os Estados Unidos, a Alemanha e a França? Mantiveram o escritório comercial em Taiwan, e nós, não. Nós rompemos, simplesmente, com tudo, sem nenhum vínculo comercial. No ano passado, Senador Mário Covas, através da Costa Rica, do Uruguai da Venezuela negociamos e continuamos negociar com Taiwan.

E quanto foi o comércio do ano de 1988?

Mais de 700 milhões de dólares, Senador e este ano vai para mais de 1 bilhão de dólares.

Conversando com os pequenos e médios empresários em Taiwan, fiquei sabendo que o pequeno empresário começa o seu negócio com 200 mil dólares a 1 milhão de dólares, e o médio empresário de 1 milhão a 4 milhões de dólares. Eles conhecem tudo do nosso País. Eu, por exemplo, fiquei surpreso com esse problema da zona de exportação, eu fiquei surpreso em Oxum, aquela cidade onde tem as áreas de exportação em Formosa. Tudo que se relacionava sobre o Porto Suape, Pernambuco, meu Estado, detalhes que eu não sabia. Eu vi o filme; eles conhecem tudo. Querem investir nesse País. Fiquei muito entusiasmado, tive até uma emoção quando eles citaram e disse: Olha, Senador, o Brasil é o melhor país do mundo que recebe as Colônias estrangeiras. Haja vista que, na Segunda Guerra Mundial, onde as três colônias principais que temos nesse País, econômica e financeiramente foram os três países que o Brasil lutou na guerra. Por isso o Governo brasileiro não perseguiu, não chantageou e não colocou em campo de concentração — disseram eles — como o americano fez com o japonês. Nós queremos investir, nós queremos é nos associar, não queremos fazer empresa, nós queremos nos associar ao pequeno e médio empre-

sário — eles têm um medo muito grande de grandes empresários; não têm 16 empresas grandes em Taiwan, pequena e média, porque eles dizem: o Brasil, Senador, nós queremos nos associar ao pequeno e médio empresário, nas *Joint ventures*, porque os Srs. têm a terra e a matéria-prima, nós temos a técnica e o dinheiro. Mas da maneira como está esta lei aprovada pelo Congresso — por isso que eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que a veja com atenção, candidato à Presidência da República e vamos fazer aqui um trabalho — pelo menos para facilitar o pequeno e médio empresário porque, no meu entender, no Brasil, o grande empresário, o Governo brasileiro, já deu muito guarda-a que ele fica no sol e no sereno que não quebra, agora, o pequeno e o médio estão todos quebrados. Era essa resposta que eu queria dar a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MÁRIO COVAS — Isso tudo é um paradoxo. Quando examinamos a lei, por exemplo, imposto de renda incidente sobre juros ou sobre dividendos chegamos a paradoxo. No Governo Geisel, o imposto de renda sobre dividendos cobrava 35% da empresa, evidentemente, e 25% de imposto de renda na fonte na hora da remessa. Sobre os juros pagava 25%, em outras palavras; você tinha investimento e você convidava esse investimento a trazer dinheiro em empréstimo e não a ficar aqui. Logo depois, ainda no Governo Geisel, se baixou o imposto de renda sobre o juro para 3,75%, o que criou o seguinte paradoxo; a empresa que estava instalada aqui, se pagasse o dividendo, ela pagaria 35% na origem, porque é despesa da empresa, e mais 25% de imposto de renda; o juro, passou a pagar 3,75% aqui, e o Governo americano cobrava os outros 21,25%, lá, por um acordo de complementariedade da tributação. Isto variou, desde o Governo Geisel até o final do Governo Figueiredo, em valores que chegaram no pico básico a 1,75%. Lógico que você tem que estimular mecanismo como esse, inclusive mecanismos de *joint ventures*, de associação, alguma forma de proteção à empresa nacional tem que ser dada, para que esses mecanismos não sejam predatórios, mas eu acho que é perfeitamente possível. Acho que mais hoje; vai-se consolidando no mundo um grupo de empresas pequenas que são uma associação de cérebros. No instante em que o problema da tecnologia se põe, até de forma mais nítida que o problema patrimonial, em que o controle efetivo da empresa sai da área patrimonial para entrar sobre o controle tecnológico, a sua tentativa de atração de empresas desse tipo, tendo em vista absorção da tecnologia, é muito importante. Em empresas estrangeiras é perfeitamente possível você negociar, no sentido em que sua instalação seja acompanhada de desenvolvimento tecnológico, aqui, e não lá fora. De forma que no caso da pequena e média empresa, eu não sei quanto ela representa em termos da riqueza global produzida, mas certamente, do ponto de vista de número de estabelecimentos e de emprego oferecido, é um percentual brutal. E a própria Constituição preconiza mecanis-

mos de estímulo e até de subsídio à pequena e média empresa.

De forma que me parece perfeitamente procedente a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. CARLOS CHIARELLI (Presidente) — Senador Pompeu de Sousa, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Meu caro Senador Mário Covas, até agora procurei restringir os meus emocionalismos, os meus destemperos emocionais. Lamento apenas que o frigidíssimo colega que tanto condenou esse destempero se tenha ausentado, porque acho, meu caro companheiro que, na verdade, a capacidade que temos de nos, mais do que nos emocionar, indignar contra as indignidades que se cometem contra esse povo, quanto maior for a nossa capacidade de indignar-nos tanto melhor, porque as indignidades que têm sido feitas contra o nosso povo, realmente, não tem limite e nem tem padrão em parte alguma.

E a exposição de V. Ex<sup>a</sup> — aliás tão moderada — realmente acentua isso, quando, com exemplar frieza, acentua o destempero, o desível gigantesco entre a nossa capacidade de produzir e a nossa incapacidade de distribuir.

Pergunto-lhe: isso não virá exatamente de uma equação, cuja simplicidade é alvar? E é a seguinte: quanto mais produzirmos riqueza, a tanto mais baixo custo, tanto maior para quem se beneficia da riqueza. Parece-me alvar esse fenômeno, e é isso que a nossa população, o nosso povo e o nosso País tem sofrido ao longo do tempo. Daí haver os frigidíssimos companheiros nossos, que advogam quanto mais capital estrangeiro tanto mais liberdade de entrar e tanto mais liberdade de sair, neste País, melhor para eles e não para nós, porque aí tanto maior será a nossa capacidade de produzir com a nossa incapacidade de distribuir. E este povo tem sido realmente rebaxado, quer dizer, há uma condição subumanidade. Então, é em nome da humanidade que nós devemos nos indignar.

Mas de tudo isso lhe pergunto: quer fenômeno político está por trás disso e V. Ex<sup>a</sup> o expôs exemplarmente — ao longo de cento e tantos anos? Eu diria que ele está, talvez, ao longo de 489 anos, em que este País tem sido colonizado, quer dizer, naquilo que costumo chamar "síndrome de outorga", que consiste no seguinte — é outra equação simplesíssima do Poder — o Poder e nessa entidade coloco o poder econômico e o poder político como poder político, como o braço executório do poder econômico tem colonizado este País de fora para dentro e, até, de dentro para dentro, também, na base dessa equação. E a base dessa equação consiste no apassivamento do nosso povo: quanto menos o povo adquirir a consciência de povo e de maioria e se ele é a grande maioria esmagadora do País, ele pode assumir o poder se ele tiver a consciência de que é povo e não rebanho.

Daí este País tem sido sistematicamente colonizado naquilo que chamo de "síndrome de outorga". O poder sempre que percebe que há uma pequena desconfiança num setor

mais ou menos considerável e que ele talvez tenha direito a alguma coisa, concede-lhe uma migalha daquele direito. E, por este povo ter sido educado para ser passivo e dependente, ainda agradece de joelhos. Isso gerou esse mal histórico-cultural, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem expôs, e que tem a sua culminância na formulação política, quer dizer, da doutrina, da ideologia do populismo, que tem como mais alto expoente a figura do Sr. Getúlio Dornelles Vargas, o "pai dos pobres". Digo isso com a indignação de quem vem se indignando desde os 14 anos de idade, em 1930, porque até frequentemente significativo é o pai dos pobres; é o pai e o pai é aquele que pode dar o bombom ou a chinelada "na bunda" do povo, e o povo quando não recebe a chinelada... mas um bombomzinho ainda agradece, ainda chama o benfeitor de pai dos pobres; um bombomzinho daquilo que seria o seu direito e não um bombomzinho, mas as condições de vida.

Esse populismo, meu caro Senador Mário Covas, constitui a forma mais velhaca de traição do povo, porque é a apassivação do povo permanentemente; porque quanto mais paternalismo tanto mais fatalismo e dependência.

Então, meu caro Senador, eu, como seu correligionário, como ardoroso e emocional partidário da sua candidatura — estamos certos que vamos ganhar inclusive — digo, a nossa missão, a missão a que venho me dedicando desde 1930 — V. Ex<sup>a</sup> ainda não era nascido...

O SR. MÁRIO COVAS — Não, infelizmente era.

O SR. POMPEU DE SOUSA — O nosso querido companheiro, meu Líder no Senado, nasceu quando cheguei com 15 anos ao Rio, mas eu recuso o adversário.(risos.) Vamos fazer dessa campanha, a campanha da despolização deste País, para que esse povo adquira a consciência de povo; porque enquanto nós não fizermos desse povo um povo, não teremos neste País um país soberano.

V. Ex<sup>a</sup> concorda com isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador Mário Covas, só queria fazer um registro aqui, depois da palavra emocionante e emocionada do Senador Pompeu de Sousa — figura admirável. Realmente fiquei consternado um faro, que ele falou muito na campanha: é que já temos um PSDB moderado e de radicais também, por temperamento. E, agora, V. Ex<sup>a</sup> responda essa equação do "bombom e do bumbum", aí. (risos.)

O SR. MÁRIO COVAS — Não há a menor dúvida. Há uma responsabilidade nisso e essa responsabilidade é das elites. Afinal, foram essas elites que comandaram esse País ao longo do tempo e foram elas que fizeram as regras do jogo em todas as oportunidades. De forma que elas são as responsáveis pela situação em que estamos hoje. Afinal, é o corolário, volto a insistir de uma criação permanente de riquezas, a níveis até altos, e pela permanente incapacidade de transformar isso em bem coletivo.

De repente, você entra em alguns oásis, onde estive em um, lá, na terra do Senador Chiarelli, estive em Novo Hamburgo e, portanto, no Vale dos Sinos, onde estive há 20 anos e voltei agora e vi uma coisa completamente diferente. Montado em cima do quê?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Não precisava agredir, afinal de contas... (risos).

O SR. MÁRIO COVAS — Montado em cima de uma indústria, que nasceu menos do capital do que do trabalho; montada em cima de uma indústria de bens de salário — produz sapatos — e montada em cima de uma indústria ou de um investimento altamente intensivo em mão-de-obra. De forma que você passa pela cidade e não demora muito para reconhecer que ela é uma cidade diferente. E as cidades estão ao seu redor; você não vê miséria absoluta, você vê pobreza, você vê diferença de renda, mas você vê uma classe média forte, você não vê grandes fortunas, você vê, enfim, uma distribuição muito mais bem feita.

É paradoxal, porque você chega à conclusão que, nesse período de 20 anos, esta que é a terceira tecnologia do mundo nesta área, hoje, só perde para Itália e para a Alemanha na indústria de calçados, e, de repente, você chega à conclusão ou tem a notícia que, em 20 anos, eles passaram a exportar 1 bilhão de dólares e têm uma meta ainda, para a próxima década, de aumentar essa exportação de um bilhão para 4 bilhões.

Mas, de repente, você pergunta ou, sem querer perguntar, recebe a informação: exportamos para países como Estados Unidos, onde cada habitante consome 4 pares de sapatos por ano; exportamos para a Alemanha, onde cada habitante consome cinco pares de sapatos por ano; exportamos para o Japão, onde cada habitante consome quatro pares de sapatos por ano, e vendemos alguma coisa no mercado interno, onde o consumo não chega a um par de sapato por ano por habitantes. Não vejo como possamos nos preocupar com a exportação e esquecer que aqui se consome um par de sapato por ano. Lógico que as duas coisas têm que caminhar paralelamente! O que não dá é apenas equacionar o problema a nível do econômico. A visão do meu Partido não é essa. A visão do meu Partido é a de que o econômico é uma ferramenta para mudar o social — e até já não sei se já estou além dos limites que me impus, de emocionalidade.

Acho que somos fruto de uma cultura extremamente autoritária, que nos coloca problemas como esse, onde a crença de que o salvador da Pátria vai aparecer se põe a cada instante, isso não vai acontecer. Se não fômos capazes de fazer a grande convocação ao exercício da cidadania dos 120 de milhões habitantes e incorporá-los ao processo participativo, efetivamente não vamos construir uma nação. Podemos elucubrar aqui sobre soluções de natureza econômica, a partir dessa montagem ou até usando essa ferramenta, as consequências de natureza social, mas há uma dimensão política da qual não podemos abrir mão: é a de

que precisamos fazer uma nação de cidadãos. Esse é basicamente o compromisso que inscreve a ação do Partido que representarmos. É, portanto, um compromisso de natureza de Governo.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Em vez de uma nação de cidadãos, o que nós temos é uma nação de mão-de-obra e que o nosso frigidíssimo companheiro que argumenta com números e mais números, homem, gente para ele é número, e quanto maior for o contingente de mão-de-obra para ele e quanto menor for o quinhão desse contingente, tanto melhor. Precisamos, como diz mesmo V. Ex<sup>a</sup>, fazer uma nação de cidadãos e não pura e simplesmente de mão-de-obra, força de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, Senador Mário Covas, sou suspeito para fazer qualquer elogio a V. Ex<sup>a</sup>, mas, aproveitando a oportunidade e para que esse assunto fique esclarecido, peço a V. Ex<sup>a</sup> que se manifeste sobre a política de conversão da dívida, que é um tema rigorosamente dentro do assunto de dívida externa. Até onde essa política de conversão da dívida está concorrendo para o aumento da chamada base monetária, emissão, e, em última análise, o relacionamento disso com a inflação, se está levando a aumentar a inflação, a alimentá-la, etc.

O SR. MÁRIO COVAS — Os mecanismos tradicionais usados até agora na redução voluntária e que passam pelos mecanismos de conversão, seja ela formal ou informal, são extremamente complicados, porque estão transformando dívida externa em investimento mais dívida interna. Isso não resolve a nossa situação, porque estou sendo obrigado a fornecer os cruzados necessários para que esse investimento seja feito. E só tenho uma maneira de fazer isso: ou emito moeda ou aumento da dívida interna. Não é o único mecanismo que foi negociado. Foram negociados outros mecanismos, tipo over landing, que é a possibilidade de emprestar de novo o dinheiro que está vencendo. A nós nos parece que, ou esses mecanismos são reequacionados, ou nos termos em que estão não só não são vantajosos como são inflacionáveis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, sei que o Senador Mário Covas tem um compromisso de viagem ainda hoje, mas pretendo gastar menos que três ou quatro minutos. Senador Mário Covas, permita-me V. Ex<sup>a</sup> essa digressão inicial, e eu disse pela voz consciente de V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente não com essas palavras que vou dizer agora, mas pelo significado, porque tenho acompanhado de perto a evolução do PSDB — um partido que procura demonstrar ao País que o crescimento social não pode ser um produto do crescimento econômico, a mim me pareceu que a proposta apresentada pelo nobre candidato a Presiden-

te da República e eminente Colega é um pouco tímida em relação ao problema do endividamento externo, não tímida no sentido dos conhecimentos; ao contrário, os conhecimentos do Senador são profundos na sua análise, na sua percussão de ordem interna e de ordenamento internacional. A velocidade é exigida nessa análise, ainda que rapidamente — li o relatório do Ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, que faz parte também do PSDB —, vamos encontrar algumas variações um pouco mais avançadas.

Como V. Ex<sup>a</sup> disse, respondendo inclusive ao Senador Roberto Campos, e disse-o bem, o problema do endividamento está ligado ao crescimento interno. Quando S. Ex<sup>a</sup> falou do problema da moratória, para mostrar que não havia esse cordão umbilical entre o endividamento e o crescimento externo, S. Ex<sup>a</sup> esqueceu de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, mesmo durante a pseudomoratória que o Brasil teve, continuamos pagando aos bancos oficiais. O Brasil deixou apenas de pagar aos bancos privados porque não tinha recursos. Mas é verdade que, durante a moratória, moratória que não existiu oficialmente, o Brasil continuou retirando recursos do seu crescimento para aplicações sociais, para pagamento dos bancos oficiais.

Aí, portanto, quebra-se a tese do Senador Roberto Campos, quando diz aquilo que V. Ex<sup>a</sup> havia dito inicialmente. Há, evidentemente, sobretudo num País igual ao Brasil, o estabelecimento de uma ligação entre o endividamento externo e o crescimento. E querer demonstrar isso é muito difícil, mesmo para os economistas. Nós dois não somos economistas; somos engenheiros. Dizem que os economistas podem discordar 80 por cento. Nós podemos discordar 100 por cento dessa colocação feita pelo Ilustre Senador.

Evidentemente há uma Comissão do Congresso da qual eu até faço parte, que ainda está engatinhando — foi instalada há poucos dias — nesse trabalho, não diria de auditoria, mas de ver a legitimidade da dívida.

Mas o Senador tem algumas posições pessoais que vão ter que ser aclaradas durante o decorrer do processo eleitoral, mesmo porque não vai dar tempo para que o Congresso conclua os seus trabalhos. E há o trabalho do Senador Fernando Henrique Cardoso, o do Senador Carlos Chiarelli e de tantos homens dessa Comissão, que já têm um plano bastante avançado.

Veja V. Ex<sup>a</sup> umas colocações — permita-me e desculpe-me se são setoriais, mas são importantes para que amanhã possa até dar o voto a V. Ex<sup>a</sup>. Como V. Ex<sup>a</sup> vê a questão, diferentemente do que se deu em Cartagena, do relacionamento com os devedores, de país para país ou do grupamento de países? Seria a primeira indagação que faria a V. Ex<sup>a</sup>. Durante um determinado período, o próprio Governo brasileiro se negou a participar e só queria participar de países para países.

Em Cartagena isso realmente se deu também, mostrando, inclusive, os interesses dos devedores. Eles não queriam uma espécie de cartel de devedores. Qual a visão do Senador?

Essa negociação política que como V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem, não pode ser apenas no campo econômico, mas tem que ser política, tem que ter a sua vertente política — isso foi enfatizado várias vezes no decorrer da sua palestra — deve ser de pais a pais ou nós devemos constituir, dentro daquilo que se procura, hoje, uma própria integração da América Latina em termos políticos, econômicos e sociais ou ela deve se proceder em bloco?

O SR. MÁRIO COVAS — Se não fiz referência, certamente terei involuntariamente omitido. Mas acho que fiz referência, durante a palestra inicial, durante as palavras iniciais, ao fato de que não apenas nos parecia que a melhor das soluções envolvia a solução global e esta implicava na criação de uma agência multilateral, sustentada pelos países ditos desenvolvidos.

Como de resto, o Brasil estimularia a formação de agrupamentos de devedores, no sentido de tornar mais densa a solução. E vou até mais longe. Acho que fiz referência ao fato de que, na medida em que atuássemos como conjunto, criariamos repercussões que se somariam à pressão das elites internas dentro dos países credores, no sentido de facilitar.

É evidente que a posição do PSDB é de estimular a associação dos devedores, da mesma forma que imagina um órgão multilateral, uma agência multilateral para a dívida que pudesse ser um interlocutor adequado para isso.

O SR. ITAMAR FRANCO — E em relação ao relacionamento com o Fundo Monetário Internacional? Costuma-se dizer que o Fundo Monetário Internacional tem hoje uma nova retórica, inclusive em função do novo plano americano que está sendo apresentado. Mas o que temos visto ao longo do processo é que o Brasil começou a se endividar, através do Decreto-Lei nº 1.312, de 1974, quando pela primeira vez se permitiu que o Tesouro Nacional fosse avalista do então Departamento de Portos e Rios Navegáveis, que hoje não existe mais, sem que o Congresso pudesse tomar conhecimento, porque havia esse decreto-lei permitindo este aval. Posteriormente isso foi ampliado, numa modificação desse decreto-lei.

Mas o que nós assistimos, sem entrar no problema da legitimidade — daqui a pouco perguntarei a V. Ex<sup>a</sup> é que o Fundo Monetário Internacional busca sempre a priorização para os ajustes dos balanços de pagamento em relação ao crescimento econômico. Qual a visão de V. Ex<sup>a</sup> em relação ao Fundo Monetário Internacional? V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da República, aceitaria os monitoramento do Fundo Monetário Internacional, aceitaria essa política ortodoxa do Fundo Monetário Internacional aqui, no Brasil?

O SR. MÁRIO COVAS — Toda a condição, todos os temas que sustentei aqui apontam na direção exatamente inversa.

Eu gostaria de fazer um pequeno parêntese em relação a uma afirmação feita pelo Senador. Com relação ao Fundo, é evidente que

na minha exposição, e na nossa proposta, há objetivos que até se confundem, aqui ou ali, com determinados direcionamentos do Fundo. Volto a insistir que comecei dizendo que, a partir de 1982, quando a crise do México ocorreu, toda a pressão do sistema credor, via inclusive Fundo Monetário Internacional ou mecanismos por ele adotados, com o objetivo de monitorar a dívida, foi no sentido de ajustes internos, sob o argumento de que a crise não é de insolvência mas de liquidez. O sistema financeiro internacional daí a pouco volta a emprestar à América Latina. Portanto, na medida em que tenhamos ajustes e novos empréstimos, esses mecanismos se reequacionarão. Há uma porção de coisas que apontam a direção inversa. A própria articulação mundial, hoje, em termos de formação de bloco — Estados Unidos; Canadá; possivelmente México; o agrupamento do Mercado Comum Europeu, que se transforma inclusive em agrupamento politicamente uno; o COMECOM; os chamados tigres asiáticos etc. — operam na linha de que o sistema financeiro internacional, em termos de empréstimo, se encaminhe para essa direção.

De forma que nada faz crer, e os fatos não o demonstraram após 82, que pudesse haver uma mudança nessa direção. Não há a menor dúvida, embora V. Ex<sup>a</sup> possa até ter concordância em certos ajustamentos internos, de que há necessidade de uma abertura maior na economia, de que é preciso formular a exportação para que esta possa significar mecanismos de competição interna mais adequados, contribuindo para a modernização do nosso parque industrial. A exportação deve ser o sistema tradicional e até se deve fazer um esforço no sentido de aumentá-la, exatamente para que se possa permitir um saldo maior de importações. Não se vê esse horizonte com a facilidade que vê o Senador Roberto Campos. Mais cedo ou mais tarde, uma pressão de natureza interna, nos Estados Unidos, vai operar no sentido de diminuir o déficit comercial que os Estados Unidos têm hoje. E os Estados Unidos representam, quero crer — não sei o número exato — provavelmente mais de 1/3 das nossas exportações. Não posso crer que essa situação permaneça de forma eterna. Vai chegar um instante em que, internamente, nos Estados Unidos, vão-se criar condições. Até porque hoje, a presença de capitais estrangeiros em setores até mesmo de comunicação, para eles uma novidade. Não creio que esta situação conjuntural possa permanecer. A permanecer assim, é evidente que podemos aumentar a nossa produtividade, que o fato de importar significa incorporação tecnológica. É evidente que nesta década nós nos atrasamos nesse terreno e que talvez um dos mais dramáticos problemas seja a atualização, a incorporação de tecnologia nova. Sem dúvida, é possível que o Fundo lhe diga isso. É possível que o Fundo lhe diga que é preciso incorporar tecnologia mais moderna, que é preciso exportar mais. O que não é admissível é que V. Ex<sup>a</sup> seja obrigado a exportar mais, apenas porque tem que cumprir esse compromisso. V. Ex<sup>a</sup> tem que expor-

tar mais porque isso faz parte do seu projeto de desenvolvimento e faz parte do seu projeto de desenvolvimento porque exportar mais significa importar mais, significa especializar mais, significa ir ao extremo da tecnologia disponível naquele setor e absorver a tecnologia tal qual ela está no extremo. Precisa-se de uma nova política industrial, não há dúvida, e é possível que o Fundo diga isso.

O que não é admissível é que V. Ex<sup>a</sup> tenha alguém, seja ele quem for, a comandar a sua economia. A idéia de ajustamento mais financiamento não vai ocorrer, porque os financiamentos não virão e porque o ajustamento nos levará a permanentes situações de agravamento. Nós, nesta década, deixamos de crescer, portanto deixamos de movimentar, um mecanismo que, teoricamente, por um efeito de causação circular, seria capaz de permitir a recuperação do terreno lá adiante.

Não há a menor dúvida quanto a isso. Se o Brasil é membro do Fundo, tem com ele determinadas relações de natureza financeira, não me parece razoável que este País tenha que assumir, seja de parte de quem seja ou não tenha que oferecer, seja para quem seja, o comando das suas decisões quanto a seus eventuais ajustes internos.

E o meu Partido sustenta que este País precisa de ajustes internos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Gostaria de fazer apenas duas perguntas e encerrar, Sr. Presidente. Teria várias, mas sei do tempo do nobre Senador Mário Covas.

Esta pergunta seria até desnecessária, mas gostaria de ouvir com bastante clareza a resposta do Senador Mário Covas. V. Ex<sup>a</sup> acredita ser legítima a dívida brasileira — e V. Ex<sup>a</sup> é um profundo conhecedor de todos os seus aspectos de juros flutuantes, spreads, que o Brasil paga mais caro que a França, por incrível que pareça — considerando o endividamento feito à revelia da Nação brasileira, particularmente, do Congresso Nacional? Hoje se diz que 70% são para o setor público e 30% para o setor privado, podendo haver uma variação percentual aí. V. Ex<sup>a</sup>, independente das conclusões do Congresso, — nós já sabemos quais seria — considera legítima essa dívida? Quer pagá-la?

O SR. MÁRIO COVAS — Quero pagar dela aquilo que me pareça, em primeiro lugar, razoável, em função da sua existência. Acho que temos dispositivos para isso. O Senador Fernando Henrique Cardoso e o Senador Carlos Chiarelli me traduzem a dificuldade que encontram no sentido de aprofundar — são cerca de 300 mil empréstimos até onde sei — o percurso de cada empréstimo.

A legitimidade ou não é alguma coisa difícil de se afirmar.

É evidente que se cobrou deste País spread muito mais alto do que de outros. Pior do que isso, e eu dizia agora há pouco, é que não temos a segurança que nos pedem em relação à nossa economia, sequer quanto ao nosso montante de dívida porque ela depende de juros absolutamente variáveis.

Negar que houve empréstimos seria negar o óbvio. Nós precisamos dimensionar com os recursos de que dispomos, aquilo que é devido ou aquilo que seria teoricamente devido. Além disso, devemos operar na linha da redução dessa dívida, dentro de parâmetros que, conduzidos segundo uma vertente política, possam permitir a este País retomar o seu crescimento econômico e de uma vez por todas, verificar se fazemos o nosso desenvolvimento econômico.

Dentro da linha de raciocínio de V. Ex<sup>e</sup>, teríamos que ir até mais longe. O nosso endividamento não começou em 1934. Este País, quando declarou a sua independência, teve que assumir uma dívida que Portugal tinha com a Inglaterra, para que esta reconhecesse a independência brasileira. São 2 bilhões que até há dez anos atrás não tinham sido inteiramente amortizadas. Lá, na independência, em 1822, fomos obrigados a assumir uma dívida que Portugal tinha com a Inglaterra. E isso, tradicionalmente, veio, ao longo do tempo, se acentuando.

Será legítimo esse fato? Será que essa dívida é pertinente? Houve um determinado instante em que a correlação de forças de natureza mundial implicava, para que o Brasil garantisse a sua independência, que ele reconhecesse a dívida. Certamente, os que tiveram que tomar a decisão, naquele momento, tomaram nessa direção.

Até onde é possível, hoje, dizermos que essa dívida não é legítima? Eu jogo esse jogo do lado do Brasil, sem dúvida. Não tenho a menor dúvida. Até para ficar muito fiel à crítica que me fizeram, estou tentando tratar o assunto da forma mais desemocionalizada possível. Entendo que devemos operar e temos os recursos para tanto, limitadamente, no sentido de fixar o que é dívida real e, independentemente disso, temos que operar em outra linha, ou seja, temos que operar na linha que possa permitir que essa dívida seja limitada a padrões e a parâmetros, que a dimensão de natureza política na consideração da dívida nos permite, vou até adiante. É perfeitamente legítimo, e a essa altura ficaria satisfeito, ou razoavelmente satisfeito, se conseguissemos limitar a parâmetros de natureza financeira.

Leio, nos jornais, que há duas semanas comprava-se cada dólar da dívida brasileira por 28 centavos. Isso não é reduzir 10% do valor da dívida; é reduzir a dívida a 1/3 ou a menos de 1/3.

Se eu pudesse me armar de dólares, hoje, e fosse suficientemente discreto para fazê-lo, provavelmente em compraria a dívida por menos do que 30% do seu valor, se fosse possível não haver o sistema capilar de comunicação entre os bancos, de tal maneira que se soubesse que comprei do primeiro sem que o segundo soubesse. É evidente. Se eu tivesse paciência suficiente para ir comprando ao longo do tempo, de tal maneira que a minha compra não influenciasse sobre a lei de oferta e procura, seria possível talvez obter o total da dívida por cerca de 1/3 do seu valor.

Portanto, o credor reconhece isso. Ele já dimensionou que, do ponto de vista financeiro

— porque a sua análise não foi política o pagamento nessa dimensão é um pagamento que razoavelmente atende as expectativas hoje existentes do mercado mundial.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, vou fazer as minhas duas últimas indagações, buscando setorizar, para conhecer de perto o pensamento do Senador Mário Covas.

V. Ex<sup>e</sup> não está de acordo, por exemplo, que se pague a comitê de assessores de bancos devedores, comissões?

O SR. MÁRIO COVAS — Nem me parece dívida. Nem incluo isso na dívida.

O SR. ITAMAR FRANCO — A última pergunta porque, como eu disse, a mim me pareceu um pouco timida a proposta...

O SR. MÁRIO COVAS — Há certas coisas que, parece-me, esta Comissão já destacou.

O SR. ITAMAR FRANCO — São coisas imediatas que terão que ser resolvidas à medida em que se vai assumir a Presidência da República a partir do ano que vem.

O SR. MÁRIO COVAS — O simples fato de V. Ex<sup>e</sup> ter considerado, publicamente, que eventualmente podia votar em mim, mostra que eu tenho que ter esse pensamento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

V. Ex<sup>e</sup> permitiria — é aí vai a última pergunta que, numa negociação externa, as leis americanas fossem aplicadas? Por exemplo, no caso de contratos brasileiros, são as leis do Estado de Nova Iorque que regem os nossos contratos internacionais. V. Ex<sup>e</sup>, com o Presidente da República permitiria isso?

O SR. MÁRIO COVAS — Como Presidente da República não faria um contrato nesses moldes... Certamente não faria um contrato em que a soberania do Brasil pudesse ser posta à prova nesses limites. V. Ex<sup>e</sup> tem duas partes num contrato. É perfeitamente possível V. Ex<sup>e</sup> buscar um *forum* absolutamente neutro nessas condições, sobretudo, quando se trata de negociação de natureza internacional. Parece-me razoável que se possa chegar a um grau de dependência, no que se refere à negociação, e a um grau de pressão, que nos leve a essa condição.

Creio que a sua pergunta se refere ao seguinte: existindo um contrato nesses condições, cumpriria essa cláusula? A resposta, aí, é mais difícil de dar. É preciso analisar que tipo de consequências, em cada caso, não fazê-lo, traria. Seria muito mais fácil responder que não, mas não seria real. É preciso examinar, caso a caso, que tipo de consequência uma atitude como essa traria. Certamente, o que V. Ex<sup>e</sup> pode assumir como compromisso é que a sua posição terá sempre presente aquilo que, segundo a nossa visão, é o interesse nacional. Mas não dá para V. Ex<sup>e</sup>, desde logo, definir como, em cada caso, agiria com relação a isso.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, muito obrigado, muito obrigado Senador Mário Covas. Nós só desejamos, Sr. Presidente, que, com essa Comissão do Congresso Na-

cional, não aconteça o que aconteceu com o projeto que apresentamos há cerca de seis anos, aqui, no Senado, dizendo que todos os acordos internacionais deveriam passar pelo Congresso Nacional, que todas as reservas de ouro, antes de serem negociadas lá fora, deveriam sofrer o crivo dos Parlamentares brasileiros. Infelizmente, todos esses dois projetos ficaram adormecidos na gaveta de algum parlamentar.

Muito obrigado a V. Ex<sup>e</sup> e ao Senador Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Essa Comissão a que V. Ex<sup>e</sup> se refere é aquela do Congresso, não está aqui, não é? Tenho certeza de que o Senador Mário Covas, por várias razões, está muito satisfeito com as indagações do Senador Itamar Franco, pelo bri-lho, pela pertinência e, sobretudo porque, sendo um homem franco, declarou a possibilidade de votar. Eu sou seu colega de escola. Estou ouvindo. Estou me dando o direito de ouvir a todos, em caráter direto.

O SR. MÁRIO COVAS — Peço-lhe que não se constranja de examinar a hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Vou ter que passar a palavra a alguém que possa fazer um argüição muito contundente. Vou pedir que ele seja extremamente polido, que tenha recato, cuidado e seja diplomático, porque todos sabemos da sua absoluta falta de identidade com o candidato a Presidente. Passo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Fernando Henrique Cardoso, que é de outro Partido e não tem nada a ver. Não vale jogada ensaiada.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Pelo menos prometo que não ensaiaremos. Mas é que já está tão dentro de cada um de nós o pensamento do PSDB, que vou me escusar de não fazer nenhum questionamento. Aí, sim, é que seria a demonstração de que houve um ensaio. Ao invés de fazer perguntas ao Senador Mário Covas, eu queria fazer apenas uma pequena reflexão em conjunto, nesta Comissão.

Antes dessa reflexão, um esclarecimento. O objetivo desta Comissão — convém reafirmar — o Presidente Carlos Chiarelli tem dito isso — não é o de dar um parecer terminativo a respeito da questão da dívida, mas de acompanhar as negociações da dívida externa brasileira. Nós, aqui, de alguma maneira, nos antecipamos ao que seria um procedimento parlamentarista. Enquanto o Governo foi relativamente aberto ao jogo democrático, os Ministros vieram aqui, os presidentes do Banco Central também e prestaram informações ao Congresso, através desta comissão. Nós, na medida do possível, também contribuímos com o nosso questionamento para tornar mais claro essas políticas. A partir de um determinado instante, quando o Ministro Maílson da Nóbrega resolveu suspender unilateralmente a moratória, S. Ex<sup>e</sup> realmente deixou de prestar esclarecimentos a esta Comissão, até que, há cerca de quinze dias, esteve aqui presente um dos negociadores da dívida e

assessor econômico do Ministro, o Secretário Sérgio Amaral. Nós, então, retomamos esse ritmo de uma reflexão e uma espécie de monitoramento que não do Fundo Monetário, porque esse eles aceitam, mas o da Comissão não querem aceitar, para que pudéssemos avaliar a quantas andávamos na negociação da dívida. Creio que aqui produziu um fenômeno curioso de convergência, salvo alguns setores glaciais árticos, que foram impermeáveis e que repetem a mesma argumentação desde o início do trabalho da Comissão.

O Governo não foi assim. Mesmo este Governo, a partir do momento em que rompeu relações com a Comissão, até agora, que ele retorna algum tipo de relacionamento, mesmo esse Ministro, através de seus porta-vozes — também estava o Diretor do Banco Central — disse alto e bom som aqui, algo que no início parecia absolutamente herético, ou seja, que chegamos a um ponto em que ou se faz uma negociação política ou não há o que fazer. Foi isso que ouvimos nesta Comissão há cerca de uma ou duas semanas, por parte do porta-voz do Ministério da Fazenda. E deu os elementos.

A política levada adiante pelo Ministro Mailson da Nóbrega levou, ao contrário do que eu poderia sugerir àqueles que acreditam no que diz o Senador Roberto Campos, depois de ter dado todos os sinais de abertura, a um agravamento da situação do Brasil. Obtivemos, é verdade, alguns desses bilhões de dólares, alguns mencionados ainda hoje de novo aqui. Mas aquilo que foi possível obter, através de uma penosa negociação, que foi cerca de 3 a 4 bilhões de dólares de "poupanças para o País" que nós não transferimos, a vantagem da negociação foi diluída pelo aumento da taxa de juros de 1%. Esse jogo de gato e rato é que está levando o Brasil, parece que desde a Colônia, a uma situação de permanente impossibilidade de resolver o seu conteúdo com relação à dívida. Não que os negociadores brasileiros não sejam competentes. Eles são dos mais competentes, muitos deles, às vezes, são os mesmos que negociam com governos diferentes, tal o grau de competência que dispõem. Mas não se trata de uma questão de competência, trata-se de uma questão de decisão política e de poder, correlação de forças.

Creio que esta Comissão foi testemunha de quase dois anos de funcionamento; primeiro, quais são os problemas, do grau de informação disponível, e também do fato, ou o País toma certas decisões respaldadas ou não haverá solução para a questão da dívida.

Permita-me, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recentemente, estive num debate com algumas autoridades espanholas, que participaram do processo de reabertura política na Espanha inclusive, escrevi um prefácio para um livro que se publicou, SF 1546-1 autorização espanhola, escrita pelos espanhóis, e num dos capítulos desse livro, um ex-Ministro das Finanças da Espanha, Fontes Quintana, que foi Ministro do Gabinete Soares e operou o ajustamento interno da economia espanhola, disse com todas as letras o seguinte: "Só

foi possível realizar o milagre espanhol, porque na Espanha houve uma vontade democrática sustentada pelo voto, que respaldou as decisões do Governo."

Creio que a fraqueza número um nossa, na negociação, é de que nós não temos uma vontade nacional respaldada pelo voto, capaz de encaminhar uma negociação a nível político, e mais ainda: quando aquele sem voto, mas com boa-vontade, muitas vezes se disponha a uma negociação, não falta, entre as elites brasileiras, quem aqui dentro faça tudo para que a negociação não dê certo.

As opiniões reiteradas de muitos dos arautos de uma visão dita neoliberal, mas não é neoliberal, é profundamente conservadora, são opiniões que se externam com mais energia, no momento que há um esforço de qualquer Governo, inclusive do atual, para dar uma saída ao problema brasileiro, como que se forma uma simbiose entre interesse externo e o interno, desses setores minoritários, mais influentes que minam a possibilidade de uma posição mais definida e mais clara.

É por isso que é importante, e talvez tenha sido por isso, que em boa hora o Presidente Chiarelli pediu que os candidatos à Presidência da República viessem aqui. É por isso que é importante, através do esclarecimento e da informação, nós possamos ir construindo uma vontade nacional que tenha respaldo, e que não seja apenas o respaldo partidário, mas que possa ser o respaldo nacional, suprapartidário. Claro que para nós, do PSDB, importa em muito, e com agrado ouvimos aqui, Senadores conservadores como o Senador Itamar Franco disarem até a pensar na possibilidade de apoiar o Senador Mário Covas. Para não dizer nada, o Senador Carlos Chiarelli está imprensado entre nós dois e eu imagino que não terá escapatória, mas isso nos agrada e o fundamental não é isso: votam em quem quiser, mas vamos votar conscientes que o problema da dívida requer uma convergência, e essa convergência não pode fazer-se ao redor de idéias que parecem muito limpidas, mas que são sempre reiteradas e não levaram até hoje nenhum progresso efetivo para o País, e se omitem muito do raciocínio, quando se faz uma análise especialmente comparativa.

Fala-se com freqüência do que acontece com a dívida nos países asiáticos, mas fala-se com muito menos freqüência que o argumento aqui expandido por um dos nossos companheiros, a respeito de que eventualmente não se atrai capitais, porque existe uma demanda social fantástica, não procede na comparação com os tigres asiáticos que fizeram a reforma agrária, que fizeram uma alta política de distribuição de renda e que têm salários reais muito elevados em comparação com os brasileiros.

Ainda recentemente, na revisão do programa do PSDB, recebi relatórios que mostravam, com clareza, que o Brasil fica atrás dos tigres asiáticos em matéria de salário, em quase todos os ramos de nossa indústria. Não dizem, portanto, o que o Senador Covas nos disse aqui, com todos esses e erros — para usar uma expressão que ele usou que a posição dele, a minha do PSDB, é uma posição

que procura, não só nessa matéria, mas na matéria como olhar o desenvolvimento econômico, inovar sem trair o interesse nacional. Inovar significa o que? Significa que para nós não deve existir um crescimento baseado nas exportações, à custa dos salários e à custa do mercado interno. Mas, significa também que nós sabemos que sem exportação não há possibilidade de renovação desse mesmo desenvolvimento, por causa do desenvolvimento tecnológico e por causa do efeito que produz o fato de uma participação mais aberta, no mercado internacional, ou seja, não se está propondo nem a visão, que a nosso ver é antiquada, de uma alta aquisição crescente da economia do País, nem a outra que também é antiquada, de que basta abrir o mercado, que os problemas se resolvem. Depende, qual é o grau de abertura. Depende sobretudo decidir ou abrir para explorar mão-de-obra e recursos naturais ou incorporar ao crescimento econômico uma mão-de-obra mais qualificada e uma tecnologia mais desenvolvida, de que quanto mais for produzida aqui, melhor será para o País.

Não estamos, portanto, numa dicotomia. Houve uma mudança qualitativa no mundo atual, e o Brasil está ficando para trás dessa mudança qualitativa a partir de dois tipos de argumento que parecem ser opostos, mas que, na verdade, hoje confluem num ponto que não são razoáveis e não respondem ao desafio do mundo atual.

O Senador Roberto Campos — é pena que não esteja aqui, eu já o disse tantas vezes — quando coloca a sua posição, que pensa ser muito avançada, está simplesmente repetindo alguma coisa muito genérica e que não tem realmente conteúdo material quando se analisa caso por caso. Já dizia tudo isso. É um liberalismo que não se coaduna mais com a realidade do mundo contemporâneo.

Não podemos propor, na questão da dívida, pura e simplesmente que o País organize a sua vida internamente e, para pagar, aumente a exportação e diminua a importação, porque isso leva ao empobrecimento do povo e não leva à solução da questão da dívida, como não levou até hoje.

Ajustes internos, como diz o Senador Mário Covas? Nós defendemos os ajustes internos, mas vamos decidir quais são, porque sabemos que esses ajustes internos, no léxico do Fundo Monetário, acabam por significar arrocho salarial e juros altos. Estamos vendo ainda agora, de novo, o que significam arrocho salarial e juros altos. Não pode ser, não resolve, não tem sentido sustentar a solução do problema do Brasil a partir dessa vertente. E mais ainda: também não tem sentido imaginar que o capital externo corre para onde as condições de liberalidade são as melhores. Isso é uma ingenuidade. O capital externo corre para onde há vantagens relativas para ele, que se traduzem hoje na existência de desenvolvimento social, para permitir tecnologia avançada, o que o Senador chama de verticalização e mercado interno, porque uma boa parte da produção do capital estrangeiro não é para a exportação, senão completamente para a exporta-

ção e importação. Portanto, é uma posição absolutamente insustentável a de imaginar que o que falta ao Brasil é *laissez-faire*, que os males do País, além da saúva, como disse V. Ex<sup>a</sup> outro dia, sejam a falta do ar puro da liberdade. Não é esse o mal do Brasil. Politicamente pode ser que sim, mas economicamente não.

O mal do Brasil, neste momento, é de precisamente não termos encontrado ainda a fórmula pela qual através realmente de uma vontade política se defina o rumo para o qual este País vai partir, um rumo que seja realizável.

Não quero me estender além dessas considerações. Quero dizer que ouvi com sumo agrado a reiteração das teses que são nossas, não só do Senador Covas e minhas, mas de camadas mais amplas da população, que não têm nada a ver com o anarquismo com que alguns querem colocar, como uma caricatura das nossas posições, mas que também, obviamente, não têm nada a ver com alguém que diz que o interesse nacional decorre automaticamente da existência do mercado e de investimentos internos. Isso não se sustenta. Vamos, em cada situação, analisar realmente qual é o interesse nacional e qual é o interesse popular, e vamos subordinar as decisões a essas duas vertentes da análise dos efeitos das políticas para o País e para o popular. No caso, o popular é o salário, é a incorporação da população ao mercado etc.

Para finalizar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a questão relativa à auditoria da dívida que aqui foi reiterado. A questão central dessa matéria já nos foi fornecida como elemento de avaliação e foi repetida hoje pelo próprio Banco Central. Creio que foi uma das conclusões mais importantes a que podemos chegar nessa análise: o próprio Banco Central dispõe de dados que mostram que cerca de 20 a 25% da dívida brasileira é o resultado da flutuação da taxa de juros. Qual é a gravidade disso? A gravidade é dinheiro que se paga sobre capital que não entrou. Uma questão é se pagar o dinheiro sobre o capital que foi investido. Esse, supõe-se, a médio prazo produzirá os recursos para saldar o seu próprio endividamento. Mas, quando se trata de pagar juros sobre juros do dinheiro que não entrou, é um ônus direto sobre o País, e os dados são claros a respeito disso. Uma quarta parte da dívida é de juros flutuantes.

Creio que a questão da auditoria da dívida terá implicações muito maiores de ordem interna do que externas, porque a pergunta não é saber se os papéis estão corretos. Talvez alguns não estejam. Casos limitados, provavelmente. Os papéis estarão corretos.

A pergunta é a seguinte: quem fez a dívida, por que a fez e onde investiu. O banqueiro estrangeiro empresta. Aqui dentro, uma boa parte desta dívida foi feita para sufragar gastos correntes de governo. E foram utilizadas empresas, muitas das quais estatais, que hoje são crucificadas por terem servido de canal para o ingresso de recursos que não foram destinados tampouco a investimentos, mas que foram emprestados ao custo e isso foi

feito a partir do diploma legal que o Senador Itamar Franco trouxe aqui à nossa colocação, que abriu as válvulas para a irresponsabilidade governamental.

Quem vai parar eventualmente no banco dos réus do País, creio eu, feita uma apuração cuidadosa de como se fez a dívida e por que, são aqueles que tornaram a decisão aqui dentro de fazê-la e que não tomara as decisões pertinentes do controle dos investimentos feitos com esta dívida. Tanto ou mais, creio que mais do que os banqueiros que emprestaram lá fora, os banqueiros se serviram da fragilidade de um governo que queria, a todo custo, fazer desenvolvimento, sabe Deus a que preço, e emprestaram a taxas de juros altas. Quem assinou as ordens para que esses contratos fossem realizados sem passar pelo Congresso — esta é a verdade — é o responsável.

A auditoria acabará por ser — a meu ver — um excelente processo para que o País entenda que há responsáveis. O responsável não é em si abstratamente a existência de um capital que vem; é o capital que veio sem necessidade ou que foi mal empregado.

Evidentemente as taxas que ficaram aí por fora, sabe Deus a título de que comissão, não têm rastro em documento algum, porque seria incrível que deixasse qualquer rastro. Entendo que a questão da dívida é importante e para dar consciência ao Brasil da irresponsabilidade que nos levou ao endividamento tal qual ele é nos dias de hoje.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já me alonguei além do necessário. Sr. Senador Mário Covas, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pela maneira direta com que respondeu e até pela falta de emocionalismo, que não é habitual em V. Ex<sup>a</sup>, é mais habitual em mim; mas não quero passar a V. Ex<sup>a</sup> nenhum dos meus defeitos, não creio que foi por isto, mas creio que V. Ex<sup>a</sup> entendeu com justa razão que nós aqui precisamos, neste Senado, passar a limpo, com muita objetividade, as questões que são propostas para que depois, com o espírito jovem do Senador Pompeu de Sousa, possamos nos indignar, sabendo que a indignação, além de ser uma expressão do emocional, é também uma espécie de aval da razão. Tem o aval da razão, da dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Realmente surpreso com a manifestação do Senador Fernando Henrique Cardoso ao se mostrar totalmente identificado com as teses do Senador Mário Covas, concedo a palavra ao Senador Mário Covas para os comentários que tem a fazer sobre esta intervenção. (Risos)

O SR. MÁRIO COVAS — Realmente, eu gostaria de fazer um comentário final. É extremamente gratificante. Sinto-me aqui muito mais na qualidade de companheiro, Senador, do que propriamente de candidato. É extremamente gratificante poder efetuar esta discussão em que afinal nós acabamos, se não trazemos contribuição nova, seguramente saímos com um enorme acervo adicional de conhecimento a respeito do tema pela procedência de cada uma das perguntas, de cada uma das intervenções e, sobretudo, pela convicção e

a certeza de que, neste Senado, funciona uma Comissão a respeito deste assunto que tem cumprido com exação o seu compromisso, e, portanto, tem aprofundado o tema às últimas consequências. Quero agradecer a cada um...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Não agradeça, porque ainda tenho duas perguntas a fazer. Duas perguntas bem objetivas, bem curtas.

Senador Mário Covas, V. Ex<sup>a</sup>, como candidato à Presidência da República, como vê a possibilidade de se fazer um plano de estabilização econômica para o País — por exemplo, este que está em pauta no momento — com a estratégia adotada para fazer frente à dívida externa? É possível, é viável? Ou conscientemente um administrador público, tendo negociado a dívida na forma e no modo em que a negociei, até porque o encarregado ou o negociador-mor da dívida aqui nos diz que, no resultado decorrente desta negociação, as condições para o País de pagá-las são praticamente inviáveis, V. Ex<sup>a</sup> entenderia possível fazer um plano de estabilização econômica dentro deste contexto? Segundo, V. Ex<sup>a</sup> é candidato de um Partido político que está crescendo e tem ganho paulatinamente espaços no quadro político, no quadro parlamentar e tem a presunção de que também a nível de opinião pública, mas V. Ex<sup>a</sup>, uma vez eleito Presidente da República, terá de administrar o País com um Congresso que já está previamente eleito, desde 1986, eu não sei, pelo menos com os números de hoje V. Ex<sup>a</sup> teria uma bancada, mas não sei os números reais de hoje. Seguramente, deve ser 10% — digamos assim — a Bancada do PSDB dentro do Congresso Nacional; ela deve ter 60 Parlamentares...

O SR. MÁRIO COVAS — É em torno disso, são 43 Deputados e 9 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Fazendo os arredondamentos normais que fazemos nas avaliações dos juros e do estoque da dívida, digamos que seja 10% do total do Congresso Nacional. Como diz na Constituição, da qual V. Ex<sup>a</sup> foi um dos principais artífices, um dos méritos artífices, mais do que nunca haverá uma dependência direta do Congresso em qualquer estratégia que o Executivo possa propor e tentar levar a cabo, porque deverá haver, progressivamente, um juízo de valor e um poder de decisão do Congresso sobre a matéria. Como é que V. Ex<sup>a</sup> enfrentará esse problema, partindo-se do pressuposto de que teria no Congresso uma bancada amplamente minoritária, a números de hoje, ainda que tivesse um substancial respaldo eleitoral, porque caso contrário não seria eleito, evidentemente, para poder pôr em prática essas ideias, propostas e projetos que V. Ex<sup>a</sup> nos alinhou com tanta capacidade didática, com tanta isenção e com tanta clareza aqui nos trabalhos da Comissão?

O SR. MÁRIO COVAS — Em primeiro lugar, atendo-me à primeira pergunta, acho que é impraticável. O meu Partido, quando o Plano

Verão chegou ao Congresso, declarou isso taticamente e o fez com a autoridade de quem foi para a tribuna, como o Senador Fernando Henrique, para dizer que votava a favor do Plano, porque não queria sequer escamotear ao povo a possibilidade de uma alternativa na qual não acreditava, mas que naquele instante, pela insuficiência de possibilidade do Congresso em oferecer uma alternativa real, nos parecia inviável que evitássemos que o povo e o próprio Governo tentasse o percurso daquele caminho.

Nós naquele instante, apontamos em relação ao Plano uma série de problemas que viamos quanto a sua viabilidade. Mas, em particular, chamamos a atenção, entre outros, para dois aspectos que nos pareciam fundamentais, nas atuais circunstâncias do Brasil: Um plano de estabilização, necessariamente, tem que enfocar o déficit público e, necessariamente, tem que enfocar as suas duas vertentes básicas: uma delas se chama dívida externa e a outra dívida interna. Se não formos capazes de operar por lá, vamos continuar com o Presidente se surpreendendo quando ao fim de 11 dias de Plano a inflação foi a 3,5%, surpreendendo-se ainda mais quando no segundo mês ela foi a 6,5%. Sua Exceléncia vai continuar se surpreendendo, a inflação vai continuar se repetindo, porque, a rigor, dois componentes básicos na estabilização sequer foram considerados, passou-se ao largo.

É evidente, ainda ontem eu ouvia lá na sua terra uma crítica ao Congresso, como o grande responsável pelo fato de que, a rigor, o Governo quis, por exemplo, colocar funcionários na rua e o Congresso não permitiu, o Congresso autoritário que impediu, por exemplo, que certos órgãos existentes no serviço público fossem fechados, desnecessários, segundo a visão do Governo. Mas, o que me parece muito claro é que depois do discurso feito no anúncio do plano houve uma reviravolta de 180° e, o Presidente da República desobrigou-se da tarefa a que ele próprio se impôs e encaminhou para o Congresso algo que seria a mesma coisa que encaminharmos para o Executivo uma análise, para que ele decidisse quais os funcionários que deviam ficar no Congresso e, portanto, um pedido a ele para que demitisse os funcionários existentes, supostamente, em excesso dentro do Congresso.

Se tomarmos a vertente da dívida externa não há a mínima dúvida de que a forma pela qual ela foi negociada inviabilizou essa possibilidade. Um plano de estabilização, necessariamente, e é nesse sentido que eu dizia lá atrás que o instante do cruzado era o de se caminhar na linha de uma série de outras coisas que a sociedade brasileira esperava e que naquele instante, com aquela emenda catáxis, de natureza político-nacional, teria inteira viabilidade de sua execução. Mesmo o sistema financeiro, que naquele momento acabou demitindo uma porção de gente, encontrou imediatamente mecanismo de reabsorção desse pessoal, porque o Plano de tal maneira criou mecanismos de emprego ou de pleno emprego, uma situação aparentemente de pleno empre-

go, que na realidade você foi capaz de exercer o mecanismo da absorção.

Sem grandes traumas no setor, acho que é impossível se operar um plano de estabilização e é aí que o círculo virtuoso não se opera. Você corta o círculo virtuoso num determinado instante, é impossível você tomar as demais medidas. No instante em que você não tem previamente uma coisa que se chama estabilidade — e nós todos concordamos com isso — que é um instrumento de concentração de renda tradicionalmente existente, neste País, capaz de violentar qualquer possibilidade de conquista de natureza social.

O segundo aspecto sustentado por V. EXº foi a respeito da maioria parlamentar. Efetivamente, acho que essa eleição tem uma característica. Outro dia eu participava de uma discussão em que havia um jornalista lá no Rio de Janeiro, o Governador da Bahia, Waldir Pires, e presentes o Professor Álvaro Moisés e o Jornalista Vilas Boas Corrêa, e ele colocava, de forma quase catastrófica, a dificuldade que representa, tendo em vista a existência de eleição em dois turnos, e a força com que o Presidente da República eleito terá, depois de maioria absoluta, com um Congresso em fins de mandato, com um ano apenas para terminar o seu mandato, e, portanto, incapaz de resistir, em termos da viabilização que a Constituição delega como tarefa do Congresso, incapaz de fazê-lo pela força, pelo potencial que o Presidente da República teria. Acho que isso depende muito de convicção de natureza pessoal, e nasce um pouco da maior ou menor capacidade que se tenha, de articular a sociedade participadora. Fui Prefeito de uma cidade durante um período em que a Constituição consagrava o mecanismo de recurso de prazo.

No entanto, uma Câmara Municipal hostil ao meu Partido não tinha maioria, e eu não tinha maioria, dentro do meu Partido, além de não ter maioria, uma parte do meu Partido estava contra mim. Ainda assim, em nenhum instante, em nenhuma oportunidade mandei algum projeto para a Câmara, com a cláusula de recurso de prazo, por que? Porque eu me impus a esse tipo de atuação. Nós somos co-participantes dessa tarefa. Acho que o Congresso recuperou, não que ele ganhou. Ele recuperou prerrogativas para as quais ele inclusive deve se preparar para exercer, sob pena dele recuperar essas prerrogativas e acabar não as exercendo. Este é que é o perigo real. Não é a disputa com o Executivo, é o Congresso.

Eu, em cada lugar que vou hoje, sou convidado a dizer quando é que as leis complementares à Constituição saem e hoje nós damos respostas a esse desafio, enquanto instituição ou, então, realmente, ficamos para traz.

Acho que não é problema da disputa entre Poderes, entre o Executivo e Legislativo; quem quer que tenha compromisso com a democracia, precisa ter necessariamente compromisso com a Constituição. Se a Constituição oferece prerrogativas ao Congresso, elas têm que ser respeitadas. Isso significa uma inviabilidade maior no sentido de obter determinados objetivos. Não, nós faremos uma campanha

entre as quais uma das vertentes se chama parlamentarismo. Vamos sustentar isso por toda a campanha, porque para nós é ponto programático, e vamos sustentar mais do que isso, vamos sustentar se nós formos eleitos.

Nós tentaremos solicitar ao Congresso uma mudança na Constituição para antecipar o plebiscito marcado para 1993. Sobre qual argumento? o argumento de que se ele for antecipado e o povo decidir pelo parlamentarismo, o parlamentarismo se iniciará no Governo PSDB, que é parlamentarista, portanto, terá a seu favor um governo vinculado com o parlamentarismo. Essa eleição define, para o atual Congresso, uma determinada conduta que se baseia no pressuposto democrático.

O atual Congresso, na medida em que determinadas propostas tenham aval popular, terá uma conduta muito parecida; terá pelo menos uma conduta que levará em conta o fato dessa proposta ter recebido a subscrição popular.

Tem mais, no próximo ano nós teremos eleições para o Congresso também. Acho que se a proposta for vitoriosa do ponto de vista popular, é muito razoável que a proposta seja subscrita no ano subsequente, e, portanto, que se construa uma nova correlação de forças a nível de Congresso, do ponto de vista da ótica popular, no sentido de viabilizar a proposta que o povo afinal sustentou, do ponto de vista do executivo.

A mim isso parece problema. Vemos determinados países, que vêm de regime democrático convencional, onde, tradicionalmente, o Executivo e o Legislativo pertencem a partidos diferentes e é perfeitamente possível se estabelecer essa convivência, na medida em que haja respeito institucional e este não apenas vem de fora como de dentro, também, na medida em que o Congresso seja capaz de exercer com autoridade aquilo que a Constituição lhe oferece não há Presidente da República que seja capaz de passar por cima disso.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, permita-me apenas, só no finalzinho, uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu gostaria de fazer um comentário...

O SR. CHAGAS RODRIGUES — É só uma pergunta rápida ao Senador Mário Covas. Por que não o plebiscito junto a eleição presidencial?

O SR. MÁRIO COVAS — Agora?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Agora.

O SR. MÁRIO COVAS — Tudo bem, faríamos isso.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Porque aí não haveria desculpa de qualquer um. Se o povo aprovasse o parlamentarismo, o regime presidencialista teria um efeito lógico.

O SR. MÁRIO COVAS — A dificuldade para isso está no seguinte: acabamos de votar uma Constituição, que não optou pelo parlamentarismo. Parecia, no instante da votação da presidência, que promover uma mudança

agora poderia ser a tentativa de mudar o quadro de natureza eleitoral. Todavia, se fossemos eleitos, como parlamentarismo é parte da nossa proposta, é natural que essa proposta seja avalizada. Aí se justifica a antecipação. Eu não tenho o direito de impor essa antecipação. Há até candidaturas que são contra o parlamentarismo.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Mas defendíramos, em praça pública, exatamente o contrário do parlamentarismo. O ideal é que se fizesse com a eleição presidencial...

O SR. MÁRIO COVAS — Não aponho restrições a isso.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Só conheço no Brasil alguém que foi candidato a Presidente da República e que é parlamentarista. Todos os candidatos iriam, não é por má fé, mas por uma questão do seu subconsciente, querendo poderes para resolver os problemas.

O SR. MÁRIO COVAS — Não é por isso, Senador. É porque todos nós somos frutos dessa cultura autoritária, todos somos influenciados por isso e vemos o poder exatamente assim, como instrumento para o exercício daquilo que seja nossa vontade individual. É por isso que resistimos à idéia de um regime de gabinete, que é um regime coletivo, democrático; é porque nós todos somos frutos dessa cultura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu tinha absoluta certeza e plena convicção de que esse tipo de questionamento levantava o calor final do debate e, de certa maneira, fiquei convencido, não sei se fui suficientemente arguto para entender a postura e, inclusive, a intenção do Senador Mário Covas de que o voto em S. Ex<sup>e</sup> significará também uma perspectiva antecipada de adoção do sistema parlamentarista, porque S. Ex<sup>e</sup> assume publicamente, pelo que vejo, não só a idéia de defesa do parlamentarismo, que já sei, pertinente ao partido de que S. Ex<sup>e</sup> é o candidato, porém, mais do que isso, a idéia de, assumindo a Presidência da República com o voto popular, antecipar essa consulta que está programada para 1993, antecipá-la para 1991 ou para 1992 e, no decorso do seu próprio mandato, aceitar que a adoção pela maioria dos brasileiros faça com que S. Ex<sup>e</sup> abra mão de uma parcela dos poderes de Presidente, para atender a essa manifestação.

O SR. MÁRIO COVAS — É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Parece-me um posicionamento claro e importante, como tantos outros que V. Ex<sup>e</sup> aqui manifestou. De qualquer maneira eu gostaria só de dar uma informação e o faço em nome do relator, de que todo o acervo que a Comissão já reuniu e que irá reunir, inclusive, nos próximos debates com os presidenciáveis e nas manifestações finais, sobretudo o parecer conclusivo do ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, iremos fazer chegar às mãos da Comissão Mista do Congresso, posto que o nosso prazo é bem inferior, em termos de conclusão, agora, e a Comissão Mista do Con-

gresso tem o prazo até o dia 5 de outubro, se não me falha a memória, para ultimar os seus trabalhos.

Outro aspecto a que eu gostaria de me referir, à luz das ponderações do Senador Mário Covas, é sobre a cobrança da sociedade quanto à ação do Congresso e em função das obrigações delegadas pela Constituição. É que hoje estamos comemorando 6 meses da nova Constituição. Hoje é 5 de abril, e estamos com o primeiro semestre da nova Constituição e, casualmente, hoje iremos votar, à noite, a possibilidade de se rejeitar o veto do Sr. Presidente da República à primeira das leis regulamentadoras da Constituição nova, que foi a Lei do Salário Mínimo, que se fez embaixo do art. 7º, inciso IV. É uma coincidência. Mas sei se isto mostra que tivemos pouca aptidão e fomos pouco disponíveis para fazer a nova legislação, mas o certo é que hoje é uma data importante no histórico da evolução da Constituição e das tarefas complementares do Congresso.

Senador Mário Covas, muito obrigado pela presença de V. Ex<sup>e</sup>, pelo brilho da sua manifestação. Fiquei muito feliz, como gaúcho porque acabei sintetizando o projeto do PSDB para a Presidência da República e entendi que o projeto do PSDB é fazer do Brasil um grande Rio Grande. Isto, depois das constatações de V. Ex<sup>e</sup> no meu Estado.

O SR. MÁRIO COVAS — Pelo menos, não é de Novo Hamburgo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Muito obrigado pela presença de V. Ex<sup>e</sup> e pela qualidade de sua manifestação.

Dia 11 a comissão reúne-se novamente para ouvir o Dr. Fernando Collor de Melo.

Está encerrada a reunião.

#### 14ª reunião, realizada em 11 de abril de 1989

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia onze de abril do ano de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da Dívida Externa Brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno, presentes os Senhores Senadores Carlos Chiarelli (Presidente), Itamar Franco, Affonso Sancho, Ney Maranhão, além dos Deputados Del Bosco Amaral, João Cunha, Bernardo Cabral e Benedita da Silva.

Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Dando continuidade ao ciclo de debates sobre o problema da dívida externa brasileira com os candidatos à sucessão presidencial, o Sr. Presidente convoca o Sr. ex-Governador Fernando Collor de Melo, candidato pela legenda do PRN, para tomar assento à Mesa.

Usando da palavra o Dr. Collor de Melo analisa as questões econômicas e apresenta a proposta do Partido sobre a necessidade

da retomada do crescimento de empregos; preservação da soberania nacional; recuperação do caráter público e da função social do Estado; eliminação da miséria absoluta; combate à absocência do parque industrial e recuperação da infra-estrutura; integração com a economia mundial, subordinada ao reavivamento do mercado interno e o fortalecimento do regime federativo. É nesse sentido — enfatiza o depoente — que o partido propõe a retirada do aval da União aos créditos privados externos e assim forçar a descentralização das relações entre devedores e credores.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Affonso Sancho, Ney Maranhão, Itamar Franco, Carlos Chiarelli, além dos Srs. Deputados João Cunha, Del Bosco Amaral, Bernardo Cabral e Benedita da Silva.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as Notas Taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, á presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

#### ANEXO À ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 17, DE 1987, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVAIIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO".

(Integra do apanhamento taquigráfico da referida reunião, realizada em 11 de abril de 1989, devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.)

Presidente: Senador Carlos Chiarelli  
Relatório: Senador Fernando Henrique Cardoso

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Senhores e Senhoras.

Dando continuidade aos trabalhos desta Comissão que estuda e analisa a questão da dívida externa brasileira — já o faz há cerca de dois anos, Governador — e que nesta etapa, está ao final dos seus trabalhos, entendeu conveniente, por decisão unânime de seus integrantes fazer com que tivéssemos um ciclo dos presidenciáveis, para que não apenas pudéssemos debater a estratégia do atual Governo, dos seus procedimentos, correções, incorreções da condução da negociação desta dívida, com relação ao aumento atual, mas, sobretudo, além de fazer uma perquirição no que ocorreu no início da dívida, também projetar a estratégia do nosso País e dos responsáveis pela administração brasileira.

Com vistas ao futuro, entendeu-se necessário, conveniente e oportuno, antes de se chegar às conclusões definitivas que haverão de ser proclamadas pela Comissão até o final do primeiro semestre deste ano, ouvir aqueles

que hoje, na condição de aspirantes à Presidência da República, de presidenciáveis, de candidatos à Presidência da República, como é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente nos dão as alternativas do amanhã.

Ouvindo os diferentes candidatos, estaremos, seguramente, ouvindo o Presidente da República que haverá de ser eleito em 15 de novembro. Pode ser que seja o que estaremos ouvindo hoje — isto é uma questão que só o tempo dirá e os eleitores decidirão. Mas, de qualquer maneira, queríamos fazer esta introdução, inclusive, destacando um outro fato, e aproveitando a oportunidade de termos aqui conosco, e seguramente façam em meu nome, em nome do Senador Gerson Canaã, em nome do Senador Afonso Sancho, a nossa satisfação por termos conosco o Relator da nossa Constituição, o ilustre Deputado Bernardo Cabral, de tantos serviços prestados ao Congresso e o qual, melhor do que ninguém, sabe da importância que se deu ao Congresso brasileiro, à Câmara e ao Senado, no que diz respeito às questões pertinentes à dívida externa.

Por aqui haverá de passar todo o processo de decisão política da matéria, portanto, esta é a segunda razão, além de outras que teríamos para este tipo de debate, que haverá de ser muito mais significativo com a participação e a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, a quem agradecemos por ter atendido o convite desta Casa e desta Comissão e a quem, prazerosamente, concedemos a palavra, para que nos dé a sua mensagem, nos diga do seus projetos e propósitos, e faça a sua análise, sobre a temática tão importante.

Com a palavra o Governador Fernando Collor de Mello.

**O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO** — Exmo. Senhor Senador Carlos Chiarelli, que honra este Parlamento com posições nítidas, claras, que se vem colocando como um dos bastiões da correção no trato da coisa pública; Exmos; Srs Senadores, meu prezado companheiro e amigo Deputado Bernardo Cabral; Sr. Presidente do Partido da Reconstrução Nacional, Dr. Daniel Tourinho, Srs. Jornalistas, minhas Sr<sup>e</sup>s e meus Srs recebi com muita satisfação e ao mesmo tempo, com a exata noção da responsabilidade que me cabia, o convite que me foi feito pelo Senador Chiarelli, aqui, no plenário da Comissão da Dívida Externa, para colocar o posicionamento não sómente do homem público, mas, sobretudo, do Partido da Reconstrução Nacional, PRN, ao qual hoje estou vinculado e ao qual me filiei.

Naturalmente, a questão da dívida externa não pode ser tratada isoladamente sem que possamos conceituar as outras questões econômicas, os outros problemas econômicos por que passa a Nação, já que elas estão, intimamente, interligadas. A nossa proposta parte de uma constatação de que a dívida externa brasileira, do modo que vem sendo tratada, é rigorosamente impagável.

Desde o colapso do sistema financeiro internacional em 1982, o Brasil vem sendo submetido aos ditames dos credores privados e de

seu órgão interventor, o FMI. Os resultados, como todos sabem, inclusive os que não o admitem, têm sido desastrosos.

A economia está estagnada, o setor privado acuado, o setor Público à beira da falência, a inflação corroendo diariamente os parcos rendimentos dos assalariados; tudo contribui para o agravamento das já deterioradas e precárias condições de vida da população.

O tratamento conservador da dívida externa pressupõe o pagamento integral dos serviços de uma dívida contratada em condições inadmissíveis para projetos muitas vezes ilegítimos. Esse pagamento só pode ser feito mediante a geração de excedentes comerciais com o exterior que só são possíveis pela compressão salarial, pela concessão de incentivos fiscais e subsídios creditícios e pela aceleração da desvalorização cambial.

Por outro lado, como esses excedentes são gerados pelo setor privado e o setor público concentra o indivíduo, produz-se um desequilíbrio financeiro cuja contrapartida é o aumento gigantesco da dívida interna. O resultado disso é a crescente pressão das despesas financeiras que impossibilita a realização de investimentos em infra-estrutura e programas sociais. Nos moldes atuais, o recalculamento da dívida tem sido incapaz de reduzir as transferências ao exterior.

Não se pode deixar de lembrar também que as renegociações nesses moldes criavam todas as condições para a despesa Pública improductiva e para a corrupção: os relendings, com as indecentes comissões, são fatos que a Nação brasileira não pode mais suportar.

A passividade com que os últimos governos brasileiros aceitaram essas imposições, mais do que ingenuidade, sugere na cumplicidade. A falta de legitimidade do Governo aparece nitidamente no seu descompromisso com a solução dos problemas que afligem o povo brasileiro e na aceitação incondicional do reequilíbrio preconizado pelo FMI.

Há que se evitar, por outro lado, a falsa solução do voluntarismo irresponsável, da demagogia eleitoreira. A moratória deve ser vista como um instrumento de negociação, instrumento legítimo, porém não um fim em si mesma. Um instrumento de persuasão, um instrumento de negociação, um instrumento de pressão.

Não podemos correr o risco do isolacionismo, embarcando na aventura do repúdio da dívida. É preciso ousar na busca de soluções factíveis. A responsabilidade de nossa tarefa nos impede de jogar o País na aventura das ilusórias saídas unilaterais. É preciso enfrentar os problemas e não negar sua existência.

Entendemos que a dívida externa, desde a sua contratação, envolveu responsabilidades de ambas as partes. Nossa entendimento é que os credores privados devem ser chamados a assumir a parte que lhes cabe. O excesso de liquidez internacional nos anos 70 levou diversos bancos privados a fazerem empréstimos sem à devida cautela, sem a adequada análise dos riscos envolvidos. Com a crise deflagrada pela Moratória Mexicana em 1982,

os bancos passaram a transferir, sob os auspícios do FMI, os ônus dessa dívida, integralmente, aos devedores. A trágica "Noite de Caracas" exprime apenas de forma condensada o que tem sido esses anos para os países devedores. Mais dramático é recordar quantas noites como aquela não foram diluídas neste doloroso período de ajustes.

Esse sofrimento tem sido em vão, esta é a realidade! de uma lado, os credores insistem em manter as mesmas condições de pagamento, ao mesmo tempo em que recusam recursos adicionais. De outro, o povo brasileiro não vê reduzidas as suas carências, não vê no futuro a possibilidade de atendimento às suas necessidades mais básicas.

Nossa proposta para a dívida externa faz parte de um programa mais amplo para o Brasil. Entendo que a solução da dívida deverá ser, antes de mais nada, subordinada ao exercício da soberania nacional, através da legitimidade que será conferida pelas urnas em 15 de novembro. Será preciso inverter os termos da equação. É inadmissível que o crescimento do País fique condicionado ao pagamento da dívida externa. Isso deve ser impedido. Ao contrário, a soberania nacional impõe que esse pagamento limite-se ao compatível com a necessidade de crescimento da economia. Não se trata de saber quanto será possível crescer depois de pagar a dívida externa, mas, sim, quanto será possível pagar depois de garantir o crescimento.

Não basta, no entanto, assegurar o crescimento econômico, é preciso que esse crescimento se faça com o resgate inadiável da imensa dívida social que ameaça a estabilidade das instituições democráticas. Essa tarefa pressupõe, por seu turno, a reconstrução do Estado. Somente um Estado moderno, competente, eficiente vale dizer, moral e financeiramente saneado — pode chamar a si a responsabilidade de implantar a Justiça Social neste País.

É urgente a recuperação da capacidade de investimento do Estado, assim como de sua capacidade de planejamento e de seu poder de regulamentação e articulação dos interesses voltados ao desenvolvimento do País e à redução das disparidades regionais e das desigualdades de renda.

A retomada do crescimento e a reconstrução do Estado exigem dos brasileiros um "Basta". Basta à passividade, ao bom-moçoismo, à corrupção, ao nepotismo e aos privilégios. Cabe-nos tomar as rédeas de nosso próprio destino e dar um basta ao cartel dos credores gerenciados pelo FMI.

O que eu trago para os senhores é uma proposta na qual a auditoria da dívida externa, assegurada na Constituição, não será um ato de rancor. Será um gesto de Soberania Nacional necessário à definição do lugar que o Brasil quer ocupar no Mundo.

Nossa proposta parte da constatação de que as imensas potencialidades do Brasil, a necessidade de crescimento para superar as desigualdades sociais e a integração soberana ao mercado internacional não podem mais esperar. O momento para um posicionamento é

oportuno, seja pela mudança de posição esboçada pelos credores, seja pela iminência de termos um governo legitimado pela vontade popular.

Nossa proposta pauta-se pelos seguintes princípios:

— retomada do crescimento ao nível compatível com a necessidade de geração.

— preservação da soberania nacional, recuperação do caráter Público e da função social do Estado.

E eliminação da miséria absoluta.

— combate à obsolescência do parque industrial e recuperação da infra-estrutura.

— integração com a economia Mundial, subordinada ao revigoramento do mercado; e

— fortalecimento do regime federativo.

Nesse sentido, propomos retirar o aval da União aos créditos privados externos e dessa forma forçar a descentralização das relações entre devedores e credores.

Ao ser convidado para me pronunciar perante esta Comissão, acolhi com satisfação a oportunidade de aqui iniciar a apresentação à Nação brasileira de minha proposta, da proposta do Partido da Reconstrução Nacional, o PRN, que indica também os princípios pelos quais pautaremos, o Partido e eu próprio, a nossa ação de governo.

Vejo no Congresso, não só por força da Constituição, que disciplina a apresentação do programa plurianual e, a cada ano, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o *forum* apropriado, adequado, necessário e suficiente para a discussão dos problemas fundamentais da sociedade brasileira.

Iniciaria agora, de maneira mais objetiva, Sr. Presidente da Comissão, Senador Carlos Chiarelli, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, a apresentação do nosso objetivo, que começaria com um diagnóstico e com uma resposta, tentando demonstrar o porquê a dívida externa é nociva. Ela é nociva porque temos uma estrutura industrial que só possibilita a geração dos atuais superávits comerciais, seja pela restrição, do mercado interno, seja pela manipulação artificial do câmbio, ou pela compressão salarial, ou os três juntos.

Como o setor privado é gerador de dólares e o setor público é endividado em dólares, produz-se um desequilíbrio financeiro cujas consequências, todos nós sabemos, são extremamente danosas: pressão na dívida interna, impossibilidade de se fazer uma política monetária (é absolutamente impossível se estabelecer qualquer política monetária na confusa situação em que nos encontramos, do ponto de vista econômico-financeiro), e a inexistência de investimentos públicos e privados, porque os capitais estão aprisionados no *overnight* e de lá não saem enquanto definições de uma nova política econômica não sejam devidamente estabelecidas em nosso País.

Por que a renegociação feita até agora não resolve esses problemas? Porque os moldes de reescalonamento têm sido incapazes de reduzir as transferências e condicionaram o crescimento da economia ao setor externo. Entre 1983 e 1988, a nossa Poupança Interna

Bruta aumentou de 17% para 22% do PIB, mas os investimentos caíram de 20% para 16% do PIB. Essa diferença, naturalmente, é representada pela transferência de recursos para o exterior. Significa que essas transferências ao exterior, depois do ajustamento imposto ao País, cresceram de 0 a 6% do PIB.

Não se pode deixar de lembrar, também, que as renegociações criavam todas as condições para o aumento da despesa pública improductiva e corrupção. Os Relendings — como já foi aqui aludido, com as suas abusivas comissões — servem como exemplo e constituem fatos que a Nação brasileira não pode rigorosamente mais suportar.

Não podemos, pois, esperar passivamente que os países capitalistas avançados resolvam as suas equações financeiras e geopolíticas para que voltemos a crescer.

Os que apostam na negociação tradicional têm crença, ou talvez a ingenuidade, de que a economia mundial possa voltar a uma situação passada e que o Brasil volte a crescer nesse embalo.

Os bancos privados credores aproveitaram a folga dada pelo ajuste até 1987 para receber em juros e formar reservas na iminência da interrupção dos pagamentos dos países endividados. Não se pode esperar, portanto, que agora eles entrem com dinheiro novo. Ao contrário, pretendem substituir seu dinheiro pelo das agências governamentais e organismos internacionais.

O FMI, por outro lado, não consegue ser o que deveria, uma instituição reguladora do crédito, e os avanços para a formação de uma entidade internacional que desempenhasse esse papel esbarram em problemas de toda a natureza.

Ao mesmo tempo, não poderemos embarcar na aventura do isolacionismo do País da economia internacional, apesar de a moratória, como aqui também já foi colocado, se por nós considerada como um instrumento legítimo de negociação a ser usado, se for necessário, no seu devido tempo.

Esta proposta parte de uma constatação e de um diagnóstico.

A constatação é a de que as imensas potencialidades do Brasil, a necessidade de crescimento para superar as imensas desigualdades sociais e a necessidade de integração soberana ao mercado internacional, não podem mais esperar.

O diagnóstico é que o momento para um novo posicionamento é oportuno, seja pela mudança de posição dos credores, seja pela iminência de termos um governo legitimado pelas urnas, com a confiança da Nação e, portanto, com a credibilidade.

A dívida externa e o tratamento dado a ela impedem o financiamento da economia como todos nós estamos vendo e mantém os capitais sempre aprisionados nessa eterna ciranda financeira.

Portanto, a dívida deve ser tratada de maneira subordinada a um projeto de crescimento econômico, e nunca o contrário.

O que fazer então? A nossa proposta baseia-se na retirada do aval da União aos credores

externos e na consequente descentralização das relações entre credores e devedores. Este é o cerne da nossa proposta.

O desequilíbrio financeiro a que nos referimos decorre do fato de que o Governo central renegocia as condições gerais de pagamento da dívida e, como avalista da maior parte dessa dívida, redistribui os ônus e os recursos entre as entidades devedoras, segundo seus critérios e conveniências políticas.

Não é possível que uma empresa como a Petrobrás ou a Vale do Rio Doce não tenham autonomia necessária para viabilizar seus planos de expansão, inclusive renegociando sua dívida com seus credores.

Não é possível que os Governos Estaduais se vejam obrigados a subordinar suas políticas estaduais à forma de negociação encaminhada pelo Ministério da Fazenda.

Nossa proposta é que devedores e credores negoциem diretamente prazos e formas de pagamento compatíveis com a efetiva capacidade de geração de recursos dos órgãos devedores.

Ao Governo Federal cabe definir um verdadeiro projeto de crescimento, o que significa a definição de uma política industrial e agrícola, a realização de uma profunda reforma administrativa, e o estabelecimento dos parâmetros sob os quais se darão as negociações acima referidas.

Essas negociações, desde que haja perspectivas de crescimento, não se restringirão aos acertos convencionais — leia-se pagamentos de juros — e deverão implicar a incorporação de parceiros adequados. Para isto dois instrumentos poderão ser usados: a convergência da dívida em investimentos produtivos e a privatização, particularmente nos setores de infra-estrutura e exportações, sempre subordinados aos interesses nacionais e aos parâmetros definidos pelo nosso programa de Governo.

Não se trata, entretanto, de atribuir exclusivamente às forças de mercado a solução dos problemas que esse Estado não foi capaz de resolver. A negociação direta é um instrumento que — julgamos — nos recolocará na trilha do crescimento, sob a coordenação e controle do Estado, recuperado o Estado para exercer a sua função de fomentador do desenvolvimento econômico e social.

Vantagens dessa proposta: a primeira delas é a liberação das finanças e instituições públicas; resgata o papel social do Estado e dos instrumentos de política monetária e fiscal; faz com que o Banco Central possa recuperar também a sua possibilidade de fazer política monetária; faz com que a liberação dos recursos fiscais, do ônus de parte do serviço da dívida sejam aumentados e, portanto, ficam disponíveis os recursos para os investimentos do Governo; libera o Estado para executar programas sociais: saúde, educação, habitação etc., e traz, também, o fortalecimento do princípio federativo, que rege esta Nação.

Temos ainda algumas vantagens: o crescimento da economia irá se verificar quase que de imediato; e o crescimento da economia servirá para diminuir as desigualdades de ren-

da e das disparidades regionais. Mas não um crescimento econômico como hoje estamos assistindo, que só tem servido para concentrar a renda, aumentar as desigualdades e criar a injustiça social.

Como vantagens também, uma delas fundamental, a possibilidade de retomada dos investimentos por parte das estatais, que sabemos extremamente debilitadas porque foram oneradas com a exigência que o Governo central fazia de que elas, sobretudo as mais sólidas, conquistassem recursos externos através de empréstimos, não para que esses recursos servissem para os seus investimentos ou para as necessidades e atribuições da sua atividade-fim, mas, sim, para que esses recursos servissem para tapar buracos de caixa em outras áreas, em outros setores do Governo.

Essa proposta faz com que seja desatado o nó financeiro pela menor pressão dólar/cruzado, liberando os capitais privados do over. Traz também a integração soberana do País, a economia mundial, seja do ponto de vista comercial, de financiamento ou investimento.

Anossa proposta fortalece o nosso mercado interno, que é um pressuposto básico dessa mesma proposta; permite também, como outra vantagem, a repatriação dos capitais nacionais que estão lá fora, pela internacionalização de deságio, e vai fazer com que os credores aceleram as suas propostas que já estão colocadas, ou outras mais.

É o tempo em que, por exemplo, o Plano do Secretário do Tesouro Brady deve dizer a que veio. Quem ganha com esse Plano? Ganham as entidades públicas: empresas e Governo que realizam projetos economicamente viáveis; os inviáveis, mas de cunho social, serão realizados com os recursos orçamentários liberados, como já vimos anteriormente. Quem ainda ganha? Ganham as empresas privadas, que fornecem equipamentos e serviços ao setor público, bem como os setores privados ligados ao mercado externo, tanto exportador como importador. Ganham o capital e o trabalho, pela retomada do nosso crescimento. Ganham o mercado, ganha a população brasileira.

Quem perde? Perdem os bancos irresponsáveis, que emprestaram dinheiro especulativamente.

Algumas críticas já aguardávamos, mas elencamos duas delas que nos pareceram dignas de serem mencionadas neste plenário.

A primeira, de que os contratos de acordos já estabelecidos incluem cláusulas incompatíveis com a nossa proposta, mas a recuperação da soberania nacional exige que a negociação ponha a nu a natureza do endividamento e das renegociações havidas. Os projetos inviáveis, financiados irresponsavelmente, deixarão de onerar o Tesouro inutilmente; a passividade das renegociações anteriores será substituída por um projeto que permite aos credores preservar seus interesses, na medida em que os interesses nacionais o permitam.

Uma outra crítica poderia ser em relação ao cartel dos devedores que se insinua nos dias de hoje. A nossa proposta não é uma proposta isolacionista; ela não visa inviabilizar

a união dos países devedores, em especial da América Latina; ao contrário, é nossa contribuição para a definição de condições de negociação geral para o problema da dívida mundial. Baseia-se na coragem de assumir que as tentativas que foram feitas até agora falharam por sua concepção estreita e que o Brasil deve fazer uso do seu peso político e econômico e nível mundial, para colaborar na obtenção de uma solução definitiva, porque viável, para o desenvolvimento global.

Finalmente, essa proposta mostra com clareza o que entendemos pelo necessário papel do Estado como regulador e coordenador; uma nova inserção do Estado, viabilizada graças a sua recuperação financeira, sem ônus para o setor privado.

Em linhas gerais, Sr. Presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, Senador Carlos Chiarelli, é esta a nossa proposta.

Agradeço a oportunidade que foi dada por V. Ex<sup>e</sup> e seus dignos Pares de podermos comparecer hoje, aqui, para expormos e, ao mesmo tempo, nos colocarmos inteiramente à disposição de V. Ex<sup>e</sup> para algum questionamento, alguma pergunta ou alguma dúvida que porventura exista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE. (Carlos Chiarelli) — Encerrada a exposição do governador Fernando Collor de Mello, da sua proposta de condução da política de negociação da dívida externa e nos termos usuais do debate nesta Comissão, passo a palavra aos Srs. Parlamentares que já se inscreveram para fazer seus comentários e, sobretudo, as suas interrogações e considerações à vista e à luz da palestra do Governador Collor de Mello.

Com a palavra o primeiro inscrito, o Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SÁNCHO — Inicialmente, Sr. Governador, desejo congratular-me com V. Ex<sup>e</sup> por esse trabalho agigantado que vem fazendo no País inteiro, criando uma nova mentalidade de que os jovens têm o seu lugar assegurado nesta grande Nação, e o exemplo da ânsia do povo brasileiro é de que V. Ex<sup>e</sup>, mesmo com um Partido ainda sem grande estrutura, as pesquisas lhe proporcionam um lugar bem destacado.

Inicialmente, eu gostaria de perguntar, apenas para compreender melhor a exposição de V. Ex<sup>e</sup>, quando fala na retirada de aval. São os avais que foram dados ou são os avais futuros?

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Os avais que foram dados, porque a partir de agora, no entendimento da nossa proposta, não haverá mais avais do Tesouro Nacional para as operações de endividamento externo.

O SR. AFONSO SÁNCHO — Mas, de agora em diante?

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Não, a retirada dos avais já existentes.

O SR. AFONSO SÁNCHO — Um pouco difícil, não é Governador? Porque o País passa-

ria por caloteiro, e assim seria muito fácil, por exemplo, um mutuário fazer uma operação no banco com aval e depois o avalista chegar a dizer: "retira o meu aval que eu não quero mais." Tenho para mim que isso vai transgredir o Código Comercial, vai transgredir acordos internacionais, irá transgredir tudo, e tenho a impressão de que o País não ficaria bem numa situação dessas, mas, em todo caso, é o pensamento de V. Ex<sup>e</sup> e deve ser respeitado.

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Muito obrigado.

Eu me permitiria lembrar ao Senador Afonso Sancho que há um princípio do Direito Internacional que acredito seja muito importante. Esse princípio diz o seguinte: "Nenhuma nação é obrigada a cumprir acordos que firam a estabilidade de sua economia e do seu regime, a sua soberania e a dignidade do seu povo."

Esses avais ferem fundamentalmente a nossa soberania, a nossa estabilidade econômica e, sobretudo, a dignidade do nosso povo, que hoje está atormentado pela desesperança, pela falta de perspectiva de emprego, pela fome, pela miséria, pelo analfabetismo.

Não queremos este plano que, acredito, tem uma consistência muito apreciável, porque não quer, não se nega a pagar. Não se quer, nem se deseja dar o calote. Queremos apenas fazer com que cada um cumpra com as suas atribuições.

O que não pode mais é o Governo Federal ir para Nova Iorque, pagando as passagens e as diárias de 800, 900 banqueiros, ficando aquela fila de banqueiros assinando papel, e o Governo, muitas vezes, assinando sem saber o que está fazendo.

O que não se pode mais é admitir essas taxas de juros flutuantes. O Senador sabe que o País, em 1980, tinha uma dívida externa de 53 bilhões de dólares. De 1980 até agora, já pagou 105 bilhões de dólares em juros dessa dívida e ainda deve 114 bilhões de dólares! Isso fere a nossa soberania, isso fere a nossa dignidade! E, ao mesmo tempo, o plano permite que possamos talvez até expurgar dessa dívida total aquela parte que sabemos vêm sendo considerada por todos nós ilegítima, porque é evada de corrupção, de favorecimento, de pagamento de propinas e de gorjetas.

Quando se coloca a negociação direta entre o banco credor e o devedor, se o que foi financiado, objeto desse endividamento, é um projeto viável e, se é viável, está favorecendo o nosso País, está beneficiando a população brasileira, muito bem, está rendendo, do ponto de vista econômico ou social.

E aqueles projetos que foram colocados, que foram financiados para que os credores internacionais empurrassem, pela goela abaixo, os dólares de mercado extremamente líquido, na época dos petrodólares, eles também terão que pagar. A dívida foi mal contratada, a dívida foi mal negociada, a dívida, enfim, está hoje sob a suspeita da Nação.

A irresponsabilidade não foi somente de quem contratou mal essa dívida. A irresponsabilidade é também de quem concedeu esse empréstimo. É tão ou mais responsável do que aquele que contratou o que concedeu um empréstimo, sabendo que não teria viabilidade econômica nem social. É por isso que estamos querendo chamar também à responsabilidade essas pessoas. O que absolutamente nós não podemos mais é pautar o nível do nosso crescimento econômico depois de equacionada a dívida externa. Não. Temos que, primeiro, estabelecer as taxas de crescimento nosso, temos que crescer no mínimo 6,5% ao ano, para dar ingresso, anualmente, a 1,7 milhões de pessoas no mercado de trabalho.

É com base nisso que temos de trabalhar estabelecendo os parâmetros que vão nos conduzir a um crescimento econômico com justiça social e subordinada a questão da dívida a esse crescimento.

**O SR. AFONSO SÁNCHO** — Realmente, é um pensamento. Ocorre que o que aconteceu não fere a sensibilidade nacional. O que está ferindo é a nossa falta de capacidade de pagar. E o ilustre Governador sabe que o Brasil não pode ser estanque. O Brasil não é uma Nicarágua, não é um Haiti, não é uma Namíbia. o Brasil é um grande País que tem um Estado que é o maior país da América do Sul.

Então, não podemos tomar deliberação nem mesmo numa campanha eleitoral que venha criar um isolamento do País, porque já foi experimentado, nessa última moratória, quando estávamos exportando um bilhão de dólares e passamos a exportar 100 milhões de dólares — e não sabíamos mais quanto que exportaríamos. Não podemos ficar estanques, nem podemos dizer que a nossa soberania não deve ser tocada com argumentos que, talvez, tenham contra-argumentos. Mas, respeito o ponto de vista do nosso Governador.

Gostaria também que V. Ex<sup>e</sup> me explicasse como desconcentraria as rendas, porque V. Ex<sup>e</sup> falou *en passant* e eu queria mais detalhes.

**O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO** — Esse plano estabelece metas de crescimento econômico, libera recursos do Governo.

(Inaudível)

**O SR.** — Certo.

**O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO** — Esse plano estabelece metas de crescimento econômico e libera recursos do Governo para aplicação em programas de sua atribuição básica. Esse programa faz com que a confiança na economia brasileira seja recuperada, porque, ao lado desse programa, naturalmente, deveremos ter uma política industrial bem definida, uma política agrícola, e assim por diante.

Com o próprio aumento do ingresso do mercado de trabalho, a renda já estará sendo melhor distribuída. Com a melhoria da condição do nosso parque produtivo, que hoje se sucateia rapidamente, teremos também con-

dições de empregar mais, de pagar melhores salários.

Numa economia como esta, com a dúvida interna também sendo menos pressionada, porque o Governo, tendo liberado recursos próprios seus, não vai precisar mais pressionar com os títulos da dívida pública a nossa dívida interna, as taxas de juros deverão baixar e, consequentemente, o lançamento desses títulos não se fará na rapidez e na voracidade que hoje estamos verificando.

Esse plano, basicamente, estruturalmente, é um plano que fortalece o mercado interno, redistribui melhor a renda, pelas próprias oportunidades que ele cria para todos. O fato de retirarmos, de desatarmos esse nó da círcula financeira e permitirmos que os recursos que hoje estão na cadeia do *overnight* circulem também propicia um impulso no nosso desenvolvimento.

Então, é um plano que, fundamentalmente, propicia melhor distribuição de renda, porque permite um crescimento econômico auto-sustentado, com recursos do Estado e com recursos também do capital privado, que se sentirá seguro, porque com regras bem definidas, a reinvestir no País.

**O SR. AFONSO SANCHO** — Uma última indagação: eu gostaria de saber o pensamento de V. Ex<sup>e</sup> sobre dívida interna, se também seria retirada a garantia que o Governo deu até agora?

**O SR. FERNANDO COLLOR MELLO** — Absolutamente. Isto não é necessário. Acho que a dívida interna deverá ser mantida e cumprida pelo Governo, nos moldes que ai se encontram, como as taxas pactuadas, com os prazos de resgate obedecidos rigorosamente. Esse plano, inclusive, é para fazer com que o Governo cumpra suas obrigações em relação à dívida interna. Sem isto, dificilmente poderemos atestar que esta questão da dívida interna fique intocada. Isto garante que o Governo estará presente, honrando os compromissos assumidos com a emissão dessas letras do Tesouro.

**O SR. AFONSO SANCHO** — Obrigado. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli)** — Tem a palavra o Deputado Del Bosco Amaral.

**O SR. DEL BOSCO AMARAL** — Sr. Presidente, estive aqui nesta Comissão assistindo ao trabalho do Senador Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão, quando investigava a nossa quota de praga da corrupção mundial. A nossa quota ainda é vantajada. Temos a nossa dívida interna, nossa dívida externa e a nossa quota sensivelmente, já com notoriedade nacional e internacional, muito grande de corrupção.

Tenho a impressão, e nisto o Senador está certo em parte, de que o cidadão que não moraliza a própria casa, o cidadão que não moraliza a sua própria instituição, dificilmente pode, depois, até investigar se os direitos coletivos, ou seja, o direito dos cidadãos brasileiros

podem ser subordinados aos direitos individuais de banqueiros internacionais ou de corruptos nacionais que fizeram os acordos passados, logicamente com exceções, algumas partes da dívida externa podem ser razoavelmente apontadas até como sadias, mas, normalmente, temos o seguinte: de um lado, alguém recebendo uma parte de algum por cento, e de outro lado interno alguém recebendo uma parte, muitas vezes, polpuda e outras quantias dessa natureza. Eu posso até dizer — e faço palavras minhas — que já se aponta no porto de Santos quem vai ganhar as obras do Fundo Nakasone, que vão ocorrer daqui a quatro meses, e nesse ponto eu furaria a *Folha de S. Paulo*: se quisesse, poderia aqui dizer duas ou três empresas que já estão preparando canteiro de obras. Afinal, quem prepara canteiro de obras de um fundo de duzentos e poucos milhões, que ainda vai chegar ao País, apesar de já assinado pelo governo japonês — duzentos e poucos milhões de dólares só para a parte portuária de Santos? Desse forma, V. Ex<sup>e</sup>, Governador, que vem realmente despontando aí como um elemento de regeneração, uma espécie assim de cauteлизador das chagas de corrupções terríveis que neste Governo, até pela fraqueza e muito menos por envolvimento do Presidente José Sarney, campeia assim livremente, eis que há ministérios onde a corrupção não é simplesmente a exceção, mas a regra do ministério, o ascendente já começa a dizer: "E o meu?", até subir ao Sr. Ministro; e o Ministro sabe. Estou à vontade para dizer isso porque existe em uma das Casas do Congresso Nacional, uma CPI com uma esmagadora maioria de assinaturas sobre a corrupção na Siderbrás e não vai para o Plenário, não vai porque há pressões externas em cima do Congresso Nacional daqueles que ainda não sabem que força têm para eliminar essa chaga representada pela corrupção. (Falha na gravação)...exterior, adiar o pagamento, fazer esse sistema de minimoratória (falha na gravação)... no País ou no exterior, comissões ou com a utilidade do próprio projeto é óbvio que estamos pagando alguma coisa, a mesma coisa, eu diria ao Senador que me antecedeu, que se amanhã fôssemos chantageados por um gerente de banco para salvarmos a vida de um filho, e contrássemos um empréstimo no banco a juros exorbitantes de 50%, eu contrairia para salvar a vida de meu filho, mas denunciaria esse contrato depois e não me sentiria um caloteiro.

A Nação brasileira pode pelo voto estabelecer, e V. Ex<sup>e</sup> ou outro candidato qualquer — sou de outro Partido que não o de V. Ex<sup>e</sup>, sou do PMDB mas o candidato que se propuser, pelo menos a investigar a dívida, vamos parar de pagar e vamos fazer realmente uma investigação para saber a procedência dessa dívida, tenho a impressão que quem fizer uma proposta dessas e cumprir — que não fique só na proposta, Sr. Governador — tenho a impressão que receberá um apoio maciço de parte da sociedade brasileira. Isso aí é um catalizador de votos incrível, porque brasileiro sabe a estória do cemitério — dois para mim, dois

para ti e um para o que está passando lá fora. Isto foi feito com a dívida externa brasileira.

Possso assegurar, porque minha mãe faleceu no ano passado, foi funcionária modelar da alfândega de Santos há sessenta anos, e hoje se fizéssemos uma operação *container*, o dia nacional do *container*, constataríamos que talvez 50% deles estariam ovados, com mercadorias que iriam mostrar descaminho ou contrabando no ingresso neste País. Dinheiro que está saindo e mercadorias que concorram talvez com o produtor interno, entrando pelo porto de Santos. Minha mãe, durante sessenta anos, assistiu, no tempo do gêia, tempo em que não fabricávamos automóveis, ao porto de Santos ser o porto nacional do contrabando e do descaminho para ficar por autoridade da ditadura e por autoridade também dos tempos democráticos. Ela passou por todas essas épocas. Corrupto tem na ditadura e na democracia; só que na democracia pode-se fazer como fez o Senador Carlos Chiarelli, pode-se fazer o que está fazendo o Gasparian, nesse instante, na comissão respectiva da Câmara dos Deputados.

Hoje, V. Ex<sup>a</sup> assume o compromisso com a Nação, com o povo brasileiro, de que não vai calotear, não, com emoção — aí, concordo com S. Ex<sup>a</sup> Sr. Senador — ficariam isolados do mundo. Esses pilantras — o termo é este — não conseguem resolver seus problemas internos, não conseguem encarcerar os seus corruptos internos e dizem que não pagam agora a dívida externa. Não! Um governo sério investigaria qual foi o cronograma ou até o organograma da corrupção, porque a corrupção, no Brasil, chegou ao ponto de ter organograma. O corrupto tal está subordinado ao corrupto tal e assim funcionam os governos. Então, teria um cronograma e os aportes, no qual iríamos ver o que foi aplicado nas obras. Naquela época pode-se investigar tranquilamente determinadas saídas, basta ver no *black* hoje qualquer subida desmesurada. Logo, depois de um aporte de recursos externos, já podemos saber que entraram dólares externos que estão saindo pelos doleiros, porque, realmente, alguém fez caixas com dólares de dívida contraída pelo povo brasileiro e seus governantes. Muitos bem, se V. Ex<sup>a</sup> se compromete a agir no caráter geral como fez na simpática e heróica Alagoas, já fica realmente um meio crédito, não meu partidário, não meu pessoal, porque sou homem... de partido, mas ficará com meu crédito perante a Nação.

Quanto à dívida interna, mal o Senador acabava de perguntar, V. Ex<sup>a</sup> disse: "Absolutamente, será tudo respeitado". V. Ex<sup>a</sup> não vai também investigar — aí é que me causou uma certa surpresa —, V. Ex<sup>a</sup> nem deixou o Senador terminar e investiu logo, dizendo: "Absolutamente", como se dissesse: "Lá fora tudo e aqui dentro nada". V. Ex<sup>a</sup> não vai também investigar, se o Presidente da República, como esta dívida interna chegou a estes limites insuportáveis, ou vai? Era o que eu queria ouvir de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Na dívida interna temos um desequilíbrio

orçamentário, ou seja, o Estado gastando mais do que arrecada, tem de ser equilibrado de alguma maneira. O Governo, então, tem algumas alternativas: a primeira delas é aumentar os impostos. Ele não tem mais por onde aumentar os impostos, porque ninguém mais suporta pagar um cruzado de imposto. Ele vai para a emissão, pura e simples, do dinheiro ou vai para a colocação dos títulos públicos, oferecendo ao mercado com taxas competitivas, de modo a que tenha aceitação. É muito difícil, então, de se saber para que projeto a dívida interna está servindo. Basicamente, ela está servindo para sanar o desequilíbrio orçamentário do Estado brasileiro. Se verificarmos que a dívida interna, na realidade, hoje, os 90 bilhões — equivalentes em cruzados de dólares, que estão girando diariamente no *over* são capitais, são recursos que estão lá aprisionados pela falta de uma política econômica consistente, que, no momento em que houver uma política econômica, esses recursos estarão se desgrudando daí para serem injetados no setor produtivo da economia. Qualquer ação nossa de um calote na dívida interna seria extremamente danoso para que nós alcancemos as taxas de vencimentos a que nos estamos propondo. Então, se pegarmos pela dívida externa, garantia ao Sr. Deputado Del Bosco Amaral que, sem dúvida alguma, estaremos pegando aqueles que causaram, inclusive, esse endividamento interno, porque foram os que causaram o desequilíbrio orçamentário, foram os que estabeleceram um déficit público absolutamente monstruoso, gigantesco e que não tem nenhuma conexão com a nossa realidade.

O SR. DEL BOSCO AMARAL — Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me permite só mais um questionamento?

V. Ex<sup>a</sup> sabe — e nisto todos os Senadores e Deputados aqui deveriam saber — que hoje o empresário nacional é simplesmente caloteado pelo Governo Federal, pelos governos estaduais — não sei se o de V. Ex<sup>a</sup> também, mas ao menos lá, em S. Paulo, muitas vezes se pode pagar por falta de caixa, e quanto aos governos municipais, não há nem o que falar. Por exemplo, há uma cidade do PMDB e outra do PT na minha região, onde a Prefeitura está aplicando no mercado financeiro que realizaram obras sérias para isto. Se o Deputado protesta abertamente é Deputado interessado em que empresário receba, mas eu, como não tenho "rabo preso" e ponho fogo no "rabo de palha" que tentam me plantar, digo o seguinte: se sou administrador, investigo a obra que foi realizada pelo empresário nacional, se ela foi correta devo, pago. Se devo com saúde e pago quando puder, e outra história. Mas, simplesmente, os Governos não estão — União, Estados, Municípios — não estão pagando aquilo que contraíram com o empresário nacional. Onde isto é descontado? O empresário perde? Não, não pode, Sr. Governador. Simplesmente uns 40% a mais no valor da obra, um pouquinho a menos, com muito a menos nas medições, e aqui e ali há sempre um jeitinho nacional de o pagador da conta ser a população brasileira. Nem paga

a Prefeitura, nem paga o Estado, nem paga a União, paga simplesmente a população.

Encerrando, faço a pergunta, lembrando aqui que temos nas nossas Disposições Transitórias, no art. 26: "No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores deste ano, antes até dos srs. candidatos receberem o aplauso ou o voto popular, o Congresso Nacional já terá obrigação de estar fazendo isso. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, que evidente deve ter um grande ou parcial apoio na Bancada de Alagoas — aliás, tenho certeza de que o fará — e que não ficará esperando, eleito, para que começemos isto, que prepará e solidificará o terreno para que o Sr. Governador, se eleito amanhã, possa, realmente não calotear a nossa dívida externa, e pagar, realmente, aquilo que for aplicado no País, ou, pelo menos se constatado que o credor externo desconhece o rumo que a administração deu ao dinheiro, ele não é culpado. Normalmente, estão aí os escândalos internacionais, tanto no Japão, nos Estados Unidos, na Alemanha. Vemos nestes países, uma série de homens indo para a cadeia por negociações que fizeram um empréstimo com outros países — o Brasil não vem sendo citado ultimamente, porque aqui conseguimos esconder bem os corruptos internos e externos.

V. Ex<sup>a</sup> aparece com um certo carisma e com uma colocação bastante razoável nos Gallups, Ibopes, Datafolha e outros tipos de pesquisa relativas aos presidenciáveis.

Vou fazer uma pergunta a V. Ex<sup>a</sup> que poderá deixar de ser respondida se for uma estratégia de campanha: V. Ex<sup>a</sup>, em algum momento pretende, com o alto cacife político que já está, deixar de ser respondida se for uma estratégia de campanha: V. Ex<sup>a</sup>, em algum momento pretende, com o alto cacife político que já está, deixar a posição de *pole position*, candidato à Presidência, e se compor à Vice-Presidência, onde todas essas suas propostas estariam razoavelmente prejudicadas, porque vice-vize, exceto Aureliano Chaves, como diziam antigamente os jornalistas, ou V. Ex<sup>a</sup> vai levar essa campanha para ganhar ou perder, até o fim? Trata-se de uma resposta que o povo brasileiro quer, porque está ouvindo propostas que só um Presidente pode encaminhar e não um futuro vice-Presidente. Eu gostaria de ouvi-la de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Muito bem, Deputado Del Bosco Amaral, inicialmente, sobre esse dispositivo constitucional, inserido nas Disposições Transitórias, eu exalto isso, inclusive, faz parte do corpo do texto que acabei de trazer a este Plenário, e é claro que tudo isso terá que ser feito com a profunda identificação do Congresso Nacional, que reflete, em última instância, as aspirações populares, o sentimento deste País. Este trabalho, como esta proposta implantada, será do Congresso Nacional, será, em muito facilitada, porque essas questões virão, aflorarão com muito vigor. Quando tiver um contrato,

que tenha sido penalizado pelas intermediações indignas, fatalmente, elas estarão aparecendo, porque a entidade que deve vai querer discutir com o credor que dívida foi aquela, como ela foi contraída, que aquilo não foi aplicado nas atividades daquela estatal, daquele organismo, tendo procurar a sua origem. Logo, vão polular por aí denúncias e mais denúncias de corrupção, de favorecimento, de intermediações, que facilitaria o, em muito, o trabalho da Comissão do Congresso Nacional, instituída, inclusive, pela nossa nova Constituição da República.

Em relação à outra colocação feita pelo nobre Deputado Del Bosco Amaral, eu diria que sou candidato à Presidência da República, desde que o meu partido, assim o entendendo, ratifique o meu nome na Convenção Nacional, que deverá ocorrer em julho próximo. Em momento nenhum abdicarei desta condição. A não ser candidato a Presidente da República por uma decisão do meu partido, não sarei candidato absolutamente de nenhum outro cargo. Não admito nenhuma composição em termos de Vice-Presidência, e nenhum outro tipo de composição que não seja o de viabilizar, pelo meu partido, o PRN, uma proposta concreta de reconstrução nacional. Uma proposta que alimente o nosso ideal de fazer com que esse Brasil tenha sua dignidade reparada. Fazer com que todos, sobretudo essa nossa geração, que chamo de geração do hiato, possa acalentar as esperanças de que haveremos de fazer um País realmente digno e honrado perante, não somente, seus filhos — todos nós — mas também respeitado internacionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao Deputado João Cunha.

O SR. JOÃO CUNHA — Nobre Senador Carlos Chiarelli, gostaria, como primeira palavra, de destacar o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> vem fazendo no sentido de transformar a Comissão de Finanças num foro de debates dessa questão crucial que atinge e toca de perto todos os brasileiros, a Nação brasileira como um todo, e o faz justamente num momento próprio em que os pretendentes à Presidência da República, nascida agora depois de quase trinta anos pelo poder originário, que é a vontade do povo. V. Ex<sup>a</sup> abre o espaço, cria as condições, para que os candidatos à Presidência possam aqui expor suas idéias a respeito dessa questão. Penso mesmo que os aspirantes ao cargo de direção nacional de um País como o Brasil têm que ter uma posição muito clara, uma atitude muito definida e uma vontade política muito demonstrada no que diz respeito à dívida externa.

Em segundo lugar, gostaria de fazer uma saudação ao Governador das Alagoas, um pedaço de chão limpo do Brasil de hoje, lembrando o trabalho que vem fazendo, já a sua candidatura assim colocada, já a formulação de um partido que tem um nome que por si só explica um conteúdo de vontade: Partido da Reconstrução Nacional.

Ao definir a palavra "reconstrução" denuncia as mazelas não só dos últimos 25 anos

da ditadura fascista, corrupta e entreguista que infelicitou a nossa Pátria, como também quatro séculos de imperialismos e colonialismos a que a Nação vem sendo submetida. E propõe, na denúncia, não o lamentamos a reconstrução da Pátria, a reconstrução nacional.

Tive a desdita, prezado companheiro e amigo Governador das Alagoas, Fernando Collor, e também a honra de participar da vida pública nestes últimos quinze anos, em Brasília. A desdita, porque a minha geração, contemporânea da sua e do Senador Carlos Chiarelli, teve que lutar dentro de um clima de violência, de corrupção, de tortura, do arbitrio, da intolerância, da ditadura que mais infelicitou a história da Pátria, e só as gerações futuras irão poder sentir, contar, realmente, tudo o que efetivamente foi feito contra o País, quer nas relações do seu subsolo, das suas riquezas, quer na relação da sua universidade destruída, quer na perda da identidade nacional, quer no atingimento profundo da crença do povo, nas instituições da República, da perda da confiança do povo na sua chamada classe política, no comprometimento internacional ajuizado a partir de 64 pelas forças militares e civis, acomplidas a um projeto antipatriótico, e entreguista; tive a desdita de ter participado por aí, assistindo a mortes de pessoas que me eram caras — e eu poderia até destacar entre elas um tio-avô, Joaquim Câmara Ferreira, morto brutalmente pelo Delegado Fleury em S. Paulo — e não poderia me esquecer de figuras como Wladimir Herzog, Rubens Paiva, Manoel Fiel Filho e tantos outros que foram vítimas mais destacadas do que ocorreu nesses anos; tive a honra de participar dessa fase, porque pude encontrar-me ao lado de homens honrados, dignos, decentes, corretos, íntegros, patriotas, que dedicaram, como nós pudemos fazê-lo, os melhores anos de nossas vidas na busca deste momento democrático.

A transição não se deu com o Presidente Tancredo, eleito e morto, e nem com o Presidente José Sarney, que levou a Nação também a uma desdita maior; a transição se dará a partir das eleições que acontecerão este ano, vinte e nove anos depois teremos uma eleição em que o povo brasileiro tomará o destino em suas mãos, afirmará a sua condição de sujeito da História e tentará recriar sua cidadania perdida. Quase 30 anos depois temos aí pleito marcado e, já de pronto, os esquemas de poder. E aí é que digo da minha desdita ao mesmo tempo e da minha honra desses anos. Pude conhecer Fernando Collor de Mello, meu companheiro, pude conhecer de pertinho o esquema de poder do País. O poder no País tem sido exercido como uma ação entre amigos: numa ponta, os setores da área de energia, destacadamente a figura daquele que considerei e considero o maior entreguista deste País, que é o General Ernesto Geisel que, ainda Presidente da República, se tornou sócio de Ralph Rosemberg, testa-de-ferro da Union Carbide Incorporation, criando o Pólo Petroquímico de Carnaçari todo ele comprometido por esquemas tripartites de ações que ferem a soberania nacional que não atingem os interesses do povo brasileiro que descura

de projetos energéticos alternativos que poderíamos ter inclusivo naquela área; noutra ponta temos o setor financeiro interno, que faz esse giro violento, essa brincadeira imoral esse atentado contra a miséria e a angústia do povo brasileiro; noutra ponta os setores das multinacionais que se privilegiaram dominando a economia nacional. E como resultado disso, uma Nação descrente, sem vontade, onde — o Deputado Del Bosco Amaral define bem — as instituições da República são marcadas pelo "e o meu aí" até do ascensorista.

Pois bem, Fernando Collor, essas colocações eu as faço para dizer que tive a honra de ser e de ter assumido como primeiro Deputado que ingressa no seu Partido. Não o fiz à toda. Criei o MDB no meu Estado também, participei do grupo autêntico aqui, durante uma década e meia. Fiz uma experiência de convivência com companheiros dignos, honrados, que compõem a Bancada do PDT, por um período. Depois desses anos todos, depois de ver o trabalho de Tancredo Neves e a sua fisionomia articulando a transição, depois de ter observado os Líderes da Nova República que, ao chegarem ao poder, o fizeram sem um projeto nacional que contemplasse o sonho do povo brasileiro, estamos vivendo isso há cinco anos, e os homens que compuseram a luta de oposição e chegaram ao poder, não se deram conta de que, ao chegarem ao poder, buscaram muito menos que formular o projeto nacional, síntese dos sonhos do povo brasileiro, formularam muito mais: a síntese dos seus sonhos pessoais de exercício de poder.

Não diria jamais que sinto vergonha de ser brasileiro, mas que sinto vergonha de ter participado do convívio de alguns homens que, no exercício do poder, traíram a Nação por inteiro na prática da corrupção, na agudização da sua internacionalização na área econômica, no desrespeito com a miséria do povo. Essa ação entre amigos, Fernando Collor, que pude testemunhar e conhecer é a mesma que resolve qualquer conflito de interesses com setores privilegiados em 24 horas e é incapaz de resolver a questão básica da vida do cidadão brasileiro, que é o seu salário, e faz com que essas questões fiquem aí pulando no noticiário como uma grande discussão. O próprio Congresso Nacional, recentemente, deixou de fixar um mínimo que não tem compatibilidade nem com a dignidade humana, em nome do atendimento de um apelo de que isso destruiria a economia nacional. Mas quem fez a defesa dessa posição se esqueceu de denunciar os 2 bilhões de dólares que se dão de subsídios à Nafá, se esqueceu de denunciar a energia elétrica, dada a preço de nada às multinacionais, se esqueceu de dizer do subsídio que damos à indústria automobilística para exportação, no interesse de um cartel internacional, na mais nociva atividade contra nós; se esqueceu-se de dizer que pagamos 300 milhões de dólares na rolagem do over por dia no País; se esqueceram-se de dizer isso e que pagamos um bilhão de dólares de juros da dívida externa, e de 1977 até agora pagamos 77 bilhões de dólares, que transferimos de

rendas líquidas para o exterior, de uma dívida que está em 110 ou 114 bilhões de dólares agora. Quando ouvi o seu projeto, a sua vida, o seu comportamento político, o seu testemunho como Governador, depois de tê-lo visto como colega aqui no Parlamento, eu assumi, porque encontrei pela primeira vez no prezado companheiro alguém realmente que, embora pertencente a uma família de tradição e de riqueza, de uma educação finíssima em todos os sentidos, tem a sensibilidade, tem tudo e demonstrado a capacidade de entender o Brasil e de ver que chegou a hora, nestas eleições, de um Governo autenticado pelo povo, de forjar e formular o grande projeto nacional que as grandes nações do mundo forjaram a tempo próprio para seus povos.

Senador Afonso Sancho, não acredito que o Brasil, em nenhuma circunstância, dê calote. Fui um dos primeiros nesta Casa que falava em moratória. Depois que fui conhecendo a forma com que a dívida externa foi contraída, primeiro, pela falta de legitimidade de quem a contraiu, pela irresponsabilidade de quem a contratou, pela corrupção que a envolveu, pelo jogo da manipulação dos juros internacionais pelo sistema financeiro internacional, pelo fato de que recebíamos papel sem lastro, que são esses dólares emitidos aí à loucura pelos Estados Unidos, percebi que é chegada a hora, Sr. Fernando Collor, de um projeto como esse que V. Ex<sup>e</sup>, *en passant*, neste instante, toca aqui dentro da Comissão de Finanças do Senado. A minha crença no seu projeto e na sua figura, a minha crença no seu propósito e nas suas intenções políticas de governo fez que assumisse ao seu lado, de sorte a que possarmos tentar fazer uma caminhada que seja menos de transformar o futuro Presidente legitimado pelo povo em mais um gestor dos interesses do poder, mas um gestor dos interesses da Nação. Ouvi de Fernando Collor, recentemente, a afirmação de que ele não deseja o conchavo com as elites em torno dos seus interesses imediatistas. As elites brasileiras não tiveram a visão maior do que o fundo das cercas das suas fazendas ou do que o muro das suas fábricas, para ter ajudado a Nação a constituir e construir o seu grande projeto, Fernando Collor afirmava: eu quero uma cumplicidade saudável, benjazeja, com o povo brasileiro. Tenho acompanhado seus projetos e este, quando fala da dívida externa. Este projeto já é uma denúncia, afirma um compromisso, delinea uma vontade de exercício de poder; esse projeto dá para eu engajar, depois de ter visto tantas traições, tantas mentiras. A traição do Plano Cruzeiro, que eu meu lembre, levei ao Presidente José Sarney, constituída no privilegiamento das OTN para o setor financeiro com a correção monetária, quando tudo estava congelado na Nação. Lembro-me de o Presidente José Sarney ter afirmado: "Fui traído". Lembro-me de Sua Excelência não ter tomado posição alguma e que em 1º de março de 1987 a Nação assistiu à transferência da ordem de 7 bilhões e meio de dólares de recursos para o setor financeiro, com a correção monetária das OTN.

Acho que a Nação, hoje descrente, põe olhos em Fernando Collor, põe olhos no companheiro; ela tem observado — Del Bosco Amaral, nosso Companheiro Deputado, mostrou isso — e posto a sua crença na cara, na proposta, nos projetos, na atitude e na tradição de trabalho e no tipo de luta que faz nas Alagoas. Quero estar integrado nessa luta e dizer mais se eu puder avançar junto com o Companheiro, amanhã, para dizer, a nível internacional, que já pagamos muitas vezes aquilo que nos foi emprestado, o que já demos de riquezas nossas do subsolo, para esses mesmos setores internacionais, que já pagamos com a Morte Severina de centenas e centenas, de milhares e de milhões de criaturas humanas.

Lembro-me aqui de um Ministro da Saúde, do Governo da ditadura, interpelado por mim, quando ele afirmava que, por ano, morrem 500 mil crianças de zero a 5 anos de doenças várias e de forme, etc. Imaginei, então, em 10 anos, 5 milhões de criaturas humanas; em 20 anos, 10 milhões de crianças que nem puseram a cara no mundo.

E por isso, Senador Afonso Sancho, que acho que a questão de calote não tem sentido no nível internacional quando se trata, como disse Fernando Collor, de defender a dignidade, a felicidade, a honra e a soberania nacionais.

Encerrando, Fernando Collor, gostaria de dizer que estou associado com a sua proposta, acho que ela pode avançar mais; no futuro, um plebiscito junto à Nação brasileira, posta a nua essa dívida, convocando a Nação a dizer de que forma ela quer que a questão seja resolvida. Há 300 mil contratos dessa dívida externa; acho quase impossível pensar-se em discutir um por um. Temos é que mudar essa lógica em que é posta a coisa — a questão é política. Em primeiro lugar, os interesses da Nação devem estar escudados no apoio do povo nessas próximas eleições.

O futuro Presidente da República não vai nascer de um esquema de quartel e nem tampouco de um conchavo de traição nacional, como foi o que levou Tancredo Neves ao poder. Essas eleições levarão a um presidente da República legitimado pela vontade do povo, e num plebiscito nacional poderemos dizer pela vontade do povo, se essa dívida deve ser paga ou não. De minha parte, voto para que não se pague mais. Pode-se dizer — e vejo no sorriso do Senador Afonso Sancho, encerrando a minha participação — que essa é um atitude irresponsável; não acho; é uma atitude de soberania. Os Estados Unidos são os maiores caloteiros do mundo, e os maiores e mais atrevidos emissores de papel sem lastro, e é uma nação respeitada. A vontade nacional tem que privilegiar as crianças que nascem; a questão da previdência social; a educação no País; a habitação do nosso povo; a reforma agrária têm que ser feita; tem que privilegiar a universidade brasileira; tem que estabelecer que tipo de projeto queremos para a Nação. Tudo isso tem que ser definido antes de a gente conversar com esa banqueirada internacional.

Outro dia o Ministro Maíson da Nóbrega deu um exemplo de desconhecimento, de irresponsabilidade — os jornais o tratam com muita delicadeza —, em Paris ele estava fazendo um descanso de 2 dias; quando lhe informaram que havia uma explosão na inflação, aqui, interna, de 5% ou 6%, lembro-me da expressão que o jornalista notou; ele não acreditava, precisou telefonar para o Brasil para saber. Imagine o Secretário do Tesouro Americano, na Alemanha, dizer que não soube que aumentou a inflação dentro dos Estados Unidos. É um bando de irresponsáveis; de corruptos; é um bando de homens que não têm nada a ver com o destino nacional; são gestores representantes de empreiteiras, representantes do setor financeiro, representantes de multinacionais, representantes do que há de mais abjeto contra os interesses do País.

Quero dizer, Fernando Collor, encerrando a minha participação e agradecendo a enorme tolerância dos presentes e do Senador Carlos Chiarelli, que a sua afirmação, com essa posição em relação à dívida externa, o dimensiona de pronto, para assumir a Presidência da República e receber do povo, o apoio, o aplauso e, mais do que isso, a solidariedade para enfrentar essa questão que já virou piada no País.

Em 1978, denunciava na Câmara que eles estavam propondo contrato de risco para exploração das matas amazônicas como pagamento da dívida. Agora eles falam em preservação da mata amazônica para pagamento da dívida. Os "pilantras" do imperialismo internacional encontram seus parceiros internos. Não em Fernando Collor de Mello. Por isso, estou com ele e quero caminhar até a sua vitória. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Tenho sérias dúvidas de que o Governador Fernando Collor de Mello tenha alguma coisa a responder à manifestação feita pelo Deputado.

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Só agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Não vou discutir o conteúdo da manifestação do Deputado João Cunha, evidentemente empolgada, e na qual ele traça, de maneira muito clara esse posicionamento assumindo corajosamente. Agradeço as referências que fez a mim, agora não sei se é a mim ou ao "Luís Chiarelli", que não conheço.

Isso é uma característica paulistana, que já vi, trocar os nomes. (Risos.)

O SR. JOÃO CUNHA — (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Bem, passemos, após a manifestação do ilustre Deputado João Cunha — e agradeço as suas gentilezas, para com a Presidência da Comissão — a palavra ao Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Governador Fernando Collor de Mello, peço desculpas por ter chegado um pouco atrasado, mas tive o prazer de assistir uma boa parte da exposição de V. Ex<sup>e</sup> —

Mas vou fazer apenas duas perguntas. Dentro deste relatório, na posição de V. Ex<sup>e</sup> concernente à dívida externa, V. Ex<sup>e</sup> diz o seguinte, aqui na proposta de pauta: "Retomada do crescimento ao nível compatível com a necessidade de geração de emprego".

Sabemos, não só no Brasil como nos países em desenvolvimento e desenvolvidos, que a espinha dorsal dessas nações é a pequena e média empresas. Tive ocasião, há dois meses de ser convidado a ir à China Nacionalista. Passei praticamente um mês nas duas Chinas e tive o cuidado de ter contato maior não com as autoridades, mas com as representações das pequenas e médias empresas nesses países. E tive grata surpresa.

Em Taiwan, por exemplo, hoje um país que é o segundo do mundo em divisas, digo segundo porque o primeiro é a Alemanha, o segundo é o Japão, com 86 bilhões de dólares, mas com 130 milhões de habitantes, e Taiwan, com 81 bilhões de dólares, tem apenas 20 milhões de habitantes, não há lá mais de 17 empresas grandes. Com 37 anos, praticamente, desde quando o general Chiang Kai-Shek foi para a ilha Taiwan hoje tem um desenvolvimento muito grande, concorrendo com o dos Estados Unidos e com os do Japão. E a base é a pequena e a média empresas, que têm capital, a pequena empresa, de 200 mil dólares a 1 milhão de dólares, e a média empresa, de 1 milhão de dólares a 4 milhões de dólares.

Existem 22 desempregados e o salário mínimo lá é acima de 900 dólares, salário mínimo que ninguém paga, pagam sempre acima disso.

Sabemos, Governador Fernando Collor de Mello, que no Brasil as empresas médias e pequenas estão todas quebradas, todas, sem exceção, porque as pequenas e médias empresas neste País vivem de teimosia que são, ou pelo beneplácito das grandes.

Pergunto: Como é que V. Ex<sup>e</sup> encara esse art. 172 na Constituição, que regula remessa de lucro, investimento de capital estrangeiro? E esse mesmo artigo está de acordo com o interesse do desenvolvimento do Brasil? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta foge um pouco desse debate. Mas tivemos ocasião na visita do último candidato a Presidente da República, Senador Mário Covas, de abordar esse assunto. E eu querer ter o prazer de fazer essa pergunta a V. Ex<sup>e</sup> é candidato à Presidência da República por um partido pequeno, por um partido que tem muito pouca representatividade no Congresso.

V. Ex<sup>e</sup> sabe que desde a época dos anos 46, quando entramos no regime democrático, quando o general Dutra foi eleito Presidente da República, ele foi eleito por um partido que tinha maioria no Congresso, o Partido Social Democrático, e governou tranquilo, cumpriu o ladrilho, como ele falava na época. Depois do General Dutra veio o Dr. Getúlio Vargas. O Dr. Getúlio Vargas foi eleito pelo PTB, não tinha uma maioria suficiente no Congresso, e todos nós sabemos o que aconteceu.

Depois do Dr. Getúlio veio o Presidente Juscelino Kubitschek, apesar das "aragarças", das "jacareacangas", que foi eleito pelo Partido Social Democrático, ou seja, um partido que tinha maioria e sustentação no Congresso. Terminou o Governo e passou a faixa presidencial ao Presidente Jânio Quadros que, naquela época, no meu entender, alugou a legenda da UDN e passou apenas sete meses no Governo porque achava também que não tinha maioria no Congresso.

Passou a Presidência da República ao Jango e nós sabemos o que deu, o golpe militar de 64. E agora nós temos um presidente da República, um homem conhecedor profundo dos trabalhos legislativos. Ele foi Deputado Federal, dezesseis anos, foi Senador da República, Governador. O Presidente Sarney nunca teve maioria no Congresso, nem no Senado Federal. Por quê? Porque também nunca pertenceu a um partido de maioria, ele era Presidente de honra de um partido ao qual nunca pertenceu, o PMDB.

Pergunto a V. Ex<sup>e</sup>, Governador Fernando Collor, V. Ex<sup>e</sup> eleito Presidente da República, V. Ex<sup>e</sup> tem a consciência que seu partido não tem essa maioria no Congresso. Faço esta pergunta porque sempre fui presidencialista, nunca me convenceram do parlamentarismo, aquele parlamentarismo que tivemos efêmero na época do Presidente João Goulart, cujo Primeiro-Ministro foi durante oito ou nove meses o ex-Presidente Tancredo Neves. Pergunto a V. Ex<sup>e</sup> se eleito Presidente da República, não agora como muitos querem fazer, "virar a mesa" ou seja, modificar o regime, modificar a regra do jogo, para fazer uma "mutreta", porque entendo que isso é "mutreta", mas depois de V. Ex<sup>e</sup> eleito Presidente da República, o que é que V. Ex<sup>e</sup> acha, se V. Ex<sup>e</sup> dá o apoio ou não à mudança do regime para o parlamentarismo, principalmente, Governador Fernando Collor, porque o Congresso hoje teve devolvidas as suas prerrogativas que tinha em 46 e mais alguma coisa, ou seja, o Congresso, hoje, tem prerrogativas muito grandes e com muita responsabilidade e parece que é um meio parlamentarismo.

Então, indago: Eleito Presidente da República, qual é a opinião de V. Ex<sup>e</sup>? Essas são as duas perguntas que gostaria de fazer.

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Senador Ney Maranhão, é com satisfação que tentarei atender a suas indagações. Em primeiro lugar, gostaria de colocar que entendo ser o regime parlamentarista, sem prejuízo naturalmente da posição do nobre Senador, o sistema de Governo mais apropriado para a estabilidade das instituições e a preservação do regime democrático.

Temos que perseguir a implantação no País do parlamentarismo. No entanto, concordo com V. Ex<sup>e</sup> quando afirma que a instituição já de um sistema parlamentar de Governo, sem dúvida alguma, é um casuísmo e a atender a esse casuísmo nós, eventualmente, estaremos abrindo uma brecha, inclusive, para um casuísmo maior que tem muita gente aí trabalhando que é o de não haver eleição.

Então, acredito que as regras já estão bem definidas e é com essas regras que aí estão colocadas é que nós devemos nos haver nesse período eleitoral.

Em relação à colocação que V. Ex<sup>e</sup> fez sobre a questão da pequena e média empresas, esse é o retrato do Brasil de hoje, esse é o retrato de uma situação de absoluta falta de identidade de projetos nacionais com os anseios nacionais, e projetos de Governo nacionais com os anseios populares. Isso é fruto de um modelo econômico que está ainda penalizando a todos nós, modelo exportador que drena recursos vitais da Nação, que enfraquece o nosso mercado interno, que penaliza a renda, que acha o salário, que tira do empresário o ímpeto de investir, que sucateia o nosso parque industrial e que só traz benefícios para aqueles que vêm garroteando o nosso desenvolvimento, que são os banqueiros internacionais.

Com esse enfraquecimento do mercado interno, não há possibilidade de subsistir nenhuma iniciativa empresarial que se proponha duradoura, muito menos a pequena e a média empresas que sofrem terrivelmente com essa retração da demanda, com o enfraquecimento do nosso mercado interno.

Essa política de gerar dólares para exportar, o que verificamos nesse último ano foi que exportamos 30 bilhões de dólares, um superávit líquido de 19 bilhões de dólares, o maior superávit da nossa história, e isso o Governo sempre anuncia com o incontido regozijo e eu com uma indignação e uma dúvida muito grande, quer dizer, 19 bilhões de dólares e o nosso PIB decresceu. Quando o Brasil alcançou o maior superávit da sua história, o maior nível de exportação da sua história, coincidentemente o seu PIB teve um decréscimo de 1% e o PIB de São Paulo, que é o maior polo industrial do País, decresceu em 3%.

Então, isso significa o quê? Significa que está havendo uma transferência desmesurada de recursos para o exterior. E no mesmo instante em que nós alcançamos a posição de maior superávit, nós alcançamos também o menor nível de reservas, nem quando foi decretada a moratória, as nossas reservas estavam tão baixas como agora. O que mais uma vez ratifica que essa política baseada única e exclusivamente no modelo exportador, ela, no mínimo, tem que ser profundamente rediscutida.

E no momento em que tivermos um projeto como esse do meu Partido da Reconstrução Nacional em que se assenta, basicamente, no crescimento com justiça social, no fortalecimento do mercado interno e de uma delimitação dos recursos que deverão ser remetidos para o exterior, acredito que estaremos compatibilizando os interesses da sociedade nacional e, portanto, também aí incluídos os interesses da pequena e da média empresas.

O SR. NEY MARANHÃO — Estou satisfeito com a resposta de V. Ex<sup>e</sup>.

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL — Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero registrar os meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade — que dá, não só ao Poder Legislativo, mas a todos que aqui comparecem para este debate, para a audiência dos interessados. Por igual, ao Deputado João Cunha, que fez o convite a vários colegas.

Por fim, Sr. Presidente, com toda a brevidade possível, V. Ex<sup>a</sup> tranquilo, o Senador Afonso Sancho e eu havíamos combinado que queríamos era ouvir o nosso eminente Governador Fernando Collor de Mello. Apenas com um esclarecimento, de saída, tal qual fez o meu colega Del Bosco Amaral.

Integrante de um partido diferente do eminente Governador Fernando Collor de Mello, nem por isso entendo ser impossível esse debate. Considero o Governador Fernando Collor de Mello, e disse isso à S. Ex<sup>a</sup> nos vários encontros que houve entre ele e eu, uma espécie de "espadachim cívico" quando nas Alagoas tentou e conseguiu introduzir no texto constitucional a liquidação e a morte dos marajás. Até porque, Sr. Presidente e eminente candidato à Presidência da República, o momento não é para contorcionismo político, ou para uma omisão lucrativa ou até, quem sabe, uma neutralidade oportunista. O momento é grave, sério, e quero destacar dois pontos na exposição de V. Ex<sup>a</sup>. Começo pela última, feita pelo Senador Ney Maranhão, e depois abordada por V. Ex<sup>a</sup> em derredor da pequena e média empresas.

Quero fazer um acoplamento às palavras de V. Ex<sup>a</sup> para dizer que a Constituição Federal previu um tratamento diferenciado para as pequenas e médias empresas, inclusive quanto trata da forma previdenciária. De modo que, a inquietação de V. Ex<sup>a</sup> pode, de logo, ter esse respaldo constitucional.

O segundo, aqui abordado *en passant*, havia cedido a Constituição ao eminente Deputado Del Bosco Amaral, que ficou apenas no Art. 26. E quero mostrar a V. Ex<sup>a</sup> como a Assembleia Nacional Constituinte foi Sábia ao se antecipar a qualquer Presidente da República para, em seguida, lhe dar o respaldo.

O art. 26, quando cria a Comissão Mista das Disposições Transitórias para o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do novo endividamento externo, brasileiro, criou dois parágrafos. E chamo à atenção de V. Ex<sup>a</sup> para isso, que não tem a obrigação de conhecê-lo, uma vez que nós outros que é formos os constituintes.

O 1º diz: "A Comissão terá força legal de Comissão Parlamentar de Inquérito". Veja V. Ex<sup>a</sup> que "essa força legal de Comissão Parlamentar de Inquérito" está definida no Art. 58, § 3º quando, expressamente, declara, e se ela já estivesse, em vigência, o nosso eminente Senador Carlos Chiarelli não teria passado pelo desapontamento que passou, quando diz, que "as comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios da autoridades judiciais". Isso acaba com toda

aquela tradição de se jogar o resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito numa cesta. E mais: "Apurada a responsabilidade", o Congresso Nacional — e aqui, V. Ex<sup>a</sup> terá uma grande ajuda, se chegar à Presidência da República — "proporá" — e a dúvida da minimoratória do Senador Afonso Sancho irá por terra — ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato de empréstimo exterior". E mais: "Encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formulará no prazo de 60 dias a ação cabível". Essa ação cabível será o resarcimento dos danos causados além do lado penal.

V. Ex<sup>a</sup> já tem, aí, junto, um grande auxiliar. Mas como V. Ex<sup>a</sup> falou no Plano Brady, e aí que eu quero cingir, que entende ele que os países do Terceiro Mundo não podem continuar com seu desenvolvimento contribuindo com o enriquecimento das chamadas potências que compõem o Primeiro Mundo, e como, também, esse plano abre uma fresta, que fresta é essa, será que os bancos credores concordaram em perder parte do seu crédito. Partindo desta premissa eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: se chegar à Presidência: Bairdado os esforços deste Plano Brady V. Ex<sup>a</sup> tomará no plano nacional esta retomada como uma caminhada mais forte no sentido de chegar a minimoratória?

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Nobre Deputado Bernardo Cabral, inicialmente gostaria de, mais uma vez, de público agradecer a decisiva participação que V. Ex<sup>a</sup> teve na eliminação do vírus do marajásmo no serviço público federal. Lembro-me muito bem que acossado pelas reações em cadeia quando da iniciativa que tomamos em Alagoas de acabar com esta imoralidade procurei V. Ex<sup>a</sup> em seu gabinete e tive de V. Ex<sup>a</sup>, um atendimento pronto, e sobretudo, a tranquilidade que me deu naquela oportunidade, norteando os caminhos que eu deveria seguir para que de uma vez por todas, alcançássemos este objetivo, porquanto acredito que a sociedade brasileira se sente vingada. E foi o Deputado Bernardo Cabral que apresentou, como relator da nossa nova Constituição, os artigos que acoplados, fazem com que, em nenhum momento, a partir da data da promulgação da nova Constituição esta figura possa de novo surgir. E mais do que isto, retirando a questão do direito adquirido daqueles ex-marajás que pleiteavam que essa medida fosse adotada a partir do momento da promulgação, sem efeito retroativo. E a figura do direito adquirido, embora muito forte, em qualquer texto constitucional foi retirado por obra do Deputado Bernardo Cabral o que nos permitiu uma vitória absoluta, total inofensável contra esta casta de funcionários públicos que recebiam por dia o que um trabalhador rural do meu Estado não ganhava por mês de trabalho. Então, mais uma vez, meus agradecimentos em nome de Alagoas, em nome de um cidadão que mais do que um governador reconhece o seu trabalho, na sua lisura, na sua honestidade, na sua correção, no seu objetivo linear de vida grandes qualidades de homem público e de estadista.

Respondendo a pergunta do Deputado Bernardo Cabral, o que me surpreende com o chamado Plano Brady é que este argumento que hoje o Secretário do Tesouro Americano nos traz é um argumento de devedor e não um argumento de credor.

Até então o que fizemos à título de reencontro com o Sistema Financeiro Internacional, nós aceitamos integralmente as imposições do FMI na suposição de que nós, o Governo Federal, acreditamos no ingresso de dinheiro novo; aceitamos todas taxas todos os reescalonamentos e não discutimos absolutamente mais nada, a não ser a remessa dos dólares; que continuam lá fora o pedido, pelo amor de Deus, que o dinheiro prometido chegue rapidamente ao Brasil. Isto não acontece. Enquanto estamos pagando 100% de uma dívida que hoje está sendo negociada no mercado pararello, mas que aponta para o seu valor real, estamos pagando uma dívida de 100 que vale 30%, 28% da dívida total que está sendo, hoje, paga, ao invés de discutirmos outras formas de fazer este pagamento nós estamos pagando integralmente, quando vem o Secretário do Tesouro e diz que não podemos pagar esta dívida desta forma. Realmente, nós temos que rever isto, temos que diminuir o valor da dívida, Quer dizer, o que demonstra os péssimos negociadores que são aqueles que estão exercendo esta função em nome do povo brasileiro, ou seja, eles não estão suficientemente atilados, não são suficientemente operosos, não estão defendendo da maneira que deveria a nossa soberania, os nossos interesses como deveriam estar fazendo a ponto desse argumento ser hoje dos credores, que vêm como bonzinhos na história, achando que estão dando mais uma colher de chá ao País subdesenvolvido do Terceiro Mundo, que deve ser tratado com esmola. Isso é inaceitável. Acredito que esse nosso projeto, que todos aqui leram muito bem não tenho a menor dúvida, não só nas suas linhas, mas nas suas entrelínhas, é uma proposição de um entendimento compatível com o nosso crescimento econômico, que iremos estabelecer. Compatível com o nosso fortalecimento no mercado interno, que desejamos: compatível com uma melhor distribuição de renda que exigimos, com o desenvolvimento e o crescimento econômico, com a justiça social, que nós absolutamente não podemos abrir mão.

Esperamos que seja essa (falha na gravação) convenientemente entendida por eles que estão, lá fora sequiosos para que, de alguma maneira, o futuro governo que se instale no País, legitimado pelo voto popular, novamente se "reenconte" (entre aspas,) com o sistema financeiro internacional. Esse programa, acredito, não vai ter a reação favorável desses bancos. Não tenho dúvida que eles estarão reagindo e se o fizerem, significa que estaremos no caminho certo. Eles sabem que é um passo, mas não fecha nem impede diversos outros passos que poderão se seguir, porque são perfeitamente compatíveis com o que aqui está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu não pretendia falar porque imagino que o horário já está um pouco avançado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Se V. Ex<sup>a</sup> não falasse eu ficaria profundamente frustrado e todos os que aqui estão, evidentemente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Governador, cheguei um pouco atrasado, infelizmente, à palestra de V. Ex<sup>a</sup>. Mas lendo alguns trechos do seu depoimento a princípio poderia quase que sentir uma pequena contradição, mas já explicada por V. Ex<sup>a</sup> no decorrer das indagações. V. Ex<sup>a</sup>, de pronto, disse:

"O tratamento conservador da dívida externa pressupõe o pagamento integral do serviço de uma dívida contratada em condições inadmissíveis para projetos, muitas vezes, ilegítimas. A seguir V. Ex<sup>a</sup> disse: Não podemos correr o risco do isolacionismo, embarcando na aventura do repúdio da dívida."

Evidentemente, se ela foi feita através de juros flutuantes, sem o conhecimento do Congresso Nacional, uma dívida que entendemos — particularmente o Senador que interpela V. Ex<sup>a</sup>, com muito respeito — já foi paga, poderia parecer uma contradição o pensamento de V. Ex<sup>a</sup>, quando diz que uma hora ela foi legítima e outra hora não pode ser repudiada isoladamente. Mas eu queria lembrar um aspecto que foi o mote da fala de V. Ex<sup>a</sup>, quando diz que vai retirar o aval dos contratos já firmados pelo governo brasileiro.

Na interpelação do Senador Afonso Sancho — e o Deputado Bernardo Cabral, figura de escol da Constituinte, lembrou alguns aspectos da Constituição de 1988 —, quando indagou a V. Ex<sup>a</sup> se seria retirado dos avais futuros, evidentemente V. Ex<sup>a</sup> respondeu de pronto que não, nem poderia ser porque a Constituição hoje dá ao Senado da República exatamente as prerrogativas importantes para aqueles que vão estudar o endividamento externo brasileiro, principalmente V. Ex<sup>a</sup>, que é um candidato à Presidência da República. Primeiro, quando cabe ao Senado estabelecer os limites globais de endividamento, tanto da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

E foi mais além o Constituinte de 1988, e aqui vou, como sempre, aplaudir o Deputado Bernardo Cabral, quando ele diz que as garantias da União deverão passar pelo crivo do Senado da República. O Constituinte também foi sábio nesse aspecto. E por que o foi quando V. Ex<sup>a</sup> disse que vai retirar esse aval? Porque a partir, particularmente, de 1974, ilustre candidato à Presidência da República, assistimos aqui, através do Decreto-Lei nº 1.312, à época do Presidente Geisel, o Brasil dá, como aval do Tesouro Nacional, o antigo Departamento de Porto, Rios e Canais; em seguida a esse aval dado pelo Tesouro Nacional, aí se abriu realmente o leque dos decretos-leis, e o Brasil,

então, avançou, fornecendo os avais a esse endividamento, que hoje é um endividamento que precisa e deve ser contestado.

O Congresso Nacional, durante muito anos lutou contra a instituição de dívidas através de decretos-leis, no Brasil.

V. Ex<sup>a</sup> não desconhece, e aí vai uma pergunta bastante objetiva, que os contratos foram firmados. Temos uma posição diferenciada do Senador Afonso Sancho, mas esses contratos foram firmados e, por incrível que pareça, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, o foro estabelecido não é o foro brasileiro, é o foro de Nova Iorque. As leis aplicadas a esses contratos que foram assinados pelo Brasil, sem esses contratos passarem pelo Congresso Nacional, estabeleceram o foro privilegiado das leis de Nova Iorque. Então, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que vai retirar os avais do Tesouro Nacional, é claro V. Ex<sup>a</sup> enfrentará uma luta no campo internacional, do Direito Internacional. Estamos de acordo que se processse isso.

Mas perguntaria objetivamente a V. Ex<sup>a</sup>: tem que haver uma distinção e deve haver uma distinção por parte de V. Ex<sup>a</sup> no julgamento público e no julgamento privado. Então já sabemos que, a partir de agora, a partir de 88, nenhum aval do Governo brasileiro pode ser dado sem conhecimento do Senado Federal, via de consequência, com a sua aprovação.

Mas, hoje, V. Ex<sup>a</sup> saberia me dizer qual a valorização entre aqueles avais dados do setor público para o setor privado? Quanto corresponderia o endividamento brasileiro no setor público e no setor privado, em termos percentuais? É a primeira pergunta que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. — No setor privado, corresponde exatamente a 58,9% do total da nossa dívida.

Organismos e agências governamentais correspondem a 17 e 25%. Fornecedores 8%, curto prazo 9%.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex<sup>a</sup> concordaria que o Brasil nunca deveria ter dado avais a empresas privadas?

O SR. — Sem dúvida. Sem dúvida.

Sobre essa questão, Senador Itamar Franco, eu gostaria também, aqui, de relembrar que há alguns anos atrás o Senador Itamar Franco apresentou um projeto de lei pedindo, dizendo, contendo a exigência de que todos os acordos externos, inclusive a venda de ouro, fossem submetidos previamente à sanção, fossem submetidos previamente à observação, fossem referendados, enfim, pelo Congresso Nacional. E isso parece que foi a semelhança que veio a frutificar agora no texto constitucional a que se referiu o digno Relator da nova Carta, do Deputado Bernardo Cabral.

Fundamentalmente, entendo seja necessário um enfrentamento muito direto nessa questão da dívida externa. Não podemos mais assumir uma atitude passiva, "nós" sempre entendido aqueles que estão falando por nós com os credores internacionais, de um modo passivo, aceitando todos os seus planos, aceitando todas as suas elucubrações mentais, aceitando todas as suas orientações e, até

mesmo, as suas determinações. Quer dizer, é necessário que façamos o nosso caminho pelos nossos próprios pés e isso só pode ser feito, só podemos tomar um rumo se não abdicarmos da nossa soberania, tantas vezes já desmerecida, desprestigiada.

Essa questão do estabelecimento do foro de Nova Iorque para dirimir questões de contratos da nossa dívida externa é uma prova disso. Mas haveremos, se for o caso, de discutir, porque o Direito Internacional também nos dá essa condição e ele tem, como um de seus princípios, o fato de que nenhuma Nação é obrigada a cumprir acordos que firam a estabilidade de sua economia, a sua soberania e a dignidade de seu povo. Quer dizer, é com base nisso que estaremos enfrentando. E é claro, Senador Itamar Franco, que o combativo e sobretudo determinado ao equacionamento destas questões nacionais, o senhor sabe que nada ou que nenhuma dessas crises poderá ser resolvida com pouca determinação. Teremos que resolver com muito trabalho, com enfrentamento direto, com enfrentamento que nos dê condições de realizar as nossas questões e colocar inclusive para esses organismos internacionais, esses bancos, que nós não poderemos absolutamente e não somente ficar no discurso, na retórica, mas colocarmos em prática realmente o discurso. Nós não podemos ficar absolutamente querendo pagar a dívida externa para depois determinarmos o nosso crescimento econômico. Temos que, primeiro, determinar o nosso crescimento econômico, a que taxas iremos crescer, como iremos crescer, para depois sabermos como iremos quitar a parte legítima da dívida.

E isso que o senhor colocou é um fato auspicioso, é um fato que todos nós devemos aplaudir e entender como um ponto que faz com que retorno ao Congresso Nacional as suas prerrogativas de há muito perdidas. E o que vai ajudar essa Comissão do Congresso Nacional no exame dos nossos contratos é exatamente o fato de que vão aparecer com a nossa proposta — se ela for aplicada — todas essas mazelas da dívida externa mal contratada, mal gasta e sobre a qual pesam ainda hoje denúncias e suspeitas muito graves de intermediação ilícita.

Isso vai fazer com que o trabalho do Congresso Nacional esteja em muito facilitado com essa negociação que se fará entre o credor com o retirado do aval do Governo, em todos os contratos entre o Banco credor e os devedores nacionais.

O SR. ITAMAR FRANCO — Aliás, a Comissão parece que vai se instalar hoje no Congresso Nacional, examinar o aspecto analítico de acordo com a Constituição, que deve ser instalada hoje.

Agora, eu não quero nem entrar em detalhe técnico, que seria o caso, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que vai retirar o aval do problema primeiro da redução do estoque da dívida, e eu particularmente defendendo a auditoria, e nem no caso evidentemente quando V. Ex<sup>a</sup> disse da negociação direta, dessa negociação direta primeiro sujeita a atual Constituição Federal, o problema da liberação do câmbio. Mas são per-

guntas que adentrariam outro tipo de indagação e eu prefiro deixá-las, deixando para o pensamento de V. Ex<sup>t</sup> que o problema do câmbio é um problema muito complicado nesse aspecto.

Mas V. Ex<sup>t</sup> falou muito em ciranda financeira. Como acabar? Nacionalizando os bancos, por exemplo?

**O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO** — Eu acredito que a ciranda financeira está instituída por esse modelo que nós estamos vivenciando. A ciranda financeira é a proteção que o capital procura para ver o que vai dar disso que aí está; quer dizer, quando ele se protege da falta de definição interna, da falta de uma política consistente e aí a falta de uma política industrial, agrícola e por aí a fora, ele não se sente mobilizado a investir e aumentar, sua capacidade de produção, para aumentar o nível de emprego, enfim, para melhorar os seus estoques, então ele aguarda para ver o que vai dar e naturalmente o Governo favorece essa especulação de uma maneira extraordinária, porque paga juros de 20 a 25% ao mês, já chegou a pagar 30% depois desse plano. Então, fica um capital ocioso, bem remunerado no setor improdutivo da economia sem gerar a riqueza.

No momento em que essas regras estejam bem definidas — e esse plano vai proporcionar isso — fundamentalmente esse capital deixará de ficar aprisionado no chamado *overnight* e entrará novamente no sistema produtivo da economia: proporcionando a liberação de ônus do Estado em relação à dívida externa; com essa liberação, esses recursos vão ficar disponíveis. Ficando disponíveis esses recursos, o governo terá dinheiro em caixa; tendo dinheiro em caixa, ele não vai precisar mais buscar esse dinheiro via Letra do Tesouro, via o endividamento interno. Isso fará com que as taxas de juros tendam a decrescer e fará também com que a emissão dessas Letras do Tesouro diminua bastante, até que nós encontremos o nosso equilíbrio entre a questão da dívida interna, com o perfeito equacionamento da capacidade de investir do Estado, que somente será recuperada com um programa econômico que tenha consistência e que privilegie o crescimento econômico, que atenda à questão da diminuição das desigualdades regionais e das disparidades de renda e subordine o pagamento da dívida externa, a sua parte legítima, às taxas de crescimento que nós estaremos instituindo.

**O SR. ITAMAR FRANCO** — V. Ex<sup>t</sup>, em relação ao sistema dos bancos brasileiros, diz que os lucros que se apresentam são lucros reais, nominais?

**O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO** — Hoje nós temos a estatização dos bancos, que é um fato real. Hoje, aproximadamente 75% dos depósitos todos estão nas mãos do Governo ou condicionados ao Governo de alguma maneira, além de nós verificarmos que uma política econômica consistente, sobre tudo dentro dos moldes da qual aqui foi tratada, não pressupõe a estatização de bancos, ela não supõe a estatização no termo puro

e simples. O Estado eu acredito deva, nessa nova concepção que nós temos do que seria o novo Estado para o momento brasileiro, contemporâneo não somente do presente, mas do futuro desta Nação, primar pela eficiência, pelo atendimento dos serviços das necessidades básicas da população, dentro das suas atribuições de que o Estado não pode abrir mão. Quanto menos interferir, melhor.

Eu penso que, se o sistema financeiro está de tal maneira desregulado com a criação dos oligopólios, foi exatamente pela instituição de um modelo que privilegiava isso. Na medida em que nós tenhamos um modelo diferente desse que aí está, redirecionado para o fortalecimento do mercado interno, eles terão que se adaptar a uma nova realidade. Eles foram extremamente favorecidos em todos os instantes pela instituição de um modelo econômico draconiano, que exatamente concetrava renda, que exatamente permitia que uns poucos cada vez mais ganhassem muito, em detrimento, como nós sabemos, da imensa maioria da população, que hoje está no estamento da miséria absoluta.

Então, diante disso, o meu posicionamento é de não interferir, nem estatizar o sistema bancário nacional, interferir no sentido de estatizar, mas, sim, de regular. Penso que o Estado deve ser o regulador da economia e, naturalmente, deve ter a função de direcionar ou de redirecionar quando as coisas naquele setor não estiverem andando de acordo com as metas macroeconômicas que foram estabelecidas pelo novo governo.

**O SR. ITAMAR FRANCO** — Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a última pergunta.

Sr. Governador, como V. Ex<sup>t</sup> vê a integração da América Latina, inclusive também situada na nossa constituição Federal, e particularmente o exame conjunto de julgamento externo dos nossos países, não só da América Latina, como do Caribe? Como complemento, como inserir o Brasil no contexto internacional da nova ordem econômica?

**O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO** — Esse é um dos pontos cruciais que acredito deverá ser resolvido pelo novo Governo, reposicionando o Brasil no cenário que aí está. De um lado, nós temos os Estados Unidos e o Canadá hoje sem barreiras comerciais, do outro lado, nós temos a Europa unificada economicamente, de outro lado nós temos os países comunistas e socialistas se abrindo para o mundo ocidental. Temos um outro fator importante na ordem econômica mundial, que é o crescimento extraordinário dos chamados "Tigres Asiáticos". E o Brasil? Como inserirmos o Brasil nesse contexto, preservando integralmente a sua soberania e fazendo com que essa integração sugira o crescimento econômico que nós preconizamos associado à justiça social? O primeiro grande ponto é esse. Nós não podemos fazer isso talvez "chutando no pescoco". Penso que podemos, usando uma linguagem futebolística, dar algumas caneladas, que o jogo pode ser duro, mas nunca partindo para uma posição que, em alguns instantes, até diria a todos os se-

niores, até por temperamento, que me dá gana de... Mas temos que nos adaptar às conveniências do País e a essa nova formulação de um Estado, de uma Nação soberana que se insere em um contexto muito diferente de alguns anos atrás. Como fazer isso? Mantendo a nossa soberania e estabelecendo o fortalecimento do nosso mercado interno.

Todas as grandes nações do mundo ocidental, todas elas cresceram e, hoje, são as potências que são, porque, antes de partir para uma aventura de comércio exterior, essas nações partiram para o fortalecimento do seu mercado.

É o mercado interno que garante o nosso desenvolvimento. É o mercado interno que nos auto-sustenta. É o mercado interno que nos melhora a renda, aumenta o nível de empregos. É o mercado interno que proporciona a melhor distribuição das benesses de um desenvolvimento econômico bem programado.

Então, não podemos nos inserir — respondendo objetivamente à pergunta do Senador Itamar Franco — no meu entender, nesse novo contexto mundial, sem que antes nós não estejamos preocupados com o nosso próprio mercado interno, porque, enfraquecendo-nos da maneira que estamos, acabando com o nosso parque industrial, penalizando a nossa renda, tendo problemas salariais terríveis, aumentando os bolsões de miséria, não teremos a unidade interna necessária para que possamos ser respeitados como uma Nação forte, como uma Nação consciente do seu papel nessa quadra particularmente difícil, não sómente da vida nacional, mas também do contexto mundial. E, portanto, não adquiriremos a confiança e a respeitabilidade necessárias, porque, aí, a própria estabilidade das nossas instituições democráticas estarão em jogo.

Quer dizer, o que temos que fazer é trabalhar por um crescimento econômico, com justiça social, trabalhar para que isso nos proporcione a estabilidade política necessária, para que tenhamos a confiança interna, para que sejamos respeitados externamente e para que possamos promover o nosso desenvolvimento a partir desse fortalecimento do mercado interno.

Acho que é assim que poderemos nos inserir, de uma maneira soberana, nesse novo contexto mundial que se afigure no momento.

**O SR. ITAMAR FRANCO** — Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Governador.

**O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO** — Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Chiarelli) — Obrigado, Senador Itamar Franco.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** — Quero parabenizar o Sr. Presidente por ter proporcionado esta oportunidade, neste dia que entendo de importância, até porque tem desenvolvido um trabalho que enobrece o Congresso e a todos nós, e merece, pelo menos de

mim, neste momento, nas suas iniciativas, os meus agradecimentos.

Gostaria também de dizer ao Governador Fernando Collor de Mello que, para nós, é gratificante tê-lo aqui e poder dialogar um pouco neste momento da sociedade brasileira e em um momento em que também, como um dos presidenciáveis, nos dá oportunidade de aqui colocarmos algumas questões que imputo de relevância e que V. Ex<sup>a</sup> já até, em parte, respondeu, na medida em que o Senador Itamar Franco... Até comecei a olhar e disse: "Não é possível, vou anotando, o Senador Itamar Franco vai falando e ele respondendo". Daí, disse: "Vou tentar reverter essa situação aqui, não vou pensar, porque acho que o processo de captação do Senador está muito forte".

Mas é verdade que me preocupou, sem dúvida nenhuma, a minha leitura dinâmica, por ter chegado bem tarde, pois atrasei-me, o que me impidiu de fazer uma análise mais profunda do texto. Mas me preocupei, na medida em que percebi uma contradição, contradição essa que se dava exatamente naquele ponto do risco que não devemos correr, e também com outro ponto, que me parece que foi respondido, que era a questão da auditoria sem rancor. E pensar também nesse fortalecimento federativo. Gostaria, também de fazer uma indagação sobre a estatização do setor financeiro.

Sabemos que existe uma necessidade de eliminar a miséria absoluta em que vive hoje a sociedade brasileira. E dentro da área social percebemos que o índice de desemprego, o aumento da marginalização, da participação no processo, e coisas como estas têm contribuído para que os investimentos internos, que são nenhum, façam nascer cada vez mais o número de miseráveis neste País. Considerando tudo isso, quando V. Ex<sup>a</sup> coloca que ainda como projeto, como proposta, terá uma eliminação da miséria absoluta, sem que a tenhamos sem rancor, umas medidas que considero radicais, do ponto de vista da dívida externa, eu gostaria de saber um pouco mais sobre a posição a ser tomada com relação a esse setor financeiro, porque como cheguei já no finalzinho, não deu para perceber bem, a nível do seu Governo, como eliminar essa miséria absoluta.

A outra questão é que eu gostaria de saber um pouco mais sobre essa integração com a economia mundial, subordinada no revigoramento do mercado interno. E para finalizar, penso que essa dívida externa será bandeira de luta de todos os presidenciáveis; é impossível falar em qualquer projeto político sem levar-se em conta a dívida externa. Então ela será bandeira de luta, já tenho ouvido vários presidenciáveis. E nós temos um assunto do momento, que envolve a dívida externa, envolve os nossos recursos, sejam minerais, envolve também o índice populacional, quer dizer, o crescimento populacional.

A nossa Constituição dá ao Congresso Nacional condição de legislar sobre a matéria, e até de fiscalizar — acho que nós temos um dos capítulos mais avançados a nível de meio

ambiente, de questão ecológica — mas o que está em falta hoje com relação à dívida externa é a questão da Amazônia, dessa troca. Então, eu gostaria de saber o seu posicionamento a respeito da dívida externa, da necessidade de aumentar o mercado interno, eliminar a miséria absoluta e, ao mesmo tempo, ter essa proposta aí bem fantasiosa, sem que eu tenha esse temor até da internacionalização da Amazônia. Entendo que os nossos governantes têm entregue ao capital internacional já parte importante, não apenas da Amazônia, mas a nível das explorações no Brasil, e que nos leva a crer que já está internacionalizado. O que nós estamos buscando é exatamente o contrário, é nacionalizar, do ponto de vista racional, com o compromisso com a sociedade brasileira, toda essa maior parte que já foi entregue.

Não é bem por aí, mas eu gostaria de saber a sua posição com relação a essa investigação na troca da Amazônia, de investimentos na Amazônia com relação à dívida externa.

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Pois não. Muito obrigado, Deputada Benedita da Silva, pela sua participação.

Talvez fosse bom começar aí pelo final, que é um assunto muito do momento, que é a questão do pagamento da dívida, dando a Amazônia como parte do pagamento, a internacionalização da Amazônia. Isso é algo que nós temos que repelir com muita veemência. Não se pode sequer aceitar que esse assunto seja tratado, sobretudo porque os governos que vêm lançando, ou tendo iniciativas a esse respeito são os governos que menos respeitaram as nações indígenas, são os governos que menos respeitaram os seus próprios recursos naturais, foram os que mais devastaram, são os que mais poluem, são os que colocam em risco milhares e milhares de seres humanos de todo esse Brasil com bombas, com ogivas, com usinas nucleares, ou seja, falta a autoridade moral para virem intronizar-se numa questão que diz respeito somente ao Brasil. A Amazônia é nossa, é um patrimônio inalienável da Nação brasileira. A nossa posição, a posição do PRN, o Partido da Reconstrução Nacional, é muito clara a esse respeito. No governo do PRN não será autorizado nenhum investimento econômico que não seja um investimento ecológico. Há que haver essa interface entre aquilo que se considere um investimento econômico com aquilo que se considere, rigorosamente, um investimento ecológico, sob pena de vermos não somente as nossas florestas mas, sobretudo o nosso subsolo, porque enquanto se está discutindo essa questão da Amazônia o nosso subsolo está sendo diariamente espoliado e, saindo do Brasil por canais inteiramente estranhos, sem nenhum controle do Governo e pode até ser com o olhar complacente de autoridades do Governo. Então isso é tão absurdo que fica até difícil considerarmos. Entendo que essa questão nasceu pelo enfraquecimento do Governo, quer dizer, um Governo tibio, fraco, débil, sem autoridade, sem caráter, sem verba, que permite que isso aconteça, que ve-

nham pessoas dar as suas pitadas em relação a várias questões mas, dentre essas a questão da Amazônia relacionada com o pagamento da dívida.

Gostaria, também, de colocar à Deputada Benedita da Silva, ao Presidente da Comissão, aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados e Sr<sup>o</sup>s aqui presentes, que quando recebi o convite do Senador Carlos Chiarelli, que honra o Parlamento brasileiro com a sua atuação e com a sua presença, eu poderia, simplesmente, estar aqui sentado e debatendo com os Srs. questões sobre a dívida externa, talvez tangenciando pontos A, B e C.

Achei que, em respeito a esse próprio Plenário, eu deveria trazer uma proposta consistente. Quer dizer, a nossa proposição, que não poderia ser, apenas, o equacionamento da dívida externa sem fazer o seu interligamento com os diversos setores, é essa. Essa é a nossa proposta, uma proposta que tem começo, que tem meio e que tem fim. É essa proposta que estaremos levando, essa proposta que o Partido implementará se sagrado nas urnas no próximo dia 15 de novembro, se não é o programa com o qual nós estaremos convivendo e tentando de alguma maneira influir caso não venha a ser o PRN um Partido legitimado pelas urnas.

Quando coloco a auditoria sem rancor é porque — e com a devida permissão da Deputada Benedita da Silva — é porque se podemos fazer sem rancor é melhor. Está tudo tão ruim, estamos com tantos problemas, é só notícias ruins, só notícias que nós afigem, que nos deixam penalizados na nossa esperança, então eu mesmo já me peguei falando na Auditoria da Dívida Externa com rancor. E, depois, que eu me flagrei falando com aquele rancor, eu mesmo não gostei. E eu falei: não pode ser assim. Que se faça auditoria e, sobre isso tem até uma passagem de um filho rebelde que se indignava muito com o pai. Era muito ligado à mãe mas se indignava com o pai. E, o pai, então, o colocou num colégio interno numa cidade distante da cidade onde ele morava. E, ele recebia lá um dinheiro, por semana, para fazer as suas despesas. Eu sei que numa semana ele gastou mais do que poderia e mandou um telegrama para o pai. Mas, ele só podia gastar, com o telegrama, algumas palavras porque não tinha dinheiro para fazer um telegrama um pouco mais extenso. Então enfei escolheu e disse o seguinte: "Pai, mande dinheiro." O telegrama chegou na casa dos pais dele e o pai, que não tinha um relacionamento muito confortável com ele leu e disse assim: "Está vendo, mulher, ola aqui o que esse menino está dizendo: Papai, mande dinheiro". Ai a mãe chegou, leu, e disse assim: "Não, ele não está dizendo isso, ele está dizendo: Papai, mande dinheiro!" Então tudo é a forma eu acho que essa questão do rancor — como estava dizendo à Deputada — eu me flagrei com esse rancor e não gostei do que senti. Então eu acho que essa auditoria — concordando com o Senador Itamar Franco — é imprescindível. Nós temos que cascavilhar essa dívida e buscar a fundo e esse projeto favorece à comissão

do Congresso, que tem a incumbência constitucional de fazer essa auditoria, vai favorecer e muito, porque vai fazer com que surjam, nas diversas negociações que estarão sendo procedidas, aqueles casos escabrosos. E iremos detectar claramente. Como iremos detectar o que é legítimo na dívida ou não é? Dessa maneira: quem teve um projeto consistente que serviu ao desenvolvimento nacional, compatível com o retorno econômico e social, vai aparecer isso nas negociações. Deixa fazer, diretamente dentro dos países, e aí é que está a questão da contradição, porque nós é que estaremos estabelecendo os parâmetros dessa negociação, como ela se fará.

Tem a questão dos juros. Não podemos continuar remetendo juros de 19 bilhões de dólares ao exterior. Essa remessa estará condicionada às necessidades de atingirmos às nossas metas de desenvolvimento econômico. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ser acusados de estarmos promovendo o confronto, que é tudo o que eles gostariam que houvesse, até para penalizar um pouco mais a gente, eles não podem caracterizar esse confronto. Estamos apenas argüindo o direito que temos, dado por um dispositivo da legislação internacional de que não podemos cumprir acordos que estejam em confronto direto com nosso desenvolvimento, com a soberania e com a dignidade do nosso povo.

Essa questão da miséria absoluta se configura pela falta de emprego, de habitação, de acesso à educação, à saúde, e assim por diante, ou seja, educação, saúde, habitação. Entendo que são atribuições básicas do Estado. O Estado não está podendo investir nessas áreas e o que acontece? Hospitais desaparelhados, escolas sem funcionar, transporte caótico, programa habitacional inteiramente enterrado. Hoje, temos um deficit de 12 milhões de moradias e temos uma Caixa Econômica quebrada, rigorosamente falida, Caixa Econômica, uma instituição de tantos anos. Crianças ainda, lembramo-nos que a gente tinha, e tem ainda, pela Caixa tanto respeito. Mas fruto dessa política selvagem que foi instituída nesse País, hoje, a Caixa não pode, sequer, financiar habitação para aquela faixa que mais necessita, que é a de um a cinco salários mínimos.

A situação é tão interessante que os recursos do Fundo de Garantia, 70% dos que são administrados pela Caixa provêm de descontos na folha de assalariados que percebem de um a cinco salários mínimos. A Caixa Econômica financia casas (agora, ela suspendeu) somente para aqueles que ganhavam de cinco acima. É a chamada questão da renda familiar, que eles exigem tanto. Assim, a faixa que mais contribui com a formação do fundo de Garantia, como recolhimento do mesmo, o forma — o fundo que é destinado à construção de habitações populares, era a classe que menos se favorecia com tais construções.

Com esse programa, retirando do Estado esse ônus do aval da co-responsabilidade dessa dívida, vai fazer com que o Estado tenha maior disponibilidade de recursos, o que vai fazer com que ele tenha como recuperar a capacidade de investimento. Recuperando es-

ta capacidade, ele estará cumprindo com suas atribuições, nesses investimentos, que aqui já foram citados, e que, sem dúvida nenhuma estarão contribuindo para a redução do que hoje consideramos um problema social seriíssimo, que é a questão da miséria absoluta.

E a questão do setor financeiro? Às vezes se fala dos bancos. É claro que eles não são nenhum santos, nem merecem elogios por sua atuação, mas quem favorece tudo isso é a política econômica do governo. Quem é que estabelece os juros? É o governo. Na medida em que ele baliza os juros em tantos por cento e, como a deficiência de caixa dele é grande, na medida em que ele baliza os juros nesse nível, para ter um papel competitivo no mercado, para poder receber o dinheiro em troca da venda dos títulos, ele está fazendo caixa para cobrir essa caixa. No momento em que ele tenha mais recursos, menos ele irá preconizar a dívida interna, menos prescionando, a taxa de juros decresce e, decrescendo a taxa de juros, os Srs. banqueiros terão que se contentar com o ganho e muito menor do que esta especulação desenfreada, que hoje é proporcionada pelo próprio governo. O maior especulador do País não é o empresário irresponsável, que rernarca, na calada da noite, em um período de congelamento, os produtos que estão congelados. O maior especulador é o próprio governo, é ele quem patrocina a mais desbragada especulação financeira do País, é ele que incentiva isto. Incentivo, por um lado, porque baliza a taxa de juros lá para cima, tornando extremamente atrativo este investimento, baliza, por outro lado, porque, ao não instituir uma política econômica consistente, ao não dar a sociedade a confiança na condução do processo econômico, ele evita que seja feito um investimento no setor produtivo da economia e, com isto, joga todo mundo lá para a especulação financeira do over. Quer dizer, então que é o governo que patrocina tudo isto. No momento em que se tenha um governo legitimado, que todos nós concordamos que é fundamental como passo inicial da saída da crise, é ter um governo legitimado, com metade mais um dos votos da população brasileira, ele vai ter a legitimização vai ter a credibilidade, vai ter a boa cumplicidade da Nação e vai ter uma boa parceria com o povo brasileiro, desde que, naturalmente, seja um governo que, rigorosamente, resgate, quando lá chegar, o Presidente eleito resgate os compromissos que ele, muito claramente, vai ter que assumir, porque esta sucessão presidencial é atípica por várias maneiras, por vários lados. Ela é atípica porque é a primeira em 30 anos, é a primeira em dois turnos, é porque é solteira, é porque 85% dos eleitores que irão comparecer nunca votaram para Presidente da República. Ela é atípica por isto, mas é atípica, também, porque ninguém, nenhum candidato vai poder escamotear, as suas idéias, quer dizer, todos os candidatos vão ter que, rigorosamente, porque é uma exigência da sociedade. Na medida em que cresce a desesperança, cresce também a exigência da população de saber, de uma maneira muito clara e muito nítida, o que que aquele

fulano vai fazer em relação a isto. Isto aí eu gostei isto não gostei, analizar um por um e decidir da maneira que lhe aprovare e que a consciência determinar. Ninguém poderá, em sã consciência, ter um discurso para cada platéia. Isto, rigorosamente, ficará visto, logo quando se iniciar este processo eleitoral, e com acesso que será permitido ao rádio e à televisão, e com o tempo a ser determinado pelo Congresso Nacional, acho que seria isto o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Governador Fernando Collor, eu sei do seu suplício há duas horas e meia, mas eu sou incapaz de conter a minha curiosidade sobre dois ou três pontos, até porque, como presidente da comissão, tenho assistido, e espero ter saúde e condições para continuar assistindo, a passagem por esta sala e por esta comissão dos vários presidenciáveis, que, aqui trazem as suas idéias, as suas propostas e as suas sugestões, com relação à questão da dívida externa. Eu não posso registrar, antes de mais nada, o agradecimento da comissão e eu diria da Casa, pela importância que V. Ex<sup>e</sup> deu, neste momento, fazendo com que as suas idéias, as suas propostas e as do seu partido, com relação à dívida externa, a nível de uma ação governamental, de um programa também partidário, fossem colocados a conhecimento da opinião pública, do eleitorado da sociedade brasileira, a partir deste momento em que V. Ex<sup>e</sup>, como convidado, aqui participa e faz, desta tribuna e desta Casa, o ponto de referência para, detalhadamente, dizer a que veio e o que propõe sobre matéria de tamanha importância, trazendo um programa, que alguns acolherão, que outros criticarão, que muitos endossarão, que haverá de ter o debate com ele, aperfeiçoamento, alterações, etc. Mas duas ou três coisas me obrigam a questioná-lo, não como presidente, mas como um modesto parlamentar interessado nesta matéria e, como cidadão brasileiro, interessado nesta temática. Em primeiro lugar, Governador, uma questão que me parece importante Ex<sup>e</sup> em falado muito e repetiu várias vezes a preocupação que tem sobre a auditoria com rancor, ou sem rancor. Aí, fica um pouco a critério dos rumores momentâneos da condução do processo. Amanhã, o Congresso terá a cerimônia de instalação desta comissão, preconizada no artigo 26. Há um prazo, estabelecido pelo texto constitucional, e pretendemos fazer com que todo esse material que esta comissão levantou, inclusive, toda uma amostragem dos milhares de contratos que já mereceram uma investigação preliminar quanto ao seu aspecto legal, quanto ao seu aspecto de técnica jurídica, sejam carreados para essa comissão, que também é da Casa, e que é mais ampla e que tem hierarquia constitucional e que terá, inclusive essa inescusável força de CPI, que esta comissão não tem.

Mas, aí, há uma primeira questão, Governador, à luz do "livrinho". Diz a Constituição — e sobre ela já se referiram vários dos nossos Colegas Parlamentares, e mais particularmente, com muito esmero e cuidado, o nosso ilus-

tre Relator, Bernardo Cabral — diz o livrinho, no art. 49, inciso I:

“É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver, definitivamente, sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.”

Anteriormente, a redação era similar só que o Congresso deliberava quando o ato era assinado pelo Presidente da República, o que fez com que sempre se ladeasse o Congresso, em matéria de dívida externa, porque o Presidente da República assinava, normalmente, um tratado com a República do Benin sobre a concessão de 3 bolsas de estudo, mas que assinava os atos gravosos da dívida externa jamais era o Presidente da República, ou foi o Presidente da República.

Então, evidentemente, deliberávamos sobre o muito pouco e jamais éramos consultados sobre o muito importante. Agora, as coisas mudam. Mas as coisas mudavam já no dia 5 de outubro, pelo menos, achei que mudaram no dia 5 de outubro.

E, aqui, há uma questão que eu colocaria a V. Ex<sup>a</sup> e coloco, inclusive, aos nossos Colegas Parlamentares, e, particularmente, ao nosso ilustre Relator. Este último acordo, que tem um prazo de vigência de 20 anos, que vai chegar ao próximo milênio e que atinge a nova geração, inclusive, os que ainda não nasceram e vão se tornar adultos, já sob a égide desse novo acordo, foi celebrado, pelo Brasil, com os credores, no dia 22 de setembro, exatamente no intervalo entre a data que terminamos de votar a Constituição, matéria que estava absolutamente definida, a nível de decisão política da Casa, — a votação terminou, se não me engano, dia 6 de setembro, ou 5 de setembro — e estávamos naquele intervalo de preparação da cerimônia de promulgação.

O Governo acelerou os seus trâmites, deu um pique, digamos assim, junto aos credores internacionais, e, no dia 22 de setembro, assinou um acordo com validade de 20 anos. Exatamente entre o término da votação, que, substancialmente, já fazia saber que tínhamos uma decisão, que obrigava a passar pelo Congresso e a data da promulgação, que era o início formal da vigência desse novo texto.

Aí, há a primeira questão: este é ou não é um ato de má-fé? Este é ou não um ato que terá a necessidade de ser equacionado e examinado no aspecto moral — obviamente, quanto a isso não há dúvida — eticamente — obviamente também — mas politicamente? Juridicamente alguém dirá: “Bem, a lei não foi publicada no *Diário Oficial*, não está vigorando”. É verdade; não vou discutir o aspecto formal. Mas coloco a questão a um presidente, a alguém que poderá ter poderes suficientes, não para, evidentemente, mudar o texto da Constituição, mas, com base no texto da Constituição, ter um fundamento de avaliação dessa decisão, que me parece muito pertinente. Eu diria até que é o primeiro item da auditoria. O primeiro item da auditoria não é do lado de fora; é do lado de dentro. E

não é sobre o passado; é sobre o presente. E não é com relação à Constituição antiga; é com relação à Constituição atual.

Por que 17 dias depois da decisão do Congresso, quando ela mandava passar pelo Congresso e, corrigidamente, 13 dias antes que começasse a vigorar a Constituição?

Esse acordo celebrado — e aí vem um problema jurídico — é o acordo matriz. Dele, decorrem todos os contratos, os 700 contratos, que foram assinados depois do dia 5 de outubro. Então, os contratos, propriamente ditos, foram assinados depois do dia 5 de outubro. O acordo padrão foi assinado no dia 22 de setembro.

Aí, a indagação, não mais moral, nem política, a indagação jurídica: os contratos assinados em função de um acordo celebrado antes teriam, ou não teriam que passar pelo Congresso, já que a celebração dos contratos foi depois da nova Constituição?

Evidentemente, não vou estabelecer aqui um foro, um tribunal para decidir. Há essa Comissão, mas, aqui, na nossa, temos que debater isso, temos que colocar aos presidenciáveis com uma maior clareza, porque a matéria não vai se resolver nem hoje, nem amanhã e, como eu estava dizendo, se projeta para o final do século e para o início do próximo milênio. São 20 anos de compromisso. Aí, é que estão as taxas dos juros flutuantes, aí é que está todo o processo de comprometimento dessa dívida e esses números que V. Ex<sup>a</sup> trouxe aqui, com grande detalhamento. Essa é uma questão fundamental.

Mas, Sr. Governador, e aqui voltam a falar os Parlamentares, já tivemos, depois da Constituição, trânsito de decisões governamentais que deveriam ter sido encaminhadas ao Congresso, com o detalhamento que a Constituição exige. Falo aqui, na presença do Senador Itamar Franco, porque, no final do ano passado, questionamos, contestamos, ambos, uma proposta de 5 bilhões de dólares, referentes ao Clube de Paris, que mereceu a nossa rejeição e, ao final, a nossa tentativa de obstrução e que acabou passando, quando há um art. 52, inciso VII, que diz que, antes do Senado apreciar, tem que haver a fixação dos limites globais, que aqui não foram feitos.

Nós não temos cumprido o art. 52, inciso VII. O Senador Itamar pode até abundar sobre a matéria, com o conhecimento técnico e a competência que lhes são tão peculiares, de que sempre fui um grande admirador.

O SR. ITAMAR FRANCO — É só para lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que, como sempre, essa matéria foi enviada em inglês para o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Exatamente.

Aliás, como um acordo que foi feito, quando nós pedimos e não conseguimos.

Aliás, tem um detalhe: Essa comissão tem uma característica, Governador: ficamos 40 dias; dizendo que havia um acordo prévio; e o Ministério da Fazenda negando até com um telex, assinado pelo ministro. Pois bem! Depois que foi negado, que não existia o acordo prévio — que, na verdade, é a base do acerto,

aquele que é o compromisso, o esboço em si — negado, conseguimos, através de canais extra: funcionários, técnicos, patriotas e interessados, que chegasse aqui a essa comissão, em inglês, o texto que se dizia que não existia.

Então, recebemos em inglês, não pela via oficial, não na versão em português, aquilo que se dizia oficialmente que não existia e que está aí, com 400 páginas e que foi entregue à comissão em texto, em linguagem estrangeira.

Essas coisas, enfim, que nos preocupam. E dizia Bernardo Cabral que nós ficamos desapontados, porque ainda não havia o art. 58, § 3º, que dispõe sobre CPI e lhes dá poderes, quando, seguramente, referia-se à CPI de que nós participamos, sob o comando do Senador José Ignácio e do Senador Itamar Franco, presidente e vice daquela CPI, de que fui modesto relator.

Não, ilustre deputado, já havia esse artigo, quando aprovamos as conclusões. No decorso das investigações, sim, não tínhamos esse problema; mas, no final, tínhamos e, infelizmente, teve gente, aqui no Congresso, que não leu o art. 58, § 3º e não leu inclusive, o art. 51 e cassou a Câmara dos Deputados, impedindo que os Parlamentares votassem as conclusões. Coisa mais estranha e lamentável de todas quantas, até porque vamos ter que ir, amanhã, com um mandato de segurança, até o Supremo Tribunal Federal, pedir que um outro poder diga a este poder que ele tem poderes para fiscalizar um terceiro poder, quando a Constituição o diz expressamente.

São essas coisas, ilustre governador, que queríamos colocar a V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, essa questão da dívida externa. Estamos aqui com uma ferida aberta. O acordo foi celebrado no interregno entre a decisão e a promulgação.

Segundo: os contratos dele decorrentes começaram a ter validade depois da promulgação e não passaram por aqui. Essas são as duas questões fundamentais que eu queria levantar a V. Ex<sup>a</sup>.

Uma pergunta complementar: V. Ex<sup>a</sup> acredita que, assim como os credores agem, através de um comitê, espécie de uma organização sindical de credores, cartel, enfim, e são tão poderosos — V. Ex<sup>a</sup> acredita que nós, como devedores, deveríamos fazê-lo da mesma forma?

E, por último, V. Ex<sup>a</sup> diz: vou retirar o aval e desconcentrar a negociação. Uma pergunta fundamental: por que, até hoje, ninguém fez isso? É tecnicamente errado? É juridicamente inviável? Ninguém teve coragem? Isso não tem efeito nenhum? Falta legitimidade, ou as pessoas não fazem porque têm algum comprometimento inidôneo de interesses de meios nobres? Apenas, as perguntas que eu gosto de lhe fazer.

O SR. FERNANDO COLLOR DE MELLO — Muito obrigado, Senador Carlos Chiarelli, pelas suas colocações.

Não tenho a menor dúvida de que, respondendo a esta última parte, não foi feito porque isso não atendia aos interesses escusos, que estavam norteando o comportamento da ne-

gociação da dívida externa. Quer dizer, isso é claro; isso é lógico; isso é transparente; isso, inclusive, é do domínio público.

Por outro lado, nunca houve a decisão política de fazer. No momento em que um Presidente da República, para tomar uma decisão administrativa em que competia tão-somente a ele adotar, no que diz respeito àquela reforma administrativa, e que, em 24 horas, ele muda a forma como iria promovê-la, querendo colocar ao Congresso uma decisão que ao Congresso não cabia, *stricto sensu*, querendo, talvez por ser uma medida impopular, repartir a impopularidade com o Congresso, num momento em que um governo, sem nenhuma credibilidade, patrocina, não somente atos de corrupção, mas, sobretudo, apadrinha esses atos com a impunidade, num momento em que o Presidente da República faz atos elogiosos, por escrito, diante das câmaras de televisão, à luz do dia, a um ministro indiciado por corrupção.

Então, naturalmente, verificamos que, por todos esses fatores, nunca, nenhuma posição realmente rigorosa, até mesmo de enfrentamento objetivo dessa situação, não foi tornada exatamente pela fraqueza do governo e pelas implicações que havia nessa questão da negociação da dívida externa. Em relação a esse último entendimento havido e, como aqui já disse, mereceu da minha parte, na ocasião, repúdio — dando uma entrevista, eu dizia que essa foi a pior de todas as negociações de tantas quantas já foram feitas neste País e havia, naquela ocasião, um certo alívio, em alguns setores, que consideravam que esse reencontro com a comunidade financeira é muito importante para o Brasil, etc. Quer dizer, jogamos a moratória no lixo, porque não tiramos nenhum proveito do instrumento de negociação, que era a moratória já decretada, e aceitamos passivamente todas as imposições que nos foram colocadas garganta abaixo pelo FMI.

O Senador Carlos Chiarelli, Presidente desta Comissão, nos traz uma informação que é crucial, ou seja, que, depois da nova Constituição promulgada, foram tomadas atitudes ao arreio da Lei Maior do País. Portanto, V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> podem ficar absolutamente tranquilos que, se chegarmos à Presidência da República, uma das atitudes que tomaremos, com muita satisfação, e com a consciência segura de que é exatamente isso que deveria ser feito, será remetermos ao Congresso Nacional uma análise desta última negociação, porque também temos curiosidade de saber em que termos ela foi estabelecida. E, aí, prometemos mandar aos Senhores, se já não foi traduzido no nosso idioma, para que todos nós possamos tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Dou a palavra a quem dela queira fazer uso, e há alguém que ainda não se manifestou. (Pausa.) Não havendo, antes de encerrar a sessão, quero agradecer ao ilustre Governador Fernando Collor de Mello, agradecer aos Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados que aqui vieram, sobretudo, aos que participaram deste debate democrático, saudável, franco,

positivo, e dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Governador, que reiteramos a nossa manifestação de agrado pela seriedade já reconhecida da sua manifestação, pela importância do anúncio que aqui fez, em termos da sua proposta de campanha Presidencial, e os nossos votos de que seja bem-sucedido nessa sua jornada e que continue trabalhando e contribuindo para a seriedade pública e para a democracia brasileira.

Teremos, na semana que vem, nova reunião, quando ouviremos o engenheiro Leonel Brizola.

Está encerrada esta reunião.

*(Encerra-se a reunião às 12 horas e 45 minutos.)*

#### 15<sup>a</sup> reunião, realizada em 25 de abril de 1989

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de abril do ano de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da Dívida Externa Brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno, presentes os Srs. Senadores Leite Chaves, Carlos Chiarelli (Presidente), Fernando Henrique Cardoso (Relator) e Itamar Franco.

Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada e, em seguida, convida o Sr. Deputado Afif Domingos para tomar assento à Mesa.

Dando prosseguimento ao ciclo de debates com os candidatos à sucessão presidencial sobre o problema da dívida externa brasileira, o Sr. Presidente concede a palavra ao Deputado Afif Domingos candidato pela legenda do PL.

Usando da palavra o depoente afirma que a dívida antiga terá que esperar, podendo os credores optarem pela securitização, como se faz agora, em parte, nas negociações com o FMI e bancos internacionais.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (Relator), Carlos Chiarelli e Leite Chaves.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as Notas Taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 15<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 17, DE 1987, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINAN-**

#### CEIROS DA DECORRENTE, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO".

(Integra do apanhamento taquigráfico da referida reunião, realizada em 25 de abril de 1989, devidamente autorizado pelo Senhor Presidente).

Presidente Senador Carlos Chiarelli

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Sr. Deputado Afif Domingos, nobre Senador Itamar Franco, Srs e Srs, como decorrência de um problema de trânsito, de horário de vôo, evidentemente não sob a responsabilidade do candidato, iniciamos, com certo atraso, esta reunião, o que não nos tira o prazer, a satisfação de ter conosco o ilustre colega e dinâmico candidato à Presidência da República, pelo Partido Liberal, a quem desejamos e iremos ouvir com relação às suas apreciações, aos seus comentários e às suas propostas sobre a negociação e renegociação da dívida externa, tema específico desta Comissão, que nesta etapa dos seus trabalhos, está ouvindo os diferentes candidatos à Presidência da República pelos diversos Partidos. A presença de V.Ex<sup>a</sup> nos dá redobrado prazer e satisfação pelos vínculos pessoais que nos une e pela certeza da sua seriedade e competência e pela importância do seu depoimento.

Tem a palavra o Deputado Afif Domingos.

O SR. AFIF DOMINGOS — Muito obrigado. Meu caro Senador e ilustre amigo Carlos Chiarelli, meu caro Senador Itamar Franco, ilustres membros participantes desta reunião da Comissão sobre a Dívida Externa que está ouvindo todos os candidatos à Presidência da República sobre este assunto, que julgo ser da maior importância para qualquer projeto governamental a partir do próximo Governo, se Deus quiser, será eleito a 15 de novembro de 1989. Isso se houver somente um turno.

Meu caro Senador Carlos Chiarelli, é com satisfação que aqui estamos para deixarmos registrado o nosso pensamento sobre o momento em que estamos vivendo, onde a dívida externa é um dos itens ou um dos nós que temos que desatar para que a nossa economia possa voltar a crescer.

Mas, sinceramente, tenho um bem firmado ponto de vista de que nada adianta falarmos em resolver o problema da dívida externa, se não tivermos, efetivamente, um projeto para o País. Hoje, estamos discutindo bastante sobre dívidas, o que fazer, se dar ou não o calote, se devemos ou não pagar a dívida se devemos ou não suspender o pagamento dos juros, mas, na verdade, penso que antes devemos fazer uma profunda reflexão interna sobre a realidade brasileira. Qual é o projeto que queremos para o País? Aí, parece-me com uma diretriz como essa, poderemos equacionar o problema não só da dívida externa, como também da interna e do ajustamento que precisamos fazer em nossa economia.

Em primeiro lugar, é sobre este projeto. Penso que o importante é fazermos um relato sobre o que pensamos de um projeto para

o País. E, aí sim, iremos analisar como a solução da dívida se insere dentro deste projeto.

O Brasil vive hoje uma crise cujo modelo parece-me que iremos ter que buscar um fio da meada da História, não em 1964, mas talvez em 1930. Acredito que esta eleição de 1989 seja um momento histórico tão importante quanto foi o momento de 1930.

Estamos completando este ano o centenário da República, e destes 100 anos tivemos de participação efetiva da Nação brasileira na solução de nossos problemas ou na escolha do nosso principal dirigente só, efetivamente, 15 anos: o período de 1945 a 1960. De 1889 a 1930 tivemos uma República onde, na verdade, a estrutura do Estado, que nasceu antes da Nação brasileira, utilizava uma parcela muito pequena da Nação para homologar as articulações tramadas por uma cúpula. Por que precisávamos de uma revolução em 1930? Porque não tínhamos povo para promover a mudança. Somente 2% da população brasileira votava nas eleições, que eram homologatórias. Eram eleições a bico de pena, do voto de cabresto. Em 1930, temos efetivamente, uma ruptura com um sistema das oligarquias rurais, exatamente para dar ao Brasil uma face de modernização do seu modelo de Estado. E este modelo obedeceu à modernização de uma época, e esta modernização era a modernidade encerrada em Portugal de Salazar, na Espanha de Franco, na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini e na União Soviética, Stalin. Mais tarde, Perón na Argentina e Getúlio Vargas no Brasil. O modelo, sem dúvida, foi o corporativista, cuja principal expressão de manifestação era o fascismo. Este era a representação do modelo corporativista, que foi o que instruiu a estrutura do Estado moderno do Brasil em 1930. De 1930 a 1945 também sem democracia, sem participação efetiva da escolha da Nação no seu principal dirigente.

Em 1945, temos o primeiro grande momento desde a Proclamação da República, 1945, 1950, 1955, 1960, que foi o experimento de uma Nação na busca do seu caminho. Na última eleição, em 1960, tivemos uma participação de 23% da Nação alistada eleitoralmente. O último Colégio Eleitoral foi de 15 milhões de eleitores contra uma população de 66 milhões de habitantes.

Temos o período, que chamamos de obscurantismo político ou período das trevas, de 1960 até agora. E que iremos ter a dizer em 1989? Oitenta milhões de eleitores, que representam 60% da Nação brasileira, o que equivale pela primeira vez, em 100 anos da nossa História, a Nação brasileira comparece, majoritariamente nas urnas, na escolha do seu principal dirigente, numa eleição solteira, onde podemos falar que é o pacto direto entre governantes e governados. E posso lhes dizer que este impacto tem uma influência brutal no processo político, a partir de 1989, o que dá a este Presidente da República eleito uma responsabilidade muito grande e um poder, emanado das urnas, que, na minha opinião, tem tanta importância como foi o modelo de 1930. Chegou a hora de nós, não via revolução, mas

via evolução, num processo democrático, termos em mãos um instrumento, que é de efetiva mudança sobre a estrutura de um modelo, que nos levou à situação, cujos dados e números posso lhes relatar a seguir.

Sobre o ponto de vista político, o Presidente da República, eleito nesta eleição, tem uma condição de força vinda das urnas que acaba reciclando também a própria posição parlamentar — não tenho a menor dúvida — porque esta eleição dará uma direção popular sem precedentes na nossa História, um Presidente eleito pelo voto da maioria absoluta.

Quais os problemas que enfrentamos hoje? Sempre busco, no fio da meada da História, saber qual foi o ponto em que nos desviarmos. Vejo, por exemplo, que o modelo corporativo de 1930 não foi devidamente revisado em 1946. Em 1946, tivemos uma profunda revisão nos direitos individuais e coletivos, onde, aí, sim, tivemos um processo liberal. Mas o arcabouço do Estado corporativo foi mantido e, pelo contrário, em 1950, foi consagrado nas urnas com a visão do social-nacionalismo, que poderia tanto ser fascista como comunista. É o famoso eixo esquerda-direita, ambos os eixos dos ideologismos de uma época pregavam o social-nacionalismo como conceito, como doutrina.

Tivemos, então, em 1950, a implantação de todo o arcabouço restante, via democrática, da estrutura da visão do social-nacionalismo, que vinha do modelo de 1930. Tenho, inclusive, de 1931, um depoimento, que julgo de extrema importância registrarmos nos Anais desta Casa, que foi exatamente o discurso de Getúlio Vargas no primeiro ano da aliança democrática. Ele dizia sobre o ponto de vista econômico:

"Nessas condições, a política econômica brasileira deve, em parte, orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das nossas fontes permanentes de energia e riqueza, como sejam as águas quedas e as jazidas minerais. Julgo ainda aconselhável a nacionalização de certas indústrias e a socialização progressiva de outras, resultados possíveis de serem obtidos mediante rigoroso controle do serviço de utilidade pública e — aqui o mais importante — 'lenta penetração' na gerência das empresas privadas, cujo desenvolvimento esteja na dependência de favores oficiais."

Era a visão do Estado de "Tudo pelo Estado, nada contra o Estado"; o Estado controlador de tudo, isso nascia a partir de 1930.

Em 1950, tivemos, então, a fase de aperfeiçoamento do sistema, quando, em 1955 — em meu julgamento — tivemos um período dos mais importantes na História da pré-modernidade brasileira, ou seja, a preparação do Brasil para o século XXI, que foi o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Qual a visão que temos do Governo de Juscelino? Juscelino parte para o rompimento com essa visão do social-nacionalismo, passa a ter uma postura nacionalista sim, mas um nacionalismo de fins e não de meios. Temos

que buscar os meios mais eficazes para atingirmos um fim. E qual foi a visão de Juscelino? Em primeiro lugar, o Brasil tinha uma vocação indomável para o desenvolvimento; o Brasil tinha e tem todas as condições para ser uma das maiores potências mundiais. E ele olhava, com muito cuidado, para os Estados Unidos, um país de duas frentes, que fez toda sua base de conquista em cima de uma máquina a vapor, ou seja, a construção de uma malha ferroviária, que permitiu o escoamento das riquezas da conquista, principalmente do oeste americano. E que a força americana — e isto é verdadeiro, vale até hoje — não estava, ou nem está, hoje, nos computadores, nos aviões, a força americana, até hoje está na terra, na agricultura, na produção de grãos, porque o primeiro produto da pauta de exportação americana é agrícola — milho, soja, sorgo, trigo, etc. E baseado na estrutura desta grande nação a agricultura, o Brasil poderia ter um potencial como potência do Hemisfério Sul com dimensões continentais e que tivemos o ciclo agrícola da primeira etapa, nos últimos cem anos, a partir do imigrante europeu que, saindo da Europa, ele procurou as áreas de clima assemelhado ao seu. Então, ele veio para o Sul da América do Sul, no hemisfério Sul, área de clima temperado, é só uma negra que pega da América do Sul, ao Sul da África, Austrália e Nova Zelândia. Na Austrália e Nova Zelândia eles foram; se subirem, caem dentro d'água, porque não tem mais nada para cima; no Sul da África, ali foi trazida a visão da tecnologia agrícola de clima temperado, não adianfava nada também, porque hoje estão confinados, o que foi feito no Sul da África não foi assimilado pelo Continente africano, ainda uma tecnologia muito atrasada e que não absorveu essa tecnologia de uma agricultura moderna.

E no Brasil, onde nós fizemos, a riqueza do Centro-Sul a partir da agricultura. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, parcela do território mineiro, que foi a partir do ciclo dos imigrantes. Temos aí depois o Espírito Santo, mas eu estou dizendo em termos de regiões predominantes.

E aí? Para a conquista da parte principal do nosso Território, que seria o Norte, Nordeste, Centro e Centro-Oeste, nós não tínhamos infra-estrutura nenhuma. O Brasil estava todo ele localizado no litoral. Foi quando então Juscelino falou: "para essa segunda etapa de conquista nós vamos precisar fabricar o trilho, o vagão, a locomotiva, o navio, o trator, o caminhão e não temos indústria. Então, nós temos que, apressadamente, industrializar o Brasil onde já tem agricultura". Porque o eu deixar claro no meu depoimento aqui, que não existe progresso industrial e desenvolvimento industrial que não estiver calcado em cima de um processo agrícola muito bem assentado, senão nós corremos o risco de construir à casa pelo telhado. E foi assim com o Centro-Sul: processo agrícola, processo industrial dos cinqüenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo. Esse processo industrial foi com capital de risco. Ao contrário do que muita gente diz que aumentou o nosso endividamento, não foi. Foram capitais de risco efeti-

vos que vieram para implantar a estrutura industrial do Brasil. E a partir daí a Capital é deslocada para o coração do Brasil, para se iniciar ali o novo grande ciclo, que seria o portal de entrada da Canaã, a terra prometida, porque a partir daí teria um segundo programa de metas, que não aconteceu. O segundo programa de metas de Juscelino, dizia: "cinco anos de agricultura, cinqüenta anos de fartura". Era exatamente a arrancada para o segundo ciclo desenvolvimentista, abrangendo exatamente essas áreas do Brasil Central, que graças à locomoção ou à vinda da Capital para o Brasil Central, nós teríamos condições de ter uma estrutura de escoamento, não só de rodovias, mas, principalmente, de ferrovias, de energia, de comunicação, que desse a base de infra-estrutura para esse segundo grande ciclo. Infelizmente, em 60, nós tivemos uma decisão política, que não foi das melhores para o País. E a partir de 60, nós tivemos um desvio que terminou na intervenção de 1964, e a partir daí, ao invés de nós continuarmos na evolução de um modelo de se abrir, nós voltamos a 1930, com a mesma visão fascista, corporativista, do social-nacionalismo, que eu quero e insisto em dizer, tanto pode ser de esquerda como de direita, pois trago aqui uma revelação que julgo também importante para os Anais desta Casa.

Aqui está uma crítica à Juscelino Kubitschek sobre a vinda de capital estrangeiro, como uma alavanca do desenvolvimento industrial do País.

"A ajuda estrangeira é útil e pode acelerar o nosso desenvolvimento, mas para ser verdadeira ajuda, precisa ser recebida através de financiamentos, isto é, de capital de empréstimo e não de inversões diretas, que, invariavelmente, se fixam como forma de transferência de parcelas crescentes da renda nacional para o exterior, ou seja, não podemos receber capital de risco. Só o capital de empréstimo, porque o capital de risco transfere renda para o exterior. Os financiamentos externos, úteis ao País, são os que se destinam às empresas nacionais e, principalmente, aqueles que são feitos de governo a governo, para aplicação sob a forma de capitalismo de Estado, nos setores básicos da economia."

Aqui está a receita econômica da Revolução de 1964. Eu gostaria de revelar que essa receita é de Luiz Carlos Prestes, de 1958. E essa receita tendo sido seguida à risca, nos levou, hoje, a uma situação, que é a seguinte: dívida pública interna: oitenta bilhões de dólares; quarenta bilhões no mercado, over, mais quarenta bilhões em mãos de fornecedores diversos. No âmbito federal, setenta quatro bilhões e no âmbito de Estados e municípios, seis bilhões. Dívida pública interna sem emissão de títulos — eu quero chamar a atenção que nós somos aqui mais setenta bilhões de cruzados — composta da seguinte forma: depósito de caderneta de poupança à disposição do Banco Central. Eu quero chamar a atenção que o total de depósitos ou popançá, hoje,

é de trinta e cinco bilhões de dólares, mas desse total, vinte e cinco bilhões de dólares estão com o Banco Central. Portanto, a nossa caderneta de poupança, hoje também, está sendo utilizada como forma de rolagem da brutal dívida interna. Antecipação de receita de Estados e municípios, trinta bilhões de dólares. Programas especiais de repasse do BNDES e da Caixa aos Estados, mais cinco bilhões de dólares; e empréstimos das estatais junto ao Sistema Financeiro Nacional, mais dez bilhões de dólares. Total da dívida externa, cento e quatorze bilhões de dólares. Total da dívida pública interna e externa: duzentos e sessenta e quatro bilhões de dólares. A partir desta ...

O SR. — (Fora do microfone)

O SR. AFIF DOMINGOS — Pois não, vamos conferir: poupança: dos trinta e cinco, vinte e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — E os trinta e cinco, o que é?

O SR. AFIF DOMINGOS — É o total de depósito em poupança, dos quais vinte cinco estão com o Banco Central. Eu dei um total de trinta e cinco, vinte e cinco estão com o Banco Central. São dados recentes. O que nos dá então esse total, só para conferir...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Agora, está dando certo.

O SR. AFIF DOMINGOS — Então. Bem, minha gente, com duzentos e sessenta e quatro bilhões de endividamento, nós temos da dívida externa, cento e quatorze bilhões: oitenta bilhões do setor público e trinta e quatro bilhões do setor privado. Portanto, esse modelo, cuja receita nasce na década de 50, seguido pelo regime de 64, nos lega uma situação como essa onde, se calcularmos uma taxa a grosso modo de 10% ao ano de juros, nós teríamos um encargo de vinte e seis, arredondando, vinte e sete bilhões de dólares de juros para a rolagem dessas duas dívidas. Portanto, minha gente, como é que nós vamos sair dessa, sem promover um brutal ajustamento em cima da estrutura do Estado brasileiro? Porque a crise não é da Nação; a crise está localizada na estrutura do Estado. E sem um ajustamento dessa estrutura, com um projeto claro, definido; de soltar as amarras para que a Nação possa voltar a respirar, não teremos condições de sair desse enroscô, porque, já diz o ditado popular, quando se está no buraco, quanto mais se cava, mas se afunda.

Qual a saída?

Em primeiro lugar, qual seria o modelo de desenvolvimento e a vocação real do Brasil que eu proporia para uma linha de ação?

O que este modelo gerou? Gerou uma brutal concentração de rendas, uma estrutura do assistencialismo e do clientelismo, onde um regime fechado acabou não criando um sistema econômico aberto; pelo contrário, hoje, fazem parte do buraco da dívida não só os gastos de estatais como também uma política de subsídios que, hoje, pesam violentamente sobre o gasto público.

Portanto, seria uma injustiça, alguém, defensor de um sistema de livre mercado, de livre iniciativa, jogar, única e exclusivamente, por conta dos gastos do Estado, ou gastos das estatais, ou gastos da máquina pública, a única culpa pelo processo. Temos aí o que eu chamo de empresário que mama nas tetas do governo, uma estrutura cartorial que tem acesso aos benefícios, graças a um sistema de corrupção institucionalizada, onde, com bons intermediários que conhecem, como ninguém, o pé-de-cabra com o qual se arrumba o Erário, uma grande parcela deste modelo gerado pelo protecionismo, em nome de um falso nacionalismo.

Isto precisa ser dito, para que possamos equilibrar o ajustamento que teremos que fazer.

Em segundo lugar, nós, a partir de 1962 ou 1963, abandonamos, totalmente, a visão do desenvolvimento agrícola do País.

Tanto isto é verdade que Juscelino Kubitschek voltaria, sem dúvida, pois não tenho dúvida de que ele votaria em 1965, para a segunda etapa de seu projeto. A sua cassação impediu esse retorno, e o que tivemos foi, então, uma política de urbano-industrialização permanente, neste sistema fechado, que privilegiou alguns, em detrimento de uma grande massa. Foi um processo brutal de concentração de recursos na mão do Estado, concentração principalmente na distribuição, porque não tivemos uma distribuição democrática de benefícios — e nem isto poderia acontecer — tivemos uma concentração espacial do desenvolvimento, porque os centros mais dinâmicos foram aqueles que mais se beneficiaram de uma estrutura de cartorialismo assistencial do Estado, tivemos, então, o agigantamento dos grandes projetos, e este povo, coitado, que morava no interior, foi arrancado para os grandes centros. Ele, no interior, era pobre, sim, pobre com nome, sobrenome, família; e foi jogado nos grandes centros como miserável; perdeu o nome, o sobrenome, a família; tinha uma cultura para o setor primário e foi jogado nos setores secundário e terciário sem nenhum preparo em termos de investimento, de preparação ou de reciclagem dessa mão-de-obra. E o que tivemos foram centros de prosperidade cercados por um cinturão de fome, pobreza e miséria.

As concentrações urbanas estão aí, onde os bolsões de pobreza, que outrora estavam distribuídos em determinadas regiões do País, foram concentrados como bolsões de miséria nos grandes centros urbanos. E quando o indivíduo perde a identidade, ele muda o seu comportamento. Está aqui: a violência nos grandes centros urbanos, onde não temos condições de continuar convivendo com os modelos de megalópolis que temos.

A saída, hoje, urgente é a volta às origens, é pegar o segundo programa de metas de JK, adaptá-lo à realidade, e, hoje, implantar em cinco anos de agricultura, cinqüenta anos de fartura, até porque os brasileiros, independentemente do governo que temos, já estão fazendo isto.

Tenho percorrido o Brasil, quase todos os Estados, percorrendo não só as capitais, mas principalmente o interior. Vejo em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, sul do Pará, sul do Maranhão, nos vales úmidos do Nordeste, o gaúcho, o catarinense, o paranaense, o paulista, o mineiro; estão subindo.

Começaram um processo de ocupação, mas um processo de ocupação por conta e risco, na raça, provando que a agricultura de clima tropical tem vantagens muito maiores do que a agricultura de clima subtropical ou clima temperado, porque podemos produzir, se quisermos e tivermos infra-estrutura, 365 dias por ano.

Quando vou a Rondonópolis, por exemplo, vejo o que estão fazendo os gaúchos, plantando soja, lá. Mas, na hora do transporte, essa soja vem em cima de caminhões, perdendo grãos pelo caminho, por estradas em péssimas condições de uso, porque, infelizmente, o Estado abandonou toda a infra-estrutura básica que deveríamos ter, mínima para dar apoio a esse pessoal que está produzindo, e não a tivemos.

E o que está acontecendo hoje?

Apesar de todos os pesares, apesar de uma estrutura de governo que hoje nos leva a quase uma situação de insolvência na economia — nem digo de estrutura de governo; digo estrutura de governos, porque o sistema é o mesmo e não foi alterado — apesar de tudo isto, saltamos, de 50 milhões de toneladas de grãos, para 70 milhões de toneladas de grãos.

Apesar de não termos a infra-estrutura que os americanos têm, que, hoje, detêm 50% do mercado mundial de grãos de exportação, com 200 milhões de toneladas de grãos, estamos conseguindo competir com eles, com impostos nas costas, sem infra-estrutura, o que demonstra a viabilidade do País para se tornar, em curto prazo, o maior produtor mundial de alimentos, especificamente, o maior produtor mundial de grãos.

O Brasil tem todas as possibilidades de dar esse salto nos próximos 15 anos. E os americanos, enquanto estávamos preocupados em produzir computadores e aviões, estavam morrendo de rir. Mas, quando eles viram o salto que demos em pouquíssimo tempo, sem o mínimo de condições, de infra-estrutura, ficaram extremamente preocupados, haja vista, esta onda que está sendo feita sobre um problema real, que existe, que é o problema ecológico, e temos que ter uma brutal consciência sobre ele. Mas os americanos, na verdade, foram os que mais mataram índios com Winchester, mais fabricaram agente laranja, os desfolhantes, exatamente os aplicados no Vietnã e também aplicados aqui no desmatamento predatório, fabricaram bombas, cujas experiências abalaram o ecossistema, que moral têm para vir, hoje, traçar uma diretriz para nós, em matéria de ecologia? Mas, por trás disso tudo, e volto a repetir, temos que ter esta brutal preocupação, mas, atrás disso tudo está uma grande preocupação com a saída do Brasil para o Pacífico, porque sabemos que quando tivermos poderosos aliados, e os aliados brasileiros estão na Europa e no

Japão, e criarmos a interface de a maior Nação do Hemisfério Sul, que tem que buscar parceria com aqueles que possam dar o apoio necessário ao nosso desenvolvimento no binômio agricultura-mineração, integrado no processo de agroindustrialização da produção agrícola advinda desse processo.

Vejo que o caminho do Brasil é por aí. Vejo, inclusive, que o choque cultural entre o pessoal do Sul e o pessoal das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste é extremamente positivo. Fui Secretário de Agricultura do meu Estado e sei que a melhor extensão rural que é feita não é pelos técnicos do governo; a melhor extensão rural é feita pelo vizinho, porque, quando, o vizinho começa a fazer, a progressão é geométrica, das cópias que ocorrem; e isto está acontecendo em larga escala em todo o território nacional.

Portanto, Srs., eu vejo que a trilha de JK aí está. O caminho que nós teríamos que ter perseguido em 1965 nós vamos perseguir 25 anos depois. Mas a Nação já está fazendo esse caminho de forma natural. Dentro desse binômio agricultura-mineração, nós daremos condições para o desenvolvimento do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste.

Quando falo em agricultura no Nordeste, eu me refiro exatamente ao investimento na infra-estrutura básica, principalmente na irrigação. Porque, com irrigação em projetos integrados, nós teremos condições de ter compromisso com a produção. Hoje, correndo o Nordeste, vejo que muito poucos projetos de irrigação foram completados. As grandes obras foram feitas, e as pequenas obras de extensão do benefício à massa de pequenos agricultores não aconteceu, porque nós não tivemos política agrícola no Brasil nos últimos anos. A política agrícola existente foi muito mais direcionada para vender insumo para a agricultura do que propriamente para ter um projeto que estimulasse a agricultura como um todo e criasse condições de parceria com o mercado internacional.

Traçada esta diretriz, onde a propriedade, no meu entender, é esse caminho, e no Brasil existe um princípio de que quando a agricultura vai bem, o comércio limpa a prateleira e, quando o comércio limpa a prateleira, não existe capacidade ociosa na indústria. A Europa projeta 1992 e está fazendo uma profunda revisão dos seus conceitos, inclusive os conceitos econômicos. Eu quero chamar a atenção para o fato de que a década de 30 está sendo passada a limpo com grande velocidade em todo o Hemisfério Norte. Quero chamar a atenção para o fato de que Cavaco e Silva, em Portugal, está revendo Salazar; Felipe González, na Espanha, está revendo Franco; o projeto Europa 1992 está revendo o que sobra do resquício do social-nacionalismo do eixo nazi-fascista; Gorbachev, hoje, na União Soviética, está revendo Stalin. E nós estamos correndo o risco no Brasil de fazermos voltar ou mantermos o sistema que vem desde 1930. O momento agora é de um brutal ajustamento em cima dessa estrutura, para relançar as bases de um Brasil rumo novamente ao desenvolvimento.

Colocada a estratégica de um programa de ação de governo, o que nos resta, então, na área de ajustamento?

Primeiro, um plano de retomada do desenvolvimento. Nós, temos que passar, primeiro, por um programa de estabilização econômica, programa este que prevê um profundo ajustamento na estrutura do Estado. O programa de estabilização econômica visa, antes de mais nada, como primeiro ato, ao ordenamento das funções do Estado. Chamô isso de estatizar o Estado. Nós temos que, hoje, exatamente, fortalecer novamente as funções do Estado. E, eu tenho um princípio, dentro do nosso programa, que explica o que é o fortalecimento da função de um Estado moderno e forte. Em primeiro lugar, é o Estado que vai investir na igualdade de oportunidade; é o Estado que investe firme na saúde e na educação. Em segundo lugar, é o Estado que investe na garantia dos direitos individuais e coletivos; é o Estado que investe na justiça e na segurança. Em terceiro lugar, é o Estado que investe na infra-estrutura básica do desenvolvimento econômico e social; é o Estado que vai investir no transporte, na energia, na comunicação, na irrigação, que no Brasil passa a ter uma importância fundamental, principalmente na Região Nordeste, e é o Estado que vai investir no saneamento básico.

Colocado o Estado dentro das suas funções, nós temos que promover um brutal enxugamento da máquina pública, tendo em vista a redefinição de funções. O que não estiver dentro desses preceitos não é passível de ação do Estado. Portanto, o problema aqui não trata de dispensa de funcionários, como tem sido colocado que o programa de ajustamento consiste em mandar 50 ou 100 mil embora, dentre aqueles que têm menos de 5 anos de casa. Às vezes, aquele que tem 5 anos de casa está numa função muito mais importante do que um que está há 20 anos numa função que não existe. Portanto, antes de mais nada, é a promoção do ajustamento do Estado às suas funções, para que nós possamos reinvestir num processo em que o Estado volte a ser prestador de serviço e sirva à Nação.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, eu estou com uma comissão do comando da greve dos bancários em meu gabinete e terei que sair por alguns minutos, mas voltarei porque tenho interesse em saber do nosso ilustre Deputado Afif Domingos como S. Ex<sup>a</sup> se posiciona em relação ao pagamento da dívida interna e externa e de que recursos poderíamos lançar mão para a sua vantajosa exploração do resto do País. Eu estou apreciando a palestra de S. Ex<sup>a</sup> e gostaria de voltar, se V. Ex<sup>a</sup> me liberar, logo em seguida.

O SR. AFIF DOMINGOS — Recolocado o Estado dentro das suas funções, nós vamos, então, promover um ajustamento da máquina, tendo em vista essa visão do Estado. Percebam V. Ex<sup>a</sup> que aí nós colocamos as funções de energia, comunicação, transporte, o que praticamente define a linha das estatais que devem permanecer sob o controle do Estado.

Isto vale para a administração direta e vale para a administração indireta.

Então, nós vamos ter que passar, primeiro, a um projeto de desenvolvimento com liberdade, cuja diretriz, cujo rumo, cujo futuro está traçado no projeto de agricultura e mineração e a um projeto de modernização industrial e privatização. Aqui entra o primeiro ponto do ajustamento que nós vamos ter que fazer, jogaendo com o problema de dívida externa. Vamos discutir aqui o problema da dívida externa.

O programa de estabilização econômica que visa enquadrar o Estado nas suas funções e partir para um processo de privatização, passa pela renegociação da dívida externa. Hoje, a nossa dívida tem um valor de mercado internacional. Por que o valor de mercado internacional que vale 100 está em 30 ou 40? Porque nós temos um credor inconsequente e um devedor ineficiente. A somatória desses dois fatos dá como resultado líquido um mercado internacional afirmando que aquela dívida não vale o que vale. Ela vale bem menos dentro do mercado. Eu penso que nós temos que tirar proveito dessa situação, que não adianta simplesmente fazer discursos. Nós temos que fazer um projeto de País, para exatamente traçar as diretrizes de como nós vamos negociar essa posição.

Eu tenho três pontos ou três fórmulas a propor a partir do plano de viabilização do País. Primeiro, nós temos a dívida velha, cujo valor está no mercado internacional. Segundo, temos a securitização, que seria a conversão da dívida para uma menor com a emissão de novos títulos. E o terceiro projeto, que eu chamo de "Parceiros do Futuro", para o qual nós vamos dar toda a ênfase no nosso programa de governo.

Vamos discutir o primeiro projeto: dívida velha. Para quem quiser ou não querer entrar no projeto que vamos apresentar de viabilização do País, com o reajuste interno sendo feito e, portanto, com o retorno da viabilidade do País, nós vamos propor as duas outras alternativas. Se não se enquadrarem nas duas alternativas, porque não querem e preferem esperar, nós também vamos esperar. Nós temos de dar um tratamento recíproco. Aquela que não investe no nosso reerguimento, da nossa parte também vai merecer a mesma consideração.

O segundo ponto é a securitização. É um processo de negociação, para o qual várias fórmulas já estão em curso, que visa exatamente reduzir o estoque da dívida, para que nós possamos dar preferência a esse credor novo, já que o credor velho não merece preferência para continuar pagando os juros em cima de uma dívida repactuada.

E, vamos, agora, àquilo que nós vamos centrar todas as nossas forças: o parceiro do futuro. E como nós, então, trabalhariam com esse parceiro do futuro? Em primeiro lugar, tiradas as estatais, que estão dentro do rol das empresas estrategicamente importantes, dentro da função do Estado, eu partaria para consolidar a dívida de todo o remanescente de empresas num caixa único do Tesouro.

Ou seja, varinós tirar destas estatais o endividamento delas e passar para o Tesouro. Isso pode ser ou não com *holding*, esta é uma fórmula a ser estudada, passar ao Tesouro, e nós teremos, então, no Tesouro, um valor ativo, que seriam as ações dessas empresas e um valor passivo, que seria a dívida destas empresas.

E, aí, aqueles que se dispuserem a comprar os nossos títulos para fazer conversão de dívida, na busca do enxugamento do nosso estoque, para que possamos realizar ações para abater dívida, a esses nós teremos que dar um tratamento preferencial.

Nós vamos ganhar em cima, sim, mas se ele está comprando a dívida por 30, por 40, ou por 28 — como você aqui citou — ele passa a ter vantagem e passa a viabilizar muitos negócios estatais inviáveis, desde que nós façamos o acerto de conversão de dívida e, aí, não há necessidade de emissão de moeda, porque na hora em que ele aparecer com um título de dívida externa aqui, para conversão, simplesmente nós vamos entregar ações daquele estoque que nós temos, porque, inclusive, à medida que essas empresas forem aliviadas do seu passivo, o seu valor de ação ativo passa a subir. O valor patrimonial dessas ações sobe, então, nós teríamos uma possibilidade de conversão, e eu digo não ao par, porque eu acho que nós devemos tirar vantagem disso, mas, muito próximo ao par, e, inclusive, sobre a dívida original, para que nós possamos incentivar a esse parceiro a fazer o processo de conversão interno de dívida.

Acredito que, por esta sistêmática estaremos dando uma saída para aqueles que quisessem investir no nosso projeto e aliviar o ponto em nosso relatório, que eu julgo da maior importância: ou nós vendemos parcela do nosso ativo para quitar a dívida ou, então, vamos permanentemente buscar um processo onde eu não vejo nenhuma espécie de solução.

Quanto à dívida interna, ela deverá merecer um tipo de tratamento, já dado à complexidade dela e os valores que eu aqui trago, que são valores alarmantes se somarmos tudo, mas ela tem que experimentar um processo cuja sensibilidade de mercado interno precisamos estudar com bastante carinho.

Acredito que com esta visão possamos ter uma proposta de viabilidade do País, em termos de seu futuro, com uma parceria que nos permite sair desse enroscô, nos desvincilhando de parcela das áreas que o Estado entrou e que não deveria entrar, para que nós possamos voltar a fortalecer aquelas áreas que o Estado nunca deveria sair, e que acabou deixando de cumprir a sua missão básica.

Sr. Presidente, são essas as considerações que eu tenho, por ora, e submetendo-as ao debate que, creio, possa esclarecer melhor a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Agradecemos a palestra, a exposição, que não se limitou à temática da dívida externa, porque foi uma apresentação da análise da situação econômica do País, sua evolução histórica e,

inclusive, uma visualização do plano de Governo do ilustre Deputado Guilherme Afif Domingos. E passo a palavra para as suas considerações e seus questionamentos ao Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Fernando Henrique Cardoso, Deputado Guilherme Afif Domingos, candidato à Presidência da República pelo Partido Liberal.

Ouvimos com respeito e a atenção que merece o prezado Deputado e candidato a Presidente da República a análise global, como já disse o Senador Carlos Chiarelli, ela não foi apenas o enfoque da dívida externa, mas como disse V. Ex<sup>a</sup>, no início, a apresentação de um modelo, porque dentro deste modelo V. Ex<sup>a</sup> dá diretriz daquilo que julga o sentido de resolver o problema do endividamento externo.

V. Ex<sup>a</sup> inicialmente, fez uma digressão da análise política eleitoral, a partir de 1930, para chegar à época atual, e eu apenas me situaria, lembrando um pouquinho a diferença de 1960 para 1989, quando em 60 já lembrava V. Ex<sup>a</sup> apenas a diferenciação de números, em que nós tivemos o Presidente Jânio Quadros com a vitória de 6 milhões de eleitores em um universo de 13 a 14 milhões de eleitores. O último dado que eu tinha eu me referia a 12 e 13 milhões e V. Ex<sup>a</sup> se referiu a 15 milhões. Quero que as condições de 1960, e não vamos entrar aqui em detalhes, são bastante diferenciadas de 89, basta examinarmos aqui a faixa etária e essa massa que eu costumo chamar de a massa dos deserdados, e costumo dizer que pela primeira vez os deserdados do País vão eleger o Presidente da República, é uma massa semi, não só no problema etário, mas sobretudo no caso em que só fomos ver o perfil do eleitor brasileiro, e não é o caso de examinarmos aqui também, porque vamos encontrar cerca de 7 milhões, que por exemplo, no máximo, terão curso superior neste País. Não é em função de indivíduo ter o curso superior que ele possa votar melhor do que se ele for só alfabetizado, mas mostra que esses deserdados estão vivendo praticamente na linha da pobreza absoluta. E é para atingir essa linha de pobreza absoluta que os candidatos à Presidência da República terão que ter esta sensibilidade.

O que se questiona é até que ponto o problema do endividamento externo vai tocar essa gente, até que ponto eles entenderam uma linguagem mais técnica. E é por isso que talvez V. Ex<sup>a</sup> foi buscar e buscou bem para o nosso entendimento, não só como representante de Minas, aquilo que preconizou Juscelino Kubitschek, quando dizia mais além, que ele entendia — e também estamos de acordo com este aspecto de sua conceituação e não disse para V. Ex<sup>a</sup>, mas sobre os estudos que fizemos, e acredito que essa seja a visão moderna — que nenhuma grande nação será tão grande no terceiro milênio se ela não dominar o ciclo da energia e o problema de alimentos, e que V. Ex<sup>a</sup> enfocou bem com o problema energético e o de alimentos. É claro que também não é o caso desta Comissão, apenas estou

fazendo esta digressão porque V. Ex<sup>a</sup> foi além do meu conceito.

Mas V. Ex<sup>a</sup> traz uns dados interessantes e já sabíamos aqui, dados pelo eminente Senador Relator Fernando Henrique Cardoso e pelo Presidente Carlos Chiarelli. V. Ex<sup>a</sup> na somatória do endividamento externo e interno falou em cerca de 264 bilhões de dólares — se me engano foram os números que eu pude anotar — e não na parte externa são 84 milhões do setor público. Então, a primeira pergunta tem por base o depoimento, do também candidato a Presidente da República que levantou o seguinte nesta Comissão: que uma das idéias que ele teria sobre o problema do endividamento externo no caso do setor público, é que ele retiraria o aval do Tesouro Nacional naquelas dívidas já fixadas pelo Governo — evidentemente não agora, que como V. Ex<sup>a</sup> também é parlamentar e sabe que tudo agora dependeria dos avisos do Senado da República, sem o que o Tesouro Nacional não poderá dá-los — mas este candidato a Presidente da República disse o seguinte: eu retirarei o aval dado pelo Tesouro Nacional. E a primeira pergunta, para ser bem objetivo, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> qual é a sua opinião a respeito disto? É válido? Está de acordo com um pouco do que pensa V. Ex<sup>a</sup> ou é apenas um processo ilusório de quem talvez não tenha examinado os contratos internacionais, sabendo que o fórum não é brasileiro, o fórum é de Nova Iorque, as leis aplicadas são de Nova Iorque, como é que V. Ex<sup>a</sup> vê essa postura de um também candidato à Presidente da República.

O SR. AFIF DOMINGOS — A pergunta é sobre o seguinte: mas a retirada de um aval, qual é a consequência prática e objetiva, em termos de melhoria de situação para nós? Segundo, uma decisão unilateral, qual é a consequência dela? Porque, para nós, tudo tem que ser analisado em termos de uma consequência. E volto a repetir que nós temos dívidas velhas que foram contratadas por um credor, no mínimo, imprudente e por um devedor incompetente. Tudo isso se traduz num valor de dívida no mercado internacional. Por quê? Porque ela vale 30% exatamente pela somatória das duas colas. Então, os 100% não valem os 100%, ele vale 30% na somatória dessas duas coisas.

Quem está dizendo isso é o mecanismo de mercado internacional. A partir daí, nobre Senador, eu acredito que esta proposição nossa de darmos opções antes de tomar qualquer medida unilateral, ou seja, relançar as bases do País pela retomada do desenvolvimento, e dar tratamento preferencial para a securitização e a conversão, de acordo com os nossos interesses, porque as conversões que têm sido feitas hoje, na minha opinião, não consultam os interesses nacionais, porque não têm plano de acordo com o interesse nacional. E a hora que nós tivermos um plano de interesse nacional, inclusive colocando o estoque de ativos que nós queremos nos desvincilar. Ai nós vamos dar o tratamento da conversão, a que ela merece exatamente, utilizando a conversão em nosso benefício.

Aí, nobre Senador, quem não se enquadrar na securitização, ou seja, apostar, nos dar um aval de confiança para o novo Governo que entra, para poder tirar o Brasil do sufoco. Porque, quero deixar bastante claro, que eu não julgo o Brasil um país do Terceiro Mundo e hoje estou querendo colocar a dívida brasileira tratada como a dívida do Terceiro Mundo como um todo, e a nossa grande diferença, Senador, é que o Brasil só tem do Terceiro Mundo duas coisas: a incompetência dos nossos dirigentes e a corrupção da máquina pública, no restante, o potencial que o Brasil tem como grande Nação, não pode ser comparada com outras nações devedoras. Nós temos que explorar este capital que é exatamente o capital que nos relança como Nação e aí nós teremos condições de renegociar a dívida, não simplesmente dizendo que vai suspender o aval do tesouro, mas pelo menos dando duas outras opções para aqueles que querem apostar. Agora, aqueles que não quiserem apostar, Senador, aí nós podemos estudar uma série não de represálias, mas pelo menos de espera. Se não estão nos ajudando a resolver o nosso programa, eu vou tratar preferencialmente aqueles que estão ajudando. Então, não darei ao mercado internacional financeiro, como um todo, uma ação de represália monolítica, pelo contrário, nós racharemos os interesses, porque teremos aqueles que querem apostar e aqueles que não querem apostar; aqueles que não querem apostar nós daremos um tratamento na mesma reciprocidade que estamos sendo tratados.

Não entro nem no mérito de retirada de aval mas entro no mérito de que nós não podemos continuar desembolsando com aqueles que não querem ajudar o País a sair do enroscado que nós nos metemos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, não é o caso e nós apenas estamos registrando e vamos continuar registrando o pensamento de V. Ex<sup>a</sup> e não estamos aqui para debater...

O SR. AFIF DOMINGOS — Eu estou dando opções de debater.

O SR. ITAMAR FRANCO — É exatamente o objetivo da Comissão, porque V. Ex<sup>a</sup> também não desconhece como parlamentar, que através da Constituição e julgamos conveniente, aqui, também destacar o Senador Fernando Henrique Cardoso, o Senador Carlos Chiarelli, o Senador Severo, que o Congresso Nacional passa agora a examinar os critérios analíticos da dívida externa. Porque é muito importante e vai servir, possivelmente dentro dos 4 e 5 meses, de orientação também aos candidatos à Presidência da República.

V. Ex<sup>a</sup> também não desconhece, ao longo do processo de endividamento brasileiro, que se fez à revelia do Congresso Nacional. E eu costumo lembrar sempre que evidentemente não foi só a partir de 1964, mas 1964 foi um marco importante, porque através de um decreto-lei se permitiu ao Departamento de Portos, Rios e Canais que se desse o aval do Tesouro Nacional. E a partir daí houve uma

distorção muito grande. Mas, a verdade, ilustre candidato à Presidência da República, Deputado Afif Domingos, o que se assistiu — nós não estamos aqui para questionar os acordos em si, mas questionar o problemas de juros, este sim precisa merecer dos presidenciáveis, creio eu, um questionamento profundo — por incrível que pareça, ao longo desse processo de endividamento todo, é que os juros foram todos flutuantes e sempre a critério do credor e só podíamos nos basear em apenas dois mercados: o mercado londrino e o mercado de Nova Iorque. Não vamos discutir aqui o problema da libor, prime rate, do spread — o Brasil paga um spread, hoje, mais caro do que qualquer país, como você sabe — mas, de qualquer forma, esse juro, ao longo de todo esse período é que trouxe esse endividamento, a dívida partiu de um percentual e ela explodiu em função desses juros flutuantes. O que V. Ex<sup>a</sup> faria com esses juros flutuantes?

O SR. AFIF DOMINGOS — Eu volto a insistir, que o valor da nossa dívida não é esse. Eu, como gosto muito de regime de mercado, fui recorrer ao próprio mercado internacional e é ele que está dando patamar para o valor da dívida brasileira. Portanto, na hora em que nós temos um valor de dívida destes títulos, das operações irresponsáveis feitas, já fixadas pelo mercado internacional, se eu tenho dinheiro para pagar, vamos lá e quitarmos a dívida pelo valor que o mercado está colocando, se eu não tenho dinheiro para pagar, existe a fórmula da securitização, que é ainda nós vamos renegociar a dívida com um valor reduzido e os juros adaptados a este valor, que é a segunda opção. Ou seja, nós temos a segunda e a terceira opção: securitização e parceiro do futuro. O parceiro do futuro, este vai merecer, da nossa parte, um tratamento especial. Agora, aquele que continuar achando que a dívida dele é cem e continuar cobrando o valor do juro em cem, nós não temos como continuar pagando.

Eu quero chamar a atenção, que eu estou dando opções, não para tomar simplesmente uma opção unilateral, mas exatamente criando um quadro de opções com aqueles que queiram apostar no nosso futuro, portanto, com securitização renegociaremos os juros, quem não quiser renegociar nada, nós vamos esperar um dia para sabermos se teremos recursos para poder pagar entra no clima de esperança mesmo.

Digo ao Sr., nobre Senador, eu acho que essa estratégia no mercado internacional é a estratégia melhor, porque eu acredito que nós temos grandes parceiros que estão exercendo o potencial do Brasil.

Quero chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> que os Estados Unidos, que é o grande credor brasileiro, não é nosso parceiro, Estados Unidos é concorrente. O parceiro do Brasil, o primeiro entre todos é o Japão, a eles sobra o que nos falta e a eles falta o que nos sobra.

Quero chamar que para a conquista do cerrado brasileiro, toda tecnologia evoluída foi graças a um apoio — e esses convênios devem ter, inclusive, passado aqui pelo Congresso, a JICA — Agência Internacional Japonesa,

foi a que mais apoiou o programa de tecnologia do cerrado e não foi à toa. Exatamente eles já visavam, com uma visão de muito longo prazo, que aquele é um parceiro de extrema importância para o desenvolvimento. Eu quero chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, que os Estados Unidos é uma nação com duas costas e foi a costa pacífica a que mais cresceu nos últimos 20 anos, graças à evolução dos países asiáticos, e especificamente a Califórnia. Quer dizer, o grande surto de desenvolvimento da Califórnia se deve, basicamente, à visão pacífica da costa pacífica, que é a combinação com o Japão, onde o Japão depende basicamente, para comer, dos Estados Unidos.

Portanto, hoje, o Japão nos olha, e é só olhar os estudos da própria companhia Vale do Rio Doce, que eu julgo uma das estatais mais importantes, estrategicamente, dentro do nosso Governo, no campo de mineração, porque será o binômio agricultura-mineração, a base do nosso Governo, porque, inclusive, o sistema de transporte é o mesmo, se não investirmos no sistema de transporte para a agricultura, ele serve também para o processo de mineração e o destino do consumidor final é o mesmo, o que vai nos levar a uma baixa brutal dos fretes e na baixa brutal dos fretes nós concorremos com o pé nas costas com os Estados Unidos, porque em matéria de lavoura, hoje, ninguém bate o Brasil em termos de custo. E esta é a preocupação dos americanos hoje, ou seja, depois de tanto de tempo, apesar dos governos que tivemos, o Brasil cresceu, cresceu e isto os ameaça.

Portanto, dentro desta visão, a parceria econômica brasileira está na Ásia, especificamente o Japão, e na Europa, onde eu elejo, a priori, Alemanha e a Itália, que são países que têm excedentes de recursos e que, inclusive hoje, estão tomando decisões dentro do Projeto Europa, 1992, de abrir mão de determinadas atividades, onde eles não têm vantagens comparativas para investirem em países onde eles têm vantagem comparativa, em termo do retorno do investimento, e o Brasil, hoje, é o paraíso. Portanto, eu vejo com muita clareza, Senador, que nós temos que jogar com parceiros nestes eixos, porque os Estados Unidos, acho que jamais nos daria a mão, neste instante, em termos de um processo de conversão, de renegociação, porque eles têm desse concorrente que surge como gigante do hemisfério Sul, e é este o nosso destino. Vamos ter que lutar por isso.

Eu acho que esta é uma visão muito clara, onde nós podemos raxar a visão dos credores, porque se nós partirmos para uma atitude agressiva, unilateral, nós podemos ter a solidariedade do mercado internacional. Mas se nós partirmos para opções com aqueles que querem ser parceiros do nosso futuro, eu acho que o tratamento dos credores não será monolítico não e nós temos condições de levar vantagem sobre isso.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não tenho essa convicção de V. Ex<sup>a</sup> não, quando se trata de credores, eu não sei se eles se dividiram em função do que têm a receber do nosso País. Pelo menos nós temos sido, na história,

e em determinados momentos, os credores internacionais, sejam japoneses, sejam americanos, sejam ingleses, franceses, eles se unem em interesses dos sistemas financeiro internacional. Mas, de qualquer forma, eu respeito a visão de V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> fala muito de valor de mercado. Valor de mercado é muito complicado, o próprio Ministro da Fazenda toda hora lembra que o valor de mercado não é em relação aos bancos oficiais, porque esses não vão vender o seu endividamento a preços aviltados, sobre tudo os bancos oficiais. Mas também respeitamos esse avanço de V. Ex<sup>a</sup>.

Uma coisa me chama a atenção neste instante, e aí, fugindo um pouquinho o aspecto do endividamento interno e externo, porque V. Ex<sup>a</sup> mesmo fez questão de mostrar, dentro do embasamento do modelo, para dar a sua diretriz política como candidato à Presidência da República. V. Ex<sup>a</sup> não fala na integração da América Latina. É uma coisa que me passou, eu até notei, V. Ex<sup>a</sup> fala muito do Japão, fala muito nos Estados Unidos, futuramente nós teremos que rebater o problema americano etc, etc, mas V. Ex<sup>a</sup> esqueceu ou não quis falar, ou não era o caso, do problema da integração da América Latina, sobretudo quando é a América Latina, hoje, aqui já lembrada, nesta Comissão, também pelos dois ilustres Senadores, da importância dela no contexto financeiro internacional. Hoje a América Latina sofre todos os horrores desse endividamento externo, crises econômicas, finanças seriíssimas. E a própria Carta Constitucional brasileira é que fala da necessidade dessa integração. Não sei se não houve oportunidade, se houve falha, mas não ouvi V. Ex<sup>a</sup> falar na América Latina, vejo que V. Ex<sup>a</sup> fala do Pacífico, tudo, bem, vamos ao Pacífico, vamos abrir as portas para "x", para "y", mas não vi aqui, pertinho da gente nenhuma manifestação.

O SR. GUILHÉM AFIF DOMINGOS — V. Ex<sup>a</sup> sabe o que acontece, eu acho que nós temos que ser muito pragmáticos no momento em que nós estamos vivendo. Eu acho que a América Latina, e nós temos que buscar essa integração sob o ponto de vista cultural, humano; aliás, são os nossos vizinhos, nós temos que conviver. Mas eu me assusto, porque dentro dos informes tétricos do aspecto econômico, sócio-político, nós temos aqui títulos de créditos externos incobráveis; 8 bilhões e meio. E nós temos também que, dentro do nosso processo de exportação, grande parcela do processo de exportação nós estamos exportando para devedores ou para compradores que não nos pagam. E, neste momento, Senador, o Brasil precisa de capitais, ele precisa de muitos capitais e eu vou colocar o ponto de vista, porque o Brasil precisa de capitais. Hoje nós estamos aqui, o nobre Senador Carlos Chiarelli é um dos expoentes na luta pela elevação do piso do salário mínimo, e eu sei que todos nós, em sã consciência, sabemos que não adianta elevar piso de salário por decreto, porque hoje nós estamos vivendo um processo na economia onde, gra-

ças a esse "rombo" monumental aqui exposto, o capital, no Brasil, é escasso. E sendo le é muito caro. E a mão-de-obra é extremamente abundante, sendo abundante, ela é cada dia mais barata.

Não vejo, Senador, outra fórmula para distribuir riqueza e elevar o patamar dos salários do que transformar o que é escasso em abundante. O que seriam os ingressos de capitais. Porque à hora em que o capital se torna abundante e cai de preço, ele vai para o investimento. E indo para o investimento provoca a escassez da mão-de-obra, e a escassez da mão-de-obra é responsável pela elevação do valor dos salários. Portanto, a pergunta que eu faço, com todo o carinho que eu tenho pela integração da América Latina. A curíssimo prazo, a América Latina tem condições de aportar capitais para que possamos elevar o valor da mão-de-obra do brasileiro? Então, é aquele programa de buscar quem está com recursos. Porque só vamos poder resolver o problema da dívida à hora em que nós alivarmos os encargos, trocando dívidas por investimento. Por isso é que eu volto, na História, à visão juscelinista de 1955, interrompida por esse conselho dado em 58 que fez com que — aliás, isso é uma curiosidade; a revista Veja de 6 de junho de 1973. A matéria de capa é "Por que o Brasil deve 10 bilhões de dólares? Isso há 15 anos somente. Não há outra fórmula, Senador. Então, eu acho que, com muito carinho, nós vamos perseguir a política de integração da América Latina, mas saco vazio não pára em pé. Nós vamos ter que buscar dinheiro porque é a única forma. É com choque de capitais para poder elevar o valor da mão-de-obra e gerar emprego para o brasileiro corner, se alimentar, se educar, ter acesso aos meios de saúde, porque ou nós elevamos o patamar do poder aquisitivo, no Brasil, ou, então, nós não temos condições de ter uma nação que possa se levantar. É sobre esse aspecto, no momento, no curto prazo, no programa de ajustamento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, apenas mais duas perguntas: Deputado Afif Domingos, V. Ex<sup>a</sup> crê que o crescimento social não pode ser um subproduto do crescimento econômico?

O SR. AFIF DOMINGOS — Não basta só o crescimento econômico, Senador. Fica claro que as nações que melhor se saíram nos últimos 40 anos foram aquelas que, ao invés de pegar o dinheiro do Estado e aplicar em altos fornos de siderúrgica, utilizaram o dinheiro do Estado para aplicar na educação de seu povo. O investimento na igualdade de oportunidade, que foi o primeiro item que eu coloquei, dentro do nosso programa; por que é que eu invistido na alimentação? Por que é que eu invistido na agricultura? Porque o trinômio da nossa linha de ação é agricultura, alimentação e educação. Por exemplo, Senador, e, aí, o Sr. me permita, já que o Sr. citou, no ponto da questão, que é o problema social ligado ao campo econômico. Não basta só o investimento de capitais, é lógico. Nós temos, hoje, de preparar uma massa que é mar-

ginal de um processo de benefícios sociais para que ela possa receber esses benefícios, porque, infelizmente, Senador, quem cuida da pobreza, no Brasil, é a economia informal. Porque o Estado está a serviço dos poderosos. Esta é a grande verdade. Eu vou dar um indicador para V. Ex<sup>a</sup> que é estarrecedor, mas que é verdade, porque aqui, na Constituinte, nós cuidamos tanto dos direitos sociais, e esses direitos sociais serão abrangentes para quem está no emprego formal. Mas para quem está no emprego informal não alcança, pelo contrário, vai até aumentar o emprego informal em função da falta de aplicação à realidade brasileira de hoje. A população economicamente ativa no Brasil é de 53 milhões e 200 mil pessoas. Deste total, Senador, 28 milhões estão na economia informal. Absolutamente marginais de qualquer benefício. Portanto, eu provo, e esse é um estudo que foi feito, inclusive por Hernandes de Soto, no Peru, mostrando a força da "economia nera", da economia negra, da economia submersa na forma de cuidar da pobreza, porque o Estado tem origem bizantina. Ele está a serviço daqueles que mamam em suas fartas tetas, como é o sistema, inclusive, empresarial brasileiro, de uma elite empresarial, daquela que não gosta de mercado, gosta de reserva de mercado, gosta, exata e permanentemente, de estar usufruindo o Estado, que eu chamo de recurso público para sustentar marmanjo econômico. Eu tenho uma profunda repulsa por esse tipo de modelo. Portanto, hoje, quando falamos de uma visão de desenvolvimento econômico, nós temos: que o Estado investir na infra-estrutura e investir na igualdade de oportunidade, que é o programa Educação e Saúde. Como é que podemos falar em igualdade de oportunidade se temos nutridos e subnutridos; temos os que têm acesso ao saber e os que não o têm; os que têm acesso ao sistema de saúde e os que não têm esse acesso. Portanto, quando eu falo: Brasil maior produtor mundial de alimentos e que pode, tranquilamente, e pelos indicadores, o Brasil será o maior produtor mundial de soja dentro dos próximos 12 anos, nós, em contrapartida, temos que ser o maior consumidor mundial de soja. Onde? Em cima dos programas, onde o investimento público tem que estar na pré-escola, onde vamos ter que investir nos programas de alimentação, não abrangendo apenas as crianças acima de 2, 3 anos de idade, não, mas abrangendo a criança do zero aos 2 anos de idade, incluindo, neste programa a gestante. Onde cada pré-escola tem que ser transformada num posto de puericultura para fazer medicina preventiva e não medicina curativa. Portanto, a partir daí, na hora em que investirmos pesado, tirarmos o dinheiro do Estado que, hoje, está sustentando marmanjo econômico, uma máquina ineficiente, uma estrutura corrupta de poder e voltarmos o investimento para a área social, mesmo real, através de programas descentralizados, via municípios, e não como hoje, como está acontecendo, inclusive em seu Estado, eu tenho de perto o que está acontecendo em Minas Gerais, que eles passaram para o município

os encargos e não passaram os recursos. Quando, na verdade, hoje, nós temos de enxugar a estrutura burocrática na área da educação, na cabeça, para poder privilegiar, em termos de recursos, a área de educação, na ponta, num sistema de pré-escola, onde podemos erradicar a subnutrição, porque não é possível, um país com este potencial de riqueza na área de alimentação ter um povo subnutrido. Essa subnutrição tem consequências diretas nos programas educacionais, dado o grau de repetições, onde, não basta investir em educação se não preparamos as crianças para isso.

Senador, cometemos um erro profundo; o Terceiro Mundo parece que tem um denominador comum nisso. Foi a preferência ao investimento do Estado na área econômica e aqueles que investiram na área social, por exemplo, como o Japão, que fez o grosso do investimento em seu povo, se transformou em grande nação. E nós nos transformamos, não o Brasil, mas esse conceito de Terceiro Mundo, exatamente, porque o dinheiro do Estado foi desviado da função social. Este é o meu ponto de vista.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu vou encerrá-lo.

Deputado Afif Domingos quando eu quis dizer crescimento social foi, exatamente, para singular que um País, ao longo dos anos, particularmente a partir de 1982 e 83 tirou 5% do seu Produto Interno Bruto para pagar o seu endividamento externo. É claro que ele deixou de aplicar, socialmente. Então, é por isso que a proposta da dívida externa de V. Ex<sup>a</sup>, ainda que tenha estudos, análises dentro de uma forma globalizante, em relação ao mercado, a mim me pareceu, ainda um pouco tímida, sobretudo quando V. Ex<sup>a</sup> enfoca, e enfoca bem, o problema social. Mas, aí, de repente, V. Ex<sup>a</sup> se esquece dos casos da correlação do País que tem se axaurido, imagine, 5% do Produto Interno Bruto. V. Ex<sup>a</sup> cita os Estados Unidos; mas jamais a sociedade americana permitiu que 5% do seu Produto Interno Bruto fosse retirado para isso. Evidentemente, não nos cabe, aqui falar sobre o assunto, eu vou fazer a última pergunta, porque me chamou a atenção, apesar de ser um problema que é, também, da dívida externa. Os empresários brasileiros se beneficiaram, ao longo dos anos, sobretudo regime autoritário; muitos deles enriqueceram, muitos deles apoaram o regime autoritário, porque foram beneficiados por ele. Basta ver quantos desses que gritam, hoje, e que pertencem à Fiesp, pertencem a não sei quem, e enriqueceram, ao longo do processo autoritário. E V. Ex<sup>a</sup> mesmo, é quem o diz.

O SR. AFIF DOMINGOS — Exato, Sudeste, Sudam.

O SR. ITAMAR FRANCO — Diga-me V. Ex<sup>a</sup> o seguinte, e é a última pergunta: Empresários que mamam, V. Ex<sup>a</sup> não diz mamaram, que mamam, no verbo presente — na teta do governo. Eu não vou perguntar o nome desses empresários, que seria muito indelicado, mas quais são os setores Deputado?

O SR. AFIF DOMINGOS — É um sistema, Senador.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Temos que ter cuidado com essa expressão erótica e Mitríca, (risos.)

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu apenas estou apressando, porque não quero deixar de ouvir o Presidente e o Relator.

O SR. AFIF DOMINGOS — Perfeito. Queria ler aqui e voltar a lembrar — inclusive o Senador Fernando Henrique Cardoso não estava presente quando li este trecho de uma recita que criticava Juscelino, exatamente quando ele internava capitais de risco e não capitais de empréstimo, e aqui a receita era para fazer o contrário: tomar dinheiro emprestado porque isso garantia a soberania porque o capital de risco era a forma de transferir renda para o exterior.

Veja bem, Sr. Senador. Os financiamentos externos úteis ao País são os que se destinam às empresas nacionais e, principalmente, aqueles que são feitos de governo para a aplicação sob forma de capitalismo de Estado nos setores básicos da economia. Quer dizer, é a receita de Prestes, Luís Carlos Prestes, seguindo pelos governos militares.

Aliás, tem lógica isso porque todos são do tenentismo de 1922. Tudo é matriz de um mesmo pensamento que foi o corporativismo, mais o positivismo que instruiram o tenentismo. E eu estou falando aqui de remanescentes do tenentismo.

Por que hoje estou dizendo que não existe mais esquerda nem direita? É a tese e a antítese que, se comprovada, temos que buscar hoje uma nova síntese que é essa política de conciliação que está acontecendo no mundo inteiro.

Tanto é que vejo com muito constrangimento os nossos plenários aqui divididos entre esquerda e direita, quando, na verdade, temos que dividi-los entre o novo e o velho; entre o moderno e o antigo. Aqueles que estão buscando uma visão nova, a partir da realidade, com o fim dos ideologismos.

Mas, infelizmente, nessa visão ideológica tanto fascista como comunista acabamos incorporando num misto que deu o imbróglio que temos aqui para tentar desembrulhar.

Então, Senador, dentro desta realidade, queria colocar para o V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: primeiro, a nossa visão não é uma visão que eu digo modesta em termos das transferências de recursos que estamos fazendo para fora. Isso foi uma receita que provou que tomar dinheiro emprestado, como Abrão Lincoln já dizia, "Não existe prosperidade feita com dinheiro emprestado".

Esquecemos determinados princípios e hoje estamos sentido na carne o que é um processo de endividamento. Vamos ter que descalçar essa bota e a única que vejo é nos desfazermos de parcelas dos ativos que foram formados com dívida para quitar dívidas.

E deixo muito claro isso dentro do nosso projeto, Senador. Quais são as áreas que vamos manter dentro da estrutura do Estado,

porque são áreas estrategicamente importantes para nós, e aquelas áreas que não vamos manter que é exatamente por onde o Estado acabou entrando, e não devia entrar, e desviou os recursos. Hoje estamos pagando o fruto de investimentos feitos em áreas que eram áreas econômicas do Estado e não áreas do desenvolvimento social do Estado porque esse modelo, Senador, provocou um aumento brutal da pobreza.

V. Ex<sup>e</sup> fez a pergunta se eu poderia nominar setores. Eu quero deixar claro que, inclusive, ocasionei uma polêmica séria quando estive agora no Recife, há questão de uns 15 dias quando eu acusava o problema da corrupção dentro da área da Sudene.

E não é especificamente Sudene, é de todas as áreas onde existe um fundo público. Onde existe uma teta, Senador, existe toda uma curriola em volta, composta de intermediários, de beneficiários, de funcionários, — que nós sabemos que existe e graças a Deus um Ministro, Ministro Luciano Brandão do Tribunal de Contas, está fazendo um levantamento pente-fino nos Finor, nos Fiset e em todos os fundos públicos que estão sem fundo porque em cada fundo público desse, tirando aquelas partes de projetos sérios que não queria aqui generalizar, mas eles acabaram sendo contaminados pela corrupção gerada pelo clientelismo, pelo assistencialismo que somou brutais recursos que concentrou renda e enriqueceu alguns em detrimento de um aumento brutal da miséria brasileira.

É só olharmos que o crescimento industrial do Nordeste que foi 10, 11% ao ano, nos últimos anos ocasionou uma perda de receita de 12%, receita comparativa dessas regiões. Porque é lógico que o sistema de incentivos beneficiou muito, mais aqueles que o aplicaram e foi um processo de transferência de renda nas mãos de alguns, sim, e são esses que eu digo e aponto que se beneficiariam de uma política de mamar nas tetas do governo.

Com eles, Senador, não tenho compromisso nenhum. Eu vêho de uma outra área e eu só quero aqui reafirmar uma posição exataamente mostrando uma linha de independência para termos aliados numa luta onde, daqui para frente, termos que enquadrar o Estado nas suas funções e fazer com que a economia possa se desenvolver com liberdade e em regime de mercado porque precisamos de um regime competente. Competente é quem compete e incompetente é o que não compete.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado. O problema dos ativos vou deixar para o Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Senador Leite Chaves, V. Ex<sup>e</sup> teria alguma questão a formular?

O SR. LEITE CHAVES — Estive ausente em razão do fato invocado e eu teria interesse de ouvir do ilustre candidato apenas informações a respeito de dois pontos.

Mas, ao que soube sobre esses pontos ele já fez a sua explanação e eu verei, de for o

caso, notícias ou notas taquigráficas. Era sobre a modalidade do pagamento, era saber como ele acha que isso deva ser pago — porque eu sou autor de um projeto, pela primeira vez no Congresso Nacional, que estabelece a moratória por via legal e com bases, não mais morais, mas com bases jurídicas também. Era esse o aspecto e como seria a compreensão de V. Ex<sup>e</sup> no que diz respeito à abertura do resto do País. Parece-me que já ouviu resposta nesse sentido e eu me pregunto com isso, mas posteriormente eu lerei suas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Algum comentário?

O SR. SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ilustre relator, está com a palavra.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Eu queria, em primeiro lugar, desculpar-me perante a Comissão, especialmente, perante o Deputado Afif Domingos porque cheguei um pouco atrasado de São Paulo mas, por sorte, pra mim, pude acompanhar. Os paulistas estão sempre atrasados, os mineiros chegam antes, mas, de qualquer sorte, dei para assistir a parte, suponho eu, mais substancial da sua exposição, como a que diz respeito à questão da dívida.

Ouve, também, algumas das suas observações mais gerais sobre a situação do Brasil.

Para justificar o meu atraso, eu estava ontem em São Paulo e fui a uma reunião na periferia da cidade numa área que o Deputado, provavelmente, conhece até melhor do que eu, na zona da Av. Cupecé, Cidade Ademar, zona Pop. Tratava-se de uma reunião de poucas pessoas, num diretório local de Partido, eu tinha que falar sobre a social democracia.

Quando se chega a uma casa, casa de tijolo aparente, ainda em construção, que era uma sociedade de amigos, como eles dizem, — atrás funcionava um cabelereiro, que onde a dona da casa e a professora de cabelereiro, economia informal — ou seja, pessoas especialmente senhoras, mulheres rudes, mas muito inteligentes, diretas na formulação das questões; claro que tive que fazer uma exposição, não me atrevi a falar propriamente dos temas que nós apaixonam nos debates no Parlamento e nos debates acadêmicos, porque o ambiente incitava outro tipo de questão. De repente, um Sr., que é conhecido na região como Zé Prefeito, e disse-me o seguinte: Senador, que negócio é esse de esquerda e de direita? O que é isso?

Bom, fica muito difícil diante da circunstância da vida entrar em categorias tão abstratas como essas.

A senhora, dona da casa e presidente da associação, dizia: olha, aqui, na semana passada houve um tiroteio e morreram 6 pessoas.

Aí, uma das pessoas presentes disse: bom, dos seis, cinco eram bandidos.

Então, outra senhora disse: ah, na verdade, quando as crianças têm 10 anos já estão cheirando cola, aqui não existe creche, e a maior parte da população não tem emprego.

Então, como é que vou responder o que é esquerda e o que é direita, diante de uma

situação desse tipo. Embora isso possa ter algum reflexo, a longo prazo, as questões são muito mais candentes.

E, na verdade, sem entrar na questão sobre as ideologias, nas discussões feitas aqui, temos visto há muito tempo a Mesa, talvez há mais de ano, já, num desfile de depoimentos que fazem com que todos nós acabemos por perceber quais são os problemas reais e, diante disso, isso importa menos do que a filosofia daquela que expoê.

A não ser o Senador Roberto Campos, que infelizmente não está hoje aqui presente, e que realmente é um doutrinário emérito, que a qualquer pretexto S. Ex<sup>e</sup> puxa a discussão para a sua doutrina, e a doutrina dele é imutável, qualquer que seja a exposição aqui feita. S. Ex<sup>e</sup> sempre tem o mesmo questionamento e a mesma palestra. Eu tenho impressão que todos acabamos por ter um aprendizado de quais são os problemas reais, por isso fiz essa pequena introdução. Pois ali há problemas reais. O que é que se vai fazer com a Polícia? Põe polícia aqui ou não põe? Quanto de polícia põe? Por que estão matando? Vai pôr uma creche ou não vai por uma creche? Não adianta saber se você é de tal tendência ou qual a sua visão do mundo. Eles têm problemas muito aflitivos. Eu acho que estamos numa situação no Brasil em que também conseguimos hoje começar a perceber quais são os problemas reais. Quando essa Comissão começou a se reunir, aqueles que vieram aqui — o primeiro que veio foi, creio que, Dílson Funaro, como Ministro da Fazenda, vieram os do Banco Central, depois o Dílson caiu naquele mesmo mês, depois vieram os outros Ministros todos, com exceção do Ministro Mailson da Nóbrega, mas já mandou até representantes aqui.

No início das nossas conversas, quando se falava que a questão da dívida tinha que sofrer uma negociação política, a reação era imediata, isto não tem cabimento, reação de um setor, porque há leis no mercado, e a questão da dívida não é uma questão política, senão uma questão de mercado. Não era essa a contínea? Hoje ninguém desconfia mais de que ao dizer que a negociação tem que ser política que isso seja uma aberração, porque isso é um dado da realidade; há uma negociação a ser feita, então é uma negociação. Não se trata simplesmente da aplicação imediata dos mecanismos de acordos firmados, até porque esses acordos são de legalidade indiscutível.

Eu fiquei surpreendido, aliás agradávelmente, a semana passada, quando o Deputado Delfim Netto, que é do nosso Estado, escreveu na coluna da Folha de S. Paulo, onde eu também escrevo, respondendo, aliás, a mim, que ele achava que havia base efetiva para uma renegociação da dívida, porque, segundo seus cálculos, que são até um pouco maiores do que os nossos, 30 bilhões de dólares da dívida do setor privado, são consequências de juros flutuantes. Os juros do setor privado não chegam a 70 bilhões de dólares, não é isso? Portanto, quase metade da dívida, segundo o Deputado Delfim Netto, de acordo com os relatórios do Banco Central, que nos foram enviados

há algum tempo, apontavam alguma colsa entre 20 e 25 bilhões de dólares, deve ter evoluído. São consequências dos juros flutuantes. O que quer dizer isso? Quer dizer que é uma dívida que é feita não para projetos que vão se desenvolver, mas pela flutuação da taxa de juros, a partir de empréstimos anteriormente feitos. Qualquer justificativa, enfim, econômica ou moral de por que que você paga os juros é porque o capital tem um custo. E quem toma o capital, tem um certo risco, refaz um investimento. E quem empresta é de calcular-se que quem vai fazer o investimento tem capacidade para investir ou não. E daí os spreads e tudo o mais. Se não tem capacidade aumenta um pouquinho, porque o risco é maior. E quem toma no pressusto de que ao tomar vai ter um investimento, que daqui a algum tempo produzirá um certo fruto — daí os prazos de carência para o pagamento — com o fruto do trabalho e do capital ali investido você vai poder pagar. Tal não acontece com os juros flutuantes. São 30 bilhões de dólares que nós devemos, sem que tivesse aumentado um átomo da base produtiva do País.

Então, a questão da dívida — hoje — mesmo eu citei pessoas como o ex-Ministro Delfim Netto — tem necessariamente essa vertente de que temos que chegar a uma negociação. Por quê? Porque houve um mecanismo — não quero usar palavras que não sejam adequadas — de superexploração financeira. Houve, para reajustar a questão da balança de pagamento dos Estados Unidos, o déficit fiscal dos Estados Unidos, houve esse mecanismo, e isso está nos sufocando. Quando o Senador Roberto Campos diz aqui: "Ah, mas nós somos caloteiros! Não, não se trata de calote, trata-se que nós estamos pagando juros por um dinheiro que não veio para ser investido, não veio simplesmente o dinheiro, foi uma coisa contábil, que permite uma negociação. Como o mercado é sensível, já percebeu isso, já caiu, já fixou. E realmente hoje é 28, 30 cents o valor. É óbvio que nós sabemos que quando se comece a comprar, isso sobe, mas não é 100. Aí há um parâmetro, sim, de mercado que já tomou em consideração a impagabilidade dessa dívida."

Então, não há dúvida nenhuma que aqui os resultados dessa Comissão, fica muito claro e os presidenciáveis que aqui vieram, conforme V. Ex<sup>e</sup> nesse momento, todos disseram que não dá para pagar essa dívida nos termos em que ela está posta. Isso é muito importante, e não o disseram em nome de nenhuma doutrina. Disseram em nome de uma análise muito objetiva da situação e das condições políticas e econômicas, que são as que dão sustentação a qualquer proposta sobre a dívida.

Acho que isso já foi um grande avanço, que permite uma compreensão objetiva desse problema, proque vamos ter que nos unir, mais adiante, seja qual venha a ser o Governo. Para evitar que haja o que ocorreu com o Ministro Funaro e com o Ministro Bresser Pereira, que no exato momento em que estavam negociando lá fora, aqui dentro se formaram grandes ondas, uma pressão enorme, começa

um processo, hoje dito de fritura, e antes deles virarem bolinho os banqueiros lá de fora e os governos lá de fora já percebem que vão virar bolinho, e não há negociação possível.

Então, se quisermos ter uma negociação, vamos ter que, realmente, a partir do respaldo de uma votação popular. O novo Presidente vai precisar ter, digamos assim, um apoio mais amplo da sociedade a partir de fatos objetivos. Acho isso importante.

E, acho que V. Ex<sup>e</sup>, ao colocar aqui a questão da dívida dentro da perspectiva de um processo de desenvolvimento, adotou a perspectiva, a meu ver, também correta. Nós precisamos equacionar a questão da dívida dentro da questão, do modelo de desenvolvimento que vamos ter.

Onde é que eu tenho dificuldades em aceitar as propostas de V. Ex<sup>e</sup>? É que no miolo da proposta de V. Ex<sup>e</sup> — eu creio que o Senador Itamar Franco percebeu, e como de todos nós ele é que é o mais ardiloso, mas ele é o mais imaginativo então ele imagina tanto, que ele imagina qual vai ser a arguição até do companheiro, e jogou para mim a questão dos ativos, ficando ele na discussão apenas da questão do que se faz com os juros e com o passivo. Mas S. Ex<sup>e</sup> tem razão. Tem razão no seguinte sentido: qual é a proposta, vamos dizer assim; o prato de resistência de sua proposta é a questão dos parceiros do futuro, porque o resto, a dívida, à securitização, mas isso quase todos propõem. O Senador Collor propõe securitização, O Bresser propõe a securitização, e eu acho que é uma idéia que já está mais trabalhada. É a idéia nova, dos parceiros do futuro.

Bom, eu não sei se entendi bem a proposta. Seria, vamos fazer a conversão da dívida, mas vamos direcioná-la no sentido dos nossos interesses. E, até aí tudo bem, porque no momento a questão que nós temos no Brasil é que a conversão é feita a partir de interesses especulativos. A conversão é negativa do ponto de vista da economia do Brasil. Pode até diminuir um pouquinho a dívida, mas ela é altamente negativa, especulativa e sabe Deus o que mais, inflacionária sobretrato.

Bem, então, V. Ex<sup>e</sup> diz: vamos fazer isso em função do estoque. Agora, a minha dúvida começa aí. Porque no programa proposto por V. Ex<sup>e</sup>, certas áreas são áreas de prioridade de ação do Estado. Eu creio que hoje, também, nessa matéria o grau de concordância é muito maior do que as palavras indicam. Por exemplo, na crítica ao clientelismo, na crítica à corrupção, na crítica aqui sobre a aparência de avanços da economia do Estado o que houve foi realmente um acoplamento de interesses privados por dentro do Estado para benefício próprio, e não benefício do País. Então, eu acho que há muitas áreas em que, independentemente dos "ismos", nós podemos caminhar juntos. Mas chega o momento que sai a gordura e entra a carne. Aí eu pergunto a V. Ex<sup>e</sup>: até que ponto vamos cortar nestas coisas dos ativos, dos estoques. Porque V. Ex<sup>e</sup> reconhece que o Estado deve ficar com o transporte, energia, comunicação, irrigação e saneamento. É verdade. Mas, se ao transferir

para o Tesouro tanto as ações, como é normal, como a dívida, V. Ex<sup>e</sup> transfere das ações das estatais, é isso? Já é. E o grosso das ações são nessas áreas.

V. Ex<sup>e</sup> fez a ressalva da Vale do Rio Doce. Por que razão numa Companhia como a Vale do Rio Doce haveria vantagem em colocarmos os ativos da Vale do Rio Doce nesse pacote, para que o Estado se livre deles. Eu fiquei muito impressionado com a disposição do Ministro Malison no Senado, na semana passada os Senadores estavam lá e assistiram — quando se fez uma referência — eu que fiz, pedi aos assessores do Ministro que me dessem os dados — a respeito do gasto público, do Orçamento. Vinte e oito por cento do Orçamento da União, segundo as informações do Ministério se destinam ao pagamento de pessoal — o que aliás é pouco. Hoje, aliás, o Ministro Abreu reafirma isso, quer dizer, o funcionalismo público federal é relativamente pequeno. Eu estava também em Campinas esse fim de semana, e lá estavam gritando muito que é 65%. E há situações, como Rio Grande do Sul, que é mais alto do que isso o gasto com o pessoal. No plano federal é 28%. Agora, o serviço da dívida é 27,2%. Depois, a transferência para os Estados é Municípios é coisa de 17%. Para resumir, o que sobra de dinheiro eventualmente disponível — que todo Orçamento da União é 6%, esta União está falida. E não está falida porque tem havido um crescimento da burocacia. Está falida porque ela assumiu a dívida; esse montante imenso de juros que ela paga da dívida. E ela assumiu a dívida que era de empresas não só públicas, mas privadas.

Houve um momento em que houve uma decisão de Governo, de estatização da dívida. Não quero entrar na discussão dos desatinos da gerência da dívida no passado. Mas houve um desatino aí, que levou à falência da União. Não foram as empresas estatais em si.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Houve antes, houve agora há dois meses atrás pelo BNDES. Foi tirada a dívida privada e transferiram para o Brasil.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Na verdade dá aparência de que o Estado está... o Estado está fazendo a socialização das perdas. De modo que a crítica que nós temos que fazer é muito rigorosa, não só o Estado, é também o sistema empresarial brasileiro que está acostumado realmente — usando a expressão, não parlamentar —, a "mamar nas tetas do Estado". Erótica, como diz o Senador. Eu sempre pensei que fosse uma coisa respeitosa e maternal, enfim, estão acostumados a fazer a transferência de prejuízos para o Estado. Não foram as empresas estatais que ocasionaram o rombo que existe hoje, algumas sim — e é preciso aí separar a meu ver, o joio do trigo. Eu acho que na hora de definir esse estoque do que vale a pena ser, digamos assim, privatizando, é preciso separar o joio do trigo. Tenho a sensação — gostaria de ver tudo sobre isso — de que na verdade a parte do setor produtivo estatal que é descartável, é muito pequena; porque

a Vale do Rio Doce, não é; a Petrobrás, não é; as Elétricas não são. Então, o que sobra? Eu tenho medo de que realmente quando V. Ex<sup>a</sup> for analisar, com mais detalhe, com a seriedade que lhe é peculiar, o que realmente, tendo em vista interesse público, convém alienar e o que não, o que convém alienar é muito pouco. E que esse mecanismo dos parceiros do futuro vai ficar sem estoque de ações, realmente disponíveis, a menos que se abra mão daquilo que me parece não dá minima vantagem, do setor público que é produtivo e que está precisamente nessas áreas, que são as áreas fundamentais para garantir o processo de desenvolvimento.

Por que eu digo isso? Porque como eu comecei dizendo que nós precisamos desidologizar. Acho que quando V. Ex<sup>a</sup> desidologizar a proposta de V. Ex<sup>a</sup> verá que realmente a carne aparece logo, porque a gordura não é tanta, quanto está inicialmente sendo apresentada pela mídia, que parece que tudo depende simplesmente de uma ação dentro do próprio Estado, porque o resto vai bem.

Digo isso, para dizer, pedir a V. Ex<sup>a</sup> que faça uma análise em profundidade, o que que seria objeto desse estoque para os parceiros do futuro, e para dizer a V. Ex<sup>a</sup> se ao lado disso não houver uma negociação direta do estoque da dívida, tomando em consideração os 30 bilhões de dólares de juros flutuantes, e tomando em consideração de que nós temos que definir na securitização patamares, como disse o Senador Itamar Franco, máximas aceitáveis de taxas de juros — se nós não fizermos isso, as soluções que nós propomos, pode acabar sendo aquela cerejinha que se põe no bolo, para enfeitar. Quase tudo é bolo mesmo, a frutinha está ali mesmo, só para o inglês ver, e como eu sei que V. Ex<sup>a</sup> até nem se referiu à Inglaterra, prefere a Alemanha, Itália e Japão, não vai fazer uma proposta para inglês ver.

O SR. AFIF DOMINGOS — Muito obrigado. Senador, queria, mais uma vez, repassar o conceito de três opções. O passado — chamo de dívida passada — que charmaria de dívida presente, que seria a securitização, e aí está o grosso do processo de renegociação; e o reconhecimento que existe mercado, ou seja, nós estamos partindo por um mecanismo de mercado, para fixar um valor de dívida, porque é um mercado que está nos dando parâmetro de renegociação. Portanto, eu acho que aí há uma aproximação sucessiva, dentro dos conceitos de desidologização do processo, exatamente sem eu sair do meu conceito doutrinário estou recorrendo a um mecanismo de mercado para partir para um processo de renegociação de dívida, pela visão política.

O SR. AFIF DOMINGOS — Muito bem. Aí há aquela história do organismo internacional com o qual não estou de acordo. Tem. Tem a criação de um organismo, que passa a ser o gestor, passa ser um auditor — mudaram o nome do FMI, e aí eu não estou de acordo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Isso não é proposta do Senador, e sim proposta externa.

O SR. AFIF DOMINGOS — Desculpe-me, Sr. Presidente. Então, sou desse princípio. Esta terceira alternativa, que é a solução que nós estamos dando para o problema de conversão, porque eu não aceito Senador a conversão da forma que está sendo efetuada. Portanto, se nós temos hoje um estoque, inclusive estatais, cuja viabilidade é duvidosa, graças ao mecanismo da conversão e à fixação dos valores do deságio, ela pode tornar, neste momento, oportunidade a negociação de vendas daquelas ações. Isto é só fazer o levantamento, e eu estou dando primeiro o critério exatamente para que dentro desse critério eu tenha, então, os pareceres, porque V. Ex<sup>a</sup> sabe que também existe uma grande parcela de recursos, hoje, não possível de se medir, mas de recursos brasileiros no exterior. E que esta é a oportunidade do retorno desses recursos, onde vou usar o incentivo da conversão, desde que essa entrada venha para atingir o nosso interesse, que é nos livrarmos daquilo que não está dentro do processo de prioridade para efeito de privatização. Isso passa por um processo de privatização daquilo que não é o essencial.

Agora, quanto ao levantamento deste montante — e aí é uma questão do aprofundamento do estudo — acredito que daremos à conversão um sentido nacional, um sentido de interesse da Pátria muito mais profundo do que está acontecendo hoje, porque acho que devemos utilizar o mecanismo de conversão em nosso benefício, aproveitando o momento de baixa de valor no mercado internacional, porque aí passa a ser negócio para quem comprou vir fazer aqui negócio e negócio para quem vai vender, porque temos determinadas empresas que V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que são inviáveis, se for tratado simplesmente para repassar pelo valor da dívida.

Então, utilizariamos o mecanismo da conversão e do deságio como forma de viabilização da venda daquilo que seriam verdadeiros elefantes brancos e que não estão dentro das áreas prioritárias da energia, da comunicação, etc.

Agora, Sr. Senador, aí vem um outro ponto, que reservo para uma visão futura, daquilo que considero a empresa que remanesce. Acho que o Estado pode ser absolutamente controlador de uma empresa viável, não com 100 por cento, nem com 90 por cento. Para mim a empresa pública é do povo. A empresa pública não é do estatocrata, não é do funcionalista, não é do político. A empresa pública é do povo e temos hoje que criar o sistema do capitalismo para todos.

Acho que grande parcela dos recursos, dos fundos que foram utilizados e não sabemos como, aliás, estou até hoje querendo saber o que foi feito com o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Gastos correntes do Estado...

O SR. AFIF DOMINGOS — Exatamente. Eu acharia que esses recursos estariam muito melhor encaminhados em termos de um sistema de um capitalismo humanizado, popular,

onde a massa é acionista daquele setor rentável do Estado, onde o Estado aí pode começar a reduzir o valor do controle, colocando numa coisa chamada mercado de capitais, que não existe no Brasil, e temos que fazê-lo existir, exatamente para que os futuros projetos de uma empresa absolutamente viável, possam, ao invés de recorrer permanentemente ao Erário com seus projetos de expansão, recorrer a um mercado para onde, sem dúvida, vamos ter que voltar todas as nossas forças para que ele exista, para que dessa forma nós tenhamos uma fiscalização sobre a eficiência dessas empresas, feitas por um sistema de mercado em que acreito — aí é uma profissão de fé.

Portanto, sei, partindo do princípio doutrinário, parto do conceito de que uma empresa estatal pode ser perfeitamente eficiente, com o Estado não controlando 100 por cento, mas controlando totalmente a empresa através do sistema de acordos, e colocando vastíssima parte desse capital no sistema de mercado de capitais, onde parcela dos fundos de propriedade do trabalhador e da Nação sejam realocados para o investimento, para que possamos passar essa fase de empréstimo porque, sinceramente, não me faz bem, sabe, Sr. Senador. Acho que por um bom tempo vamos ter uma boa ojeriza pela palavra empréstimo, porque cada vez que pensarmos em empréstimo de longo prazo, vamos pensar duas, três vezes dentro de um modelo de País que estou idealizando.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Vê-se que V. Ex<sup>a</sup> não é amigo dos banqueiros.

O SR. AFIF DOMINGOS — Sinceramente, digo que os banqueiros acabaram servindo como forma cartorial de monopolização da poupança voluntária, canalizando-a para o financiamento do déficit público. Daí a concessão e o sistema cartorial onde poucos foram privilegiados. A prova disso é que dos 35 bilhões da poupança, 25 bilhões estão com o Banco Central.

O SR. LEITE CHAVES — Deputado, V. Ex<sup>a</sup>, então, postula para o País uma solução capitalista? Acha que através das regras tradicionais do capitalismo V. Ex<sup>a</sup>, como presidente, resolveria os problemas mais sérios do País?

O SR. AFIF DOMINGOS — Digo a V. Ex<sup>a</sup> que hoje o mundo inteiro busca uma solução capitalista do capitalismo humanizado. Ou seja, eu disse aqui — acho que V. Ex<sup>a</sup> teve que se retirar naquele momento — que a única forma de resolvemos o problema no País é o choque de capitais, porque é a única forma de provocar abundância do que é escasso, que é capital, para ele baixar de preço, para ele retomar o investimento e provocar a escassez da mão-de-obra.

A única forma de se provocar a escassez de mão-de-obra no Brasil é o ingresso de capitais. Então, se é esse um choque capitalista, é um choque capitalista que estou prevendo.

O SR. LEITE CHAVES — Outra coisa, quanto ao campo. Veja V. Ex<sup>a</sup>, se os organismos oficiais, hoje, por determinação do governo

multiplicassem os seus financiamentos nós triplicaríamos a produção agrícola, mas não teríamos quem a comprasse, quem a adquirisse, por falta de poder aquisitivo. Então, veja V. Ex<sup>a</sup>, se pensarmos apenas em soluções de oferta, não resolvemos, porque são dois "braços", um pequeno, que V. Ex<sup>a</sup>, de uma certa forma enxerga melhor, e o resto do País em penúria, de braços estendidos.

Sobre a questão da dívida, só para seu esclarecimento, tive aqui a iniciativa de apresentar uma proposição — a proposta está em andamento, vou até pedir urgência — de prorrogação da dívida, mas por meios legais, isto é, não convencionais. Porque o que se discute no País é que se consegue isso, que os bancos estão inclinados a reduzi-la ou a fazer concessões. São quase 900 bancos e V. Ex<sup>a</sup> sabe que jamais se conseguiria isso.

Na realidade, o que os banqueiros querem é protelar por mais 3 ou 4 anos uma coisa dessas e o Brasil continuar a pagar juros extorsivos. Ora, se realmente querem reduzir a dívida, a grande dívida que se poderia reduzir era, digamos, os juros, ou deixarmos de pagar juros.

Então, em que consiste o meu projeto? O meu projeto é jurídico e é político, mas é sobretudo jurídico. Em que se baseia ele? Baseia-se no princípio de que ninguém está obrigado ao impossível. Toda força maior é excludente de responsabilidade. Então, o País não pode absolutamente pagar essa dívida ou esses juros sem prejuízos mais sérios do que aqueles que está sofrendo até aqui.

Por outro lado, mostramos que os contratos são eivados de nulidades e comprometimentos morais e jurídicos. Diz a lei do País, mesmo o Código Napoleônico, todos os códigos do mundo dizem que: "quando uma das cláusulas fica ao arbítrio de uma das partes, então essa cláusula é nula e pode ensejar inclusive o comprometimento do contrato".

Veja V. Ex<sup>a</sup> que só pela jogada dos banqueiros ou dos credores as cláusulas da *prime rate* ou da *libor* podem aumentar assustadoramente, e os credores caem numa posição de absoluta indefensibilidade. Além do mais, o nosso projeto é jurídico e ele se baseia num princípio da Constituição. A Constituição atual levanta dúvida sobre a legitimidade da dívida e estabelece que dentro de um prazo "x" o Congresso Nacional tem que criar uma Comissão para examinar a legitimidade da dívida, tornar claras as suas suspeitas e, inclusive, estabelecer pena para aqueles que foram responsáveis pela sua formação. Com remessa, inclusive, ao Procurador-Geral da República para denunciá-los.

Ora, se a própria Constituição e a Nação brasileira julga, admite, em princípio, que essa dívida padece de suspeição e vícios que a comprometem na sua legitimidade, então, qual a primeira providência? Não pagá-la, porque a proceder assim, mesmo em relação aos juros, estariamos pagando uma dívida ilegítima.

E estabelecemos mais ainda. Que depois desses 10 anos de congelamento, em que os juros não fluem, o pagamento se daria,

se operaria em mais 10 anos, mas fazendo-se o inverso das proposições.

Quando a relação entre credor e devedor é uma relação de normalidade, de equilíbrio econômico, o pagamento se opera a partir dos spreads. Quer dizer, são primeiros pagos os acessórios, depois juros e capital. Mas quando a situação é de extrema dificuldade, como essa, se tem que inverter os pólos do compromisso. Pagar-se-ia inicialmente capital, depois acessórios, depois juros.

Então, o Brasil não diz: "Não, não pagamos", porque não teríamos condições de dizer: "Bem, a dívida não será paga", evidentemente seria uma afronta, mas a dívida será suspensa em razão desses fatores, que são realmente reconhecidos pela outra parte. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que essa dívida foi uma dívida extremamente artificial. Procederam em relação aos países subdesenvolvidos como se nós procedêssemos em relação ao café. Fosse essencial o café no mundo e, então, elevássemos o café para 20, 30 vezes o seu valor, como ocorreu com o petróleo... esse dinheiro se concentraria em países como o Brasil, a Colômbia e outros que produzem o café, e o mundo haveria de ficar na nossa dependência. Além do mais, buscar dinheiro externo para pagar café em dólares e todos se endividaram, sobretudo quando o próprio Estados Unidos, para não aumentarem a sua inflação, emitindo dólares em quantidade, passassem também a tomar empréstimos, pagando juros, para que, quando houvesse a desvalorização do dólar, elevassem ainda mais essas taxas.

Faço apenas estas considerações, porque, depois, mandarei um artigo para V. Ex<sup>a</sup> e o meu projeto, no desejo de que V. Ex<sup>a</sup> continue, como candidato, a ter todos os fatos e todas as verdades presentes, ainda que modestas como esta nossa, para seu raciocínio.

Lamentei, de resto, não assistir à parte da sua conferência naquilo que mais me interessava, mas verei se existem as notas taquigráficas, e, como modesto Senador desta Casa, senti-me muito bem em assistir parte expressiva da sua conferência, embora não tenhamos ponto nenhum em comum nisso. Entre V. Ex<sup>a</sup> e eu entre o meu Partido e o seu existe uma grande divergência, mas considero V. Ex<sup>a</sup> um homem sério nesta Casa e tenho certeza de que, no seu viso percepto, na sua concepção político-ideológica, V. Ex<sup>a</sup> está colocando a coisa, procurando resolver o "milagre" com as rezas de sua cartilha e de seus postulados.

O SR. AFIF DOMINGOS — Obrigado, nobre Senador Leite Chaves. Receberei com muito prazer todas as grandes contribuições que V. Ex<sup>a</sup> possa dar na busca da verdade, porque aqui ninguém se julga dono da verdade e a discussão é exatamente para se buscar a verdade.

Dentro daquilo que V. Ex<sup>a</sup> colocou, volto a insistir que o julgamento sobre o comportamento de credores e devedores o mercado fez. E, esse parâmetro de mercado internacional, para nós, é de extrema importância para que possamos, a partir do mercado e do valor da dívida do mercado, montar o arca-

bouço do processo de renegociação; onde, no meu entender, será menos traumático do que se imagina.

Talvez nós tenhamos mais problemas na dívida interna do que na dívida externa, porque a dívida interna é extremamente sensível a qualquer colocação, porque ainda o mercado não fixou o valor da dívida interna. O dia que ele fixar o valor da dívida interna, o dia que ele fixar o valor da dívida interna, nós também teremos extremas facilidades para poder negociar. Mas, na dívida externa, à medida em que nós temos esse instrumento, que é o mercado internacional, que fixou o valor da dívida, acho que fica bastante mais fácil nós montarmos, então, o nosso esquema de renegociação.

Agora, volto a insistir em um ponto, Senador, que tudo está em função do projeto de nação. Esse projeto a Nova República ficou devendo. Aliás, nós participamos de um processo constituinte, em que nós sentimos que muito mais tivemos a força das corporações pressionando a Constituinte do que a força de um projeto de nação que faltou. Porque, se nós tivéssemos um projeto de nação que se antecipasse à Constituinte em termos de diálogo para buscar o nosso caminho. Mas nós ficamos perdidos, sem dúvida, dentro da pressão corporativa, onde considero, onde há partes de excelente qualidade a nossa Constituição, principalmente no capítulo de Direitos e Garantias, mas, na verdade, ela tem um ranço corporativista que vamos ter que, em 1993, fazer uma profunda revisão.

Lutei muito para que nós tivéssemos os 50% mais um de *quorum* para fazer a revisão constitucional, porque daria a oportunidade de que, com o respaldo popular, nós homologássemos, através das urnas, um grande projeto nacional. E o grande projeto nacional nos daria, com o respaldo popular, condições totais de proceder a um processo de renegociação externa e interna da nossa dívida, onde relançaríamos a base da Nação solvente, do País viável.

E é neste ponto, Senador, que acho que o maior instrumental que temos é a viabilidade do Brasil. Não comparo o Brasil, em termos de viabilidade, com os outros países; os mesmos devedores com a mesma situação. Por isso, disto um pouco daqueles que querem fazer o cartel dos devedores. Acho que temos condições de potencialidade muito maior, para que nós possamos renegociar a nossa parte exatamente em cima de um projeto de Governo sério. Este é um ponto que gostaria de colocar.

O SR. LEITE CHAVES — Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Só que o projeto de viabilidade é a longo prazo e a dívida, os juros são constantes. Então, são essas sangrias que inviabilizam essa outra parte. Teremos que estancar, sob qualquer pretexto aceitável, isto, para que essa parte a que V. Ex<sup>a</sup> se refere seja possível e viável.

O SR. AFIF DOMINGOS — Dentro da nossa proposta, Senador, contemplamos essa visão da renegociação a partir do valor de mercado,

que foram as três opções que nós demos: a dívida antiga com o credor imutável, que não quer mudar — este acho que tem que entrar na fila de espera; a dívida nova, que é a renegociação através da securitização, que vai levar em conta os parâmetros de mercado para que possamos diminuir a remessa e passar a cumprir rigorosamente com a remessa dentro do valor renegociado; e o terceiro item, que é o parceiro do futuro, aquele que vai fazer conversão de dívida, ajudando-nos a nos livrarmos de uma área ou de um estoque de ações de setores onde o Estado entrou e que, na minha opinião, não deveria entrar.

Com a combinação dessas três coisas, teríamos, então, uma considerável redução do processo de dívida externa, acoplado a essa visão de remeter muito menos, porque, a partir daí, vamos reduzir brutalmente o estoque da dívida com regras firmes. Mas só teremos negociadores na hora em que sentirem firmeza no processo de condução da economia do País.

Senador, volto a insistir com V. Ex. Tem uma profunda diferença entre nação em crise e nação em decadência. O que me entusiasma vir aqui exatamente utilizar o potencial do País como arma de renegociação externa é porque, senador, em vez de ir para o exterior, estou indo para o interior. Estou viajando pelo País de lado a lado. Às vezes, não seguindo o roteiro das capitais, onde as notícias são mais fartas, mas seguindo o roteiro do interior, onde, na verdade, não tenho encontrado a crise que dizem em vastas áreas do interior brasileiro.

Na verdade, o Brasil real é aquele que está crescendo de noite, até por debaixo do pano, porque, de dia, tem uma estrutura que impede esse crescimento, que é exatamente a estrutura que está em crise. A crise no Brasil não é da Nação, é uma crise do Estado. A Nação sofre as consequências dessa crise do modelo de Estado.

Portanto, senador, qualquer projeto de renegociação externa passa por um profundo ajustamento da estrutura do Estado brasileiro, porque se nós temos uma péssima opinião desta estrutura, imagine o pessoal lá de fora.

Na hora em que nós nos anteciparmos e, sem o ideologismo, partirmos pragmaticamente para corrigir o que está errado — embora a linguagem parlamentar não nos permita, mas volto a insistir, porque não vejo outra figura tão clara em termos de dizer — "de podar muitas das tetas", nas quais muita gente enriqueceu à custa da miséria de muitos. Esta é uma pura verdade: uma estrutura de Estado a serviço dos poderosos e não a serviço da Nação como um todo. E eu venho de uma área defendendo o micro, o pequeno e o médio empresários, que tem sido a minha luta, que não quer reserva de mercado, mas quer regime de mercado, quer que tire o Estado das costas, que tire a regulamentação, que dê liberdade para que possa competir, gerar frutos, ter condições de ter acesso aos meios de capitais necessários para que possa gerar o emprego. E isso não aconteceu, porque esse acesso foi privilegiado num sistema de clientelismo.

Não sei se V. Ex. se lembra que, desde 1983, bati às portas governamentais, clamando sobre o problema das taxas de juros. Foi conhecido que saiu aquele famoso despacho ao então Ministro Delfim Netto — "é possível suportar isso? Até quando" — quando estávamos mostrando que uma taxa de desconto de duplicata de 8% dava 496,05% real, naquela época em que a inflação era de 150%. Isto era o pequeno e médio empresários que tomavam esses recursos, porque a estrutura privilegiada estava toda ela em cima dos juros privilegiados pelo sistema proposto em nome de financiar a tal "empresa nacional".

Portanto, Senador, dentro dessa visão, o Brasil tem condições, no curto prazo, de se levantar. Quando falo da agricultura, quero chamar a atenção de que saltamos dos 50 a 70 milhões de toneladas de grãos em 2 anos e meio, em condições adversas e com juros altos, o que mostra a viabilidade do País. O setor, Senador, que maior retorno tem no curto prazo é o setor agrícola, é aquele em que o investimento é feito e o retorno é quase que imediato e estamos sentindo que o Brasil como um todo está respondendo, exatamente nas andanças. Não existe crise em Uberaba, em Uberlândia, em Rondonópolis, em Barreiras, em Balsas, em Imperatriz, que são locais pelos quais temos passado, Juazeiro, Petrolina. Lá no Vale do São Francisco, uns japoneses me perguntaram quando queríamos que se produzisse manga, eu cai de costas e perguntei o porquê, eles disseram que era porque lá era com hora marcada e dia marcado. Mas como, é lógico, o clima é seco, água, usamos o adubo e dá a florada na hora que se quer, na hora que o mercado precisa e podemos produzir qualquer coisa, o que se quiser, para o Brasil e para o mundo inteiro.

Quando se enxerga esse potencial e mais o lado da mineração, Senador, que tem que merecer, da nossa parte, em cima de dívida externa, uma análise muito acurada, principalmente sobre o ouro e a forma de extração do ouro, onde o que estamos perdendo de dinheiro, que está sendo roubado escandalosamente um sistema primário, precário de exploração, que hoje, inclusive, está contaminando os nossos rios, contaminando a natureza, e aí, quando falei da Vale do Rio Doce, reservou no nosso projeto um capítulo muito especial sobre isso, porque só de reserva de ouro acredo que temos um potencial que pode até nos deixar mais tranquilos em termos de negociação de dívida ou da diminuição do estoque de dívida para o futuro.

O Brasil é um País viável, o que precisamos é de um governo sério, competente, que faça o ajustamento, porque se não ajustarmos o modelo, continuaremos com um que vai continuar fazendo água, voltando ao Estado, não o do *laissez faire*, porque muita gente, quando me vê liberal, fala que não quero Estado nenhum. Pelo contrário, quero um Estado forte, um Estado que administre a igualdade de oportunidade e um Estado que administre a garantia dos direitos individuais e coletivos, é o Estado da justiça. E existe a justiça econômica, Senador, que é o Estado intervindo para

garantir as regras de mercado, não um Estado que intervém hoje para garantir a reserva de mercado, garantir o cartel, garantir o monopólio daqueles que são amigos do rei.

Portanto, esse tipo de processo de ajustamento tem de ser feito por nós, porque dali para frente acredo que o nó será desatado e o País será, sem dúvida, isso está destinado, primeiro, a Canaã, a Terra Prometida; e, em segundo lugar, a maior nação do Hemisfério Sul. Nenhum país tem as condições que temos, nenhum país de clima tropical tem a extensão territorial que temos. Portanto, temos que usar e potencializar isso para podermos negociar em condições privilegiadas, porque o Brasil é mais viável do que qualquer outro devedor e isso conta a favor até da diminuição do valor dos juros.

**O SR. LEITE CHAVES** — Mas, como todo liberal, V. Ex. incide no seguinte raciocínio: Que há riqueza, mas que se tem que desenvolver, que alimentar os grandes empreendimentos para que haja empregos e o Brasil não quer e não aceita esse caminho, pela simples razão de que um percentual mínimo constitui o empresariado nacional, e, por sinal, nem é sequer, o mais honesto. Se V. Ex. vir, condena-se hoje, a partir de São Paulo, a grande quantidade de empresas estatais. A grande maioria delas veio da iniciativa privada, elas obtiveram financiamento, não pagaram e o Estado teve que encampá-las, a exemplo do que ocorreu com a Acesita e diversas outras; e quando se desenvolvem, eles querem comprar, tanto é que estão pressionando para isso. Mas nós até, aqui do Senado, temos dito: Por que não se faz, primeiro, um cadastro daqueles que possam comprar e verá V. Ex. que, inclusive a partir de São Paulo, a grande maioria dos empresários são hábeis, são apenas espertos, querem comprar as rentáveis e depois tomar dinheiro emprestado para levar essas empresas à frente — algumas, talvez — e ao insucesso, outras. Então, se tivermos que vender, por que não vendermos aos próprios empregados, que, sob certo aspecto, são muito mais qualificados que o empresariado nacional? Tirando alguma exceção, a nossa impressão, pelos menos pessoal e de algum grupo, é das piores sobre o empresariado nacional. Além de eles explorarem essas tetas, ainda pegam os filhos, em razão de influência, e colocam para os Ministérios, para as empresas públicas de economia mista, que vão administrar na conveniência deles, esse é que é o caso mais grave. Então, concordamos com V. Ex. em que este País é de um potencial fenomenal. Acho que sob certos aspectos o Brasil é muito mais expressivo do que a própria Sibéria, muito mais rico. E quando falo em Brasil, não falo em São Paulo, Paraná, Minas, acho que isso é uma oficina para a abertura do grande País, que é o oeste do País. E entendo que a Amazônia é leopárda, ela é como a onça pintada, tem áreas de exploração e tem áreas em que não se pode tocar, porque quebra o nódio evidentemente ecológico, e que a abertura da Amazônia e a saída para o Pacífico são coisas conjungadas. Convenci-me disso sobretudo depois que voltei,

agora, do Oriente. Mas não seria tempo de discutir tudo isso.

V. Ex<sup>a</sup> trouxe muitos subsídios da sua visão, como eu disse, não vi a totalidade, mas o enfoque é o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> quer, para um país de 80% de marginalizados, uma solução capitalista! Não houve isso em parte nenhuma do país. E, digamos, através da criação de empregos, V. Ex<sup>a</sup> espera resolver a situação do miserável lá, dando uma oportunidade futura de emprego. Mas como, se não há nem sequer potencial de mercado?

Então, o que tem que haver é reformulação, reforma mesmo e não conseguimos isso na Constituição. Terminou sendo uma Constituição que tem alguns pontos positivos, mas, na realidade, ela é uma corporação, ela é uma Constituição corporativa. Eu mesmo, como Advogado que fui ao longo dos anos, acredito que a lei é um pouco melhor, mas só as revoluções são capazes de mudar substancialmente as estruturas dos países. V. Ex<sup>a</sup> não vê em parte nenhuma um país que estando numa situação como a do Brasil, através de leis ou de decretos ou desses comportamentos melhorar, não houve um que não passasse por esse processo. Agora, a grande pergunta: é época ainda para esse tipo de revolução? O Brasil pode fazê-lo? Então, ele está realmente em situação explosiva, o importante é saber o caminho.

Sobre essa questão do êxodo rural, eu assisti a isso. Estava no Paraná sou de lá — e vi aquilo. Eu denunciava, em 1975, aquela saída absoluta dos colonos e dizia que aquilo era uma miséria, que fámos pagar um preço caro; usei pela primeira vez o termo bônia-fria, que aquelas crianças iam se tornar verdadeiros marginais, que São Paulo e Rio haviam de explodir. E, na realidade, é o que está ocorrendo. Mas houve um Prêmio Nobel passou pelo meu Estado e ele disse que uma das grandes coisas que ocorreram no País foi essa concentração, essa emigração, para dar consciência política, porque as favelas, ao invés de serem maiores a curto prazo, podem ser bens a longo prazo, porque por mais miserável que viva um homem na favela, ele é menos miserável do que estava no campo, naquelas condições de servilidade em que ele se encontrava.

Mas, meu caro Deputado, não há nenhuma reprimenda, nem nada. V. Ex<sup>a</sup> está se submetendo a uma sabatina, esta Comissão está juntando informações e me congratulo com V. Ex<sup>a</sup> pela sinceridade com que expõe as suas teses. Eu teria que ser candidato também para expor com essa abundância as idéias que V. Ex<sup>a</sup> aqui expôs. Mas os nossos respeitos. Encontrei-o pela última vez em Curitiba, levei os meus cumprimentos no aeroporto e, honestamente, se eu não estivesse viajando para cá, eu iria à sua palestra no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Deputado Afif Domingos, queríamos agradecer a sua manifestação, a sua presença, a sua palestra e perguntaria apenas duas coisas a V. Ex<sup>a</sup> qual é a opinião de V. Ex<sup>a</sup> sobre esse plano, ou essa proposta, ou esse programa

do novo Secretário do Tesouro do governo americano? Tem ou não alguma viabilidade, alguma consecução, alguma influência num projeto de ajustamento, melhoria ou renegociação da dívida externa?

Em segundo lugar, qual é a sua opinião sobre a atual estratégia de negociação do Governo brasileiro? Esta fórmula que está sendo anunciada, realizada.

Em terceiro lugar, uma pequena preocupação minha, V. Ex<sup>a</sup> disse que o seu grande objetivo, em matéria de lavoura, é transformar tudo num grande plantio de soja. Foi uma consequência da sua manifestação, e eu queria lhe alertar que, se realmente caminharmos para essa monocultura, o processo agrícola pode ser resolvido, mas o processo fundiário vai ficar extremamente catastrófico, e o Rio Grande é testemunha desse fato. A monocultura da soja, o trator, a cultura intensiva é o determinante do agravamento do problema que hoje passou a ter o Estado, obrigado a um processo migratório, que é muito rentável para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, mas que é extremamente descapitalizador em matéria de recursos humanos para o Estado, pela pressão da propriedade.

E, ultimamente, uma questão: essa idéia de V. Ex<sup>a</sup> com relação à dívida antiga, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que quem não agir compativelmente vai ser tratado de maneira lenta quer dizer que V. Ex<sup>a</sup> se Presidente for, com relação a essa dívida antiga vai adotar o critério da moratória, é isso? São três etapas, que o parceiro do futuro é uma conversão dirigida, orientada e condicionada. A securitização e a primeira etapa é a dívida antiga, aqueles que não aceitarem as nossas propostas. Esses ficam para depois! Ficam para depois, o que é que quer dizer? Quer dizer, não se paga enquanto nós não tratarmos as outras questões? É uma moratória com outra denominação para esse grupo?

O SR. AFIF DOMINGOS — Eu chamo de reciprocidade.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Sim, reciprocidade que leva a não pagar? É isso que eu quero saber. São só essas questões.

O SR. AFIF DOMINGOS — Hoje eu estava, inclusive no avião, lendo, me parece que o está incluindo o Brasil. Eles colocaram lá a lista de uma série de países, e em nenhum momento eu li. Na verdade, o Plano visa, de alguma forma, até passar para as agências um processo de securitização de dívida em cima daqueles países que promovam o ajustamento.

Então, na verdade, eu acho que o ajustamento nosso tem que ser promovido a partir da nossa visão, e não com receita externa de ninguém. E a partir da visão do ajustamento porque eu acho que nós estamos conscientes de que nós temos que ter um ajustamento interno para o País — feito esse ajustamento, eu acho que o Plano Brady pode até nos ajudar dentro do processo da securitização. E aí eu engato, já respondendo à última das suas indagações, que é exatamente a posição do cre-

dor antigo, que está com a dívida com valor de 28% ou 30% querendo continuar recebendo os 100%. Ai não se trata de moratória, trata-se de um processo de negociação onde eu falo: "Bem, para poder pagar os 100%, eu não tenho condição porque a dívida não vale mais isso. Vamos apelar para um valor de mercado". Mas ao mesmo tempo, meu caro Senador, eu não quero, única e exclusivamente, dar esse tipo de opção ou esse tipo de pressão se eu não tenho opções por onde sair. Eu posso garantir a V. Ex<sup>a</sup> que, pelo clima que nós estamos sentindo hoje no mercado internacional, acho que haverá por parte do credor antigo um interesse muito grande de participar urgentemente do carroço de securitização, porque senão ele corre o risco daquela dívida antiga cair ainda mais de valor.

Portanto, eu acredito que a nossa colocação não se trata de uma quixotesca moratória, mas de um realismo muito grande, onde eu acho que não é negócio para o credor antigo manter-se numa posição conservadora, principalmente em relação a um país que tem chance de se levantar.

Portanto, com três opções, nós não ficamos naquela opção unilateral, de simplesmente dizer: "Não pago". Não, nós temos duas opções, quem não se enquadrar, vai receber, então, um tratamento de reciprocidade, porque nós não vamos continuar sangrando e pagando algo que o próprio mercado diz que não vale. A nossa salvação, nisso tudo, foi o santo mercado que fixou o valor de uma dívida que não vale aquilo que está sendo colocado.

No caso do problema da negociação atual. Meu caro Senador, se nós, dentro do País, não confiamos no Governo, e esse Governo não nos merece nenhuma credibilidade aliás, eu acho que todos nós aqui estamos torcendo para que o avião que levantou vôo sem plano de vôo possa aterrissar sem grandes danos eu acho que é essa a nossa grande missão política hoje, é exatamente a fase de transição acontecer sem acidentes mais sérios.

Mas eu não vejo nenhuma proposta que possa ser levada a sério no mercado internacional. Acredito que está todo mundo empurrando de barriga, esperando a decisão política da eleição para que então nós possamos ter efetivamente uma negociação séria. Tudo o que nós estamos assistindo é um pano de fundo, até para poder empurrar de barriga e que nós não tenhamos um problema mais sério antes das eleições, porque eu acho que esta é uma missão suprapartidária, de todos nós, como políticos, balizarmos o processo para que a transição seja absolutamente tranquila.

Quanto ao problema da soja, meu caro Senador, eu faço questão de enfatizar o ponto que eu aqui coloquei. Eu falei do Brasil produtor mundial de alimentos e dentro da visão de alimentos, a força dos grãos. E nós sabemos que, dentro da visão de grãos, nós podemos inclusive produzir esta boa técnica, a rotação de culturas entre gramíneas e leguminosas. V. Ex<sup>a</sup> mesmo sabe que soja e trigo é um consórcio de gramíneas e leguminosas. No meu Estado quando fiz o programa de

irrigação de feijão, que criou a safra de feijão de inverno — que graças a Deus equacionou o programa do feijão — graças ao uso da irrigação, o feijão, que é leguminosa, nós fizemos rotação com o arroz e milho e criamos então o sistema de rotação de cultura porque com a fixação do nitrogênio pela leguminosa, a gramínea chupa e isso é uma forma até de nós trabalharmos mais próximos à natureza dentro de um processo econômico. Graças à agricultura 365 dias por ano e graças à irrigação, meu caro Senador, seria até burrice nos insistirmos num processo de monocultura, porque a monocultura seria antieconômica, porque nós precisamos amortizar na metade do tempo... Qual a vantagem que nós temos sobre o hemisfério norte? É exatamente por produzir 365 dias por ano, um investimento fixo pode ser amortizado na metade do tempo. Daí a explosão da agricultura de clima tropical, que o Brasil, hoje, é o único país que detém a forma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O problema não é produzir continuamente, o problema é o que se produz e para quem se produz. Produzindo permanentemente soja para a exportação, nós vamos continuar nesse processo de saldos, sem ter quem consumir e faltando alimentos fundamentais para a subsistência, que é o grande problema que nós temos.

O SR. AFIF DOMINGOS — Mas permita que eu acabe meu raciocínio.

Eu quero colocar a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: quando eu disse que o Brasil tem potencial de ser o maior produtor mundial de soja, eu coloquei: terá que ser o maior consumidor mundial de soja. Eu fiz essa colocação. Por quê? Isto eu persigo há muito tempo. Porque a soja é a maior proteína vegetal a custo barato, e nós temos que começar a habituar o brasileiro e o hábito alimentar vem desde a primeira infância — a consumir aquilo que nós temos capacidade de produzir e exportar. Exatamente para que sejamos exportadores do excesso da nossa capacidade de consumo. Qual o grande problema da soja que é uma cultura muito recente no Brasil, é exatamente uma cultura que se destinou praticamente ao processo de exportação e que é uma fortuna que nós podemos utilizar porque a carência nutricional do brasileiro é protéica e o custo da proteína vegetal — e é uma proteína de altíssima qualidade ela pode estar a serviço exatamente do suprimento da parte protéica porque, infelizmente, o brasileiro, hoje, tem uma alimentação muito mais voltada para carboidrato do que para proteína.

Aqui se dizia, meu caro Senador, que o feijão era a proteína básica do brasileiro, isso já deixou de ser há mais de 20 anos, exatamente pelo processo migratório, porque o feijão era uma cultura de subsistência, o feijão era produzido como cultura intercalar às culturas de exportação. Era o processo que o meeiro, o parceiro produzia, porque nós tínhamos uma estrutura no campo que foi fortemente abalada por uma coisa chamada Estatuto do Trabalhador Rural que, não levando em conta o

equilíbrio existente na produção rural entre o meeiro, o parceiro, o proprietário — porque existia esse processo de equilíbrio, que era a produção das massas, porque nós tínhamos 40% da população que morava no campo, era uma população que produzia, produzia agricultura de subsistência. O que aconteceu com o processo de migração, onde eu coloco a partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e o processo violento do fechamento das casas nas fazendas, ficando as culturas de exportação e não mais se produzindo a cultura de subsistência.

O braço que produzia se tornou boca, Senador, e não produziu mais, e, daí para a frente, quem instruiu a política de expansão agrícola no Brasil foi o mercado internacional, porque este fixa preço para os produtos e, internamente, os produtos de subsistência, os preços passaram a ser fixados pela burocracia. Para quê? Para esmerilhar o preço e, esmerilhando o preço do produto, compor um índice de custo de vida baixo, para uma inflação gerada por outros motivos mas que se sobrecarregava em cima dos gêneros de primeira necessidade. O Brasil, então, se tornou exportador do que produz contumaz importador do que consome graças a uma política caolha, manipulada pela nossa burocracia.

Agora hoje, Senador, eu tenho uma certeza para lhe afirmar: o feijão, há mais de 20 anos — e olha que nós buscamos equacionar o problema do feijão no nosso Estado — o Brasil não produz mais que 2 milhões de toneladas. E, de mais a mais, se produzir mais e for acima do consumo, porque nós diminuímos brutalmente o consumo de feijão, não se estoca, porque o feijão, em três meses, fica duro e não se exporta porque não tem mercado consumidor mundial de feijão. Portanto, é mais fácil para nós adaptarmos o hábito do brasileiro ao consumo daquilo que nós temos capacidade de produzir, que é a soja como base protéica, para, ao lado de sermos o maior produtor mundial, sermos o maior consumidor mundial. E isso, meu caro Senador, faremos através dos programas da merenda escolar, mas na pré-escola, como eu já disse, nos programas de alimentação da medicina preventiva, porque a erradicação da subnutrição, crianças como zero a dois anos, sem a carga protéica que não estão recebendo, perdem neurônios e a perda de neurônios se reflete diretamente no problema do ensino, porque dali para a frente o que se investir em cima não tem retorno, que é o que está acontecendo hoje, aquilo que o Senador Leite Chaves muito bem colocou, uma massa que pôs a ser inclusiva marginal do processo de desenvolvimento do País.

O SR. LEITE CHAVES — Sobre essa questão da soja como fonte protéica, eu concordo com V. Ex<sup>a</sup>, e em 1976 apresentei um projeto aqui isentando de todos os impostos os produtos derivados da soja e dirigidos ao consumo humano; quer dizer, digamos, o leite pegou e tal, mas eu concordo com isso. A China não seria nunca a china se não fosse a soja, não é? Eu me lembro muito bem que foi mais

ou menos em 1961 que a soja apareceu aqui no País. Eu estava até no Paraná quando chegou um americano com um pequeno aparelho, e queria comprar a soja. Ninguém falava inglês e me levaram para que eu conversasse com ele. E eu achei estranho, ele queria comprar terra para plantar soja e milho, e ele achava interessante que embora as terras oferecessem um índice, na época ele já dizia isso, de fertilidade muito maior do que Ohio, naquela região do *farm belt*, o clima e o sol, ele não entendia como a nossa produção fosse um quarto, porque também na época a turma não tinha ainda experiência, estava mal iniciando.

Realmente, eu acho que a soja exercerá neste País um papel dos mais fundamentais, sobretudo a partir da alimentação da juventude. Aliás, ela, com esse leite de soja, já tem salvo muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com as minhas ressalvas óbvias, questão de ponto de vista, sobretudo conhecendo a realidade da depredação fundiária decorrente, ninguém levantou qualquer argüição contra a qualidade da soja, mas quanto às consequências da concentração da propriedade que ela determina, e da expulsão do trabalhador rural e sobretudo discordando do projeto do Estatuto do Trabalhador Rural que não tem nenhuma conexão com o problema da propriedade de economia familiar, porque esses não tinham e nem eram empregados, então o Estatuto do Trabalhador Rural a eles não se aplicava. Mas, evidentemente, respeitando a visualização de V. Ex<sup>a</sup>, o que nos cabe dizer nesta hora é que somos muito gratos à presença do Deputado Afif Domingos, à seriedade com que enfrenta a questão, às idéias criativas que trouxe, sobretudo a matéria específica pertinente a esta Comissão, e a certeza de que elas haverão de integrar em posição de destaque os subsídios que serão carreados ao Relator para que prepare o parecer final da Comissão sobre essa questão da dívida externa.

Eu tenho a certeza absoluta que V. Ex<sup>a</sup> está analisando com a maior pertinência o assunto e dos seus planos e projetos os meus desejos e os desejos desta Comissão que V. Ex<sup>a</sup> possa amanhã executá-los e possa seguramente com eles dar uma equação mais adequada à situação da dívida externa brasileira.

Nós colocamos a palavra à disposição de V. Ex<sup>a</sup> para que possa fazer os comentários que desejar e antes disso já anunciamos à comissão que na próxima sexta-feira, às 15 horas, aqui teremos um outro candidato à Presidência da República, o Dr. Leonel Brizola, que também fará evidentemente exposição e se submeterá ao debate sobre o mesmo tema e sobre as mesmas preocupações.

Concedo à palavra a V. Ex<sup>a</sup> para as considerações finais.

O SR. AFIF DOMINGOS — Caro Senador Carlos Chiarelli, Senador Leite Chaves, Senador Itamar Franco, demais participantes deste encontro, desta reunião da Comissão da Dívida Externa, eu gostaria de agradecer pela oportunidade de voltar a esta Casa onde esta discussão fortalece em mim a crença de que

o caminho para o Brasil passa sempre e sempre passará pelo processo político.

Nós, hoje, temos críticas à política, temos críticas aos políticos e temos o direito de fazer a crítica, todos nós, porque fomos buscar o nosso mandato, não procuramos outros caminhos para políticos para poder criticar a política, entramos dentro do processo. E, hoje, meu caro Senador, a nossa vida é exatamente firmando a crença que dentro destas Casas, dentro do caminho político, dentro dos partidos políticos está a solução para o problema do País. É com discussões como esta que nós vamos aprimorar a nossa visão e, se Deus quiser, fortalecer as instituições, fortalecer a instituição política que é a nossa grande meta de governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Está encerrada a reunião.

Levanta-se a reunião às 13 horas e 20 minutos.

#### 16ª reunião, realizada em 5 de maio de 1989

Às dez horas e dez minutos do dia cinco de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões nº 02, na Ala Senador Nilo Coelho no Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da Dívida Externa Brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno, presentes os Srs. Senadores Raimundo Lira, Carlos Chiarelli (Presidente), Fernando Henrique Cardoso (Relator), Itamar Franco, Pompeu de Souza, Carlos D'Carli, Maurício Corrêa, José Agripino, Antônio Luiz Mayer e os Srs. Deputados Vivaldo Barbosa, Doutel de Andrade, José Fernandes, Lizâneas Maciel, Gonzaga Patriota, Arthur Lima, Carlos Alberto Caó, José Mauricio, Rita Carnata e Carlos Cardinell.

Abertos os trabalhos, O Sr. Presidente dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada e, em seguida, convida o ex-Governador Leonel Brizola para tomar assento à Mesa.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao depoente, dando continuidade ao ciclo de debates com os candidatos à sucessão presidencial sobre o problema da dívida externa brasileira.

Com a palavra o Dr. Leonel Brizola, candidato pela legenda do PDT, defende uma ampla auditoria de todos os acordos da dívida externa, afirmando que o mundo está pronto para aceitar uma abordagem ética e moral da dívida do terceiro mundo.

Usam da palavra, na fase interpelatória, pela ordem, os Srs. Senadores Pompeu de Souza, Carlos D'Carli, Raimundo Lira, José Agripino, Maurício Corrêa, Fernando Henrique Cardoso (Relator), Carlos Chiarelli e os Srs. Deputados Arthur Lima, Lizâneas Maciel e Doutel de Andrade.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

#### ANEXO À ATA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 17, DE 1987, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO".

(Integra do apanhamento taquigráfico da referida reunião, realizada em 5 de maio de 1989, devidamente autorizado pelo Senhor Presidente).

Presidente: Senador Carlos Chiarelli

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Srs. Parlamentares, membros da Comissão da Dívida Externa, dando continuidade aos trabalhos de nossa Comissão, temos ouvido depoimentos e tido oportunidades de debater sobre tema precípua deste Comitê do Senado, que trata da questão da dívida externa, sua origem, seu encaminhamento, sua negociação. Dos Presidenciáveis, a fim que conheçamos ao menos suas perspectivas, estratégia da condução de tão importante matéria, a nível do futuro Governo, hoje, temos a honra, a satisfação de receber, nesta Casa e nesta Comissão, a presença do ilustre ex-Governador, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, a quem expressamos, originariamente nossas saudações, nossos votos de feliz estada, e, sobretudo, a certeza da importância do depoimento que vai prestar, pelo qual, antecipadamente, registramos nossos agradecimentos.

- Sr. Governador, é da sistemática da Comissão que os trabalhos sejam abertos com a palavra do depoente do convidado, do Presidenciável, e V. Ex<sup>a</sup>, sem rigorismos demasiados, evidentemente, terá 50 minutos; se precisar um pouco mais, claro que a flexibilidade haverá de acudi-lo. E a partir de então, os Srs. Parlamentares, membros da Comissão, e outros que aqui vieram, dando-nos a honra desta oportunidade, terão o ensejo, particularmente o Sr. Relator, o Senador Fernando Henrique Cardoso, de argüi-lo e debater com V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Engenheiro Leonel Brizola, ex-Governador e Presidenciável pelo PDT.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Sr. Presidente, Senador Carlos Chiarelli, demais Senadores integrantes da Mesa, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, Senhores e Senhoras:

Venho acorrendo à convocação do Senado da República, através desta Comissão, que

verm estudando, discutindo, encaminhando este grave problema que afeta, de forma tão séria, o nosso País e a vida do povo brasileiro, que é a questão do endividamento externo.

Venho, sem trazer comigo nenhuma pretensão, Srs. Senadores, de ser portador de forma mágica para o tratamento deste verdadeiro impasse, que se criou para todos nós.

Venho, por conseguinte, modestamente, trazer, com toda sinceridade, espírito de cooperação, algumas idéias, contornos de algumas perspectivas que estamos desenhando e que constitui a nossa visão sobre o problema.

Na verdade, nosso encontro não tem também estas características de um evento técnico. Aqui nos encontramos para desempenhar nossas responsabilidades políticas ao encararmos o problema tão grave, de dimensões tão profundas, de que neste momento vem se constituindo num dos impasses da vida brasileira. Antes de tudo, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que esse problema do endividamento externo se constitui, realmente, em um dos nossos grandes impasses desses tempos por suas consequências, por suas origens, enfim, pelo que ele contém. É, realmente, ao enumerarmos as grandes dificuldades do nosso País e do nosso povo neste período histórico, sem nenhuma dúvida, o endividamento uma das questões mais graves com que nos deparamos. Agora, gostaria de dizer o seguinte, em nosso conceito, muito mais grave do que o endividamento, e é uma conclusão lógica que qualquer um de nós pode chegar de uma forma muito simples. Muito mais grave do que o endividamento é o contexto, é o ambiente, para não dizer, a cumplicidade que gerou o endividamento. Nesse aspecto eu me apercebi quando, percorri algumas passagens da história brasileira, realmente intrigado com este conjunto de decisões tão graves que comprometiam a tudo e a todos, decisões, tomadas essencialmente, tomadas, na sua totalidade, por Governos discricionários. Eu fui verificá-la história brasileira tivemos um período, por exemplo, como foi o do primeiro Governo Vargas, onde não houve nenhum empréstimo. Ao contrário. Vargas, ao ascender, em 1930, encontrou uma realidade bastante semelhante, não igual — certamente não tão grave quanto à de agora — mas encontrou uma realidade bastante desconfortável, bastante negativa para o País quando chegou ao Governo, quando instituiu o Governo Provisório. Tratou do problema. Era República Velha. As dívidas que herdou da Monarquia e mais os empréstimos lesivos, inconvenientes que tomou durante aquele tempo em que existiu. Vargas, que já discutia esse problema na sua plataforma como candidato da Aliança Liberal, procedeu coerentemente, designou uma Comissão, depois de alguns estudos preliminares, uma Comissão de alto nível, que era chefia, praticamente, pelo segundo homem da Revolução de 30, aquela figura magistral, que foi Oswaldó Aranha, e tinha, como embasamento técnico, um homem de extraordinário valor, o Sr. Valentim Boucas. Claro que aquela Comissão deve ter trabalhado; deve ter contado

com a colaboração de corpo técnico à altura das necessidades e das possibilidades do País. O fato é que aquela Comissão realizou uma ampla auditoria, um levantamento da situação, escoimando irregularidades, escoimando situações inaceitáveis e negociou uma consolidação, que atendeu aos interesses do País, que, praticamente, eliminou aquela preocupação. Segundo observação que obtive em setembro do ano passado, o Brasil pagou a última prestação daquele contrato de consolidação, feito no Governo Vargas. E, a partir dali, Vargas não tomou empréstimo, levou quinze anos sem tomar empréstimos, num período em que o País se modernizou. Não há quem não reconheça isto: que o País avançou extraordinariamente naquele período, acenou os rumos da racionalização, da modernização, da industrialização, acumulou... passou o período da guerra, não fez empréstimo, não existiam as operações externas. Só bem no final que Vargas tomou alguns empréstimos, pouco significativos para desenvolver o que estava sendo muito exigido, como esforço de guerra, a produção de borracha natural, algumas outras medidas necessárias também ao esforço de guerra, inclusive compra de equipamentos militares e a realização, a instituição, a construção da indústria siderúrgica nacional.

Recordo, ia pela primeira vez ao Rio de Janeiro nessa época, era estudante, e vendiam ações da CSN em plena Praça Mauá, haviam mesinhas vendendo ações para o público. Era realização do Governo, uma empresa pública, mista, de capital misto, e como era interessante: os Estados Unidos forneceram para aquele empreendimento tecnologia, equipamentos, dinheiro, pessoal para construir a usina, assessorar a própria construção civil e, depois, toda a parte técnica, mecânica. E, na época, não existia discussão alguma se a empresa devia ser privada, estrangeira, nacional, porque o Governo adotou a linha de construir a siderurgia partindo de uma empresa pública, e não houve discussão alguma a esse respeito. Foi justamente devido a esse detalhe que pude compreender, em grande parte, a política de desenvolvimento da Coréia. Assim como no caso de Volta Redonda, os interesses militares dos Estados Unidos não levaram a exigir, a colocar nenhuma exigência a esse respeito, exatamente como ocorreu aqui, com a siderúrgica, em tempo de Vargas.

Foram empréstimos, em suma, relevantes, para a siderúrgica. Em geral, todos eles enquadrados dentro de uma lei extraordinária nos Estados Unidos, a chamada "Lei de Empréstimos e Arrendamentos", que eram, finalmente, as operações e as despesas de guerra, sendo que se tratavam de colaborar com aliados para o esforço geral da guerra; era o recurso da guerra. Mas, foram esses os únicos empréstimos do Governo Vargas durante quinze anos, um Governo que os poucos adversários nunca deixaram de reconhecer que foi modernizador, que racionalizou. O próprio serviço público em nosso País nunca alcançou níveis tão elevados de eficácia. As finanças em ordem como este País nunca teve e assim por diante.

Pois bem, esse Governo de quinze anos não fez, praticamente, nenhum empréstimo. Isto é que me levou a essa conclusão de que, muito mais grave do que a própria dívida em si, com todo esse quadro preciso que está aí, representa, para nós, o contexto que originou o endividamento. Quer dizer, a dívida poderia ser comparada a uma febre; pior que a febre é a doença geradora dessa febre, tanto que se os nossos credores, neste momento, quem sabe lá inspirados pela presença do Lula, dissessem: "vamos perdoar vocês. Resolvemos ficar bonzinhos e vamos perdoar vocês", não tenho a menor dúvida, num tempo muito mais curto do que se realizou esse endividamento, vamos ter uma dívida muito maior, porque permanecem as origens, as causas do endividamento. Esta é uma questão que precisamos encarar, considerar. Estaríamos assumindo uma atitude realmente sem nenhuma coerência com as nossas preocupações e com os nossos compromissos com o povo brasileiro se não tratássemos de sanear as origens do endividamento. Há muita gente que explica, por exemplo, utilizando o economês, com grande eficiência, com retórica, e até com agrado geral do empresariado, por exemplo, a existência e até justificam a existência desse contexto; nós, não! Nós achamos que não passa de uma cumplicidade, pois se Vargas governou 15 anos, modernizou, impulsionou o País, preparou as bases da nossa industrialização, e até nem sequer utilizou praticamente o empréstimo externo, a poupança externa, como que formos chegar a esses níveis em matéria de endividamento?

Essa figura da febre, da doença, creio que representa bem e pode ensejar a uma compreensão popular desse quadro, dessa realidade. A dívida é a febre! Agora, a causa geradora da febre é uma doença muito mais profunda e que exige de nossa parte um procedimento. O Brasil precisa sanear esse contexto, porque senão, irremissivelmente, vamos cair numa situação até mais grave à medida que conseguimos algum espaço novo, alguma folga, diríamos assim, para o povo brasileiro, reduzindo essa dívida, ou transformando-a, finalmente, com condições mais assimiláveis, mais suportáveis, estaremos sob a pressão de todo um conjunto de interesses que vão ocupar esses espaços com novos compromissos, porque isso faz parte do contexto. Agora, por que Vargas não tomou empréstimos? Não seria melhor que ele tivesse tornado empréstimo? Creio que sim, até um certo limite e sob outras bases. É bem possível que ele não tenha contado com essas oportunidades, ou até mesmo agiu com demasiada prudência.

Bom, essa é uma questão muito diferente do que se fez, não estou aqui preconizando que o nosso País se isole e não utilize a poupança internacional, não utilize a sua disponibilidade de crédito de forma coerente, com rigor, servindo ao seu desenvolvimento.

Sendo assim, penso que não podemos também deixar de considerar toda uma discussão com vistas à responsabilizar aqueles que fizeram esse endividamento lesivo ao nosso País, porque essa é a convicção geral, creio que

não precisamos nem argumentar, nem discutir que esse foi um processo, foram decisões lesivas, esta foi a nossa Guerra das Malvinas. E ninguém é responsável por isso? Eu preconizo trazer ao banco dos réus os responsáveis por esta situação em que colocaram o nosso País, situação deprimente, pelos sacrifícios que se vem impondo ao povo brasileiro por consequência dessas decisões; ao menos colocá-los sob o julgamento da opinião pública, para que parem de influir tão desastrosamente na vida nacional. Esse contexto gerador da dívida está aí vivo, Sr. Presidente, todos os dias eu leio o Sr. Simonsen a dar palpites. O Sr. Delfim Neto é Deputado e está influindo, decidindo todos os dias. E o Sr. Roberto Campos está aí doutrinando, tentando regras para nós. Eu centro as minhas reservas, muito particularmente quanto ao Professor Simonsen, ele ainda é o grande doutrinador deste momento. Não há importante Jornal que não lhe abra os mais amplos espaços. As redes de comunicação, no rádio e na televisão, estão aí sempre acessíveis para esse cidadão, que continua fornecendo seus conselhos, fazendo até ironias, julgando, enfim, tentando regras para nós. É verdade que ele não deve estar sentindo os mesmos dissabores; ele colocou-se exatamente num ângulo, numa posição, numa poltrona que não lhe permite ter os dissabores e viver os sacrifícios que está vivendo o povo brasileiro por consequência da dívida. Eu considero que faz parte do tratamento do problema da dívida este questionamento. Vamos definir responsabilidades; isso, para mim, pessoalmente, sempre foi muito chocante, nós estamos naturalmente nos referindo à situação que nos corresponde no que diz respeito às decisões, isto é, na parte que nos cabe dessas desastrosas decisões, na parte que cabe ao nosso País, porque coincidiu, tudo isso, com a presença, com o controle do nosso País por parte de um governo de fato, um governo discricionário. Tudo isso foi feito sem nenhuma participação do povo brasileiro, às costas do nosso povo. Se foi um grande mal, como nós não devemos cogitar ao menos perante a opinião pública? Precisávamos apontar essas autoridades que tomaram esse tipo de decisão, ao menos para o julgamento moral do povo brasileiro, porque, do contrário, não iremos sanear e, principalmente, pelas circunstâncias, porque não são eles que irão responder por isso e, sim, o povo brasileiro inocente, vítima inocente dessas decisões, porque tudo isto é muito grave. Nós, brasileiros, estamos sob um bombardeio constante de todo o sistema de comunicações que, com o tempo, também acabará recebendo o julgamento da história, o julgamento do povo brasileiro; irá, com o futuro, surgir a oportunidade de se demonstrar que estamos encobertos, estamos sob uma atmosfera de encobrimento com relação às questões essenciais da nossa vida.

Acho que há todo um sistema em matéria de comunicação. Tantas vezes se absorve, ocupa esses preciosos espaços de que dispõe, focalizando questões secundárias e deixando fora do conhecimento do povo brasileiro, não

lhe dando os parâmetros para o julgamento; deixando de lhe informar, deixando muitas vezes, para um plano secundário, aquelas informações que são essenciais aos cidadãos, que no seu conjunto formam a Nação, em relação a problemas como este.

Tudo isto é muito grave. Em nosso julgamento, Sr. Presidente, tudo isto não passa de uma iniqüidade, o que se fez em matéria de endividamento, tomando esses recursos nas condições em que foram tomados e aceitando cláusulas lesivas, humilhantes, incontornáveis para o nosso povo. Nada disto foi levado ao conhecimento do povo brasileiro.

Então, com a franqueza que me caracteriza, não posso deixar de me referir ao sistema de comunicação, à imprensa do meu País, cuja finalidade essencial e precípua é a de informar. E essas informações não foram levadas ao conhecimento, principalmente aquelas avaliações sobre as consequências.

No meu modesto modo de ver, no julgamento que faço, em função das minhas experiências acumuladas ao longo de tantos anos, francamente acho que, na História humana deste século, só duas situações são comparáveis a esta em matéria de lesão aos direitos humanos, em matéria de lesa-humanidade: a escravidão direta, nua e crua, aquela instituição hedionda, como diziam os abolicionistas, que existiu anos e anos em muitas partes do mundo, principalmente aqui.

Comparo as lesões ao povo brasileiro, ocasionadas por esse processo de endividamento, a essas duas situações: a escravidão e os tempos mais duros do colonialismo, que, embora não escravizasse certas nações, retirava-lhes o sangue e a vida através da exploração econômica das suas riquezas naturais ou dos frutos do seu trabalho.

Um acontecimento dessa dimensão! Nós brasileiros, ouvimos aqui, até há bem pouco tempo, alguns grandes banqueiros, como foi o caso do Sr. Rockefeller, a quem conheci pessoalmente numa oportunidade, uma pessoa muito amável e gentil, um homem educadíssimo. Ele vinha ao Brasil e dizia, depois da minha volta do exílio: "O Brasil não terá problema algum! Ele terá tanto dinheiro novo quanto quiser. O Brasil tem crédito ilimitado. O Brasil tem muito futuro! Que as autoridades brasileiras não se preocupem, porque o Brasil vai ter todo o dinheiro de que necessitar". Na antevéspera da crise, será que o Sr. Rockefeller não tinha elementos para saber que este cliente tinha uma ficha com perspectivas muito baixas, muito precárias?

Tudo é muito complexo, tudo é, realmente, obscuro para o nosso povo. Tem faltado, no correr desse tempo, informações, elementos para um julgamento. Nosso País foi metido nisso através de decisões irresponsáveis, não tenho a menor dúvida em afirmar, ainda mais quando me deparei com todo aquele período do Governo Vargas sem empréstimos. Por que adotaram essa linha?

Eu agora faço, também, o meu raciocínio de uma forma mais ampla e geral. O nosso País, depois da guerra, ingressou num... foi

ocupando uma situação cada vez mais desvantajosa em relação ao conjunto da economia mundial, porque passou, a economia mundial, a ser cada vez mais drástica com relação a nós. Não só em relação a nós, brasileiros, mas com relação a todo esse gomo dessa grande laranja que é o nosso Planeta. Lá, nas Filipinas, está um pouco fora do gomo, mas, também, estão enquadradas na mesma guerra. Isso porque nós fomos vitoriosos na guerra. Fomos para lá, derramamos o nosso sangue, ajudamos a combater o "lobo mau", aqueles maus que caíram sobre a humanidade e as regras da paz nos colocaram nessa situação triste que nem mesmo os perdedores imaginavam que alguém pudesse cair. E aí fomos ingressando.

Creio que esse processo, às classes dirigentes certamente não perceberam, porque no pós-guerra certamente devia ser fascinante para as classes dirigentes brasileiras, para essa nossa casta dominante abraçar, se enquadrar dentro das receitas que nos vinham da grande nação vitoriosa, que tinha seus exércitos laureados pelo Mundo inteiro. Exaltar esses exércitos também era exaltar os nossos militares vitoriosos na guerra. Um País cuja economia deu certo, era aquela grande economia com um parque industrial imenso que passou praticamente a abastecer a humanidade inteira naqueles tempos.

É claro que pensar como Vargas, por exemplo, naquele momento, era exceção; era estar um pouco atraído na História; pensar como alguns poucos brasileiros que um tanto quanto empiricamente sustentavam, quase por instinto, juntamente com as multidões, o povo brasileiro, os trabalhadores, também essencialmente por instinto achavam que não era por ali. Mas, derrubado Vargas, nos inclinamos por esse modelo de política econômica, e é claro que o povo brasileiro passou logo a perceber que aquilo ali a favor dele não era. Por que aquele governo, logo aquele primeiro governo depois de Vargas tinha que intervir em todos os sindicatos? Tinha que massacrá-la vida sindical nascente daquele esquema que o primeiro Governo Vargas estava construindo de um empresariado nacional forte, num embasamento em empresas públicas mistas, sempre tudo sob o controle e uma visão nacional, com a colaboração estrangeira mas, apenas de uma forma complementar, sem ultrapassar os interesses e as conveniências da nossa autonomia e do nosso desenvolvimento. E o povo trabalhador se organizando em sindicatos cada vez mais fortes, que iam nos levando a um processo de distribuição de renda, iam criando um mercado interno, como já se estava gerando naquele tempo, com um nível de salários, de poder aquisitivo, que prometia, sabendo-se que sem mercado interno não há desenvolvimento auto-sustentável e, sim, desenvolvimento dos outros sobre nós, um corte colonial de desenvolvimento.

Eu, hoje, estou convencido de que se o Brasil tivesse seguido aquele modelo econômico de Vargas, em seu primeiro Governo, nossa situação, hoje, seria mais ou menos parecida com a da Austrália. Teríamos construído me-

canismos de defesa da nossa economia, frente ao processo de sucção da economia internacional.

A dívida é, por conseguinte, um capítulo, é um detalhe, é a febre — vejam bem — é uma febre num quadro de enfermidade de um organismo, que é o nosso organismo econômico. Caímos nesse modelo econômico e aí fomos nos enterrando. Claro, foram levando cada vez mais riquezas naturais; fomos perdendo cada vez mais os frutos do nosso trabalho: o poder público foi ficando com menos recursos, menos verbas; quem vive de salário foi cada vez diminuindo os seus ganhos, a compensação pelo seu trabalho; as rendas gerais do povo brasileiro foram caindo; as do nosso próprio empresariado foram sempre é cada vez mais diminuindo as suas possibilidades de inversões; os serviços públicos foram decaendo. Nenhum outro serviço público serve tão bem, de exemplo, quanto o da escola pública. A escola pública foi se deteriorando cada vez mais, ao ponto de ensejar esse quadro humano horripilante, dramático, em que submergimos; o da violência, o da criminalidade, do derrame de populações por toda parte e principalmente esta vergonha. Nós, brasileiros, devíamos andar de cabeça baixa de vergonha da situação em que estão as nossas crianças.

Quando isso ocorre numa coletividade não há nenhum outro motivo de orgulho que possa justificar uma atitude satisfatória, porque isso é o que ocorreria no seio da família. Quando os filhos e os netos estão degenerando, que alegria pode ter um pai, um avô, uma avó? Nenhuma! Perdeu a sua razão de ser. O que adiantou ele ser pai? O que adiantou ela ser mãe? E, ele por sua vez, que alegria lhe dá, a situação de avô ou de avó? Assim também é o mesmo numa nação, numa coletividade inteira.

Por isso é que nós situarmos a dívida nesse conjunto para que muitas pessoas, também, não venham a se iludir com a afirmação de um outro de que, resolvendo a questão da dívida está tudo resolvido. Não. Saiba que a doença continua e que aquela febre vai voltar, as vezes mais forte, porque estando essas decisões sob o controle finalmente das mesmas pessoas, dos mesmos grupos da mesma cumplicidade, a dívida volta. E volta de uma forma muito perversa sobre o povo brasileiro.

Então, é preciso fazer com que a dívida se sítue exatamente nesse contexto. Dizem-nos temos tudo isso sobre nós. E lá, do outro lado? Por isso é que temos que ouvir a opinião pública internacional, porque hoje existe este ente que não existia até há pouco tempo chamado opinião pública internacional. Errado, certo, bem ou mal, não sacudiram o nosso coreto agora, com essa questão da Amazônia? Está certo que haja problemas, interesses atrás de tudo isso, perfeitamente. Estou de acordo que existe — não tenho a menor dúvida. Mas também existe a opinião pública internacional. E ela está nos questionando com razão. A destruição da Amazônia é fato concreto! E eu sou um dos que consideram que não tem explicação lógica. Se nós quiséssemos ser

coerentes, com o que está ocorrendo lá, em matéria de destruição, basta ir para ver. Então, a opinião pública internacional, está nos questionando com razão.

Claro que interesses escusos ali estão se alojando — eu não tenho a menor dúvida que estão atrás desse movimento saudável, sadio, da opinião pública internacional. Mas no mundo há uma opinião pública internacional, hoje. Eu quero dizer a V. Ex<sup>as</sup> que eu sei avaliar isto, talvez como poucas pessoas.

Por quê? Quando eu era Governador do Rio Grande do Sul, eu tive muitos problemas, porque era todo aquele idealismo quase que uma ingenuidade, e todo aquele esforço que nos animava para realizar o bem público. Então, fomos-deparando com coisas surpreendentes que nunca imaginávamos que existissem. Por exemplo, quando nós retomamos o serviço de distribuição de energia elétrica, que na época era uma concessão do Estado, com toda franqueza, fiquei perplexo com o que aconteceu. Aquela decisão foi tomada pelo Governo do Estado porque se tratava de uma situação intolerável. Procuramos entender, procuramos alternativas, mas não conseguimos. E tomamos uma decisão por que estava sendo lesiva, estava nos prejudicando. Nos próprios estávamos fornecendo energia de pequenas usinas que havíamos construído, com sacrifício, eles, com o filé mingon, na distribuição em Porto Alegre, na zona metropolitana, em nome de uma usina velha, aliás, uma termoelétrica a base de carvão que funcionava ainda muito precariamente.

As cláusulas, as exigências que nos colocavam para continuar a desenvolver aquele serviço eram incompatíveis: queriam mais concessão de 30 anos e tudo mais que se pode imaginar. Não deu. Procuramos aplicar a lei, simplesmente. Aquela decisão recairia contra uma empresa nacional, porque a nossa preocupação era defender o interesse público de qualquer outra nacionalidade. Tratava-se de uma empresa americano-canadense. Bom. A nossa perplexidade foi a onda: nós tomamos essa decisão na primeira hora da manhã. Quando divulgamos pelo rádio — informo aos Senhores, dai a 15 minutos telefonou-me o Presidente da República. Ele disse assim, o grande Juscelino: "Brizola, o que houve aí?" Respondi: "Presidente, estamos aqui para uma comunicação, vamos transferir a questão ao Judiciário, não queremos fazer violência contra ninguém". "Pois é, porque Assis Chateaubriand veio correndo aqui dizer que há um alarme internacional muito grande devido a essa decisão." Eu disse: "Mas, só nesse tempo, Presidente, fazem só 15 minutos?" Para ver como as colas se processavam. A partir daí, o Brizola, no Rio Grande do Sul, passou a ser uma espécie de Fidel Castro. Isso porque o Fidel Castro não tinha encampado nenhuma ainda, não havia estatizado nenhuma empresa. Até mandou buscar todos elementos nossos no Rio Grande do Sul. Pois bem: eu, ai, não tive para quem apelar, não tive explicação nenhuma, condições de explicar a ninguém. E pude me deparar com aquele quadro de

intrigas, de deformações, de distorções, de malquerenças.

Recebia do mundo inteiro publicações, as mais esquisitas, a respeito da minha decisão, que foi uma decisão normal, de um governo legítimo, democrático, à base do Poder Judiciário. Não usei a política para tomar conta, retomei os serviços que estavam com contratos ultrapassados, concluídos, e assim por diante. E, nem nos recusamos a indenizar, colocamos a nossa posição e entregamos o assunto ao Poder Judiciário.

Quando nós, dois anos depois, tomamos a mesma decisão em relação ao serviço telefônico, a ITT, a partir daí, então, essa luta pegou fogo pelo mundo. Pois imaginei que até o presidente Kennedy, aquela grandeza de homem que, naquele momento, ocupava todos os espaços no mundo daqueles tempos, pois ele próprio, interpelado por um jornalista, quando se referia à América Latina, que estava desenvolvendo uma boa política, que perguntou a ele: "Como é que o Senhor disse que é uma boa política, uma boa situação na América Latina, quando lá tem um governador expropriando empresas norte-americanas, no caso da ITT, que tem tantas viúvas norte-americanas com ações, como o Senhor justifica isso?" Ele respondeu: "Bom, aquele caso do Governador do Rio Grande do Sul..." Citou o caso. A pergunta não se referiu ao Rio Grande do Sul. Citou o caso. "O Governador do Rio Grande do Sul não é um amigo dos Estados Unidos." Eu até escrevi uma carta a ele sobre isso. É uma outra história. Bom, naquele tempo não havia opinião pública internacional. Não havia, não havia porque as condições eram outras. Havia muito mais controle sobre os meios de comunicações das grandes estruturas. As comunicações eram precárias. Isso modificou muito. Hoje é possível chegar num país como os Estados Unidos ou chegar à Europa e ter acesso aos grandes meios de comunicação, criando, levando ao conhecimento de um grande número de pessoas que fazem a opinião pública, que influem no conhecimento de certas realidades. Então, nessa questão da dívida, Sr. Presidente, aí está um ponto concreto das nossas propostas. Achamos que esse assunto deve ser levado amplamente ao conhecimento da opinião pública internacional. Precisamos ganhar a opinião pública internacional, levar ao conhecimento do maior número possível de pessoas, de cidadãos, de cidadãs por esse mundo, pelas universidades, pelos círculos intelectuais, culturais, pelos sindicatos, enfim, para as populações. Vamos encontrar caminhos adequados, mesmo alguns inconvenientes, para levar ao conhecimento da opinião pública o quanto de injustiça representa, o quanto de irresponsabilidade, o que representou este processo com decisões homologadas por governos que deveriam ter atuado responsávelmente, por que, do lado de lá, a situação é tão ou mais grave comparada com a que ocorreu aqui, porque nós sabemos o que acontece com gerente de banco ou com diretor de banco que resolve emprestar, cada vez mais, para um cliente que ele sabe, que ele tem certeza,

que não vai poder pagar, esse gerente ou esse diretor acaba destituído e responsabilizado pelos acionistas. E o que aconteceu com os banqueiros que, finalmente, como o Sr. Rockefeller chegou aqui praticamente estimulando, incitando o nosso País para que tomasse mais dinheiro e estava, nessa época, já tomando dinheiro para tomar juros, por conseguinte, sem nenhuma finalidade construtiva, puramente empréstimos de natureza financeira, mais lesivos ainda para o nosso País? Quer dizer que também os governos desses países, amigos tradicionalmente do nosso, muitos deles aliados na guerra — como é o caso dos Estados Unidos — homologaram e até estimularam essas operações. Por conseguinte, a responsabilidade sobre essas decisões é muito maior da parte deles até do que de governantes, de fato, de grupos econômicos que recolheram grandes vantagens nessas operações, aqui, naturalmente, num quadro de carência, de ambições, que não encontraria nenhum respaldo se lá existissem governos responsáveis. Se quisessem ser nossos amigos, não só teriam ensejado outras cláusulas como, também, teriam impedido que esses empréstimos fossem tomados com finalidades que não correspondiam, verdadeiramente, ao nosso interesse.

Acho, então, que aí está um problema, também, que a opinião pública internacional precisa conhecer. Eu acho que, inteligentemente, nós precisamos colocar essa questão lá, junto a opinião pública internacional. Eu tenho feito alguns testes, em círculos dos quais tenho participado, por exemplo, da Internacional Socialista e em alguns outros nos Estados Unidos; francamente, não há contestação; tem algumas caras feias que eu noto quando esses argumentos são colocados — visivelmente, pessoas que assumem uma atitude de incomodidade, mas, não têm como se defender, porque o apoio geral é muito maior, porque eles não podem usar desse argumento: "Bom, vocês tomaram porque quiseram..." E as circunstâncias dessas decisões, como foram? E as exigências paralelas que fizeram esse empréstimo? É por isto que nós defendemos, também, a questão da auditoria. É indispensável para um governo democrático, auditar, examinar, estudar, dissecar. Nós precisamos ir a detalhes a esse respeito como, aliás, aquela Comissão do Governo Vargas fez, presidiada por Oswaldo Aranha. Por quê? Ai, existem, nesse conjunto de decisões, algumas delas altamente lesivas. Ai, existem cláusulas de natureza colonial, existem extorsões de natureza colonial. Agora mesmo, temos o Sr. Delfim Netto: algumas operações feitas que importava em compra de equipamentos, muitos deles até não estavam sendo reclamados como prioridade para o nosso desenvolvimento. É possível que possa ocorrer esse tipo de negociação, mas há sempre compensações que tornam esses empréstimos, essas operações aceitáveis; por exemplo, compensadas com prazo de cinqüenta a sessenta anos e juros baixos, juros que realmente representem uma compensação. Mas nada disso ocorreu.

É necessário examinar. A opinião pública internacional precisa conhecer. Por que se resistir a uma auditoria quando tudo isso está cercado do maior rigor em matéria de registro? Tudo isso está dentro de computadores, não há problema nenhum. Qual a dificuldade? Não querem, pela mesma razão. Por que fizeram esse corre-corre indecoroso que caracterizou a assinatura da renovação de grande parte da dívida, poucos dias antes da promulgação da Constituição. Pela mesma razão. Por que não quiseram que o Congresso examinasse tudo isso? A esta altura já estaria tudo pronto, o Congresso já teria examinado todo esse conjunto de assuntos.

Tenho informações que tenho até vergonha de relatar do que aconteceu nos corredores desses bancos, para que tudo ficasse pronto, a fim de que naquela noite pudessem as nossas autoridades assinar os contratos.

Bem, não desejo prosseguir com essa forma tão explícita no meu modesto depoimento. Iria agora a duas ou três afirmações que representam a essência das nossas propostas a respeito do endividamento. Esse é um tema vastíssimo e podemos falar muito sobre ele. Quis apenas caracterizar um pouco esse aspecto de natureza moral e ética porque isso é muito importante. Se estivermos a cavaleiro dessa argumentação, vamos colocar os nossos exigentes credores numa posição defensiva, numa posição inferior perante a opinião pública internacional.

Não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente, que não vamos resolver tudo isso assim tão sofisticadamente, pois alguma atitude inconvencional teremos que tomar. E é isso que eles temem, que alguém diga, cheio de razão, com a cobertura da opinião pública internacional, que derramou o leite. Eles se encontrariam diante de uma realidade frente a qual terão que se situar obrigatoriamente, porque a mesa não pode continuar suja.

Temos muito bons argumentos nesse conjunto. Feita a auditoria para escoimar as irregularidades, para deixar, para entregar ao julgamento público, esse mar de insensatez e de irresponsabilidade, essa é a finalidade da auditoria, não é só escoimar o que está irregular, o que é ilegal, mas também mostrar aquilo que é incompatível, embora legal, mostrar essas cláusulas de natureza colonial, inadmissíveis nos tempos de hoje. Também para demonstrar o quanto foram levianos, o quanto foram insensatos, o quanto fizeram em matéria de lesa-humanidade os que tomaram essas decisões, de nossa parte, da parte do nosso País e da parte dos credores, dos que nos concederam essas operações.

Porque eu sou do tempo em que para se conseguir 5 ou 10 milhões de dólares — era a minha situação no Governo do Rio Grande do Sul — tínhamos que preparar uma documentação, projetos que enchiham uma caminhonete e em várias vias para agradar os emprestadores.

Primeiro, tinha que passar por uma burocracia nacional, exigente, doutoral, em cima de nós e, depois, lá junto aos credores estrangeiros era toda aquela justificativa. E tínhamos

que contratar, depois, uma empresa especializada para fiscalizar, em nome dos credores, as aplicações daquêle empréstimo e à nossa custa. Tudo era muito difícil.

Eu, por exemplo, sempre tive um azar muito grande nesse campo, depois daquelas decisões que comecei o meu Governo no Rio Grande do Sul tomando. Eu me recordo que assumi o Governo no início do ano e já no dia 13 de maio do mesmo ano tivemos essa decisão em relação àquela empresa concessionária do serviço de eletricidade.

Não sei, mas acho que criei uma situação de resistência contra o meu Governo junto aos altos escalões da Administração Pública Federal.

Eu me lembro que, naquele tempo, pontificava o Sr. Roberto Campos. Ele era uma espécie de novo apóstolo. Dominavam as suas opiniões. Ele era jovem e atuante, e a sua doutrina — dele e a do Sr. Lucas Lopes — dominava toda a tecnocracia federal.

E os meus projetos não passavam, sempre eram maus, sempre eram malfeitos. Eu cheguei a contratar técnicos estrangeiros para elaborá-los. Bom, e já em plena Aliança para o Progresso, eu não conseguia nada. Eu não podia falar com o Lacerda, porque não me dava com ele, para saber como é que ele fazia, todos os dele eram aprovados. Tudo muito difícil!

E lá não chegavam e, no entanto, começaram a me mandar para lá aquele pessoal voluntários da paz. Começaram a encher o Rio Grande do Sul de voluntários da paz.

Bom, tanto me negaram, tanto me negaram, que um dia, eu disse: Bom, vou pegar esse pessoal com a polícia, vou embarcar num avião e mandar de volta. E foi o que fiz.

Peguei todos os voluntários da paz, embarcamos em um avião da Varig, ao meio dia, vôo 101, de volta para cá.

Ah, houve protestos do governo americano. Mas disse: Bom, não me dão nem empréstimo!

Tudo muito difícil. Eu tenho um julgamento moral sobre tudo isso. Acho importante nos fortalecermos porque antes de praticarmos, de assumirmos qualquer atitude consistente a respeito desse problema, nós precisamos nos convencer a nós mesmos porque há muito argumento, há muita retórica, há muita argumentação: "Não, cuidado. Nós não podemos fazer isso! Prendem os nossos aviões, prendem os nossos navios e nós, para quem vamos vender? Como é que vamos comprar?"

É certo, podem desencadear retaliações contra nós, mas nós, por receio a essas retaliações, não podemos, de maneira nenhuma, baixar a nossa cabeça, nos humilhar, entregar aquilo que Tancredo, pelo menos teoricamente, afirmava que não se devia entregar. Eu digo teoricamente porque já estávamos entregando. Nós já estávamos entregando há muito tempo o sangue do povo brasileiro.

Vejam a pobreza o que que é? Um País como o nosso pode ser como é? Isso é anormal. O anormal é isso que está aí. O normal da nossa vida seria outro.

Então, as questões moral e ética são muito importantes, nos dão respaldo internacional porque temos amigos aí fora.

Quantos entre nós aqui convivem e têm relações aí fora? O nosso Senador Fernando Henrique Cardoso relacionadíssimo aí fora, por esse mundo. Quantos amigos temos aí fora? Estamos cheios de amigos por aí, por este mundo. Vamos mostrar a eles, vamos pedir a eles para que nos dêem respaldo numa questão tão justa como essa agora, precisamos elucidar e colocar coerentemente.

Quanto às causas do endividamento é todo um questionamento complexo que diz respeito ao modelo econômico que temos. Não é matéria pertinente, eu creio, a este momento.

Mas quanto à dívida, ao cerne desse problema, em nossa visão, escoimada desses aspectos que referimos que se faria através de uma auditoria — a questão está nos juros. Quanto ao principal, não pode ser problema nenhum, basta colocar esses compromissos relativos ao principal nas condições tradicionais, porque até Dom Pedro II tomou empréstimo há 50, 60 anos. Isso ocorreu na República Velha, empréstimos com esses prazos, basta colocar o principal, dividir-lo em 40 a 50 anos, e pronto. A questão está nos juros. Ai é que está a cláusula colonial, extorsiva; ai é que está a cláusula de lesa-humanidade.

Primeiro, precisamos escoimar desse capital aquilo que é juro indevido, e nós vamos reduzir este capital a um valor histórico correspondente. Tudo mais são exigências indevidas, incompatíveis com as nossas relações de amizade com esses países. Um país amigo jamais pode impor ao seu parceiro cláusula dessa natureza. E se algum banqueiro quiser cobrar, ele tem o dever de intervir em nome dos altos interesses da amizade entre dois povos, ainda mais quando são amizades históricas.

Não podia ocorrer. Ainda mais no nosso caso, quando derramamos sangue para construir um mundo novo. Nós todos lutamos, na guerra, para construir um mundo novo. Foram essas as orações dos grandes chefes de estados das nações aliadas. Quando se dirigiram a Deus, pedindo a sua proteção para vencer a guerra, o fizeram em nome da construção de um mundo novo, não este que nos impuseram por estas cláusulas coloniais.

Aí está: a questão é separar os juros e vamos discutir este assunto. Isso é incompatível. Não é simplesmente: não pagamos mais juros. Não. Queremos colocar isto em termos aceitáveis, como ocorreu com Vargas, no seu primeiro Governo, e não se criou nenhuma dificuldade. Aí está a questão.

Quanto a isto, eu gostaria de dizer que tenho ouvido muitas opiniões a este respeito, e a impressão que tenho é que só estão esperando que o Brasil tenha um Governo legítimo, um Governo acatado, com autoridade democrática que possa entabular essas discussões e resolver esse problema lá fora. Eu creio que há um ambiente muito mais favorável do que nós imaginamos, que está lá na expectativa do que vai ocorrer.

Há, lá fora, posições, por exemplo, como a que considera que, a esta altura, o que cumpre fazer — quais são as necessidades perspectivas desse tempo? — o que cumpre fazer é tomar esse processo de endividamento e afastá-lo das preocupações. Encontrar saídas que afastem esse problema das preocupações, de tal modo que as consequências da dívida não continuem bloqueando as relações entre os povos, como estão neste momento.

Daqui a alguns dias, vamos nos surpreender e vamos começar a ter notícias de suicídios. É de tal forma a dívida insólivel para os povos que iremos assistir cidadãos a se suicidando porque querem se libertar dessa opressão. Já me disseram que existe um bom número de pessoas que perderam a razão e invocam, como idéia fixa, a questão da dívida e que estão internadas (inaudível).

Esse fato não está ocorrendo só aqui, mas em muitos países. Isso está ocorrendo. Têm como uma idéia fixa a questão da dívida. É possível que lá do outro lado também existam banqueiros que devem estar já com idéia fixa em relação à possibilidade de não receberem os frutos dadivosos desse negócio indecoroso que fizeram.

Creio que, colocando desta forma, devíamos realizar este esforço no sentido de afastar de nossas preocupações, como quem diz (as próprias nações credoras): "Vamos tirar tudo isso de nossas preocupações e vamos começar tudo de novo. Vamos negociar, vamos comprar, vamos vender. Precisamos exportar mais, vocês precisam também exportar mais. Precisamos retomar o nosso crescimento. Precisamos de mais fonte de trabalho; vamos recomeçar tudo de novo, claro que em outras bases. Vamos! Que seja progressivamente! Vamos mudar esses rumos, fazer com que esse inter-relacionamento não seja tão desvantajoso para nós. Vamos retomando nossa posição, mesmo que seja passo a passo. O importante é que o Brasil deixe de perder."

Porque aí está, para mim, a causa essencial da inflação. Pode-se dizer que a cláusula imediata, mais próxima, mais visível, é essa ou aquela, mas a causa mais profunda, a doença mesmo do organismo do sistema econômico nacional, geradora principal da inflação, são as perdas internacionais, que se processam através de todo um sistema de vassourinhas, muito complexo, muito difícil de medir, mas é exatamente isso que está ocorrendo.

Focalizar a questão dos juros, creio que não é questão de dizer: "Não pagarmos mais juros." — não é! É colocar isso em termos justos, principalmente recalcular o que foi pago indevidamente. Quando as nações começam a dizer, como é o caso do Plano Brady: "Vamos diminuir, cancelar uma parte de dívida." Acho francamente que é uma forma até um pouco deprimente de colocar para nós.

Vamos recalcular os juros e colocá-los em termos razoáveis. Não precisamos de escola, não precisamos de caridade. Sofremos demais já com isso para estar esperando caridade. Queremos justiça!

Francamente, no meu empirismo, acho que o mundo está diante de novas realidades. O

processo de acumulação mudou de lugares onde se exerce. Creio que é bem provável que nos Estados Unidos exista já se desenvolvendo uma convicção no sentido de que as regras que aquela grande nação estabeleceu como norma para o mundo do pós-guerra estão ultrapassadas pela realidade, porque estão, agora, fazendo sentir os seus efeitos nos próprios Estados Unidos.

Tenho contado para muitos americanos que no Brasil existiu há um certo tempo, no Rio de Janeiro, um cidadão chamado Felip. Ele era oficial, creio que da Aeronáutica, lá pelos anos de 1947 ou 1948. Ele e outros oficiais se estabeleceram com uma casa de venda e revenda de automóveis usados. Vendia, pagava muito e vendia barato e ia sempre emitindo títulos para cá, títulos para lá, títulos para acolá, e foi fazendo aquela montanha de papel e aquela quantidade de automóveis e papel, de pagamento para cá e para lá, e de vez em quando alguém perguntava: Fulano, tu pagou o papel do homem? Eu estou preocupado. O outro respondia. Não ele é oficial da Aeronáutica, tem prestígio, não vai fazer bobagem. Foi, foi foi e estourou. E, aquele mundo de papel passou a se chamar na vida brasileira de "Felipetas". Tenho contado para alguns americanos e eles riem muito. Digo:

O Sr. não acha que se não existir o prestígio militar nos Estados Unidos, aquela montanha de papel que está lá dentro do Tesouro, três e meio trilhões de dólares poderiam existir? É um sistema que, a rigor, chega a levar os Estados Unidos a terem que cultivar um déficit fiscal daquele vulto, a cultivar um déficit comercial pela necessidade que tem de estar sempre emitindo letras do Tesouro para enxugar o mercado interno e, com isto, evitar a inflação. Onde vai parar tudo isto? Eu sei que lá existe uma grande preocupação a esse respeito. Quem sabe lá não começa a haver uma coincidência, agora, embora tarde, uma coincidência de interesses de uma política econômico-financeira coerente, por parte dos Estados Unidos e do Terceiro Mundo. Nós, do Terceiro Mundo, fomos jogados à margem depois da guerra. À margem. Quando não era uma, era a outra. A União Soviética era quem fazia os comícios conosco, mas só de natureza retórica. Defendia o Terceiro Mundo porque as suas propostas não correspondiam às realidades, possivelmente porque não podia também corresponder a essas necessidades. Tenho esperanças de que este problema não vai representar um impasse, por exemplo, ao novo Governo do nosso País. Eu acho que a questão da dívida externa vai ser um problema relativamente superável, não vai representar uma dificuldade maior para o próximo Governo. Já se encontra num pé, já se encontra numa situação em que bastará um governo lúcido, um governo coerente, um governo que atue com certa firmeza, que ganhe a opinião pública internacional, para que este problema seja completamente sanado. Pior, são os outros que o Governo terá que enfrentar, principalmente aqueles que dizem respeito à situação em que se encontra o povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Feita a exposição por S. Ex<sup>e</sup>, o Governador Leonel Brizola, passamos à lista dos Srs. Senadores e Deputados inscritos para argüí-lo.

Como Temos vários inscritos e temos limitação de horário, inclusive, seguramente, pelos inúmeros compromissos de S. Ex<sup>e</sup>, vamos solicitar a colaboração dos Srs. Parlamentares, para que as interpelações sejam feitas de uma só vez, a fim de que não se estabeleça um debate paralelo e que cada um dos Srs. Parlamentares use, no máximo, 5 minutos.

Vou pedir a S. Ex<sup>e</sup>, o Governador, com a capacidade de síntese que lhe é peculiar, que utilize tempo similar, reservado ao Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, ao final, o dobro do tempo, a fim de que faça as suas interpelações conclusivas, já que é o responsável pelo parecer final da Comissão, consequentemente necessitando, normalmente, de um espaço maior para seu trabalho.

Dou a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sr. Presidente, com o compromisso de atender ao seu apelo e procurar ser, pelo menos, mais breve do que o depoimento do nosso entrevistado de hoje — aliás o brilhante depoimento do Sr. Governador Leonel de Moura Brizola — trato, aqui, por Ex<sup>e</sup>, mas é que é fraternal amigo de muitos anos — gostaria de perguntar a S. Ex<sup>e</sup> sobre o seguinte assunto: S. Ex<sup>e</sup> destacou como um elemento essencial a opinião pública internacional — eu, afinal de contas, sou um homem de opinião pública, há mais de 50 anos que trato desse assunto, e sou muito sensível a esse respeito — concordo com S. Ex<sup>e</sup> inteiramente e gostaria de perguntar a S. Ex<sup>e</sup> o que acha de uma idéia que está na minha cabeça há uns 2 meses e que pretendo ver se implemento. É o seguinte: Parlamentar calouro, embora velho calouro, como sabe S. Ex<sup>e</sup> que eu sou, fui pela primeira vez participar na Hungria, precisamente em Budapeste, de uma conferência internacional da União Interparlamentar, que é uma espécie de Parlamento do mundo, onde estão representados — não sei bem números, porque não os guardo bem — seguramente bem mais de cem parlamentos de todo o mundo. Cada parlamento tem uma representação, e eu participei da representação brasileira pela primeira vez; com o deslumbramento do calouro descobri que aquilo é um foro importantíssimo, porque é a opinião pública universal, a opinião pública mundial, a opinião pública internacional externa a que se refere V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Governador, através de seus representantes, dos seus parlamentos. Então, ocorreu-me uma idéia. Nossa reunião de Budapeste, da qual participei, os dois assuntos que foram tratados foram os problemas da infância no mundo, sobretudo nos países mais carentes, na infância mais desassistida, e o problema do Oriente Médio, com o conflito árabe-israelense, que é dramático.

Ao voltar ao Brasil, ocorreu-me articular uma participação do Brasil, que não tem sido à altura do que o Brasil deveria ter — essa

entidade completa este ano cem anos, faz o seu centenário e a conferência que participei foi a 81<sup>a</sup>, mas este ano mesmo uma reunião em Londres, em setembro, que o assunto central dessa reunião, que o Brasil, através da sede dessa entidade, que é em Genebra, que ponha o problema da dívida externa. Estou pretendendo, com o apoio altamente sábio — porque, afinal de contas, a minha sabedoria nesse assunto é a do jornalista — é daquele que sabe tudo e não sabe nada —, com o apoio altamente sábio de dois companheiros da Universidade de Brasília, Décio Garcia Munhoz e Luiz Fernando Vitor, que aqui está, um dos maiores convededores do problema da dívida externa, propor uma solução, propor que os parlamentos do mundo façam uma proposta aos países credores para resolver o problema dos países devedores, porque não me parece razoável que o Primeiro Mundo pretenda tornar inviável o Terceiro Mundo, mesmo porque aí ele acabará inviável.

Não é possível que o Hemisfério Norte pretenda inviabilizar o Hemisfério Sul, porque o Hemisfério Sul é necessário não só para os produtos primários, que sempre foram a fonte para os insumos, mas até para os mercados. Então, o que pretendo é formular, através dos parlamentos do mundo, uma proposta aos governos do mundo para que eles resolvam o problema do mundo. O que acha V. Ex<sup>a</sup> disso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Governador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Sr. Senador Pompeu de Sousa, é com a alegria de sempre que acorro qui ao seu chamamento. Essa idéia só pode ser acolhida, aplaudida por todos aqueles que se encontra esclarecidos em relação a esse problema porque por aí se desenrolverá todo um esforço que vai atingir certamente a opinião pública internacional.

Há poucos dias um companheiro nosso, integrante da nossa bancada na Câmara, Deputado Artur Lima Cavalcanti, assumiu a iniciativa de levar aos parlamentares latino-americanos essa idéia e começou uma semeadura por aí, que foi não só acolhida pela Casa, pelo Congresso brasileiro, que subscreveu toda uma proposta nesse sentido, quanto também encontrou amplo respaldo nas reuniões e conferências de que participou.

Creio que por aí está um excelente esforço, porque esse esclarecimento sobre a dívida tem que ser feito a nível internacional e a nível interno. Nós, brasileiros, precisamos nos dar conta da sua gravidade, do quanto isso é humilhante para nós, mas também, essencialmente, Senador Pompeu de Sousa, precisamos juntar, com essa solução da dívida, todo um esforço simultâneo no sentido de quebrar a cumplicidade que levou ao endividamento. Porque o endividamento, este que foi feito, ajudou a concentrar a renda, ajudou a fazer outros males, ajudou até a fortalecer o poder da casta dominante, que se beneficiou dessas operações.

Lá fora existe muita resistência contra isto, muita reserva contra o destino dos emprê-

timos e contra as decisões que foram tomadas. Tanto que, estamos sempre lendo na imprensa, que esses círculos ou instituições, lá fora, estão exigindo, ao lado das concessões em relação à dívida, que se façam reformas.

Aí existem reformas e reformas. As reformas que, em geral estão querendo, estão exigindo, são essas, como, por exemplo, exigir do Governo Andrés Pérez as reformas que exigiram do Governo Alfonsín, essas que têm exigido de nós. Reformas no sentido de mais entrega, de mais abertura indevida, inorgânica para o capital estrangeiro, para os interesses internacionais, mais abertura para penetração e controle da nossa economia; mais submissão. Não é esse o conjunto de reformas que temos preconizado que se realizem juntamente com a solução da dívida.

Nós, que lutamos por uma solução desse impasse, temos que lutar para que haja reformas aqui em nosso País, reformas que venham criar um outro ambiente e que, de nenhuma forma, torne possível a repetição das irresponsabilidades.

Entendo que, junto com nosso esforço perante a opinião pública, temos que esclarecer que esses empréstimos, no Brasil, foram tomados por ditaduras, que serviram para enriquecer grupos egoístas, desumanos, ladravizes, que, em grande parte, levaram esse dinheiro para fora, tanto que, de fato, grande parte desse dinheiro nem se moveu de lá; ficou lá mesmo. Na Argentina, por exemplo, têm os capitalistas argentinos mais dólares depositados fora do que todo o montante da dívida do País. E nós, aqui, vamos para esse caminho. Tudo o que está acontecendo na Argentina pode ser considerado como um espelho. Vamos colocar as nossas barbas de molho, porque estão ardendo; estão ardendo as barbas do vizinho. A situação da Argentina é gravíssima! A impressão que se tem é a de que aquele País está liquefacente, que se está fundindo, que tem áreas que ali se deposita e afunda. Está indo para uma situação inconcebível e está apenas a oito dias das eleições. E, lá, existe uma cláusula segundo a qual o presidente eleito agora, no dia 14 de maio, só tomará posse no dia 15 de dezembro.

Então, digo o seguinte: estamos caminhando para isto.

Ao lado da solução da dívida, temos que buscar a quebra, a derrogação desse modelo econômico, passo a passo, para que ele não permita que ocorra uma situação como esta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Aproveitou V. Ex<sup>a</sup> muito bem os dois minutos de poupança do Senador Pompeu de Sousa e ficou no tempo limite global. A brilhante exatidão do engenheiro aí!

O SR. LEONEL BRIZOLA — Nunca dei uma resposta tão curta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup> pelo sacrifício, Senador Pompeu de Sousa.

Tem a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Sr. Governador, abordou V. Ex<sup>a</sup> um assunto que considero de

extrema importância, ou seja, a abordagem da questão moral e ética. Ela pode ser perfeitamente inserida naquilo que falou V. Ex<sup>a</sup>, que foi a opinião pública internacional. São dois assuntos que se casam, no momento.

Verificamos, agora, nos Estados Unidos, que a opinião pública, a imprensa, todos os setores que fazem opinião naquele País já estão saindo dos limites da lei para a questão moral e ética, porque os americanos já estão sentindo que as leis que regem a vida do País já estão limitadas, já estão, até, esgotadas. E o julgamento público, agora, do Presidente da Câmara dos Estados Unidos, está sendo baseado mais na questão moral e ética do que nos estritos limites da lei daquele país.

Entendo que está questão pode ser, perfeitamente, enquadrada no nosso grande problema, que é a dívida externa brasileira, porque, veja o seguinte, Sr. Governador, temos na dívida o valor principal, que já não é o valor principal, como V. Ex<sup>a</sup> falou, porque está adicionado de encargos e juros que são inconcebíveis. Mesmo dentro desse valor principal, que não é o original, temos a realidade do valor de mercado. Se vivenciamos, se participámos de um universo de nações que defendem o mercado livre, a democracia, a livre iniciativa, então estamos pagando a conta por um código não existente no contexto desse universo político, social e econômico que vivenciamos. O valor da nossa dívida no mercado internacional, há poucos dias, chegou a 28 centavos por dólar. Agora, deve estar na média de 30 a 33 centavos por dólar. Se pagamos integralmente um juro de 12% ao ano em média sobre um valor 100, que não é 100, é 33, na realidade estamos pagando um juro real de 36% ao ano. Qualquer juro internacional, principalmente se tratando de nação, não de empresa cuja taxa de juros ultrapasse a 2% sobre a inflação americana, que tem sido numa média de 4%, isso quer dizer que qualquer juro acima de 6% chega a ser amoral, em se tratando de empréstimo de Governo. Então, como poderíamos aceitar politicamente um juro de 36% ao ano como nós estamos pagando?

Sr. Governador, é aí que entendo que essa questão do juro, da dívida externa, pode perfeitamente ser enquadrada na questão moral e ética que V. Ex<sup>a</sup> falou, e essa questão moral e ética pode ser enquadrada no contexto da opinião pública internacional. Essa a questão principal que eu queria abordar.

Gastando o minuto que me falta ainda, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que os países do Terceiro Mundo, especialmente os latino-americanos, têm perdido muito tempo nas suas mobilizações da opinião pública interna, porque normalmente deixam o caminho do patriotismo para o caminho do nacionalismo. Normalmente, quando uma nação é mobilizada em cima de um nacionalismo, tem uma abordagem de emoção muito alta e não tem a consistência e a duração que tem os movimentos que são embasados no patriotismo. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> abordasse esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Governador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Realmente é uma honra, diante de minhas possibilidades, comentar aqui esses aspectos focalizados pelo Senador Raimundo Lira. Realmente S. Ex<sup>a</sup> deixou bem claro esse aspecto que se geraria com uma empresa, uma pessoa que fosse aos Estados Unidos, no mercado de Nova Iorque, e comprasse uma parte da dívida, se aplicasse as suas economias e comprasse lá uma quantidade de dólares em títulos da dívida pública brasileira. Ele compraria 100 com 28, mil com 280 e assim por diante. No entanto, receberia os juros do Governo brasileiro pelo valor nominal desses títulos, que representaria 36% dos juros, talvez até um pouco mais. Quanto daria? Quase 40. Essa é uma forma prática de demonstrar a argumentação do Senador. Estamos caminhando para o absurdo. É claro que esse mercado paralelo é pequeno, limitado, porque os pequenos bancos se desfazem desses títulos para não pesar nos seus balanços; não que eles estejam necessitando mas um título nessa situação tem um peso negativo nos balanços, e eles gostam de desfazerem-se desses títulos.

Os bancos maiores que têm os grandes pacotes da dívida brasileira naturalmente não largam. E à medida que alguém começasse a ser comprado forte isso não iria desaparecer do mercado. Mas igual existe uma certa margem de negociação a esse respeito.

De outra parte também considero que, o Senador se referiu muito bem, discutir essa questão é uma necessidade. Eu reclamo da Imprensa do meu País. Sou um tanto quanto discriminado pelos meios de comunicação e, portanto, suspeito para fazer essa reclamação, mas reclamo. Penso que tem faltado a presença da Imprensa brasileira nessa discussão há muito tempo, porque a Imprensa brasileira dispõe de quadros maravilhosos de primeiríssima ordem. E, sobretudo, jornalistas especializados que estão em contato com esse problema, tanto aqui quanto lá fora. E há muito tempo tinham que estar destinguindo, elucidando tudo isso para o povo brasileiro para que se adquirisse uma convicção sobre a nossa situação, e mesmo até para conter decisões insensatas de sucessivos Governos a esse respeito. Dessa responsabilidade todo o sistema de comunicações, a Imprensa brasileira, no seu conjunto, não iria escapar. Tern estado omisso e ausente. Por quê? Para essa ordem de problema não podia ser e não é satisfatório ou simples notícia daqui ou dali em função do que um Parlamentar ou um estudioso, enfim alguém, assumiu tal ou qual atitude ou revelou tal ou qual detalhe. Não! Penso que a Imprensa brasileira tinha que estar sacudindo o coreto desse endividamento. Tinha que estar questionando a fundo. Porque isso interfere até com a capacidade do povo brasileiro comprar jornal, com o poder aquisitivo de adquirir uma televisão. Por conseguinte, até de participar desse sistema de informações, de ser informado.

Penso que, sobretudo, a Nação sentiu-se carente do debate da sua Imprensa. Isso nos leva à convicção a respeito do envolvimento em todo esse processo, em todo esse sistema que, afinal, levou o nosso País a essa situação do próprio sistema de comunicação do nosso País.

Acredito que chegou a hora de questionarmo-nos. O nosso País está ingressando num período riquíssimo a esse respeito. Essa campanha política vai ser uma oportunidade do povo brasileiro abrir janelas, depois que praticamente fecharam as poucas janelas que tínhamos com tijolo e cimento durante mais de 20 anos. Essa campanha vai ser riquíssima a esse respeito. Creio que iremos sair, porque a superação dessa ordem de problemas, Sr. Presidente, não é uma tarefa de nenhum iluminado, de nenhuma tecnocracia. É um movimento e uma convicção nacional, um Governo para conduzir a construção de uma alternativa correta e coerente com os interesses do povo brasileiro, necessita um embasamento amplo, um apoio esclarecido do povo brasileiro a esse respeito. Precisamos também de opinião pública interna.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto de Carli.

O SR. CARLOS DE CARLI — Sr. Governador Leonel Brizola, dentro da explanação que V. Ex<sup>a</sup> fez, uma coisa me chamou a atenção. Chamou-me a atenção porque conheço os meandros e as consequências dessas suas palavras. V. Ex<sup>a</sup> fez uma colocação de que grande parte dos nossos credores, talvez até a totalidade deles, diretores, gerentes de bancos, nos países desenvolvidos, poderiam responder pela má aplicação dos empréstimos feitos a nós, ou a alguns dos países do Terceiro Mundo. Se comprovada essa má aplicação, responder perante os acionistas dos bancos, obviamente, e com leis que lá nós sabemos são realmente cumpridas nesse setor. Porque banqueiro que dá trambique na América vai preso trânsito, na Inglaterra e nos países desenvolvidos de uma forma geral.

Essa colocação que V. Ex<sup>a</sup> fez aqui é muito importante, porque é o que a gente sente lá fora. A grande preocupação hoje dos banqueiros, dos diretores de banco é como eles poderão justificar a médio e longo prazo, junto à legislação dos seus países e junto aos acionistas dos bancos, como aplicaram tão mal um dinheiro que, hoje, gira em torno de algumas centenas de bilhões de dólares, só no Brasil cento e trinta e tal bilhões de dólares. Em função disso, o que nós sentimos, pela presença quase permanente em Nova York, que é o grande centro financeiro do mundo, é que essa preocupação nos coquetéis, no cafetinho existe, e que eles estão tentando de alguma forma arranjar um gancho para minimizar a situação deles. Qual seria o gancho? Motivar que os países que controlam ou são sedes desses quase 700 bancos credores, que é próximo disso, 700 bancos credores do Brasil, e dos países sul-americanos, e do Terceiro Mundo de uma forma geral, que os

governos desses países viessem a criar dispositivos de incentivos fiscais, até de Imposto de Renda, de tal forma que parte do Imposto de Renda a pagar, pelos bancos credores do Terceiro Mundo, fosse abatido da dívida do Terceiro Mundo, de uma forma programada e de uma forma que não ferisse a opinião pública mundial. Porque lá também há um problema: você, no momento em que cria um dispositivo fiscal que beneficia um determinado segmento da sociedade, os outros segmentos reclamam, e com razão. E a coisa vai a uma discussão muito grande, e normalmente se inviabiliza todo e qualquer tipo de movimento nesse sentido.

Então, estaria havendo uma tentativa de se criar uma opinião pública favorável de amortização da dívida dos países do Terceiro Mundo, inclusive do Brasil, movimento esse feito pelos banqueiros, para amortizar essa dívida de tal forma que, num tempo relativamente curto, médio, pudessem eles justificar junto aos seus credores que não teriam prejuízos, porque os prejuízos eventuais teriam sido amortizados ou amortecidos nesse programa de incentivos. Então, levando a coisa por aí, tentando criar um pano de fundo que é a ecologia. Essa é a minha colocação. Parece incrível que estão tentando justificar, junto à opinião pública mundial, a preservação da Amazônia, ou melhor, a estagnação do desenvolvimento da Amazônia, porque não seria a preservação, a preservação terá que ocorrer de qualquer maneira no nosso século, porque ninguém hoje pode conceber uma Amazônia depredada, uma Amazônia desmatada, incendiada; e eles estão tentando criar o pano de fundo ou gancho junto à opinião pública, para tentar justificar esse programa de incentivos que estão pretendendo criar nos governos de países credores, de tal forma que os banqueiros particulares se beneficiem disso.

Quer dizer, o Brasil e os outros países da Amazônia apresentariam programas de preservação e, em contrapartida, amortizariam parte da dívida num fundo cuja origem seria o não recolhimento do Imposto de Renda nos países de origem, quase uma Sudene e Sudam, aqui, só que a nível internacional.

Chamo a atenção para o fato e pergunto a V. Ex<sup>a</sup> qual será a postura do Governador, vindo a assumir a Presidência da República, com relação à Amazônia, ou viram a usar a Amazônia como pano de fundo, numa tentativa até de ferir a nossa soberania, porque existe esse programa, é público e notório, qual será a postura de V. Ex<sup>a</sup> nesse caso, numa tentativa dos banqueiros diretores e gerentes que aplicaram mal o dinheiro e hoje estão tentando, dessa forma, criar dispositivos de incentivos, justificando a ecologia como pano de fundo para não irem, obviamente, responder junto aos acionistas e junto a lei desses países desenvolvidos, nossos credores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Sr. Governador.

O SR. LEONEL BRIZOLA — No que estiver ao meu alcance procurarei enfocar aqui algu-

mas razões, que fazem parte das minhas convicções, sobre essa ordem de problemas.

Acho que nessa última onda que vem levantando os problemas relacionados com a Amazônia, trazendo também junto essas insinuações, ou até algumas referências concretas de exigências, de ameaças de cláusulas com que tratariam o problema da dívida, e também de outras decisões. Creio haver aí duas questões que temos que separar, deste movimento, aparentemente saudável, da opinião internacional, questionando-nos sobre esse processo de destruição da natureza em nosso País, que é real.

Acho que o Brasil é um dos países onde mais se destrói a natureza. Quando se voa sobre o Brasil e outros países verificamos a diferença. Isto aqui parece um corpo coberto de feridas, tal a destruição que aqui se opera; até mesmo para fazer um simples loteamento para construir-se casas populares, lá se vão as máquinas a derrubar tudo, a transformar tudo em um mar de terra descoberta, facilitando até a erosão com que nos deparamos, como consequência desses movimentos de terra.

Nos outros países, vimos a construção de enormes loteamentos, de milhares e milhares de casas populares e praticamente não tocam na topografia do terreno, não precisam o concurso de tantos empreiteiros que para lá levam suas máquinas e trabalham dias e dias.

Muitas vezes, um contrato de concorrência, como sabemos, apenas faz um sistema viário. Aqui não, tem que planejar, fazer tudo planninho como se fosse uma pista de aviação para colocar ali, quase que às vezes gastando mais na terraplenagem do que na construção das casas. E assim por diante.

A opinião pública reclama com razão. Claro que dentro disso temos que saber distinguir aquilo que está se aproveitando no movimento da opinião pública internacional. Por quê? Até mesmo muitos brasileiros que se encontram indignados, revoltados com o que está acontecendo, têm se dirigido a entidades internacionais como o Banco Mundial, reclamando que este venha sendo instrumento da destruição, da exploração predatória da Amazônia, e da natureza do Brasil. Quer dizer com a utilização de seus recursos, dos seus empréstimos, para certos financiamentos que, finalmente, cobrem operações distrutivas da natureza, em busca de um relativo objetivo econômico.

Então, muita gente daqui do Brasil tem se dirigido a essas entidades. Conheço alguns ecologistas, gente pura, gente boa, de primeiríssima ordem, que tem escrito ao Banco Mundial protestando, porque já cansaram de escrever para as autoridades brasileiras do Executivo e Legislativo, até ingressaram com algumas questões judiciais, e não conseguiram nada. Então, tem-se procurado barrar por lá, e criou-se já no BID, eu já tive um diálogo casual com o atual Presidente do BID, pessoa de minhas relações, e ele me disse: eu tenho que levar boa parte do meu tempo para receber ecologista de todo o mundo. E está crian-

do, junto ao funcionariado do BID um ambiente, uma mentalidade, no sentido de que a questão ecológica precisa ser colocada sempre que se examinem as operações do Banco. É claro que, atrás de tudo isso, desse movimento da opinião pública internacional, do qual nós próprios fazemos parte, aí se embute os interesses nos nossos minérios; só os ingênuos não vêem isto, ou só os que estão na cumplicidade. Claro que atrás está todo um interesse de que o Brasil preserve todas aquelas partes como o Jardim Botânico, para eles depois justificarem com outras razões, com uma outra onda, dizendo: a humanidade precisa! E vai e pronto, para ser explorado nas mãos deles.

Portanto, a Amazônia precisa se desenvolver, sendo seu desenvolvimento, evidentemente, específico. Precisamos realizar lá um desenvolvimento que não seja predatório, adequado, que corresponda às suas condições específicas.

Eu também gostaria de sublinhar essas referências do Senador Carlos De'Carli em relação ao que ocorre nestes países por parte das populações, na hora em que os governos são chamados a interferir, a decidir. Porque, em geral, para o cidadão americano comum, ele deve raciocinar assim: esse pessoal tomou empréstimo porque quis, que pague agora. Este é um pensamento natural, é o que ocorria conosco.

À medida que vierem aqui ao Brasil os angolanos, os de Moçambique, de outras nações, muitos latino-americanos, aos quais o Brasil tem ensejado empréstimos para atender conveniências nossas, também para vender, para dar cobertura a certas obras, a certos serviços que realizamos lá fora, que contratamos lá fora, e amanhã quando essas cláusulas se tornarem impraticáveis, incompatíveis, eles têm que chegar aqui e nos esclarecer, aí nós vamos pensar diferente. Assim, também nós temos que chegar lá e mostrar aos cidadãos desses países que uma boa parte vai compreender. O que eles não estão de acordo, isto sim, é de meter a mão no bolso, de serem submetidos ao sacrifício deles responderem por esses empréstimos. Eles acham, sim, que os banqueiros é que devem pagar. Tenho já falado em alguns plenários, e depois fizemos uma tomada de opiniões. Lembro-me de um caso de numa universidade em que fizemos uma votação, e predominou esta orientação no sentido de que os banqueiros e os diretores, os que assinaram os contratos, é que devem responder pelos prejuízos, não o contribuinte, não aqueles que pagam seus impostos. Isso é muito grave, não aquele que paga os seus impostos. Isso é muito grave. Daí, a necessidade que temos de recalcular, de fazer uma análise da natureza, do perfil desse endividamento, para mostrar o que ele contém de juro indevidos. Nós temos que comprovar que isso desrespeita até mesmo a legislação de muitos países, como o Senador procurou caracterizar.

Eu, nos Estados Unidos, numa certa ocasião, participei de uma reunião em que estiveram presentes grandes advogados e algumas

autoridades importantes da América Latina, inclusive o atual Ministro das Relações Exteriores da Venezuela. Ali, havia a demonstração, por parte daqueles escritórios de advogados, juristas importantes, que traziam pareceres e estudos, demonstrando que, pelo menos, perante algumas localidades norte-americanas e as suas leis específicas, como é o caso de Nova Iorque, por exemplo, muitos daqueles contratos eram nulos, completamente inexistentes. Então, na hora de renovar o endividamento, há um corre-corre em matéria de cobertura jurídica, porque, além do mais, ultrapassavam os juros admissíveis nesses países. Há também um contexto de abuso a esse respeito, caracterizando um processo de usura.

Seria interessante que a Comissão recolhesse elementos, dentro das possibilidades que tem, a esse respeito. Eu mantive alguns diálogos com as autoridades australianas, que se deram nas seguintes bases. Nós lhes perguntamos se deviam muito e eles nos disseram que deviam. Na época, a Austrália devia 60 bilhões de dólares e tinha uma população de 17 milhões de habitantes. Nós ficamos surpresos, porque, se nós, com 130 milhões de habitantes, devéssemos como eles, cerca de 400 bilhões de dólares, não dormiríamos mais. Mas eles nos disseram que, se encontrassem mais dinheiro, tomariam mais empréstimo. Aí que a minha cabeça deu um nó, não entendi mais nada.

Eles esclareceram: primeiro, o custo de cada dólar que tomam emprestado é diferente, é pouco mais da metade, pelo que tomei nota. Cheguei a perguntar a um deles e ele me confirmou. Segundo, lá o empréstimo não tem que rolar de seis em seis meses. São empréstimos a longo prazo, com juros definidos. Tudo é colocado dentro do orçamento, previsto. afirmaram que foram sempre muito rigorosos com respeito à aplicação desses recursos, muito mais do que com os recursos próprios. Eu conclui que se trata de uma discriminação. Nós estamos sendo discriminados. Todas essas fontes do capitalismo internacional, se emprestam a um prazo maior e com menos custo para os australianos, estão nos discriminando. É claro que eu não disse isso aos australianos.

Eu tive um diálogo com o Sr. Mc Namara, que é uma pessoa muito informada e de excelente diálogo. Eu o conheci quando S. S. integrava uma comissão da Fundação Ford que visitava o Rio de Janeiro e fomos dar uma volta. Ele foi conhecer, junto com a Comissão, os CIEP. E foi, nessa visita, que eu travei relações pessoais com ele. Tivemos excelentes relações. Ele está fora de tudo, está aposentado, um homem com bastante idade, está um pouco acima do bem e do mal. Então, ele fala francamente, sem aqueles cuidados que, naturalmente, utilizava antes. E eu perguntei, Sr. Mc Namara, como é que os australianos tomam empréstimos mais baratos que os nossos? Como é que nos cobram mais do que aos outros? Certamente, os outros países, também, muitos outros países, tornam empréstimos mais baratos.

Sabem o que ele me disse?

Ele disse: "Bom, é que os australianos, como os outros, são considerados bons pagadores".

É e não é um bom argumento. Quer dizer, vamos discutir esses aspectos. Será que é porque eles falam inglês? Discutem em inglês etc. e tal; e nós temos maus tradutores? Algo mal acontece. Por que tudo isso é tão caro? Agora, o que estranhou muito aos australianos é essa necessidade que temos de estar sempre negociando a dívida. É claro que, quanto mais negociação, mais comissão. Tanto que, agora, o conjunto dos gastos que o Governo brasileiro teve que suportar, nestes poucos dias, antes de promulgada a Constituição, é algo de arrepelar os cabelos. Foram seiscentos e não sei quantos milhões de dólares com um destino genérico. Para onde vai aquele dinheiro? Por que aquilo não é especificado? Quase 1 bilhão de dólares. Para onde vai? Remuneração esta, dos bancos, para onde vai? Não é verdade? Para onde vai? Por isso é que não queriam trazer para o Congresso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO — Governador Brizola, partindo do pressuposto da certeza, evidentemente, de que nós vivemos em um país capitalista, é evidente, para nós todos, que a verdade mais crua ou o fato econômico mais perverso deste País é a questão do salário mínimo, da renda para os que ganham menos. Talvez tenhamos um dos salários mínimos menores no mundo. Isto, evidentemente, é uma questão de distribuição de renda interna, de renda pública e de renda privada. Hoje, os Estados e Municípios estão em situação de pré-falência. Aumentar o salário mínimo, para fazer justiça, para alguma coisa compatível com a sua necessidade, significaria quebrar Estados e Municípios. Isto tudo, Governador, na minha visão pessoal, é muito o fruto do volume de investimentos que vêm sendo feitos nesse País, ultimamente. A minha convicção pessoal, ou a imagem que eu faria é de que o País, hoje, diferentemente do que foi há algum tempo, é uma lagoa com água no porão. Anteriormente, quando a lagoa estava cheia, o cheio significava investimentos maciços, esses investimentos geravam empregos e renda, com a distribuição equitativa. Por uma descrença de governo, os investimentos estão diminuindo e a lagoa está caminhando para o porão, com concentrações, evidentemente, de renda. Os mais pobres ganhando cada vez menos e tendo menos oportunidades de emprego e a renda ficando concentrada no porão, entre aqueles que têm mais dinheiro e mais oportunidade. Evidentemente, que isso tudo tem uma razão muito direta e muito próxima com a questão da dívida externa, porque o dinheiro que se poderia estar investindo no País está sendo mandado para o exterior, para o pagamento da dívida, ou do serviço da dívida. E aí é onde vai a minha pergunta: talvez, com uma negociação política e forte a partir da convocação, feita pelo Presidente da Repú-

blica, da vontade nacional para um período de sofrimento, pudesse promover a oportunidade de investimentos novos no País, com dinheiro brasileiro, que, no invés de sair, ficaria aqui mesmo. Mas há um detalhe que me preocupa; o Brasil, hoje, é, queira ou não, a oitava economia industrial do mundo. Os investimentos internos estão diminuindo. Todo mundo tem conhecimento desse fato. Estamos num processo de argentinação,(?) em que pessoas começam a mandar dólar para as suas contas no exterior e deixam de investir dinheiro no País. O mercado interno está decrescendo, está diminuindo. Em contrapartida, existe um número grande de empresas que vivem hoje de exportar, que estão ganhando dinheiro. É o fundo do poço, o fundo da lagoa. Na hora em que essa postura política tiver que ser adotada para uma negociação da dívida externa autônoma, uma turbulência muito forte vai ocorrer por parte desses poderosos que hoje são os exportadores ou são os grandes empresários brasileiros.

Por um lado, há necessidade de investimento no mercado interno; por outro lado, há necessidade de manter essa estrutura que, bem ou mal, gera divisas e empregos no País. Eu queria conhecer a postura de V. Exª para manter um ponto de equilíbrio entre isso, para que possamos caminhar com o mínimo de turbulência.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Perfeitamente, Senador. Tenho a maior satisfação, com a permissão do Sr. Presidente, de poder procurar corresponder aqui a esses questionamentos que, sem dúvida, colocam uma das áreas de maior preocupação para todos aqueles que procuram imaginar, conceber qual seria a situação de um governo legítimo, eleito pelo povo brasileiro, nas condições previstas, por maioria absoluta, naturalmente que acatado nacionalmente, concentrando as esperanças nacionais, com um Congresso, embora defasado, mas que não podia, frente a uma nova situação de confiança do povo brasileiro, estar criando dificuldades. Se há alguma coisa com que o novo Governo não precisa se preocupar é com o seu relacionamento com o Congresso. Isso, por duas circunstâncias: primeiro, porque, tal a investidura do novo Governo, que, normalmente, não haveria clima para qualquer tipo de oposição sistemática, destrutiva, para um bloqueio das suas atividades. Há a circunstância ainda de que, praticamente, estaria às portas da renovação do Congresso. Logo, seria um período todo especial. O novo Governo não deveria ter essa preocupação. A não ser que comece a praticar desatinos. Mas o Governo, que vai trabalhar, que vai procurar tirar o País do atoleiro, não tenho dúvida de que não pode contar com esses embargos, com essas dificuldades.

Nessas circunstâncias, creio que esse Governo contaria com um forte respaldo do front interno da opinião pública do País, da população, a tal ponto que, se alguém procedesse fora de um contexto de cooperação, tudo deveria ser muito explícito. Este Governo não pode, de nenhuma forma, trabalhar com os

métodos dos governos que conhecemos nesses últimos vinte e cinco anos da vida brasileira, não só durante o período autoritário, quanto agora, no Governo Sarney. Tem que haver muita clareza, muita transparência, tem que haver muita exposição das coisas ao povo brasileiro. Por isso mesmo, elas não se desenvolveram, acatadas com a cooperação de todos. Logo, na hora em que um outro beneficiário da atual situação, do atual modelo, dessa degringolada vida nacional, comece a proceder de uma forma negativa, não só essas pessoas vão sentir, terão que se sentir contra a correnteza, terão que se sentir na contramão, quase que bater, uma questão de consciência de que estariam atuando contra o País, como também o próprio povo brasileiro, o conjunto dos diversos segmentos da população, das atividades do País vão detectar, dentro de um quadro de convicção geral no País, de trabalho comum para tirar o País dessa situação. Creio que isso aí, esse aspecto de resistências irá ocorrer, mas, francamente, não vão ter a força para impedir que o Governo, que o País vá tomado certos rumos, certas direções, adotando, concretizando certas políticas, porque também penso que, de nenhuma forma, devemos adotar o método do conflito.

Quando me refiro a apelar à opinião pública internacional, vamos trabalhar no sentido de que as coisas sejam colocadas na base da grande carga de razões que possuímos. E vamos colocar sempre os problemas para que as negociações se realizem. Não queremos, a rigor, e nem temos conveniência nisso, estar brigando com quem quer que seja. Como também eles não podem brigá-lo. O Brasil é muito importante para que eles, de repente, nos considerem como fizeram com Cuba.

Acho que ali, evidentemente, em todo esse episódio, toda essa saga do povo cubano, pouco se contém para nós como inspiração para uma política. Acho que não é isso, e nem tampouco continuarmos nos submetendo a esse modelo econômico. Então, para onde vamos? Porque, Sr. Senador, creio que temos que partir de uma convicção. Continuar como estamos não pode ser. Isto é a certeza que nos une a todos, gregos e troianos, embora não aos que estão aí se beneficiando desse quadro, dessa tragédia. Estão ganhando dinheiro, estão ganhando influência, estão acumulando. Acumularam com a dívida e estão acumulando com essa tragédia que vivemos para resgatar alguma coisa da tal dívida. Ganharam na hora de assumir a dívida e estão ganhando também agora, na hora de resgatar a dívida, porque se incrustaram nas importações que fizemos à custa da dívida e agora estão incrustados nas exportações que estamos fazendo para resgatar, para pagar os juros da dívida.

Conheço alguns até, casualmente. Sou capaz até de identificar. Não é o caso de fazê-lo agora, mas só para ilustrar a minha tese. Eles, com isso, não têm consciência de que estejam praticando algum crime, eles estão dentro da legalidade. Eles ganharam dinheiro antes, e

muito dinheiro, e estão ganhando dinheiro agora, embora o País esteja vivendo esse quadro de perdas que aí está.

É natural que tudo seja muito complexo, muito difícil, e vai exigir de nós muita inteligência, muita criatividade. Quando digo vai exigir de nós, não estou assumindo aqui nenhuma atitude pretensiosa, de que vou competir, vou ganhar as eleições. Não, absolutamente. Que vou competir, isso vai ser o inevitável, nem que eu não estivesse muito disposto, pessoalmente. As eleições estão aí, o meu Partido tem todo o direito de me convocar, de dizer: afinal, você nos incentivou tanto para organizar o Partido. É agora! E não tenho o que dizer, senão me colocar ali para cumprir a convocação. Então, vou competir.

Agora, competindo, corro o risco de ganhar. (Risos.) Corro o risco de ganhar. E como Deus está lá em cima sabe o que eu tenho aqui dentro, embora os jornalistas não acreditem, eu tenho aqui dentro, eu não estou fascinado. A Presidência da República não é algo como um passeio que se dá: bom, amanhã eu vou para tal lugar, que bom! Não é de nenhuma forma algo que me fascine absolutamente, ao contrário, até quando se trata de alguma coisa que fascine, quando a gente vai dormir e não tem sono, até dorme embalado pela generosidade daquele desejo ou daquele plano. Não, até ao contrário, me faz dormir menos no sentido de que me preocupa muito. Eu tenho consciência sobre o que ocorria, o quanto exigiria em matéria de dedicação. Mas é justamente esse desapego que pode tornar bem provável essa hipótese de que eu acabe vencendo as eleições. Isso, sim.

Eu me lembro do tempo de jovem, das nossas namoradas, era assim, corria atrás delas, aí é que não conseguíamos nada. Agora quando assumímos uma posição discreta, consciente, chegando a pensar até em casamento, mas de longe, avaliando, tudo dava certo. E é isso que pode ocorrer conosco.

Agora eu também digo o seguinte: também se amanhã for eleito outro, não será nenhuma tragédia. Então eu, aos 67 anos, com essa vida pública longa, a trajetória, vou me sentir frustrado? Não! Só desejo que o povo brasileiro acerte. E amanhã eu não me escusaria de oferecer o melhor da minha colaboração. Não para fazer dá lá e toma cá, ocupar cargos, não, tendo uma atitude oposicionista, construtiva, colaborar para que quem for eleito tire o País dessa situação, porque o certo, rigorosamente certo, é que nós não podemos continuar com esse modelo econômico. Isto é como o modelo econômico da monarquia. A classe dirigente, naquela época, estavam aí os registros da imprensa, não admitia pagar salário para os escravos, dizia: a economia vai vir abaixo. A quem vamos vender açúcar, a quem vamos vender café, a quem vamos vender o nosso ouro que retiramos lá, de Morro Velho, ou das minas por aí? Não vamos vender nada, no dia em que tivermos de pagar salário para os escravos, pois já pagamos, já o sustentamos, como é que vamos gastar mais? A mesma coisa de hoje. Esse modelo econômico de hoje está terminado. Se durarmos

algum tempo todos nós vamos olhar para trás, nossos filhos certamente o farão e dirão: como é que podiam aguentar aquilo? Porque isso que está acontecendo conosco é uma suprema humilhação. No fundo, é quase uma repetição sofisticada daquele modelo daquela época.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Governador, V. Ex<sup>a</sup> continua candidato, não é? (Risos.)

Eu vou fazer um novo apelo no sentido de que nós democraticamente tenhamos a chance de todos argüirem e, sobretudo, assegurar o direito de o Governador, tão zeloso sendo com relação ao tempo, de poder responder, inclusive com detalhes, esse romance presidencial que ele acaba de contar de suas namoradas.

Senador Maurício Corrêa, aqui inclusive registra o fato de ter sido um elemento da maior importância para que nós pudéssemos ter hoje a presença do Governador Brizola.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Artur Lima Cavalcanti.

O SR. ARTUR LIMA CAVALCANTI — Sr. Governador Leonel Brizola, recentemente fizemos um pronunciamento na Câmara Federal, fazendo uma análise histórica da dívida externa brasileira desde o tempo do período do Império, inclusive as comissões já pagas naquela época ao Marquês de Barbacena. E propusemos, naquela ocasião, a formação de uma frente parlamentar latino-americana de análise política, ética e pericial da dívida externa, não só brasileira, como do conjunto dos países da América Latina. E V. Ex<sup>a</sup> me incumbiu de representá-lo e de representar o nosso Partido na reunião da Copal.

Recentemente, no mês passado, na Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina, encontramos um impressionante apoio generalizado. Inclusive, gostaria de anunciar hoje aqui o nome sugerido para a Frente: Frente Simón Bolívar. A reunião será em Brasília. Foi aprovado que fosse em Brasília e coloco isso diante da Comissão da Dívida Externa Brasileira, pedindo o apoio, a participação e a colaboração dos Srs. Senadores desta Casa. Será realizada em Brasília, em setembro ou outubro. Estavam presentes consultorias americanas ligadas ao Governo Bush e também aos grupos mais liberais dos Estados Unidos que nos parabenizaram pela maneira pragmática da colocação do problema.

Não colocamos nenhuma sugestão preconcebida ou sequer predeterminada à análise em si para uma postura ética em relação aos problemas, porque estavam ainda muito frescos na memória os episódios na Venezuela, os episódios de Caracas que podem se generalizar em toda a América Latina pelo consagrimento social a que estamos submetidos.

E todos foram unânimes em concordar que os grandes problemas de evasão de capitais em nossos países estão hoje relacionados, e não só somente com os pagamentos aélicos, leoninos, de juros extorsivos que ajudam a pagar o déficit interno dos Estados Unidos pela emissão de bônus, como também o sub-

faturamento de nossas exportações e o superfaturamento de nossas importações a nível latino-americano, o rebaixamento de nossos produtos primários etc.

Ora, essa dívida, no caso do Brasil e de outros países latino-americanos, foi assumida em períodos autoritários, portanto, com juros flutuantes ela pode ser questionada em tribunais americanos, europeus e, inclusive, japoneses.

Sr. Governador, em 10 anos nós tínhamos uma dívida de 50 bilhões de dólares, devemos hoje 115, apesar de termos pago 105 bilhões de dólares nesses 10 anos, entre juros e spread. A Copal, que quer se reunir em Brasília, pede o apoio do Parlamento brasileiro, embora cerca de 200 parlamentares tenham assinado um manifesto — parlamentares brasileiros — houve uma ampla cobertura pelos jornais latino-americanos sobre esse acontecimento, desse encontro da Copal e dessa proposta, e infelizmente nenhuma repercussão na imprensa brasileira, como V. Ex<sup>a</sup> citou há pouco.

O Presidente Rodrigo Borja Caballos, do Equador convocou-nos para uma reunião e pediu, inclusive, que o Brasil liderasse a coordenação política desse encontro. Por isso foi aprovada aqui em Brasília essa reunião, porque é um país rico, com maiores potencialidades de toda a América Latina.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, na questão que V. Ex<sup>a</sup> divide entre os juros e o principal, que tivemos um mercado antes de 1960 e até 1970, 3,75% de juros anuais, tivemos uma média de 6% de juros até 1974 e essa média ultrapassou, chegou a 22%, em torno de 22%, quase 1/4 da dívida de todos os países latino-americanos e que no Brasil de 1974 a 1988 representou, só de extrajuros, 73 bilhões de dólares. Gostaria de argüir com esses argumentos que colocamos, que colocamos representando o Partido Democrático Trabalhista na reunião da Copal: como V. Ex<sup>a</sup> encara essa reunião que deve ser realizada este ano ainda aqui em Brasília?

O SR. LEONEL BRIZOLA — Obrigado, Deputado. Esses dados e aspectos focalizados pelo Deputado Artur Lima Cavalcanti nos enfatizam mais uma vez aquilo que já é a convicção de todos nós, mas agora com dados concretos. O absurdo que representa esse processo de endividamento, é incrível como é que foram colocar sobre nós essas cláusulas. Tenho a impressão que nos colocaram sob o nariz uma argola, como fazem com os touros nas exposições, e nos levam para o lado que querem. Que este processo de endividamento tem até o objetivo maior de nos submeter, de nos tornar acesíveis para muitas outras coisas até de nos cobrar a dívida, de nos amansar, de nos domesticar, porque nós sabemos, quantos de nós já viveu a situação de dever sem poder pagar. Eu mesmo senti e vivi este tipo de situação constrangedora; dever a um banco e ter que reiteradamente pedir renovação daqueles papagaios, muitas vezes até para pagar o juro. Que constrangimento! Imagine isso elevado a nível nacional e o que tem repre-

sentado para o nosso País? Quantas concessões fez este País, Deputado, em consequência desta dívida? E agora mesmo está aí o ingresso nos bancos internacionais! E este processo de internacionalização do sistema financeiro é uma consequência, esta é uma consequência, isso foi obtido, foi concedido em função desses últimos entendimentos, em relação à dívida. E eles que se processaram, foram assinados esses contratos horas antes da promulgação da Constituição.

De modo que esta iniciativa não só tem todo o apoio do nosso Partido, da nossa representação, como eu creio que irá encontrar um ambiente muito favorável por parte das outras bancadas e do conjunto do Congresso Nacional. Eu acho que será uma excelente oportunidade, porque será um encontro de congressistas e praticamente pessoas que irão poder financiar as suas passagens, as suas estadas. Praticamente, muito poucos talvez aí utilizando os meios mobilizáveis para isso, para divulgar, para trazer para a televisão, para trazer para o rádio, para publicar as conclusões e discussões, que se realizarem como consequência do encontro. E eu creio que será um grande acontecimento que irá nos servir muitíssimo e será um passo importante para que esta articulação realmente funcione como uma verdadeira transmissão à opinião pública desses esclarecimentos.

Eu quero felicitar o Deputado pela sua dedicação a este problema e, como vimos, ele está preparado para dar um vestibular de primeira ordem, porque ele já sabe de cabeça este número. Parabéns, Deputado, e o nosso Partido se sente muito orgulhoso com a sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Governador Leonel Brizola, a visão que V. Ex<sup>a</sup> deu ao problema da dívida externa é muito interessante porque situou dentro de um contexto maior, é a febre de uma doença que tem que ser diagnosticada em maior profundidade. É também uma visão de que isso não é um problema insolúvel, de que o País é viável. Isso é muito importante, neste momento, porque vindo de um candidato que é o pole position das preferências populares, isso terá naturalmente muitos reflexos e este problema não o aflige demasiadamente, não o aflige de maneira a achar que é um problema insolúvel. Mas uma coisa me preocupa, Sr. Governador. Quando andávamos juntos e discutímos o problema da encampação de duas multinacionais, eu fiquei curioso de saber como é que um governador de um pequeno Estado na América Latina tinha tido a coragem de encampar duas multinacionais e qual fora o processo? E o Governador me esclareceu, com muita clareza, que foi um longo processo. Poderia, evidentemente, colocar a Brigada lá e tomar conta daquelas multinacionais que exploraram o povo gaúcho, mas preferiu a via judicial, depois de longos estudos, depois de longas negociações,

depois de superar até a arrogância das multinacionais que, sequer se dignavam a discutir com o Governo gaúcho as verdadeiras razões que levaram o Governo a querer reexaminar o problema. E vejo agora que V. Ex<sup>a</sup> também lineou um caminho aí a ser percorrido, esclareceu à opinião pública nacional e internacional, aos homens de boa vontade que se trata, na verdade, pelos dados que nós temos, dados concretos, não de uma dívida externa, mas de uma dívida eterna, porque quanto mais pagamos mais devemos.

Então, apesar de todo esse enfoque, absolutamente moderado, volta e meia, V. Ex<sup>a</sup> está se deparando com o processo de a eventualidade examinar com mais energia o problema.

Ora, a minha pergunta é a seguinte: o barqueiro internacional que conduziu as negociações da dívida externa com o Brasil se chama Anthony Gebauer, e está hoje na cadeia. Na cadeia, porque as comissões que ele recebera dos famosos intermediários brasileiros — que ele devia aplicar em benefício desses intermediários — ele aplicou em seu próprio benefício. Até aí nada de mais, porque ladrão que rouba ladrão não tem muita importância.

Mas, esse homem, de 82 para cá, Governador, conduziu essas negociações da dívida externa. Então a minha pergunta é a seguinte: vai chegar o momento em que, além dessa auditoria, além desta aliança dos devedores internacionais, que agora está sendo esboçada a nível internacional, que é uma aliança absolutamente necessária, eu acho que vai chegar o momento, Governador, aquele momento da hora da verdade, em que o Sr. se deparou no Rio Grande do Sul, em que foi impossível de serem completadas as negociações para uma solução normal, racional, da questão das multinacionais que molestavam a economia gaúcha.

Eu acho que esse momento é chegado, não só por esse fatos todos que estão aí sobre a mesa, incontestáveis, mas vai chegar o momento em que — nós todos sabemos que V. Ex<sup>a</sup> não é um homem que sangra fácil — mas vai chegar o momento em que V. Ex<sup>a</sup> vai ter que dizer um basta a esse sistema. Todo mundo hoje faz uma análise da dívida externa. Os maiores economistas brasileiros analisam, e já chegaram à conclusão que é, realmente, uma coisa absurda, uma exploração, muito embora essa disposição de percorrer todos esses caminhos. Eu tenho impressão, Governador, gostaria de ouvir de V. Ex<sup>a</sup>, se chegar o momento da tomada da medida resoluta, qual será o procedimento de V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. LEONEL BRIZOLA — Na verdade, Deputado Lysâneas Maciel, todos nós esperamos que um governo firme, um governo legítimo, prestigiado, acatado, que atue com certo nível de eficácia, que esse governo vá superando as incompreensões que venham a surgir aqui, acolá, e que o clima geral venha a ser de compreensão e de receptividade, porque não vai ser só um problema nosso. É verdade que procurarão atrair um e outro país para negociações em separado, como é o ca-

so, neste momento, por exemplo, do México. O México está muito ali dentro da opinião pública americana. De certa forma exerce uma pressão interna. Nós estamos, também, procurando nos informar a respeito de que realmente ocorre lá.

Penso que seria conveniente que o Congresso também realizasse levantamentos da situação do México, para ver o que eles estão tentando fazer. Porque é claro que a nossa preocupação final — penso que é essa a preocupação final da Comissão — é encontrar caminhos, construir alternativas. Mas, nós estamos diante de uma espécie de safra nova de governantes legítimos na América Latina; vamos ter eleições no Brasil, na Argentina, já na próxima semana, eleições no Uruguai, no Chile, na Bolívia, no Peru, no Panamá, nesse próximo domingo. Enfim, na Venezuela, no próprio México, Jamaica, há toda uma safra nova de governantes. Todos eles vêm com essas preocupações de encontrar uma saída, sabendo que não pode continuar como está. E o que cumpre fazer é questionar o modelo, porque querer uma solução específica apenas da dívida, estaremos agindo incoerentemente, estaremos até contribuindo para aprofundar o modelo que está nos escravizando, que está nos colonizando: aprofundar este modelo, porque numa dessa alivia o problema da dívida, abre margem para esta casta dominante e que decide na vida do nosso País, a fazer novos planos é claro, coerente com o modelo.

Então, estaremos consolidando este sacrifício, quer dizer, dividindo em partes pequenas para se tornar mais suportável, assumindo igual e abrindo margem para eles nos enterrarem mais ainda. Quer dizer, o problema é questionar o modelo. Então, na hora em que surjam as iniciativas em busca de soluções para o atual endividamento, simultaneamente a bandeira relacionada com certas decisões internas que precisamos tomar em matéria de reformas aqui, não vamos ganhar a opinião pública internacional com isso. Essa opinião pública saudável, sã, pura que está existindo cada vez mais forte no mundo inteiro. Claro, que na hora em que vamos mostrar a estrutura agrária do Brasil e vamos dizer que aqui existem 10 ou 15 milhões de famílias que, num país deste tamanho não tem um terreninho para viver, quanto mais um pedaço de terra para trabalhar, vai se escandalizar a opinião pública. Claro que não é a mesma coisa que Israel, Japão, outro país que não tem território, mas, casualmente nós, brasileiros, somos um povo que se uma vocação nós podemos dizer que temos, um direito humano que nós podemos dizer que temos, por herança de Deus, é a terra; se há um povo que pode colocar na sua Constituição que se constitui num direito humano de todos ter um pedaço de terra para trabalhar ou para viver, somos nós. Porque Deus nos deu esse território infinito que é o Brasil.

Claro que não é o mesmo em relação a outros povos, mas em relação a nós, não há dúvida que é. Pois bem, Srs. nós queremos explicar aos Srs. o seguinte: Os Srs. sabem

que estamos vendendo sapatos, os Srs. gostam dos nossos sapatos, têm sapatos bons, e quanto a essa indústria de sapatos me sinto muito orgulhoso, porque nasceu nas minhas mãos. Eu, Leonel Brizola, tornei até a iniciativa de criar um pequeno banco para poder substituir aquele equipamento velho por novo, transformar aqueles grupos artesanais em pequenas fábricas.

Bem, este pessoal está muito bem hoje, está vendendo um bilhão de dólares em sapatos. Maravilha! Agora, sabe o que acontece? Este pessoal ganhou dinheiro, está ganhando dinheiro, meus amigos, não estou aqui falando deles, organizaram um escritório técnico especializado com agrônomos, com especialistas de solo, analistas de solo, topógrafos, agromensores, para comprar terra no Mato Grosso e Rondônia. E só contar isso lá fora e dizer: "não compro mais essa parte de vocês".

Tem que deixar isso claro, porque é indevido; eles têm que tratar de ampliar suas fábricas para exportar mais, para dar mais trabalho, fabricar sapatos de melhor qualidade e mais barato, para competir nos mercados internacionais e para servir ao povo brasileiro e, com isso, ganharem mais dinheiro. Deixem a terra para os filhos dos nossos agricultores, pobrezinhos que não sabem para onde ir.

Quantos milhões de adolescentes, filhos legítimos dos nossos agricultores, que qualquer dia vão casar, casais jovens, cuja vocação é a terra, para onde vão? Recusam-se a trabalhar de peões, porque não é a natureza deles.

Então, num país como este, eles não têm direito ao acesso a uma pequena, uma média propriedade, como tiveram os pais deles, os avós deles? Têm, e para isso, não precisamos traumatizar, nem tensionar. Temos é que fazer transformações no campo, colonizar e abrir oportunidades, chegar lá fora e dizer isto. Nós deixaremos a opinião pública internacional, a opinião pública de qualquer país desses extremamente feliz, irá nos aplaudir.

Nós queremos nos ver livres da dívida externa, para isto, não tenho a menor dúvida de que ficarão ao nosso lado, ao invés de pagar juros dessa forma, essa injustiça sobre nós, queremos colonizar, queremos abrir oportunidades para milhares e milhares de jovens agricultores que estão lá, sem saber para onde vão. Não tenho a menor dúvida de que a opinião pública internacional ficará do nosso lado.

Agora, temos que denunciar esses absurdos. Há bancos que são donos de terra, grupos econômicos, grandes industriais, ao invés de cuidar das suas indústrias. Num País como esse não há nem objeção de que a indústria tenha um pé no campo, mas pare de avançar e avançar, e comprar e comprar e comprar e até agravando o problema, jogando essas populações fora das cidades. Vão cuidar das suas indústrias, vão ter o apoio do Governo, o aplauso da opinião pública nacional e internacional e deixe a terra para os agricultores.

Reformas desse tipo, temos que assinar, temos que nos comprometer, porque, do contrário, não estaremos fazendo um país desen-

volido, estaremos fazendo um país comprometido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Deputado Doutel de Andrade.

O SR. DOUTEL DE ANDRADE — Sr. Governador, à luz da advertência do Sr. Presidente, esta minha intervenção será curta e desidratada.

De plano, quero felicitá-lo pela brilhante exposição que está a fazer. Ela se enquadra, sem nenhum favor, no nível das melhores tradições do Senado da República como *forum* de debate e de encontro de soluções para os graves problemas nacionais.

Dentre as questões e as alternativas apontadas por V. Ex<sup>a</sup> para um tratamento correto desse gravíssimo problema do endividamento externo, uma, me chamou, de maneira particular, a atenção e acredito tenha, por igual, sensibilizado o Plenário, que esta tarde tem o privilégio de ouvi-lo. Refiro-me à necessidade da conquista, não só da opinião pública nacional, esta já está mobilizada, senão, também, e principalmente da opinião pública internacional.

E aqui pergunto: caso V. Ex<sup>a</sup> seja eleito Presidente da República, como quer Deus, ainda que não acreide nos srs. jornalistas, com que armas, contará V. Ex<sup>a</sup> para a mobilização da opinião pública internacional, sabido que é necessário conciliarmos, aqui, como bem frisou o Senador José Agripino, a necessidade dos investimentos externos e a necessidade de aumentarmos também o nível de absorção de dólar, em função das nossas exportações?

Não acha, V. Ex<sup>a</sup>, que nessa empreitada, o Ministério das Relações Exteriores, que tem chancelaria e embaixadas em todo o mundo, poderia jogar um papel de extrema importância?

Era essa a pergunta que tinha a fazer e formulei-a, pedindo escusas ao Sr. Presidente, caso ela tenha sido feita com algumas fugidas e inéquias verbais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Obrigado. Não perdeu substância, apesar de sintética. Mantive o brilho.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Agradeço as referências do nosso Deputado, querido companheiro, Doutel de Andrade. Sinto-me muito honrado com a sua pergunta.

Não me sentiria à vontade se assumisse nesse momento a pretensão de delinear todo um programa de atividades a este respeito. Creio que estaremos diante de uma situação nova. Penso que nosso País, em nenhum momento da sua história, desenvolveu esse tipo de atividade, mesmo porque o surgimento da opinião pública internacional, como um ente quase autônomo, é muito recente. Penso que devíamos mobilizar o que possuímos de melhor para elaborar todo um conjunto de teses que trataríamos de sustentar em todos os campos de atividades nesses conjuntos de países que deveriam nos interessar seja no campo sindical, por exemplo, que é um cam-

po muito aberto, a um esforço dessa natureza, junto aos meios acadêmicos, universitários e junto aos meios de comunicação. Vamos trabalhar também através dos canais oficiais, que podem realizar grandes tarefas, mas essencialmente, creio que devemos comparecer perante à opinião pública internacional com mais naturalidade, procurando expressar mais o que somos do que o formalismo das representações diplomáticas, das delegações que se formam. Quando pudermos colocar essas questões, com naturalidade, lá fora, melhor, e todo o corpo diplomático que tenhamos num país como os Estados Unidos, creio que alguns jornalistas que tenham acesso aos meios de comunicação, ou parlamentares, ou empresários, líderes sindicais, intelectuais, que tenham acesso aos maiores de comunicação, colocando numa equidistância como coisa da comunidade, mostrando a incidência de tudo isso sobre nós, não tenho a menor dúvida de que estamos ganhando e, claro, que no plano técnico precisamos ter uma sustentação, um certo respaldo da opinião pública internacional, na hora em que demonstramos, por exemplo, junto à população norte-americana, que haveremos de encontrar meios de difundir essas questões por lá. Demonstrar, por exemplo, que a política de investimentos que tem sido feita nesses últimos decênios nos conduziu a essa situação de que os capitalistas latino-americanos têm mais dinheiro depositado nos Estados Unidos do que todos os investimentos que os Estados Unidos têm na América Latina. Podem crer que seria chocante para o cidadão comum norte-americano. "Mas como! Há mais dinheiro dos capitalistas latino-americanos depositado, dinheiro morto, ganhando juros nos Estados Unidos, comprando letres do Tesouro, do que todo o conjunto dos investimentos que os empresários norte-americanos fizeram na América Latina!" Podem crer que seria chocante para eles.

E no que deu isso? Como pode ocorrer uma coisa dessas? Então a vítima é aquela população, que está dando rendimento àquele capital que está lá, e nós estamos aqui ganhando dinheiro com o capital que deveria estar sendo aplicado em benefício deles e que foi retirado de lá. E, sobretudo, mostra que essa casta teve a chance de ganhar todo esse dinheiro, acumular todo esse capital. Quando foi demonstrado, por exemplo, que a Aliança para o Progresso, algumas vozes chegaram lá e afirmaram que tal Aliança não estava chegando às populações latino-americanas, ficava pelo caminho. Criou-se nos Estados Unidos uma grande reação contra que está servindo para manter toda uma casta de servidores por toda parte, uma verdadeira máquina que fica com todo esse dinheiro. No fundo, lá mesmo na população, praticamente não chega nada. Está comprovado e é claro que isso opera uma reação na população, com reflexos no Congresso. Creio que, jogando com essas categorias, dentro de uma posição austera, séria, governo nenhum pode reclamar perante a opi-

nião pública internacional, quando ele não é um verdadeiro exemplo em matéria de austeridade. Na hora em que o Governo admite, permanece omisso que seja — não digo que já faça, mas que permaneça omisso — diante de todo um conjunto de práticas perdulárias aqui, claro que evidentemente não vai consignada a opinião internacional, porque qualquer um interessado chega e desmoraliza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Sr. Governador, antes de passar a palavra ao Relator, tenho três curiosidades para, como membro da Comissão, tentar vê-las elucidadas por V. Ex<sup>a</sup>.

A primeira questão diz respeito ao art. 49 da nova Constituição. V. Ex<sup>a</sup> aflorou o tema — e vou ficar restrito rigorosamente aos cinco minutos — que estabelece ser da competência exclusiva do Congresso Nacional:

1 — resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

O acordo atual, com validade por vinte anos portanto, até o final do século e até o início do novo milênio, foi celebrado no dia 22 de setembro, depois que a Constituição nacional fora aprovada e, portanto, manifestada a vontade política da Nação em votações que se concluíram no dia 6 de setembro, dezesseis dias após, mas 16/13 dias antes da promulgação, ou seja, o dia 5 de outubro.

A primeira questão colocada é a seguinte: qual a postura de V. Ex<sup>a</sup>, se eleito Presidente da República, com relação a essa temática? Argüiria a não validade desses acordos que passam a reger a vida financeira externa e, de certa maneira, interna do País, dos quais V. Ex<sup>a</sup> referia que foram celebrados em corridas noturnas, inclusive para que pudessem ser concluídos, particularmente à luz do dispositivo constitucional? Seriam eles, inclusive, inconstitucionais? V. Ex<sup>a</sup> dizia que não se resolverá a questão da dívida externa tomando-se chá, e até continuando nos problemas gastronômicos; V. Ex<sup>a</sup> dizia que poderemos estar, a qualquer momento, derramando leite e que por isso haveria a necessidade de medidas rigorosas. Que medidas rigorosas seriam essas? No plano jurídico? A inconstitucionalidade? A moratória? A mobilização da opinião pública internacional? O que mais e o que menos? V. Ex<sup>a</sup> citou o Brasil sempre como devedor, mas há também uma situação pouco peculiar que não podemos esquecer: o Brasil também é credor internacional de cerca de dez bilhões de dólares, sobretudo de países do Terceiro Mundo, latino-americanos, africanos e uma pequena parcela com relação à Polônia. Queríamos para nós e aplicaríamo-nos para os demais a mesma estratégia, posto que, hoje, estamos aplicando aos demais como credores aquilo que nos aplica como devedores?

Terceira questão: qual o tratamento que V. Ex<sup>a</sup> dispensaria à parcela da dívida, que hoje chega a 11 bilhões e 300 milhões de dólares

e que faz parte do montante da dívida externa e que, de certa maneira, foi contraída por intermédio e tem como titulares jurídicos instituições financeiras brasileiras, a começar pelo Banco do Brasil e outras agências financeiras — Banespa e bancos privados — se não é o montante majoritário ou o montante valioso em termos de significação financeira?

Finalmente, Sr. Governador, os dados que esta Comissão recolheu até o dia 30 de abril — e falo em números do Banco Central — mostram que a dívida externa estaria na casa 114 bilhões e 600 milhões de dólares. Se eu estiver enganado, o nosso ilustre Relator poderá me corrigir, acrescentar, o que seguramente não terá diminuído a dívida neste dia. Desse montante, 80 bilhões, em número redondos, seriam de dívida estritamente pública e 34 bilhões de dívida privada. O contrário, perdão, a inversão do processo. Houve um erro de datilografia.

Mas, ao lado disso, Sr. Governador, há uma dívida interna que estaria composta da seguinte maneira: 40 bilhões de dívida no mercado, 40 bilhões de dívida aos fornecedores, 25 bilhões da poupança, referente ao Banco Central, 30 bilhões — falo sempre em dólares — antecipação de receita, 5 bilhões, BNDES 10 bilhões em empréstimos às estatais. Não vou repetir; V. Ex<sup>a</sup> não precisará tomar nota, porque, seguramente, conhece esses números. O total desse montante da dívida interna seria, em números redondos, 150 bilhões de dólares. Portanto, somadas ambas as dívidas, teríamos 264 bilhões de dólares da qual 60% seria dívida interna. Que, se totalizado esse valor de 264 bilhões de dólares, fizéssemos uma referência de cálculo de 10% de juros anuais, nós estariam pagando 26 bilhões de dólares ao ano, 2,2 bilhões de dólares por mês, 73 milhões de dólares por dia, 3 milhões de dólares por hora, portanto, no decurso dessa palestra, V. Ex<sup>a</sup> e eu teríamos pago 9 milhões de dólares e nesse tempo de 3 minutos de minha pergunta, se por minuto pagarmos 50 mil dólares foram 150 mil dólares.

A pergunta que lhe faço, à luz desses números, que de tão grandes, se perde a dimensão, e até mesmo, fica-se com dificuldades em virtude da crueldade que trazem consigo, é: qual, no juízo do enfoque de V. Ex<sup>a</sup> e qual, na proposta de V. Ex<sup>a</sup> nas diretrizes governamentais futuras, uma vez chegando à Presidência da República, de lidar com essas duas dívidas. E de qual forma V. Ex<sup>a</sup> encara que entre elas há inter-relação e de que forma V. Ex<sup>a</sup> pode equacioná-las isolada e autonomamente?

Por 3 minutos e meio, a palavra é com V. Ex<sup>a</sup>

O SR. LEONEL BRIZOLA — Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, eu vou seguir um pouco a ordem das questões formuladas pelo ilustre Presidente e gostaria de dizer o seguinte: que esta decisão do atual Governo de fechar esses compromissos todos quando a concessão já estava, realmente, aprovada, estava dependendo apenas da preparação da solenidade para ser pro-

mulgada formalmente é algo que um Governo, amanhã eleito pela população, o Governo terá que levantar. Aliás, eu posso dizer aos Srs. que causou espécie ao povo brasileiro que o Congresso tenha aceitado, tenha se submetido a essa situação, porque, afinal, tudo se fez, houve protestos, aqui, por parte de muitos parlamentares, partidos, mas a maioria do Congresso, de certa forma, anuiu. Isto foi uma situação muito notada, sentida pelo povo brasileiro. Agora, é possível que esse assunto, com o novo Governo, com o atual e com o novo Congresso venha a ser levantado. Parece-me que, nos Estados Unidos, por exemplo, seria impossível ocorrer isso, através de uma simples lei ordinária. Eu já não me refiro à Constituição, mas a uma norma, a uma emenda constitucional. Imaginem se o Congresso tem aprovada uma emenda constitucional, já está aprovada, quer dizer, já existe. Nada pode impedir. Se o Dr. Ulysses, de lá, marcasse para menos ou para mais, um dia a mais, ou um dia a menos não iria impedir que se tornasse, que entrasse em vigência, que se concretizasse aquilo que já estava decidido. De forma nenhuma poderia o Presidente estar assinando contratos, ainda mais com o exterior, porque em política externa ainda são mais rigorosos com relação a essa matéria. E aqui ocorreu essa situação insólita. Quando me referi aos corretores, posso dizer, contando o que não é mentira, porque algumas pessoas viram com os seus próprios olhos. Aliás, o funcionariado desses bancos são pessoas de classe média, gente da cidadania, gente da comunidade, que está lá datilografando, redigindo, revisando, arquivando os documentos, tomando conhecimento, por conseguinte, das bases das resoluções, porque são eles próprios que codificam, que põem dentro dos computadores. Eles dizem que há um ambiente de repulsa à classe dirigente brasileira por concordar com tudo aquilo. Não entendem como um País como o Brasil se submete. Eles, naturalmente, são discretos, mas lá entre eles conversam sobre isso e têm um conceito de nós muito baixo. Quando eu digo de nós, é por esse julgamento que fazem através dos representantes que estão lá negociando. Não entendem como nós somos levados a aceitar aquelas situações.

Então, dessa vez, quando o País estava naquele corre-corre para assinar os contratos, sabendo que estava, com isso, anulando o que a Constituição estabelecia, castrando, o Congresso brasileiro, por esse prazo, porque essa não é uma decisão unilateral nossa que podemos aqui renovar. Não, é um compromisso que assinou, o Governo brasileiro, que é bilateral. Nós não temos autoridade alguma sobre ele. Podemos questionar a nulidade. Perante quem? Para todos os efeitos, estava lá o Governo negociando e assinando para um Congresso aberto. Qual é o tribunal que vai entrar nesses pequenos detalhes?

Por isso é que eu digo, quando falei em responsabilidade, eu, francamente, na minha consciência, penso que todos aqueles que praticam esse tipo de decisão em nome do

País, procurando desconhecer o que convém ao povo brasileiro, através do que é evidente, principalmente numa situação como esta com a Constituinte funcionando e a Constituição aprovada, eu preconizo um chamamento à responsabilidade de uma forma ou de outra, que seja ao menos para a opinião pública, para o povo dizer "estes nunca mais". Que seja para isso. Senão, estão eles doutrinando, decidindo, amanhã estarão embargando os passos de um governo que quer trabalhar coerentemente pelo País. Que seja ao menos para que o povo brasileiro diga "estes passaram".

Penso que tudo isso é muito grave, Sr. Presidente. Penso que o novo governo brasileiro, se não contar com uma atitude de abertura, de compreensão dessas partes, eles estarão a cavalo, em matéria de direitos, para nos exigir o que o Governo Sarney lá se comprometeu em nome do nosso País. Quanto a posição nossa em relação aos créditos que concedemos, também deve ser motivo de auditoria, porque pode ter encoberto muitos interesses escusos e situações lesivas para o nosso País, que, no fundo, não foram outra coisa se não simples transferência do patrimônio público para os interesses particulares, através dessas operações de financiamento. Tudo aquilo que estiver regular, acho que devemos criar o mesmo mecanismo de facilidades para estes países. Aquelas que preconizamos para nós, devemos ser os primeiros a os conceder aos demais.

Quanto à questão do endividamento, da natureza, de uma análise do nosso endividamento, porque ele não é uniforme, dentro desse conjunto de dívidas, estão aquelas que assumimos para pagar juros, juros que consideramos indevidos, que talvez tenham uma categoria, é o endividamento privado, o endividamento público, enfim, creio que tudo isto deve ser motivo de uma análise. Devemos cair sobre a natureza, a substância do endividamento, para vermos também a forma de verificar encaminhamento para essas soluções, porque vai chegar o momento em que, ou nós consolidamos esse conjunto, como creio que deve o novo governo trabalhar nesse sentido, buscar uma idéia de consolidação geral, como o fez o Presidente Getúlio Vargas. Fizeram uma grande Consolidação, a longo prazo, juros admissíveis, e o País não teve mais dificuldade alguma. Tirou o assunto da sua preocupação.

Creio que, em regra, é o que deve ser feito.

Se amanhã, o endividamento particular deva ter outro encaminhamento, porque se trata de um endividamento particular, mas, em regra, está todo ele coberto por aval do Governo brasileiro, do Poder Público. Então, no fundo, é um compromisso do qual faz parte também o Poder Público do próprio País.

Creio que, afi, ingressa-se em terreno, Sr. Presidente, que, de certa forma, integra uma segunda etapa especializada, mais profunda, que, sem qualquer dúvida, irá ter encaminhamento e solução, porque a chave está nesses aspectos gerais.

Onde encontrarmos solução para essas questões gerais do endividamento, não tenho a menor dúvida de que, aqui, não é que se irá levantar o grosso das dificuldades.

Quanto à endividamento interno, creio que há, naturalmente, uma correlação; o endividamento interno faz parte do mesmo contexto, pois não podemos ver a dívida externa isoladamente; ela faz parte, é consequência do modelo. A dívida externa, Sr. Presidente, é como a inflação; são subprodutos do modelo. O modelo econômico é que gera a dívida externa, a dívida interna, nesses limites; quero dizer; a dívida externa, nesses limites, nessas condições!

O Brasil vem funcionando, nestes últimos decênios, como uma empresa que está trabalhando com prejuízo, está perdendo; muito desregulada, os diretores e proprietários da mesma brigando divergindo, e boa parte das famílias que controlam a empresa estão também em sucessão, estão discutindo a herança, enfim, uma empresa cujos quadros dirigentes não conseguem sair daquela situação, cujo curso essa camada tornou; e a empresa perdendo, e as coisas se complicando cada vez mais. Então, esta empresa acabou tornando empréstimos dos próprios funcionários, porque deixou de pagar, deixou de prestar serviços a eles, deixou de pagar, tornando empréstimos, empréstimos a clientes, para os quais vendia, para os quais prestava serviços, empréstimos bancários, externos; foi-se endividando, foi tendo de diminuir os salários dos seus funcionários... Os seus negócios crescem, mas, quanto mais negócio, mais prejuízo.

Essa é mais ou menos a situação do País. A questão está no modelo. Nós somos uma economia em perda. Há esta causa fundamental dos nossos males, e da consolidação também da casta dirigente, porque num País como a Austrália não tem essa casta dirigente a que têm aqui, dirigente e proprietária de tudo que enfeixa o poder de decisão e guarda uma distância muito grande da população. Na Austrália, não, um executivo ganha lá seis ou oito vezes o salário mínimo. Ganha pouco? Não, ganha muito. É que oito vezes o salário mínimo são 6.400 dólares por mês, porque o salário mínimo é 800 dólares: são 200 dólares por semana e, lá, pagam por semana. Quer dizer que são mais de 800, pois estão sempre antecipando o salário.

Então, acontece que tem uma classe de dirigentes melhor, porque vem de uma competição que surge lá de baixo. Aliada ao seu povo, defende a economia, sempre está construindo mecanismos para defender o formigueiro geral. Enquanto que aqui, às vezes penso se não teria a inversão direta do capital estrangeiro que consolidou, desenvolveu uma casta dirigente privilegiada em nosso País; além das oligarquias coloniais, criou mais esta, mais moderna, instrumentada, que é titular desse tipo de economia. Porque um País, por exemplo, como a Coreia, assumiu um desenvolvimento mais ou menos parecido com o desenvolvimento que o Presidente Getúlio Vargas preconizava no seu primeiro governo. Já

no segundo governo, o Presidente Vargas não teve condições de alterar o rumo das colas neste País. Algumas iniciativas à base de acordos, como foi o caso da Petrobrás, mas, a rigor, ele se debaterou, inclusive com aquela falta de informações que possuía para ver se modificava o rumo das coisas, e não conseguiu.

Na Coréia houve um desenvolvimento mais ou menos naquelas bases em que preconizava o Presidente Vargas. Praticamente o capital estrangeiro está controlado, é minoritário no País e eu creio que isto está na chave da nossa situação: questionar o modelo econômico. E, agora, estamos em condições de fazê-lo, porque ele está em crise, está demonstrando que não dá certo, pois está gerando a pobreza, está marginalizando grandes contingentes do povo brasileiro, está levando o País a uma situação incompatível, pressupõe a miséria, pressupõe a pobreza, esta destruição que está aí, e aí vem a criminalidade e a violência, uma espécie de guerra civil inconvencional, como estão assistindo.

No Rio de Janeiro, a média é de 18 por dia, desses 18, 2/3 são mortos com 20 ou 30 perfurações de balas de guerra. E dizem lá: "São os traficantes etc". Pode ser que alguma coisa seja, mas na essência, na verdade, o que está atuando são os grupos de extermínio. Isso vai aumentar. Como vai ser o Brasil daqui a 5 anos? Como vai ser o Brasil nessa marcha, daqui a 10 anos? Basta olhar a Argentina e nós já vemos ver como será o Brasil daqui a meses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

— Sr. Presidente, meu amigo e Governador Leonel Brizola, companheiros aqui presentes:

Eu escutei com fascinação e, agora, no fim, com aflição, por causa dos horários, as palavras do Dr. Leonel Brizola. Quase fui tentado no início — mas ainda bem que fui contido por meus amigos Deputados, como o nobre Deputado Vivaldo Barbosa — a cair na armadilha de discutir com V. Ex<sup>a</sup>, ponto por ponto. Quando V. Ex<sup>a</sup> começou a discorrer sobre o Governo Vargas — e sabe V. Ex<sup>a</sup> que até por razões de laços familiares, o quanto eu tenho de ligações políticas e afetivas com o Governo Vargas —, quando V. Ex<sup>a</sup> percorria a história de modo um pouco caprichoso, eu quase que cedi ao meu impulso, pois é difícil não ceder aos próprios impulsos — e os meus são acadêmicos — de corrigir, aqui e ali, um ou outro arranhão que a história sofria. Depois percebi que seria um grande engano de minha parte. V. Ex<sup>a</sup> vem da melhor tradição — se me permite e V. Ex<sup>a</sup> gosta também das raízes — tupinambá. V. Ex<sup>a</sup> talvez tenha lido estudos feitos por um companheiro nosso, o Deputado Florestan Fernandes, que se refere, aqui na cultura tupinambá, à tradição oral predominava, que toda a noite havia os contadores de casos e que a liderança Tupinambá era formada precisamente por aqueles que eram mais capazes

de fascinar o auditório — o auditório ao ar livre e não como aqui; portanto, com menos calor.

O SR. LEONEL BRIZOLA — É a tradição gaúcha também.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Gaúcha, claro, com charruas, e tudo o mais, não há dúvida.

Há mais do que essa tradição no sangue de V. Ex<sup>e</sup> — no sangue aqui do Brasil ou do Paraguai, não sei.

Os índios Guaranis — já que estamos falando em indígenas — tinham uma outra tradição, que era a de quando as coisas ficavam muito ruins, o chefe dos Tupis-Guaranis, sempre com essa tradição oral e com uma grande capacidade discursiva, fazia o discurso referindo-se sempre a mitos. E acabavam por levar o povo, quando a situação ecológica se deteriorava, sem ter conhecimento racional do porquê, levava o povo para a terra sem males e deslocava o povo. É por isso que há Guaranis nas costas do Brasil. Em São Paulo, existem Guaranis que foram chegando ao mar e, aí, não dava mais; não havia salvador que os fizessem atravessar o mar. Faziam um discurso que era mitológico. E o mito tem uma parte importantíssima na vida e na política. Então, não vou aqui destruir mitos. Por que haveria de fazer esse trabalho inglório de tentar, ponto a ponto, e dizer: "Não. Não é bem assim, é diretamente, aqui errou; acolá. Não é isso que conta. O que conta é o mito e V. Ex<sup>e</sup> nos encantou."

Esse mito resgatou o quê? Uma postura que acho que é correta. Qual é a postura correta? Já foi ressaltada por todos: é que há um aspecto dessa dívida que é moral. Esse aspecto foi o que V. Ex<sup>e</sup> reclamou aqui e disse que, quando se está diante de um fato moral, é preciso pregar. E pregar para quem? Para aqueles que são os bons samaritanos que nos possam ouvir sejam os de cá, ou de fora. Disse V. Ex<sup>e</sup> muito bem que temos amigos lá fora, que não são só meus, são também de V. Ex<sup>e</sup>, e muitos outros temos que, são sensíveis à pregação da boa nova.

Infelizmente, o país-chave de todo esse processo, que são os Estados Unidos, a tradição cultural não é católica, mas protestante. O nosso discurso é católico, o seu, o meu, não importa o que sejamos pessoalmente, se V. Ex<sup>e</sup> é protestante, só eu seja católico, ou protestante e V. Ex<sup>e</sup>, católico, ou nenhum dos dois nada disso. O fato é que a nossa cultura é católica. Temos horror ao juro! Lembrar-se-ão todos que, na Idade Média, essa era a grande discussão. Quando o capitalismo irrompeu, era precisamente porque tinha que, ao mesmo tempo, romper a ideologia católica que não aceitava senão o justo juro. Foram os protestantes que conseguiram romper isso, com a ética calvinista, e inventaram que a acumulação era fruto do dedo de Deus, e que Deus chamava aqueles que tinham, pela graça, recebido o dom de acumular. E evitaram o constrangimento moral de explorar os outros. Com isso, fizeram o capitalismo. Estou repetindo Weber. Não é Karl Marx, é Marx Weber.

— Os banqueiros são basicamente — não eles pessoalmente, mas a ética deles — protestantes. Acumulação se faz, ela é boa; ela tem sua lógica; eles dizem até que **time is money** — V. Ex<sup>e</sup> não acredita nisso, o tempo não conta, como para nenhum de nós, funciona-mos em outro nível de efetividade, de diálogo. Mas a lógica dessas estruturas é muito pesada e muito baseada em valores que não são os nossos. Então, nos confrontamos sempre. Conseguimos nos indignar e fazermos a indignação de alguns setores deles. Mas, na negociação, a coisa é diferente.

Aqui nesta Comissão, temos ouvido muitos depoimentos; acompanhamos todo o processo da negociação desde o ex-Ministro Dílson Funaro. Muitos depoimentos dos funcionários, dos banqueiros, dos Presidentes do Banco Central e, agora, dos candidatos à Presidência da República. E a moral que se tira de nossa experiência sempre é a mesma; fazemos um esforço enorme para obter alguns ganhos, não ponho dúvida a boa vontade, a intenção daqueles que estão negociando. Ponho em dúvida, sim, o Governo, que quando está negociando lá fora, tira o tapete do Ministro e o demite.

O ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, por exemplo, foi um dos que apresentou um plano. Apresentou, negocou, conversou conosco, discutiu, deu alternativas, e encontrou-se diante de duas muralhas; lá fora, nessa ferreia ética da acumulação do capital que transforma os juros naquilo que é mais sagrado da possibilidade do desenvolvimento capitalista, e, qui dentro, a cumplicidade, cumplicidade que, efetivamente — V. Ex<sup>e</sup> tem toda razão — se derrama todos os dias e enche as letras dos jornais, através de críticas malevolas, para deteriorar a base de possibilidade política de negociação dos que estão lá fora.

Portanto, não discuto absolutamente nada com V. Ex<sup>e</sup>, sobre a necessidade de que um novo Governo tenha uma postura nova e que se esforce por levantar essas forças do bem, digamos assim, mas tenho obrigação de ponderar.

Alguns Governos na América Latina, de amigos nossos — um foi meu aluno, Alan Garcia; seguramente será seu amigo; outro é nosso amigo, Raúl Alfonsín, para dar só dois exemplos — tentaram levar a boa nova. Alan Garcia, de uma maneira quase que desafiadora, senão desafiadora; Alfonsín, talvez de uma maneira mais tradicional, aceitando mais as ponderações dos tecnocratas que, em geral, ponderam pelo lado dos juros. Na prática, tanto um quanto o outro — só dois exemplos — sucumbiram diante da impossibilidade de levar qualquer negociação que tivesse tido um êxito efetivo. E com toda a mobilização popular a vida no Peru. E com todo o esforço havido nesse País — nós dois estávamos juntos na Reunião Internacional Socialista, quando vimos a dificuldade que se produziu para o Governo de Alan Garcia em certos momentos, que certamente foi pelo fato de ter resistido.

Então, o leite se derrama depressa. O chá não pode ser servido. Acho que nesse cardá-

pio, os americanos insistiam muito, quando eu e o Senador Chiarelli estivemos lá, é preciso ter um menu *aprouch*, ele dizia, opções. Bom, quando nesse cardápio de soluções que se apresenta aí, ou nós temos uma estratégia muito clara e definida para que a opinião pública respalde não apenas o lado moral nosso, mas que ela respalde, também, e com força, a proposta concreta que nós faremos, ou as nossas palavras correm o risco de esboroar. Existem possibilidades.

Para sorte de todos nós, todos os presidenciáveis que aqui vieram, sem exceção — eu só não estive presente porque não pude, ao Governador Fernando Collor — todos, grosso modo, disseram a mesma coisa. Devo até dizer, em homenagem à verdade, que V. Ex<sup>e</sup> fez a proposta mais moderada, ressaltando o que já foi dito pelo Deputado Lysâneas Machado. A mais moderada foi a de V. Ex<sup>e</sup>. V. Ex<sup>e</sup> diz: "Vamos negociar os juros e deixamos o principal, e vamos negociar convencendo; vamos mostrar que há um escândalo nessa situação."

E é verdade. Todos os presidenciáveis disseram que é preciso modificar a situação, isto é um bom sinal, porque dá base a essa unidade à qual V. Ex<sup>e</sup> apela. Num problema dessa natureza, não se pode ter diferenças nem partidárias, nem de torcidas para candidato a, b, ou c, porque é um problema que transcende, um problema nacional. Acho que estamos chegando a um ponto bom de que a questão da dívida, mesmo por aqueles que não acreditam, acabarão tendo de dizer a mesma coisa, porque há uma pressão da opinião pública no sentido de que nós temos que dar uma solução de outro tipo a essa questão da dívida.

Mas, queria lembrar a V. Ex<sup>e</sup> que há propostas em curso e que há opções sobre as quais precisamos nos posicionar para que, junto com essa força política, exista também um caminho que se possa perceber que é um passo, depois é outro, depois é outro, que o País tem uma estratégia real, e não só uma vontade vaga de que as coisas mudem. E V. Ex<sup>e</sup> tem uma enorme responsabilidade e capacidade, como encantador de multidões que é, de transformar isso que, na voz dos técnicos — é sempre maçante, em alguma coisa mobilizadora. Nós precisamos nos entender sobre isso. Eu pergunto a V. Ex<sup>e</sup>: qual é o caminho? Em dado momento fala-se em moratória. Eu, pessoalmente, acho que a moratória é simplesmente uma vicissitude e não um objetivo. Mas se for um dado momento necessário, que se o faça, já a fizemos. Aliás, quem fez foi um Governo até fraco, que não teve o repaldo da opinião para fazê-lo.

E depois da moratória? Qual é o plano? É uma securitização da dívida? Em que temos a securitização? Vamos continuar permitindo a conversão da dívida tal como ela é feita hoje, nos moldes em que ela é feita, em que os 28 ou 30 cents, com os quais se negocia lá fora são transformados em lucros, primeiro em cruzados, depois em dólares, para benefícios privados e não para benefício do país? Vamos seguir o caminho mexicano nessa securitização, que é de comprar bônus do Te-

souro Americano? Temos recursos para isso? Vale a pena fazer isso? E esses tais de exit-bonds até que ponto vão funcionar?

Enfim, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que nos ajudasse a entender melhor qual é o caminho traçado por V. Ex<sup>a</sup>, além do caminho do *good will*, além do caminho que vamos todos juntos fazer alguma coisa. Acho que o Brasil está maduro para ir além e para dizer que vamos fazer isto e isto. Não peço a V. Ex<sup>a</sup>, porque sei que V. Ex<sup>a</sup> não é ingênuo que diga o pulo do gato, porque isso vai depender do momento em que esteja no Governo, depender das contas, da situação, mas eu gostaria de ter mais concreção na proposta.

E por fim, eu teria o máximo prazer de falar mais tempo, ou melhor, de ouvi-lo mais tempo, mas no fim, por causa dos nossos horários, muitos de nós teremos que tomar o avião. Na questão da auditoria, esta Comissão tem acesso aos documentos do Banco Central, existem registrados milhares, mais de cem mil documentos, o levantamento deles — 114 mil contratos — não indicará nada mais do que os termos de contratação; que empresa contrata com o qual, com que banco com que seja, quanto e por quanto tempo e a que juros tudo é legal? Uma auditoria destas corre o risco de passar um atestado de honestidade àqueles que fizeram os empréstimos. Tentei transmitir essa ideia à Constituinte, mas de tal maneira os mitos pesam, que deu a impressão que, ao propormos uma auditoria, estariam resolvendo os problemas, quando profundo auditoria nesses termos nós não estámos cortando o risco de dar um atestado de quase idoneidade. Por sorte V. Ex<sup>a</sup> escapou disso, porque disse na sua auditoria uma outra coisa; além dessa, o julgamento que tem que ser feito é interno e é da política que levou o País a esse endividamento. Os responsáveis — V. Ex<sup>a</sup> nominou alguns — são os que conduziram uma política econômica, não são os banqueiros lá de fora, neste aspecto, eles são neutros, não neste, que todo tempo se deposita uma imensa esperança e que analisada a auditoria uma parte da dívida terá sido pega como sendo uma artimanha uma *escroquerie*, não se pegará nada. Agora, se pega tudo e não precisa abrir um documento lá para saber disso. É que a política foi conduzida de modo desastrada que levou a este endividamento.

E o outro ponto relevante, a nossa Comissão também já o levantou com dados oficiais, é que a política de juros flutuantes foi uma política que levou o Brasil a ter cerca de um quarto de sua dívida dos bancos privados como consequência, não de dinheiro que entrou aqui para investir, mas como consequência da alteração das taxas de juros *ex post*. Nós tínhamos mais ou menos cerca de 22 a 25 bilhões de dólares de documentos oficiais, e li, com agrado para mim, um artigo do ministro Delfim Netto, dizendo que não são de 30 bilhões e que isso é discutível. Se até o Ministro Delfim Netto disse que isto é discutível, que serve de base concreta para uma negociação, nós temos que pegar o pião na unha. Aí, há

uma coisa concreta e isso está hoje incorporado ao principal, não é juros, já está incorporado ao principal. Então, nós temos que deduzir o principal, que os americanos o chamam de *debit relief*, o alívio da dívida, não é alívio coisa nenhuma, é devolver o que nos é devido, ou seja, na contabilidade, retirar dela aquilo que não entrou em dinheiro, mas que foi fruto da flutuação da taxa de juros. Dificuldades é que essa taxa de juros não se aplica só a nós, os países todos assumiram o mesmo tipo, o mercado virou para este lado, inclusive os países socialistas. Então, há uma dificuldade objetiva que mesmo que a Corte de Haia diga ser imoral nós não teremos as tropas a que fez alusão V. Ex<sup>a</sup> para dizer que o nosso papel vale menos 25 bilhões e não a quantia aí dada.

Então, eu creio que nós precisamos, a meu ver, partir para uma estratégia muito mais, não digo a nível de tropas, o Senador Carlos Chiarelli é mais especialista nisso do que eu, até por razões edipianas tenho medo de tropa, mas eu diria que nós precisamos ter uma clareza maior nos passos que vamos dar e não fazemos sequer uma competição entre nós, de quem está formulando passos mais audaciosos, não se trata disso, é quem está sendo capaz de juntar os outros para que o passo a ser dado tenha realmente apoio e repaldo. Eu lhe asseguro, Sr. Governador, que de minha parte, seja quem for o presidente e se for V. Ex<sup>a</sup> temos boas razões para que eu diga o que vou dizer: nessa matéria terá o meu apoio se os passos forem os conhecidos com o que vimos aqui, não o que eu penso o que nós vimos nesse dois anos da Comissão da Dívida Externa, uma situação que nós teremos de revertê-la com a palavra, com a boa nova, mas também com muita organização e muita competência na definição do rumo e, num dado momento, de muita firmeza.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo prazer de tê-lo ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — E nós vamos... Não... V. Ex<sup>a</sup>, ao contrário, vou lhe dar todo o tempo necessário. Apenas, para racionalizar o final, gostaria de comunicar à Comissão que o próximo presidenciável a ser argüido, em data de ser ajustada, será o Deputado Ulysses Guimarães, uma vez que agora o PMDB, segundo é notório, passou a ter um candidato à Presidência, que é S. Ex<sup>a</sup>.

Governador, apenas para que com as suas palavras se encerre a reunião, eu gostaria de reiterar a nossa satisfação pelo acolhimento de parte de V. Ex<sup>a</sup> ao convite formulado, pela disposição e disponibilidade que mostrou aqui, pelas informações que prestou e, evidentemente, pela clareza das suas propostas e pela definição de seus propósitos. Augurando-lhe muitas felicidades no seu projeto político, eu lhe passo a palavra, em nome da Comissão, para que faça comentários que entender adequados à análise feita pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, Relator desta Comissão, e às demais considerações que entenda convenientes e pertinentes nesta hora.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. LEONEL BRIZOLA — Sr. Presidente, as palavras do Senador Fernando Henrique, honrosas e espaldadas pelo conhecimento vasto que tem, realmente, representam para mim o empírico, representam para mim, realmente, um conforto muito grande pela circunstância de que muitos aspectos dos meus enfoques contaram com o seu acolhimento, com a sua aprovação e, até mesmo, foram enriquecidos com alguns comentários seus.

Mas, achei o ilustre Relator um pouco pessimista, porque, na verdade, para sair desse impasse, naturalmente que temos que assumir algumas linhas gerais e vamos deixar os detalhes para ir ajustando conforme os progressos que conseguirmos, para ceder aqui, avançar ali, desde que estejamos convencidos de algumas pressões. Estou de acordo que aquele mundo lá é muito diferente do nosso, mas também a história daqueles povos é plena de situações como a que estamos vivendo. A própria independência americana surgiu da indignação daqueles colonos com cláusulas desse tipo e contruíram essa epopeia que foi aquela nação.

É partindo de um estado de certa indignação, de inconformismo... porque eu fico contente ao verificar que um homem como o Senador Fernando Henrique Cardoso considere que as nossas propostas até são as mais moderadas, isto me dá uma idéia da nossa eficácia. Então, até realmente fico muito contente porque isso que estamos atuando com eficiência, porque se estivéssemos aqui aceitando com uma atitude unilateral, arrazadora, radical, "vamos fazer isso e está acabado", eu não estaria fazendo mais do que uma grossa demagogia, eu estaria até tornando o tempo de todos os Senhores, muito especialmente de uma forma profundamente injusta.

Se há moderação nessas colocações, perfeito, então isso é uma proposta viável. Por que não podemos encaminhá-la, quando afirmamos que esses juros são inaceitáveis? Perfeitamente. É por aí que vamos. Não estamos dizendo antecipadamente: "vamos suspender", "fazer moratória", não. Vamos fazer uma revisão da dívida. Quando falamos em auditoria queremos dizer, Senador, um exame, não tanto sobre os detalhes, a sua legalidade, o seu formalismo mas, também, sobre o mérito. Por que tomar esse dinheiro? Vamos separar, vamos classificá-lo exatamente o que foi acolhido no seu relatório. Isso vai ser muito importante, porque vai servir para nós e vai servir para o futuro, como escarmento, como lição para os nossos filhos, para os nossos netos que não procedam dessa forma, porque isso foi, realmente, uma imprudência, uma irresponsabilidade.

Creio que o povo brasileiro espera e vai, sem dúvida, apoiar nessas eleições, são posições respaldadas pela idoneidade dos candidatos. Não tenho a menor dúvida de que surgirão candidatos que podem rolar no chão de radicais, porque eu não vou pagar um tostão; eu até vou cobrar, eu vou pedir que devolvam o que pagamos. O povo brasileiro não tem nenhum efeito, não tem nenhum respaldo em

matéria de idoneidade, agora quando se trata de nós, sempre os nossos compromissos tem correspondido a uma situação concreta. Eu me recordo, por exemplo, quando discutia com um órgão que havia no Governo do Rio Grande do Sul, altamente qualificado, era o Centro de Pesquisas Pedagógicas; era a nata do professorado, ali reunidos em torno de uma mesa, e eu empírico, na minha ignorância, frente a ela eu ali ia querer discutir como eu quis que aprovassem...

Professoras! Nós não temos mais professoras. Nós já incrementamos, o quanto as senhoras permitiram, a formação de professoras nas escolas normais, nós não as temos mais. Agora, eu posso colocar uma escolinha lá em uma determinada paragem. As senhoras não concordam em que o Estado contrate alguém ali daquela vizinhança e coloque aquela escolinha no pátio da casa dessa pessoa. Se encontrarmos uma professora formada, daremos uma festa; mas se encontrarmos alguém que deixou a escola<sup>a</sup> normal pela metade, ótimo; mas se não acharmos nenhuma formada, nenhuma estudante e sim alguém com o ginásio ou com o curso primário completo, e se não encontrarmos ninguém lá mas alguém que saiba ler e escrever razoavelmente, vamos contratar para que aquelas crianças todas tenham acesso ao livro, mas não houve forma. Vamos criar um quadro especial para essas milhares de pessoas que vão ser contratadas assim, vamos treinando. Vamos fazer um curso por correspondência, vamos fazer alguma coisa. Estou convencido, Senador, que foi aquela minha tenacidade que acabou levando adiante. Elas romperam comigo. Se dependessem delas teriam aplicado *impeachment* no governador, por ter feito aquela violação das normas, da tradição e da ciência da pedagogia.

Acho que em tudo, como é o caso típico da dívida externa, vamos nos defrontar com aquele pensamento protestante, com aquelas normas. Mas eles também sabem que têm certas coisas que não podem transgredir, e se nós não submetermos ou não aceitarmos, não estamos transgredindo. Acho que, evidentemente, não vamos entrar como leão, mas à medida que o Governo do nosso País tenha legitimidade, que não seja uma ditadura dependente deles, que eles saibam que aqui se instituiu um governo que pode viver sem eles e que não quer viver sem eles, querem praticar a interdependência, mas não a interdependência contra uma parte, apenas para uma parte, vamos sentir isso. O mundo de hoje já não é também o mundo que se faz a dívida, não é o mundo apó-s-guerra. Eu acho que principalmente alguém que tenha alguma tradição, e quando puderem sentir que há alguém que decide, que resolve... em nome desses princípios morais que eles tanto invocam lá, eles irão ver que o melhor é discutir, o melhor é se entender, porque, embora as dificuldades sejam muito grandes intensamente, aqui, seja pelo ambiente de cumplicidade, seja também pelo próprio vício do nosso raciocínio, do nosso pensamento, da nossa maneira de concluir as coisas, nós sempre ficamos num nível infe-

rior a que temos direito; nós não levantamos a cabeça, sempre estamos aceitando certas regras, numa idéia de conformismo.

Ao concluir, eu gostaria de pedir à Comissão, de fórmular aqui uma pequena sugestão, que não diz respeito bem à dívida, mas é uma questão conexa. Tudo o que o nosso País tem perdido não deixa de representar uma causa da dívida, quanto também a uma oportunidade de resgatar a dívida.

Recordo-me, Senador, quando estava no exílio, num dos primeiros anos do exílio, li na imprensa estrangeira explicações e algumas notícias sobre uma decisão tomada aqui pelo Governador brasileiro, que eu, francamente, até hoje, não tive ocasião de elucidar, mas que seria muito interessante que isso fosse transformado em números, e que se pudesse até calcular para ver qual é o prejuízo que o Governo brasileiro teve com essa decisão.

Recordo-me de um certo momento em que, quando houve o questionamento por parte de De Gaulle na política monetária norte-americana, e também do próprio déficit com que os Estados Unidos passaram a conviver, isso, naturalmente, trouxe algum mal estar, algumas consequências, alguns ajustes, por parte dos Estados Unidos. Recordo-me que o Governo norte-americano tratou de se fortalecer, juntar o máximo de ouro possível. Suas disponibilidades não correspondiam à quantidade de moeda que ele estava lançando internacionalmente, como uma espécie de uma moeda de guerra, sem respaldo.

Como se sabe, o ouro foi congelado. Não foi preciso o Governo Sarney fazer o congelamento do ouro. O ouro foi congelado, depois da guerra a trinta e três dólares a onça. Ficou anos e anos — trinta e três dólares a onça.

Uma vez que sobreveio o regime de 64 e ascendeu ao controle da economia, como uma espécie de ditador da economia o Sr. Roberto Campos, o Governo brasileiro tomou por iniciativa, por sugestão do Sr. Roberto Campos, a seguinte decisão: de entregar ao Governo norte-americano, para atender — a um apelo dos nossos amigos, os amigos do atual governo dos Estados Unidos, frente a quais questionamentos de De Gaulle. Então, o Governo brasileiro resolveu entregar a disponibilidade de ouro que possuía, em troca de letras do Tesouro. Naturalmente, deve ter entregue a trinta e três dólares a onça, e recebeu letras do Tesouro. E recordo-me de uma declaração do Sr. Roberto Campos, dizendo: "Foi uma boa operação, porque o ouro está aí parado, não vale nada, está tabelado, congelado, não muda de preço, não rende juros, nada. A letra do Tesouro dos Estados Unidos ao menos rende juros. Isso deve ter sido pelo ano de 1966, por aí, 1967, quem sabe, mas houve essa decisão".

Quanto o Governo brasileiro entregou de ouro aos Estados Unidos? Quanto possuía? Então, é preciso fazer o seguinte cálculo, para ver o prejuízo que nos causou. Vamos admitir que o Governo brasileiro tivesse, por exemplo, 500 milhões de dólares em ouro. Então, entre-

gou esse ouro a trinta e três dólares a onça. Receceu letras do Tesouro. Quanto tempo ficou com essas letras do Tesouro rendendo juros, para poder cessar a rentabilidade da operação?

Em segundo lugar, considerando que o ouro, logo depois, saltou, saltou para cerca de 800 dólares a onça, embora depois tenha regredido um pouco esse preço, hoje deve estar em torno de 450, 500, por aí. Mas o fato é que andou por um período bastante apreciável à base de 800 dólares a onça.

Seria interessante esse cálculo para sabermos qual o prejuízo que causou isso à economia. Por quê? Um estudante me disse, há poucos dias, que pelos cálculos precários que fez isso representava cerca de 1/3 da dívida externa brasileira. O prejuízo que o Brasil teve com essa entrega do ouro, calculando os juros desse capital perdido, admitindo que tivesse colocado não 800, mas a um preço mais razoável, e não tanto quanto o de hoje. É claro que a Nação não vai cobrar do Sr. Roberto Campos, mas era preciso saber como uma decisão dessa importância, desse vulto foi tomada pelo regime, naquela época! Por alguém que continua aí, doutrinando para nós, ditando regras para nós?

Como uma decisão dessas que trouxe esse prejuízo de bilhões e bilhões de dólares para a Nação, fica aí, sem sequer ser lembrado, até por uma questão cultural, até para que nossos filhos, nossos netos amanhã, frente a decisões desse tipo, saibam que não podem tomá-las.

Acho que se a Comissão poderia mandar os técnicos levantar isso. Lamento que S. Ex., não esteja presente, mas gostaria muito que ele pudesse deixar... Não sabia que era ele membro da Comissão, palavra de honra, mas deixo aqui, a idéia, e então, será muito melhor que ele próprio venha elucidar, dar esses números para nós. Quanto foi que entregamos — um País como o nosso — para ver, claro, vamos resgatar isso? Podemos argumentar, podemos argumentar. Quer dizer, um governante que não seja muito convencional pode dizer: Presidente Bush, será que não dará para devolver isso? Foi dado de presente? Como é isso? Com esse dinheiro, quero colocar todas as crianças brasileiras numa escola como esta aqui, olha esta *beautiful school*, olhem aqui. Com esse dinheiro, faço todas as escolas; com esse dinheiro que o Sr. Roberto Campos entregou, eu escolarizaria todas as crianças. Já imaginou que maravilha isso? Que coisa fantástica! Educação é uma coisa formidável.

Então, é a mesma coisa, Senador, que outros argumentos paralelos, como o caso do procedimento do Brasil com a Inglaterra; porque, no tempo do Presidente Vargas, consolidada a dívida que encontrou na Revolução de 1930, e, depois, pelo que trabalhou naquele período, veio a guerra, o nosso País ficou credor, o Brasil tornou-se credor das nações. Terminou a guerra, o Brasil era possuidor de grandes saldos comerciais. A Inglaterra, particularmente, era altamente devedora do Brasil. Che-

gou um certo momento, como os ingleses não se pronunciavam, o Brasil organizou uma comissão para ir lá tratar com o governo de Sua Magestade para discutir a dívida. Chegando lá, foram muito bem recebidos, tomaram chá, e, finalmente, o Governo Inglês se pronunciou, dizendo: vamos fazer assim: vocês procurem comprar aqui tudo o que puderem. O Governo brasileiro queria comprar coisas e não conseguia. Queria comprar caminhões e não havia caminhões; queria comprar locomotivas e não tinha locomotivas; porque

era depois da guerra, precisavam para eles próprios.

Aí, acontece o seguinte: a única coisa que havia era matéria plástica. Compraram montanhas de matéria plástica; de iôô, pente, foram vendidos pelo Brasil inteiro montões. Lembro-me das montanhas de matéria plástica que havia nas esquinas, pelo Brasil afora. De outra parte, disseram: temos lá no Brasil alguns bens que queremos passar para vocês. Negociaram, assim, as estradas de ferro. E,

nós ficamos com as estradas de ferro, não sei a que preço, não sei como é que foi, mas ficamos com esse material. Aquela no Rio Grande do Sul e a Leopoldina no Rio de Janeiro. E quanto à outra parte disseram pagarmos em dinheiro; o que sobrar aí, pagaremos em dinheiro. Vocês têm que dar tanto de carência e vamos pagar. E, eles fixaram os juros, fixaram os prazos, e nós aceitamos. O Sr. Moreira Sales está aí, vivo, poderia dar um depoimento. Era isso, companheiros, o que tinha para dizer. Muito obrigado. (Palmas)

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

Semestral .....	<b>NCz\$ 17,04</b>
Exemplar avulso .....	<b>NCz\$ 0,11</b>

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

Semestral .....	<b>NCz\$ 17,04</b>
Exemplar avulso .....	<b>NCz\$ 0,11</b>

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

### **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615,  
na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação  
de Atendimento ao Usuário.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 98

(abril a junho de 1988)

Está circulando o nº 98 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 466 páginas, contém as seguintes matérias:

## EDITORIAL

Centenário da Abolição da Escravatura

## SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL

Comemoração do centenário da Abolição

## COLABORAÇÃO

Aspectos econômicos do processo abolicionista — *Mircea Bresciu*

A família na Constituição — *Senador Nelson Carneiro*

Fonte de legitimidade da Constituinte — *Geraldo Ataliba*

A Constituição e o caso brasileiro — *Eduardo Silva Costa*

A vocação do Estado unitário no Brasil — *Orlando Soares*

Da arbitragem e seu conceito categorial — *J. Cretella Júnior*

O juízo arbitral no direito brasileiro — *Clóvis V. do Couto e Silva*

Grupo econômico e direito do trabalho — *Paulo Emílio R. de Vilhena*

Hacia el abolicionismo de la sanción capital en España — *Antonio Beristain*

As cláusulas contratuais gerais, a proteção ao consumidor e a lei portuguesa sobre a matéria — *Francisco dos Santos Amaral Neto*

Delineamentos históricos do processo civil romano — *Silvio Meira*

O destinatário do sistema brasileiro de patentes — *Nuno Tomaz Pires de Carvalho*

A política de informática e a Lei nº 7.646, de 18-12-87 — *Antônio Chaves*

A lei do software — *Carlos Alberto Bittar*

## ARQUIVO

Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea — I. grande trilogia abolicionista — *Branca Borges Góes Bakaj*

# REVISTA DE INFORMAÇÃO

## LEGISLATIVA N° 99

(Julho a setembro de 1988)

Está circulando o n° 99 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 164 páginas, contém as seguintes matérias:

### EDITORIA

Declaração Universal dos Direitos do Homem. Quarenta Anos Decorridos — Beatriz Elizabeth Caporali Gontijo de Rezende

### COLABORAÇÃO

Reflexões sobre o valor jurídico das Declarações Universal e Americana de Direitos Humanos n.º 1948 por ocasião de seu quadragésimo aniversário — Antônio Augusto Caetano Trindade

O Poder Judiciário e a tutela do meio ambiente — Ministro Sidney Sanches

Dever de prestar contas e responsabilidade administrativa: concepções alternativas. Evolução de conceitos e aplicação na administração pública brasileira — Daisy de Asper Y Valdés

Constituinte e Constituição — Jarbas Maranhão

Direito administrativo inglês — J. Cretella Júnior

O recuperação social (1903-1913) — Mircea Iliescu

Costumeiro suíço de expressão do direito positivo — Marta Vinagre

Os direitos individuais — José Luiz Quadros de Magalhães

A arte por computador e o direito de autor — Carlos Alberto Bitar

Victimología y criminalidad violenta en España — Miguel Polzino Navarrete

Participação da comunidade na área penitenciária — Necessidade de melhor apoio legal — Armida Bergamini Miotto

A corrupção da justiça — Arnaldo Wald

Selección y formación del personal penitenciario en Argentina — Juan Luis Savall

O problemaatório das lacunas e a defesa do consumidor. O caso do art. 159 do Código Civil — José Reinaldo de Lima Lopes

Criminalidade e política criminal — Francisco de Assis Toledo

As eleições municipais de 1988 — Adhemar Ferreira Maciel

A legislação agrária e o federalismo, leis federais e leis estaduais — José Motter Mello

Mudança política e política de desenvolvimento regional no Brasil desde o ano de 1964 — Florts Boero e Jurgen Zupp

Atos políticos e atos de governo. Realidades diversas, segundo a teoria tetraédrica do direito e do Estado — Marques Oliveira

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 2º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília — DF — Telefones 311-3576 e 311-3579

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

### PREÇO DO EXEMPLAR:

NCz\$ 2,00

Assinatura para 1988  
(nº 97 a 100):

NCz\$ 12,00

(já incluídos os 50% para cobertura das despesas postais)

Deixamos de atender pedidos pelo reembolso postal em virtude do preço das publicações desta subsecretaria serem abaixo do mínimo exigido pela ECT, para remessa através do referido sistema.

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 97

(janeiro a março de 1988)

Está circulando o nº 97 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 342 páginas, contém as seguintes matérias:

Os cânones do direito administrativo — **J. Crotelio Júnior**

A Constituição e a administração pública na Itália — **Umberto Alegretti**

Constituição portuguesa — **Celso Bastos**

Perspectivas da organização judiciária na futura Constituição Federal — **José Guilherme Villela**

Ministério Público do Trabalho — **José Eduardo Duarte Saad**

A renegociação da dívida externa e o respeito à soberania nacional — **Arnaldo Wald**

Recurso em matéria tributária — **Geraldo Ataliba**

Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública — uma análise sistemática — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**

O acidente de Goiânia e a responsabilidade civil nuclear — **Carlos Alberto Bittar**

O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro — **Clóvis V. do Couto e Silva**

O nascituro no Código Civil e no direito constituinte do Brasil — **Silmara J. A. Chinelato e Almeida**

Deformalização do processo e deformalização das controvérsias — **Adel Pellegrini Grinover**

Os meios moralmente legítimos de prova — **Luis Alberto Thompson Flores Lenz**

Provas ilícitas no processo penal — **Maria da Glória Lino da Cunha Colucci e Maria Regina Cofforo Silva**

Decreto-Lei nº 201/67: jurisdicionalização do processo ou liberdade procedural? — **José Nilo de Castro**

Pontes de Miranda, teórico do direito — **Clovis Rama-Ribeiro**

Espaço e tempo na concepção do direito de Pontes de Miranda — **Nelson Salazar**

Norberto Bobbio e o positivismo jurídico — **Alaor Barboza**

Direito Educacional na formação do administrador — **Edivaldo M. Zucconi**

Os direitos conexos e as situações nacionais — **José de Oliveira Ascenso**

O contrato de edição gráfica de obras escritas e musicais — **Antônio Chaves**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas —  
Senado Federal, Anexo I,  
22º andar —  
Praça dos Três Poderes,  
CEP 70160 — Brasília, DF —  
Telefones: 211-3578 e 211-3579



Assinatura  
para 1988  
(nºs 97 a 100):

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.